AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, ETIÓPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax: +251115- 517844
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Segunda Sessão Ordinária
27 – 29 Janeiro de 2008
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/ 391 (XII)

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA O PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2007

A. QUESTÕES LEGAIS

A.I. FUNÇÕES DE DEPOSITÁRIO

1. Desde a apresentação do ultimo relatório em Julho de 2007, alguns Estados-Membros envidaram esforços consideráveis para assinar e ratificar Tratados da OUA/UA, em especial os cinco (5) Tratados de Maputo, o Protocolo à Convenção sobre o Terrorismo adoptado em Julho de 2004, o Pacto de Não-Agressão e Defesa Comum da União Africana adoptado em Janeiro de 2005, a Carta da Juventude Africana adoptada em Julho de 2006 e a Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação adoptada em Janeiro de 2007. Durante o período do relatório, foram apensas vinte (20) novas assinaturas e foram depositados trinta e um (31) instrumentos de ratificação adicionais. Contudo, apesar de alguns Estados-Membros terem envidado esforços para assinar e ratificar ou aderir a Tratados OUA/UA, há ainda muito a fazer. Recomenda-se, portanto, vivamente que seja dada a maior prioridade aos Tratados adoptados sob a égide da OUA/UA, os quais, por definição, abordam questões de preocupação específica para África.

A.II. ACREDITAÇÃO DE ESTADOS NÃO-AFRICANOS JUNTO DA UNIÃO AFRICANA

2. De acordo com a Parte II, Secção II (3) dos *Critérios para Concessão do Estatuto de Observador e para um sistema de Acreditação na União Africana* (os Critérios), adoptados pelo Conselho Executivo em Julho de 2005, a Comissão continuou a receber e a tomar em consideração pedidos de acreditação oriundos de vários Estados não-Africanos, tendo em conta os interesses supremos da União. Desde o último período de relatório, foram aceites cartas de acreditação de oito (8) Estados não-Africanos e de uma (1) organização internacional, para além daqueles que haviam sido já acreditados em conformidade com as disposições da Parte II, Secção II (3) dos Critérios para a concessão do Estatuto de Observador da UA e de

um Sistema de Acreditação na UA. Os nomes dos representantes acreditados desde o último relatório e os seus respectivos Estados/organizações estão listados na tabela abaixo:

Nº	Nome e Título	País
1	S.Exa. Sra. Pernille Dahler Kardel Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da Dinamarca na Etiópia	Dinamarca
2	S.Exa. Sr. Jens-Petter Kjemprud Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Noruega na República Federal Democrática da Etiópia	Noruega
3	S.Exa. Sr. Michael-Efstratios C. Daratzikis Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Helénica na República Federal Democrática da Etiópia	Grécia
4	S.Exa. Sr. Gabor Sagi Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Representante Permanente da República da Hungria na Comissão da União Africana em Adis Abeba	Hungria
5	S.Exa. Sr. Drazen Margeta Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Croácia na República Árabe do Egipto, Residente no Cairo	Croácia
6	S.Exa. Sr. Simeon Darpatov Charge d'Affaires en titre da República da Bulgária na República Federal Democrática da Etiópia	Bulgária
7	S.Exa. Sr. Rodrigo Gaete	Chile

	Embaixador do Chile, Residente no Quénia	
8	S.Exa. Sr . Guillaume Nseke Embaixador, Representante Permanente da OIF em Adis Abeba	OIF

3. O número total de Estados não-Africanos e organizações internacionais acreditados na União é agora de cinquenta e cinco (55).

A.III. REGISTO E PROTECÇÃO DE NOMES, ABREVIATURAS E EMBLEMAS DA UA E DA NEPAD JUNTO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (WIPO)

4. Há que relembrar que, em Janeiro de 2007, a Comissão informou os Estados-Membros que havia tomado todas as medidas necessárias para garantir que a parafernália da UA (logotipo, emblema, bandeira, abreviaturas, etc.) seria registada junto da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) e protegida em conformidade com a Convenção de Paris para a Protecção da Propriedade Industrial (Convenção de Paris). O Conselho relembra ainda que, após a obtenção dessa protecção, a Comissão havia apelado a todos os Estados-Membros para garantirem, nos seus vários países, a aplicação de legislações nacionais apropriadas para a protecção dos Direitos de Propriedade Intelectual da União Africana. Contudo, até à data a Comissão não recebeu qualquer informação no que diz respeito às medidas tomadas pelos Estados-Membros a nível nacional. Antes pelo contrário: de facto a Comissão continua a receber notícia de tentativas de engano do público, em especial de entidades empresariais, com o uso enganoso da parafernália da UA e da NEPAD. A Comissão gostaria, portanto, de reiterar o apelo dirigido anteriormente aos Estados-Membros para a informarem, o mais depressa possível, acerca das medidas tomadas, levando assim à sua atenção problemas e desafios enfrentados, caso existentes, na realização desta actividade.

A.IV. PROCEDIMENTOS DE HARMONIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE TRATADOS

5. O Conselho relembra ainda que, com a Decisão (EX.CL/Dec. 128 (V), foi solicitado à Comissão que realizasse um estudo sobre os procedimentos para ratificação dos Tratados da OUA/UA nos Estados-Membros e que os harmonizasse com vista a uma aceleração do processo de ratificação. Neste sentido, a Comissão está em vias de concluir o estudo. Com as Notas Verbais com a referência Note Verbales reference BC/OLC/66.5-1/11/Vol.IV e BC/OLC/24.18/5/Vol.I, com data de 6 de Outubro de 2006 e 3 de Maio de 2007 respectivamente, a Comissão solicitou aos Estados-Membros que lhe apresentassem procedimentos para ratificação de Tratados nos seus países. Contudo, apenas dezanove (19) dos cinquenta e três (53) Estados-Membros responderam e isto representou um atraso para a conclusão e apresentação do estudo. A Comissão viu-se obrigada a tomar a decisão de concluir o estudo com a documentação disponível e a apresentar o mesmo para consideração por parte da Conferência de Ministros da Justiça e de Procuradores-Gerais da UA agendada de 10 a 14 de Março de 2008. Os Estados-Membros que não tenham ainda apresentado a informação necessária são, portanto, instados a fazê-lo de forma expedita para fins de incorporação no estudo.

A.V. FUSÃO DO TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO AFRICANA

6. Há que relembrar que o Protocolo sobre a Fusão do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e o Tribunal de Justiça da União Africana foi concluído com uma reunião do Comité de Representantes Permanente (CRP) e de Peritos Legais dos Estados-Membros, a qual se realizou na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia, de 16 a 19 de Maio de 2006. Subsequentemente, o Projecto de Protocolo foi apresentado para consideração por parte da Nona Sessão Ordinária do conselho realizada em Banjul, na Gâmbia, em Julho de 2006. Nessa Sessão, o Conselho solicitou à Comissão que convocasse uma reunião de Ministros de Justiça

e Procuradores-Gerais para consideração do Projecto de Protocolo sobre o Estatuto do Tribunal Africano de Justiça de dos Direitos Humanos. Conforme indicado acima, a Comissão pretende convocar uma reunião de Ministros de Justiça e Procuradores-Gerais em Março de 2008 para considerar este documento e apresentar um relatório relativo ao mesmo para consideração por parte dos órgãos de políticas da União em Julho de 2008.

A.VI. SISTEMA DE VOTO ELECTRÓNICO

7. Conforme é do conhecimento do Conselho, está prevista a realização de uma série de eleições durante esta sessão: eleição dos Membros da Comissão e eleição dos Membros do Conselho de Paz e Segurança. O sistema tradicional de votação, utilizado tanto durante a existência da Organização da Unidade Africana (OUA) como durante a da União, revelou-se pesado e moroso. O Gabinete do Conselho Jurídico recebeu, portanto, instruções no sentido de levar a cabo, em colaboração com outros serviços relevantes da Comissão, um estudo sobre a possibilidade de a União utilizar um sistema de voto electrónico que possua ainda as características necessárias de transparência e equidade, tanto em facto como em percepção. A Comissão identificou sistemas de votação adequados, assim como algum financiamento da Fundação de Capacitação Africana (ACBF) para este fim. A única dificuldade que ainda se afigura é a de que não foram encontrados quaisquer sistemas de votos electrónicos que permitam aos Estados-Membros votarem em várias línguas da UA. Caso os Estados-Membros concordem com a criação deste novo sistema com vista a uma grande redução do tempo gasto pelo Conselho e pela Assembleia em eleições, a Comissão espera poder ter esse sistema a postos para as eleições do Conselho Consultivo para a Corrupção e do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos em Julho de 2008.

A.VII. ELEIÇÕES PARA O CONSELHO CONSULTIVO PARA A CORRUPÇÃO

8. No seguimento da entrada em vigor da Convenção da UA para a Prevenção e Combated a Corrupção adoptada em Maputo em Julho de 2003 e da sua subsequente ratificação por um número suficiente de Estados para constituição do órgão do tratado nela previsto, tornou-se necessário criar o Conselho Consultivo para a Corrupção previsto no Artigo 22 da Convenção. A Comissão da UA chamou a atenção dos Estados-Membros para as eleições a realizar em Janeiro de 2008 e solicitou vide Note Verbal OLC/BC24.12/8/VOL.III, com data de 8 de Novembro de 2007, para apresentarem candidaturas adequadas. Até 20 de Dezembro de 2007, apenas cinco Estados-Membros haviam apresentado candidaturas. Concordantemente, uma vez que o Conselho é composto por 11 membros, é necessário adiar as eleições para Julho de 2008. Há que salientar que, apesar de tal não estar expressamente previsto na Convenção, em conformidade com os princípios da UA de distribuição geográfica e de género não poderão ser eleitos como membros do Conselho dois nacionais do mesmo Estado-Parte.

B. MULHERES, GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

9. A Comissão tem prosseguido com os seus esfroços no sentido de liderar a promoção da igualdade de géneros e do reforço de poder das mulheres no seio da Comissão e de outros órgãos da União Africana (UA), assim como nas Comunidades Económicas Regionais, na NEPAD e entre Estados-Membros, através da integração de questões de género em todos os seus programas.

B.I. A DECLARAÇÃO SOLENE DE IGUALDADE DOS GÉNEROS EM ÁFRICA (SDGEA)

10. Na implementação da Declaração Solene da UA de Igualdade de Géneros em África (SDGE), foram dirigidos vários apelos ao Estados-Membros no sentido de apresentarem os seus relatórios para consideração pela Cimeira de Janeiro de 2008. Infelizmente, desde a última Cimeira, apenas seis Estados-Membros,

nomeadamente Burkina Faso, Camarões, Côte d'Ivoire, Gana, Mali e Ruanda apresentaram os seus relatórios. Até à data, 15 Estados-Membros no total apresentaram os seus relatórios de base sobre a implementação da SDGEA, nomeadamente Argélia, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Côte d'Ivoire, Etiópia, Gana, Lesoto, Mali, Maurícias, Namíbia, Ruanda, Senegal, África do Sul e Tunísia. Uma síntese dos relatórios de 6 Estados-Membros está a ser apresentada para consideração, em conformidade com as exigências da SDGEA.

11. É neste sentido que as actividades de *lobbying* e advocacia são levadas a cabo pela Comissão para a implementação eficaz da SDGEA. Nesse sentido, foi organizada na Sede da UA em Adis Abeba de 10 a 12 de Outubro uma conferência sobre o Papel dos Parlamentos na Popularização e Implementação da SDGEA. O principal objectivo da Conferência era o de identificar estratégias passíveis de serem colocadas em prática pelos Parlamentos nacionais e pelo Parlamento Panafricano com o objectivo de generalizar e integrar o conteúdo da SDGEA no trabalho e programas de Parlamentos Nacionais, do Parlamento Panafricano e de Parlamentos Regionais.

12. A Comissão, em colaboração com a campanha "O Género é da minha responsabilidade" da Rede de grupos e organizações de mulheres, criada sob a coordenação de Femmes Africa Solidarité (FAS) a fim de monitorizar a SDGEA, organizou, de 23 a 24 de Junho de 2007, a 10ª Reunião Consultiva Pré-Cimeira sobre Integração do Género na União Africana (UA) à margem da 9ª Cimeira da UA em Julho de 2007 em Accra, no Gana. A Pré-Cimeira discutiu ainda o tema da 9ª Cimeira da UA "Grande Debate sobre o Governo da União" e recomendou a inclusão do prinípio de paridade dos géneros no novo Acto Constitutivo do Governo da União e em todos os Órgãos, Estruturas e Programas do Governo da União Africana, das CER e dos Governos Nacionais.

B.II. CONCEPÇÃO DOS QUADROS MACRO-ECONÓMICOS

13. A Comissão, em colaboração com a UN-IDEP, organizou o 2º Curso da UA sobre Criação de Políticas Económicas refrentes ao Género em África de 3 a 14 de

Dezembro de 2007 na Sede da UA. O curso de formação contou com a presença de 27 participantes em representação dos Ministérios dos seus Governos, tais como Finanças, Planeamento Económico, Desenvolvimento Social e Gabinete Central de Estatísticas, durante 2 semanas. O curso contou com a presença de participantes do Burkina Faso, Burundi, Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Gabão, Guiné-Bissau, Madagáscar, Ruanda, Chade, Togo, Tunísia e da Diáspora.

14. O principal objectivo deste curso de formação foi reforçar as capacidades das pessoas responsáveis pelas políticas económicas Africanas, orçamentistas, peritos de desenvolvimento e solicitações de políticas para uma abordagem do género de modo a permitir-lhes uma concepção e elaboração de políticias e programas económicos sensíveis ao tema do género.

B.III. REFORÇO DA VOZ DAS MULHERES EM PROCESSOS DE PAZ

15. Enquanto parte dos esforços da União Africana para reforçar a voz das mulheres nos processos de paz, especialmente em países em conflito e emergentes de conflitos e no seguimento de pedidos de associações de mulheres e de autoridades da Côte d'Ivoire, a Comissão, juntamente com a Femmes Africa Solidarité (FAS), empreendeu, de 18 a 21 de Novembro de 2007, uma missão Preliminar de Paz e Solidariedade na Côte d'Ivoire.

16. O objectivo da missão preliminar foi analisar a situação na Côte d'Ivoire de modo a preparar a visita da Missão de Paz de Alto Nível prevista para o início de 2008 e que será composta por personalidades eminentes nomeadas pelo Presidente da Comissão.

17. O objectivo desta missão autónoma é contribuir e apoiar a participação das mulheres na resolução de conflitos e no processo de democratização para uma paz duradoura na Côte d'Ivoire por meio do fomento, reforço e promoção do papel das mulheres na prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente. Durante a

pré-missão, a delegação encontrou-se com várias autoridades, associações de Mulheres e Agências da ONU na Côte d'Ivoire.

18. A Comissão está também em vias de desenvolver um Manual de Formação de Assuntos de Género para Operações de Manutenção de Paz da UA de modo a formar na área dos Direitos Humanos, com especial foco na violência com base no género, de modo a ser-se capaz de investigar e reportar sobre a violência contra os direitos da Mulher e a providenciar uma protecção eficaz.

19. De 6 a 7 Dezembro de 2007, a Comissão organizou em Kigali, no Ruanda, um Seminário sobre a Reabilitação e Reintegração de ex-Crianças-Soldado/Prisioneiros do sexo feminino na Região dos Grandes Lagos. O propósito do Seminário era o de avaliar a situação das ex-crianças-soldado combatentes do sexo feminino em quatro co-países na Região dos Grandes Lagos, nomeadamente Burundi, a República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda. Alguns países, tais como a Côte d'Ivoire e o Sudão, foram também convidados a participar na reunião e a partilhar experiências relativamente ao Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de ex-Crianças-Soldado do sexo feminino. O seminário tinha como objectivo a avaliação da situação de ex-crianças-soldado e combatentes do sexo feminino e o desenvolvimento de recomendações de políticas sobre o assunto em questão e de outros assuntos temáticos, tais como o VIH e Violência contra Mulheres e Crianças, com o objectivo último de, porventura, contribuir para a paz e segurança da Região dos Grandes Lagos.

B.IV. REFORÇO DA CAPACIDADE DA DIRECTORIA DO GÉNERO

20. A Comissão continuou a capacitar a Directoria das Mulheres, do Género e do Desenvolvimento, em particular com o recrutamento de um novo Director em Dezembro de 2007. Esta nomeação eleva para seis o número de Directores do sexo feminino de um total de 12 postos de Director ocupados, o que representa paridade, de acordo com o Princípio da Paridade previsto no Artigo 4(L) do Acto Constitutivo da União Africana.

C. ACTIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

C.I. ACTIVIDADES

21. O papel do Gabinete de Auditoria Interna (OIA) é o de prestar serviços de segurança e de aconselhamento à gestão da Comissão da UA. O Gabinete apoia ainda a gestão superior no cumprimento eficaz das suas responsabilidades ao apresentar-lhe análises, avaliações, aconselhamento e recomendações sobre as actividades revistas.

22. Desde a Cimeira de Accra em Julho de 2007, as actividades de auditoria empreendidas pelo Gabinete de Auditoria Interna incluem a revisão de:

	DETALHES	ESTATUTO
1.	Folha de pagamentos e benefícios do Pessoal - Sede	Relatório Final redigido
2.	Orçamentação e Previsão - Sede	Relatório Final redigido
3.	Gabinete da UA em Bruxelas	Relatório Final redigido
4.	Missão Militar da UA no Sudão (AMIS)	Relatório Final redigido
5.	Gabinete de Ligação para o Gabinete da Região dos Grandes Lagos – Nairobi	Relatório Final redigido
6.	Recrutamento - Sede	Projecto de Relatório
7.	Missão Militar da UA na Somália (AMISOM)	Projecto de Relatório
8.	Contas Passíveis de Pagamento e de Recepção - Sede	Projecto de Relatório
9.	Gabinete da UA em Genebra	Projecto de Relatório
10.	Gabinete da UA no Cairo	Projecto de Relatório
11.	Gabinete da UA em Washington DC	Trabalho de campo concluído
12.	Gabinete da UA em Lagos	Trabalho de campo em curso
13.	Gabinete da UA em Iaoundé	Trabalho de campo em curso
14.	Gabinete da UA no Burkina Faso	Trabalho de campo em curso
15.	Registos Pessoais - Sede	Trabalho de campo em curso
16.	Contribuições e Financiamento Geral- Sede	Trabalho de campo em curso
17.	Financiamento de Paz, Financianemtno Especial, Contribuições e Donativos - Sede	Trabalho de campo em curso

	DETALHES	ESTATUTO
18.	Transporte e Despesas Relacionadas - Sede	Trabalho de campo em curso
19.	Aquisição de Bens e Serviços - Sede	Trabalho de campo em curso
20.	Directoria de Serviços de Conferência	Trabalho de campo em curso

23. Durante Setembro de 2007, a OIA apresentou os 15 Relatórios de Auditoria Interna listados abaixo e a Carta de Auditoria Interna para consideração pelo Sub-Comité do CRP para Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras em conformidade com o Artigo 70 (h) das Regras e dos Regulamentos Financeiros revistos da CUA:

Nº	Relatório
1.	Gabinete Regional da UA na África Austral (AU-SARO) – Lilongwe par o ano terminado em 31 de Dezembro de 2006
2.	Gabinete de Representação da UA em Washington para o período de treze meses de Agosto de 2005 a Setembro de 2006
3.	Missão de Observador Permanente da UA para as Nações Unidas em Nova Iorque para o período de nove meses terminado a 31de Agosto de 2006
4.	Serviços Médicos, Acções e Activos Fixos para o período de dezoito meses de Janeiro de 2005 a Junho de 2006
5.	Comissão Científica, Técnica e de Investigação para o período de nove meses de Janeiro de 2006 até Setembro de 2006
6.	Centro para Estudos Históricos e Linguísticos por Tradição Oral – CELTHO-Niamey para o período de dezassete meses de 1 de Abril de 2005 a 31 de Agosto de 2005
7.	Programa Regional para o Desenvolvimento das Terras Altas Fouta Djallon Highlands – Conacri para o período de dezassete meses de 1 de Abril de 2005 a 31 de Agosto de 2006
8.	Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos – ACHPR – Banjul para o período de nove meses de Janeiro a Setembro de 2006
9.	Conselho Fitosanitário Inter-Africano Iaoundé para o período de doze meses de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2005
10.	A verificação do Avanço Recuperável do Sr. Joseph Salani, Caixa da Missão da União Africana no Sudão
11.	Gabinete Inter-Africano para Recursos Animais (AU/IBAR) para o período de doze mese terminado a 31 de Dezembro de 2005
12.	Contribuições e Financiamento Geral para o período de vinte e três meses de 1 de Janeiro de 2004 até 20 de Novembro de 2005
13.	Execução Orçamental e Controlo de Despesas na Sede para o ano terminado

Nº	Relatório
	a 31 de Dezembro de 2005
14.	Numerário e Gestão de Numerário na Sede para o ano terminado a 31 de Dezembro de 2005
15.	Missão da União Africana no Sudão para o período de dezoito meses de 1 de Junho de 2004 a 31 de Dezembro de 2005

24. Para mais, de acordo com o Plano Estratégico da Comissão para o ano 2004-2007, a OIA concluiu a preparação de uma Carta de Auditoria Interna e um Manual de Auditoria através da firma de consultoria Deloitte & Touche.

25. A 29 de Outubro de 2007, a OIA, em olaboração com a Deloitte & Touche, organizou um seminário sobre "Gestão de Riscos e o papel da Auditoria Interna" para a gestão superior da CUA. O objectivo do seminário era o de consciencializar a gestão superior da CUA relativamente ao processo de gestão de riscos.

C.II. IMPACTO E DESAFIOS

26. A OIA assiste a gestão na concretização da visão, missões e objectivos da Comissão por meio da promoção de sistemas de controlo eficientes e eficazes. Para mais, o Gabinete avalia a adequação e eficácia do sistema de gestão de riscos da Comissão. Em suma, o Gabinete desempenha um papel proactivo e de apoio na decisão com vista à construção de uma Comissão eficiente, transparente e responsabilizável.

27. O Gabinete de Auditoria Interna foi incapaz de concretizar os seus objectivos e de prestar os necessários serviços de mais-valia devido a falta de pessoal. Espera-se, contudo, que este problema seja ultrapassado com o recrutamento de três novos membros para o pessoal da auditoria interna (1 Auditor Superior e 2 Auditores), os quais se apresentaram ao serviço em Setembro/Outubro de 2007. Para mais, foram recrutados dois Auditores em Outubro de 2007 sob o projecto de Facilitação de Processos (PF).

D. CIDADÃOS AFRICANOS E DIÁSPORA

28. No período em revisão, a Comissão continuou a centrar-se e a consolidar a sua agenda para uma sociedade civil eficiente e para a participação da Diáspora nos assuntos da União nas seguintes areas críticas: a) institucionalização do ECOSOCC através de apoio efectivo e a facilitação de eleições para a Assembleia Permanente do ECOSOCC; b) captar o contributo da sociedade civil e os seus pareceres para a Estratégia Conjunta e Declaração UA-UE em preparação para a Cimeira de Lisboa de 8 a 9 de Dezembro de 2007; c) consolidação da Iniciativa da Diáspora da UA através de preparativos para a Cimeira da Diáspora Africana; e d) desenvolvimento do programa para um Corpo Africano de Voluntários (AUVC).

D.I. INSTITUCIONALIZAÇÂO DO ECOSOCC

29. Nos últimos seis meses, a Comissão continuou a prestar apoio para o processo de preparativos e condução de eleições para a Assembleia Permanente do ECOSOCC. A Comissão providenciou apoio ao Comité de Credenciais do ECOSOCC, o qual recebeu e vetou a qualificação de candidatos para eleição e o processo de publicação e alcance dos meios de comunicação social de modo a facilitar a mobilização da comunidade da sociedade civil Africana para participar nas eleições. O resultado foi a recepção de um total de 238 candidaturas dos 44 Estados-Membros da União, o que abriu caminho para a 3ª reunião do Comité Permanente Interino no Mont Febe Hotel, Iaoundé, Camarões, de 5 a 6 de Setembro de 2007. A reunião do Comité Permanente Interino analisou os resultados do trabalho do Comité de Credenciais e considerou que este representa uma base apropriada para eleições reais.

30. Por conseguinte, o Comité desenvolveu um programa e um calendário de trabalho e uma calendarização das eleições para a Assembleia Permanente do ECOSOCC, que se previa estar concluída até 10 de Dezembro de 2007. O Comité atribuiu ainda responsabilidades tanto ao Comité de Credenciais como à Comissão

relativamente a medidas a serem tomadas para garantir um implementação adequada deste programa, incluindo a preparação de directrizes de eleições.

31. As eleições tiveram início com as eleições continentais realizadas na Sede da UA em Adis Abeba a 31 de Outubro de 2007, às quais se seguiram eleições no Sudão, Tunísia, Argélia, Egipto, Camarões e Quénia. Foram ainda realizadas eleições regionais na sub-região da África Oriental a 8 de Dezembro de 2007em Nairobi, no Quénia.

32. As eleições realizadas com o apoio activo da liderança da Comissão do CRP e de Estados-Membros da União decorreram num ambiente agradável e os resultados foram de um modo geral reconhecidos como lives e justos. Vários candidatos fizeram apresentações de campanha com qualidade enquanto parte do processo e aparentemente a escolha de colégios eleitorais foi ponderada e sensata. Os membros da nova Assembleia deparam-se com uma grande variedade e gama de Organizações da Sociedade Civil Africana de proporções relativas, incluindo federações de sindicatos, representantes das Associações do Patronato, grupos profissionais tais como o Sindicato Panafricano de Advogados, grupos com base no género tais como o PAWO, FEMNET e FAS e ampla gama de ONG, incluindo associações que tratam de portadores de deficiências, de grupos de idosos e de vulneráveis, órfãos e viúvas.

33. Contudo, o limite temporal estabelecido para a conclusão de eleições a 31 de Dezembro de 2007 pareceu de difícil cumprimento. O programa de trabalho desenvolvido pelo Comité Permanente Interino antecipou rápidas respostas estatais e o seu estatuto efectivo de prioridade da agenda do ECOSOCC face a outras reivindicações concorrentes e legítimas. Contudo, a selecção de autoridades nacionais competentes para condução das eleições foi atrasada em várias circunstâncias. Do mesmo modo, os arranjos logísticos para condução de eleições reais em todos os Estados-Membros provaram ser mais complicados do que se supôs. Contudo, o processo está em curso e os preparativos para eleições na maioria dos Estados-Membros da União foram virtualmente concluídos.

34. Prevê-se portanto que o Comité Permanente do ECOSOCC necessite de dois meses e meio para completar este processo. Por conseguinte, insta-se o Conselho Executivo para que aceite duas medidas que irão facilitar a conclusão do processo, como se segue:

i) Conceder um prolongamento final do mandato do actual ECOSOCC interino até 15 de Março de 2007 de modo a viabilizar a conclusão do processo de eleições.

ii) Solicitar o lançamento do ECOSOCC em Abril de 2008 de modo a este órgão possa assumer a sua posição adequada no seio do quadro da União.

D.II. ESTRATÉGIA CONJUNTA DE PREPARAÇÂO PARA A CIMEIRA DE LISBOA

35. Como preparação para a Cimeira de Lisboa de 8 a 9 de Dezembro de 2007, a Comissão continuou a facilitar uma participação efectiva e reforçada das sociedades civis Africanas na determinação da Declaração sobre a parceria UA-UE assinada em Lisboa a 9 de Dezembro de 2007. Nesse sentido, foi dada ênfase à necessidade de reflectir em pleno os contributos e interesses da sociedade civil no programa e plano de acção contido na Declaração e de definir um papel central para a mesma na implementação e processo de acompanhamento.

36. No seguimento da consulta UA-OSC inicial sobre a Estratégia Conjunta de Março de 2007, a Comissão patrocinou uma consulta de acompanhamento em Accra, no Gana, de 19 a 21 de Outubro de 2007 de modo a providenciar contributos efectivos para a Troica UA-UE e para as Reuniões Ministeriais que tiveram lugar em Accra na semana seguinte. A reunião, que contou com a presença de uma ampla gama de OSC de todo o continente, providenciou contributos para este processo, tendo sido tomados pelas reuniões preparatórias da Troica UA-UE e Ministros. Há

que salientar que o contributo e o papel da sociedade civil estão bem definidos na Declaração de Lisboa e no seu Programa e plano de Acção. O desafio da sociedade civil é agora o de tirar pleno partido dos seus papéis definidos e das suas oportunidades para contribuir de modo significativo no sentido do processo de implementação.

D.III. PREPARATIVOS PARA A CIMEIRA DA DIÁSPORA AFRICANA

37. A Comissão envidou também consideráveis esforços no sentido da consolidação da Iniciativa da Diáspora Africana. O impulso básico deste esforço concentrou-se nos preparativos para a Cimeira da Diáspora Africana a realizar na África do Sul em inícios de Maio de 2008.

38. De acordo com a Decisão Decision EX.CL 269 (VIII), a Comissão e o Governo da África do Sul concordaram numa abordagem que se basearia num diálogo consultivo global a fim de criar força para uma Cimeira da Diáspora Africana, que abarcaria um Programa e um Plano de Acção para melhor consolidar o desenvolvimento da Iniciativa da Diáspora. Foi concebido um programa de trabalho baseado num sistema de três fases para assistir este processo de implementação. O primeiro incluía uma série de conferências regionais consultivas a realizar em África e nas várias regiões do mundo nas quais a população da Diáspora Africana está concentrada em grande número. A isto seguir-se-ia uma Conferência Ministerial para aperfeiçoar e colocar os resultados num Projecto de Programa e Plano de Acção. Este Programa e Plano de Acção seria apresentado na fase final, a terceira a uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a qual será precedida por uma segunda Reunião Ministerial Pré-Cimeira a fim de consolidar o programa e plano de acção para consideração/opção por parte dos Chefes de Estado e de Governo. A vários níveis, foram tomadas medidas para integrar os representantes da Diáspora nos processos de diálogo, consultas e desenvolvimento de programa.

39. Assim, foram convocadas Conferências Consultivas Regionais (CCR), facilitadas pelo governo da África do Sul, em concertação com a Comissão. O processo teve início com consultas nacionais na África do Sul em inícios de Abril de 2005, seguindo-se as Conferências Consultivas Regionais (CCR) em Brasília, no Brasil, a 16 de Abril de 2007, Londres, Reino Unido, de 23 a 25 de Abril de 2007, Nova Iorque, E.U.A., de 22 a 23 de Junho de 2007, Barbados, nas Caraíbas, de 27 a 28 de Agosto de 2007, Paris, França, de 12 a 13 de Setembro de 2007 e a Conferência Consultiva Regional para África realizada na Sede da UA de 15 a 16 de Outubro de 2007 para revisão e consolidação dos vários resultados em preparação para a reunião de Funcionários Superiores e a Conferência Ministerial realizadas em Joanesburgo, na África do Sul, de 14 a 15 de Novembro de 2007 e de 16 a 18 de Novembro de 2007 respectivamente.

40. A decisão de convocar as CCR centrou-se na ideia de que uma parceira efectiva entre África e a sua Diáspora exige um maior entendimento, uma cooperação mais estreita, uma visão comum e e uma concepção comum de objectivos, intentos e estratégias para a reunificação e/ou rejuvenescimento da família Africana global. Assim, os vários fóruns permitiram aos Africanos em todo o Mundo reunirem-se pela primeira vez com o fim de criar consenso sobre qual o rumo a seguir, abordar os seus aspectos comuns e criar programas orientados para a obtenção de resultados que concretizem a esperança, a oportunidade e o propósito.

41. As CCR foram muito bem sucedidas e providenciaram os elementos necessários para o Programa e Plano de Acção revisto pelos Funcionários Superiores e subsequentemente adoptado pelos Ministros em Joanesburgo em meados de Outubro de 2007. O Programa e Plano de Acção permanence um trabalho em aberto, mas foi já alcançado um acordo substancial em todas as grandes áreas para com as quais a totalidade das populações africanas em todo o mundo se comprometeu. O valor e o impacto das CCR salientou também a necessidade des estas consultas continuarem a ser um processo constante de modo a facilitar a existência das redes da Diáspora Ua nas várias regiões do mundo e captar as suas energias para o trabalho da União. Enquanto parte deste processo, estão previstas

consultas de acompanhamento simultâneas, num futuro próximo, no Médio Oriente, nos Estados do Golfo, na Oceânia e na Ásia.

42. A Comissão gostaria de agradecer ao Governo e ao Povo da África do Sul, em especial ao Presidente Thabo Mbeki e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Zuma, pelo empenho activo e pela estreita cooperação na viabilização deste processo. Os esforços da África do Sul destacam o facto de a implementação da Iniciativa da Diáspora necessitar de um quadro comum, uma colaboração activa entres os Estados-Membros e a Comissão, assim como o reforço da Comissão através do apoio de recursos e da capacitação.

D.IV. DESENVOLVIMENTO DE CORPO AFRICANO DE VOLUNTÁRIOS

43. O Acto Constitutivo da União estipula que a participação popular continua a ser um objectivo cardinal na relação entre o povo e o seu órgão continental. Esta questão foi ainda mais amplificada na Visão, Missão e Plano Estratégico da Comissão e do seu Plano de Acção Prioritário adoptado pela Conferência em 2004, no que diz respeito à necessidade de criar um Corpo Africano de Voluntários que ligaria mais estreitamente o povo de África aos projectos e programas da União, de modo a alcançar os seus intentos e objectivos. Isto é imperativo porque, ao longo dos tempos, o continente Africano foi um recipiente de voluntários de todo o mundo, tendo desenvolvido a imagem negativa de um continente permanentemente dependente de actividades externas. Assim sendo, a Comissão está a envidar esforços com vista à criação de um Corpo Africano de Voluntários em cooperação com todos os Estados-Membros. O programa foi concebido enquanto uma iniciativa dos Cidadãos que apelará ao espírito de voluntariado do povo Africano e recorrerá aos abundantes recursos de que o continente é dotado.

44. Com o apoio do subsídio do PNUD, a Comissão desenvolveu propostas para o desenvolvimento deste corpo em duas reuniões sucessivas de peritos técnicos realizadas na Nigéria e no Senegal em Agosto e Novembro de 2007 respectivamente. As reuniões apoiaram-se nos recursos de participantes na ONU e

de outros programas de voluntariado internacionais e no corpo de peritos de apoio técnico e em recursos de Estados-Membros da União. Foram recebidos comentários de vários Departamentos da Comissão enquanto parte do processo de finalização da proposta e do seu documento de quadro. Subsequentemente, será realizado um processo de consulta com o CPR e os Peritos de Estados-Membros como preparação para a sua consideração por parte de órgãos relevantes de políticas.

E. PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS (SPPME)

45. A Comissão tem estado envolvida numa série de actividades, nomeadamente no trabalho do Comité Ministerial Ad Hoc sobre a Dimensão da Avaliação; em propostas sobre modalidades alternativas de financiamento da União Africana; e em discussões com vista ao reforço da parceria entre a UA e os Parceiros Internacionais.

E.I. ANÁLISE E PESQUISA DE POLÍTICAS

46. A Comissão realizou os seguintes dois estudos/propostas durante o período considerado:

(i) *Um estudo sobre oportunidades para os Produtores de Petróleo Africanos: Desafios de uma utilização produtiva dos recursos*

47. Este estudo planeado deverá analisar o modo de se tirar partido das actuais oportunidades de altos rendimentos petrolíferos e do alívio da dívida e as suas consequências de apoio a gastos governamentais cada vez maiores, de maneira a fazer progressos significativos no sentido do cumprimento dos ODM. Uma vez concluído, este estudo será aos órgãos competentes para consideração.

(ii) *Um estudo sobre Crescimento, Redução da Pobreza e a Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OMD)*

48. A introdução dos Relatórios de Estratégia da Redução da Pobreza (PRSP) em 1999 e a adopção da Declaração do Milénio em 2000 marcaram momentos basilares importantes ao atrairem a atenção dos criadores de políticas relativamente

à trágica situação dos indigentes. Reduzir a pobreza exige o melhoramento da qualidade dos serviços sociais. Portanto, este estudo tem como objectivo analisar a situação nos Estados-Membros e deverá sobretudo abordar os seguintes três assuntos nucleares:

(i) Como combinar o investimento social com investimentos directamente produtivos;
(ii) Como alcançar um crescimento alto e duradouro para os indigentes;
(iii) Como aumentar a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

49. Para mais, a Comissão tem vindo a analisar relatórios que lhe foram apresentados com vista a prestar aconselhamento relativamente a assuntos de grande interesse para a União Africana. Neste sentido, a Comissão examinou vários assuntos como a reacção da UA às propostas do G8; os modos de reforçar a cooperação entre a UA e as suas principais instituições parceiras, tal como a ONU e as suas agências, o BAD, a UE, as CSO, etc..

50. Para além da análise e dos comentários realizados a respeito dos tópicos acima, a Comissão preparou uma série de relatórios para consideração por órgãos relevantes, incluindo contributos para o seminário organizado pela sociedade civil sobre "Visão e Missão da UA", Novembro de 2007, a reunião da ECA sobre "Pobreza, Distribuição de Rendimentos & Mercado de Trabalho na África subsariana", Outubro de 2007, o Relatório iniciado em conjunto com a Oxfam, AFRODAD (Rede Africana para a Dívida e o Desenvolvimento), e AfriMAP (Projecto Africano de Monitorização e Advocacia), Julho de 2007, assim como o Relatório da 26ª Reunião de Peritos sobre a Conferência de Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico, CUA-ECA, Julho de 2007.

51. Há a necessidade de aumentar a capacidade da Comissão em termos de análise de políticas com a injecção de novas competências de modo a levar a cabo toda a investigação necessária em áreas relevantes de interesse comum para o continente.

E.II. GESTÃO DO SABER

E.II.1. Portal da Gestão do Saber

52. A Comissão encontra-se na segunda fase da transformação institucional empreendida para tornar mais eficaz o funcionamento da instituição panafricana e aumentar a produtividade do seu pessoal num ambiente de trabalho mais adequado. Esta segunda fase colocou em destaque a necessidade de uma concertação para harmonizar todos os projectos com componentes de « tecnologia da informação» (TI). As consultas entre os departamentos responsáveis chegaram à conclusão de que o portal da gestão do saber servirá como acesso aos outros projectos TI desenvolvidos no quadro da transformação institucional. Foi desenvolvido um software logístico para a construção do portal, agora já em funcionamento, que inclui um menu geral, de fácil compreensão para o utilizador e apresenta todas as línguas utilizadas na CUA, sendo capaz de armazenar mais de 10 milhões de documentos. Para além destes 10 milhões de documentos, está previsto um sistema de arquivo num servidor « arquivo ».

53. O objectivo máximo do portal é fazer ganhar tempo e tornar o pessoal da CUA mais produtivo. De facto, determinados estudos apontam para o facto de os trabalhadores do saber gastarem até 25% do seu tempo de trabalho só para encontrar a informação de que têm necessidade e que 40% desses trabalhadores não chegam sequer a encontrá-la. O portal daria ao pessoal a possibilidade de encontrar rapidamente a informação disponível no seio da CUA, pouco importando quem a criou ou onde se encontra.

E.II.2. Biblioteca e Arquivos

54. Esta unidade tem a seu cargo a recolha, conservação e preservação da memória cultural da CUA e do continente africano, de a tornar mais facilmente acessível e disponível com o apoio das ferramentas e técnicas mais modernas. Apesar do recente reforço do seu pessoal, a exiguidade dos locais é um entrave à

concretização dos objectivos fixados pelo plano. Será extremamente vantajoso para a Comissão a construção iminente das novas infra-estruturas de gabinetes. A modernização da unidade é feita com base numa gestão harmoniosa e racional dos recursos electrónicos e documentais, sem utilização exclusiva de umas e de outras.

E.III. PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

55. A Comissão empreendeu várias actividades nesta área, incluindo as que seguem:

a) A versão final do Manual de Planificação está agora em activa preparação antes da sua finalização.
b) O processo de reflexão para o Plano Estratégico da UA de 2008-2011 já teve início e está a progredir de acordo com o roteiro, conforme aprovado pelo Presidente da CUA.
c) A preparação para o Orçamento de Programa de 2008 começou realmente no princípio de 2007 em colaboração com Departamentos da CUA, órgãos da UA e gabinetes regionais da UA e aquele está a ser apresentado para consideração e adopção pelos órgãos competentes.
d) O Plano de Implementação do Projecto de Orçamento de Programa de 2008 foi finalizado e colocado em circulação em todos os Departamentos antes de ser distribuído aos Estados-Membros e Parceiros.

56. Estão em curso os **Preparativos para o projecto planeado de gestão com Base em Resultados** para a CUA. Este projecto tem os seguintes objectivos:

- Capacitar o pessoal da CUA, incluindo o reforço das sua competencies de monitorização e avaliação.
- Melhorar nas organizações a eficácia da gestão e a responsabilização na concretização dos resultados aguardados.
- Promover uma compreensão comum do processo de planificação e de monitorização nos vários níveis de gestão.

57. Está em curso o desenvolvimento do sistema AMERT. Na sua busca de melhoramento da monitorização e avaliação, a Comissão iniciou um processo de desenvolvimento de uma ferramenta informatizada de Monitorização e Avaliação para múltiplos utilizadores (AMERT) que irá assistir não só na monitorização e apresentação de relatório sobre a implementação do Quadro Estratégico da CUA, mas também na monitorização e apresentação de relatório sobre todas as decisões, declarações, políticas e programas da UA. O desenvolvimento de um sistema informatizado de Monitorização e Avaliação de Projecto/Programa ecnontra-se actualmente numa fase avançada. A primeira demonstração do sistema ocorreu em Abril de 2007 na CUA e em Novembro de 2007 no PPA e estão em curso outras demonstrações.

58. A Comissão contribuiu ainda para vários Workshops/Seminários e formações, incluindo: o Workshop sobre "Monitorização e Avaliação Financeira no sector público" realizado na África do Sul em Agosto de 2007, o Workshop sobre "Orçamentação e Programação e preparação de projectos no sector público" realizado na África do Sul em Outubro de 2007, a organização de um workshop sobre "formulação de orçamento" em Agosto de 2008. O Parlamento Panafricano também participou neste workshop, para além dos Departamentos da UA e dos Gabinetes Regionais. O principal objectivo do workshop era sensibilizar os Departamentos para o processo de formulação de orçamento da CUA. Foi ainda organizado um workshop sobre monitorização de projectos internos pela CE de 20 a 22 de Novembro de 2007 em Adis Abeba com vista a melhorar a qualidade dos projectos financiados pela CE de acordo com os princípios de eficácia da ajuda. Foi também disponibilizado um formador pela Comissão para o tema do facilitação do processo a fim de familiarizar o pessoal da CUA, os gabinetes regionais e os órgãos da UA com os novos e melhorados modos do processo de abordagem do financiamento, começando com a preparação de um projecto de qualidade, uma planificação de trabalho detalhada, concursos, responsabilização e apresentação de relatório.

59. Entre os maiores problemas e restrições que impedem um funcionamento sem obstáculos da Comissão neste área destacam-se: o atraso na instauração dos Procedimentos de Planificação e Monitorização nos vários Departamentos da CUA, a colocação inadequada de pessoal, bem como a não-utilização por parte dos Departamentos, gabinetes regionais e órgãos da UA. De modo a ultrapassar estas lacunas, foram convocadas duas consultorias para liderar o processo de implementação. Do mesmo modo, três em cada quatro peritos de planificação apresentaram-se ao serviço no âmbito da Facilitação de Processo. Foram realizadas muitas visitas de estudo a Departamentos da CUA, gabinetes regionais e órgãos da UA para os assistir na integração dos novos sistemas em desenvolvimento.

60. Para mais, foi preparado um Manual de Monitorização e Avaliação para assistir, juntamente com o Manual de Planificação, os Departamentos da UA na sua gestão de programas, com base no Plano Estratégico. Mais ainda, está em desenvolvimento um Manual Orçamental e de Procedimentos está em fase de desenvolvimento com o fim de ser distribuído aos Departamentos /Unidades da CUA para os assistir na preparação do orçamento.

E.IV. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

61. Durante o período considerado, as actividades da Comissão na área da Mobilização de Recursos centraram-se no acompanhamento dos compromissos feitos pelos Parceiros para a implementação das actividades prioritárias da UA para 2007, conforme patente no orçamento de programa aprovado. Ao mesmo tempo, a Comissão continuou a inserir os Parceiros Internacionais nos modos e meios de melhorar os acordos de cooperação, assim como a eficácia na prestação da assistência ao desenvolvimento, com o objectivo final de avançar cada vez mais no sentido da junção de fundos com vista a reduzir os custos de transacção da parte da Comissão.

62. Neste contexto, foram empreendidas várias actividades-chave, tais como as seguintes:

- Prosseguiu-se com o diálogo mensal com os Parceiros Internacionais criado no âmbito do novo Quadro de Parceria. O diálogo centrou-se na exploração de mecanismos de apoio comum de modo a introduzir a previsibilidade e a flexibilidade de fluxos de recursos para a implementação do Plano Estratégico da UA. Conforme aprovado pelo CPR, os Estados-Membros participaram activamente nestas reuniões através dos Presidentes do Sub-Comité Consultivo para Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros, o Sub-Comité Consultivo para Contribuições e o Sub-Comité Consultivo para a Cooperação Multilateral.

- Foram organizadas reuniões estruturadas envolvendo pontos fulcrais de todos os Departamentos/Directorias/Unidades da CUA para analisar a implementação do Programa de Apoio da CE de 55 mihões de euros e para preparar o Plano Anual de Trabalho para 2008. A reunião anual de revisão do primeiro semestre foi realizada em Julho de 2007. O Segundo Plano Anual de Trabalho foi concluído e tem um custo calculado em US$15,790,000.00. Esta quantia foi incluída no Orçamento de 2008 da Comissão e financiará várias acividades em todos os quatro Eixos do Plano Estratégico.

- As ferramentas e os modelos desenvolvidos no contexto da Facilitação do Processo froam finalizados e o recrutamento do pessoal, revisão das operações de aquisição, acomodação de gabinetes, aquisição de hard e software iniciados encontram-se numa fase avançada de finalização. Foi também iniciada a formação de Gabinetes Regionais e de outros órgãos da UA relativamente ao uso das novas ferramentas e dos novos modelos.

- Foi finalizado e assinado um Acordo de Financiamento Conjunto com vista à junção de fundos de Parceiros para financiamento da Facilitação de Processo, IMIS e dos Programas VSAT (as componentes-chave do Programa de Transfromação institucional). O acordo de junção de fundos trará consigo benefícios na forma de custos reduzidos de transacção, assim como financiamentos previsíveis e flexíveis.

- Foram preparados relatórios regulares financeiros e narrativos, tendo sido apresentados a Parceiros Internacionais no cumprimento de obrigações resultantes de acordos financeicros em curso.

- Foram seguidas as promessas feitas por Parceiros Internacionais e, neste contexto, foi assinado um Acordo de Subsídio em Setembro de 2007 com a Fundação de Capacitação Africana (ACBF) no montante de US$5 milhões ao longo de um período de 4 anos.

63. O maior desafio tem sido a capacidade lenta de absorção da Comissão, no sentido em que os fundos dos Parceiros atribuídos para a implementação de actividades no Orçamento de 2007 aprovado não foram plenamente utilizados. Esta situação deveu-se sobretudo a restrições de capacidade na maioria dos Departamentos da Comissão (em termos de pessoal) e a alguns procedimentos de concurso complicados impostos por alguns Parceiros. Um desafio relacionado tem sido as dificuldades na produção de relatórios financeiros e narrativos de qualidade e atempados sobre os programas financiados pelos Parceiros.

64. A aprovação por parte da Comissão do recrutamento de peritos a termo certo sob os auspícios da Facilitação do Processo e do Programa de Apoio da CE de 55 milhões de euros representará um grande passo no sentido de lidar com o problema da capacidade. A conclusão do exercício em curso de revisão do Manual de Adjudicações da UA de modo a alinhá-lo com os padrões internacionalmente aceites permitirá também que aquele seja utilizado para fundos de Parceiros e

abordar os atrasos inerentes resultantes do cumprimento dos procedimentos dos Parceiros.

65. A admissão de Planificadores Departamentais, assim como o uso das ferramentas e dos modelos desenvolvidos no contexto da Facilitação do Processo, representará também um grande passo no sentido de reforçar a capacidade da Comissão de desenvolver e implementar progrmas robustos e providenciar relatórios de progresso atempados e de qualidade.

66. De um modo geral, as reformas em curso dos sistemas de gestão administrativa e financeira sob os auspícios do Projecto de Transformação Institucional têm desempenhado um grande papel no reforço da credibilidade da comissão e espera-se que isto resulte num aumento de fluxos de recursos para os programas prioritários da UA.

67. A Comissão continuará a realizar consultas regulares com Parceiros Internacionais com vista a uma consolidação de uma nova parceira emergente. O objectivo final é dinamizar, simplificar e harmonizar os procedimentos dos Parceiros, assim como receber orçamento directo, reduzindo desse modo os custos de transacção e introduzindo alguma previsibilidade e flexibilidade nos fluxos de recursos e aumentando a eficiência e eficácia da assistência ao desenvolvimento no sentido da concretização dos objectivos mais latos de integração continental e de redução da pobreza. Cada esforço será feito no sentido de abordar quaisquer fraquezas que possam ser reveladas pelo exercício em curso de avaliação institucional.

F. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

68. Ao longo do período considerado, a Comissão continou a centrar as suas actividades na popularização das actividades da União.

F.I. A COLOCAÇÃO EM PRÁTICA DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

69. A colocação em prática da Estratégia de Comunicação 2008 -2011 constituiu um dos eixos prioritários do programa de acção da Comissão. Foi elaborado um documento de estratégia de comunicação para o período de 2008 - 2011 no quadro das relações de cooperação ente a Comissão e o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP). Esta nova estratégia de comunicação, informação e advocacia, ainda em estudo, será após validação, traduzida para planos de meios de comunicação social sectoriais, o que permitirá à Comissão melhorar o seu sistema de comunicação.

F.II. A MEDIATIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA COMISSÃO

70. A Comissão garantiu uma grande divulgação de informações relativas às actividades de todos os departamentos da Comissão por meio da publicação e divulgação de comunicados de imprensa enviados a todos os meios de comunicação social africanos e internacionais por meio de uma base de dados sobre os jornalistas, base essa que é actualizada regularmente, em especial a dos meios de comunicação especializados em questões africanas e que trabalham em África e em todo o mundo (imprensa escrita (Agências de imprensa e jornais), imprensa audiovisual (Rádios e televisões), imprensa electrónica (meios de comunicação social electrónicos).

71. Foram desenvolvidos vários planos de meios de comunicação social específicos e temáticos e acompanharam as Cimeiras organizadas pela União e as que a União co-organizou com os seus parceiros, nomeadamente a Nona Cimeira da UA em Accra, no Gana em Julho de 2007, a Cimeira África/América do Sul (Washington,

Julho de 2007), a Cimeira África Europa em Lisboa. A actividade da Comissão centrou-se também na cobertura das grandes Conferências Ministeriais, nomeadamente o Fórum sobre a Infância, realizado no Cairo e as reuniões do Comité Ministerial sobre o Governo de África.

F.III. AS ACTIVIDADES DE EDIÇÃO E DE PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDOS

72. A Comissão continuou a garantir a publicação de documentos de informação com o selo da Comissão, nomeadamente a NEWS LETTER da CUA, realizada e divulgada por correio electrónico. Esta publicação mensal em linha de 12 páginas dá conta das mais importantes actividades organizadas pela Comissão. O mesmo se aplica à publicação regular de « A Carta do Presidente da CUA», que constitui uma ferramenta de comunicação privilegiada entre o Presidente da Comissão e a liderança africana.

73. A publicação, em colaboração com os serviços da NEPAD, de um Livro com o balanço dos cinco anos da União (2002-2007) encontra-se actualmente em curso. Esta publicação oferecerá um resumo sobre os programas e os feitos realizados pelos diversos órgãos e estruturas da União.

74. Uma agenda 2008, com uma apresentação dos 53 membros da União, figura igualmente no programa de actividade da Comissão.

F.IV. O PORTAL

75. Apesar das insuficiências técnicas e em termos de recursos humanos, o Portal da UA registo resultados satisfatórios no que diz respeito à divulgação da informação. O Portal continua a ser a janela da União aberta para o mundo exterior. Por ocasião de grandes acontecimentos organizados pelas estruturas da UA, foi elaborada uma série de páginas web específicas que foi colocada no Portal da União, permitindo aos utilizadores africanos e a outros informarem-se sobre as actividades da União.

F.V. AS ACTIVIDADES AUDIOVISUAIS E FOTOGRAFIAS

76. O serviço audiovisual e fotográfico assegurou a cobertura das actividades da Comissão por meio de fotografias, vídeos e de gravações sonoras e e CD ROM. Também o arquivo das actividades gravadas, de cópias em cassettes ou CD e fotografias foi enviado a determinados Estados-Membros a pedido dos mesmos.

F.V.1. A Criação de uma Cadeia Panafricana de Rádio e Televisão

77. A Comissão finalizou o dossier técnico do estudo objecto da decisão do Conselho Executivo aquando da Cimeira em Banjul. Dois peritos (de um total de 15 candidaturas recebidas) foram seleccionados pelo Comité de Selecção criado para este efeito. Os dois peritos seleccionados darão início, em breve, ao seu estudo. O seu estudo será apresentado à reunião dos Altos Responsáveis que precederá a Conferência dos Ministros da Informação e da Comunicação, conforme recomendado por esta última aquando da sua reunião em Adis Abeba, na Etiópia, entre 14 e 15 de Junho de 2006 e conforme aprovado pelo Conselho Executivo em Banjul, na Gâmbia, em Julho de 2006.

F.V.2. A organização do concurso para uma nova bandeira da UA

78. A Comissão lançou, a partir de Fevereiro de 2007, o dossier respeitante à organização de um concurso para uma nova bandeira da União Africana, em aplicação da Decisão da Assembly/AU/Dec.151 (VIII) adoptada pela Oitava Sessão ordinária da Conferência realizada em Adis Abeba de 29 a 30 de Janeiro de 2007. Em 30 de Abril de 2007, data-limite de entrega das candidaturas, o número de candidaturas recebidas pela Comissão elevava-se a 117 provenientes de 74 cidadãos africanos. Conforme a Decisão anteriormente citada, o projecto apresentado pelo Líder da Jamahiriya Árabe Líbia deveria também ser analisado pelo Comité de Selecção. Neste sentido, a Comissão criou, desde então, um Comité composto por Peritos oriundos dos Estados-Membros. Este Comité reunir-se-á em Março de 2008 para analisar as diferentes propostas.

G. ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

79. Durante o período considerado, a Comissão implementou as seguintes actividades nas areas da administração e do desenvolvimento dos recursos humanos.

G.I. DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

G.I.1. Questões estruturais e administrativas

80. Neste ponto, a Comissão levou a cabo a implementação da Estrutura Pós-Maputo Partes A & B; o recrutamento e colocação de membros do pessoal; a definição de um sistema de quotas para gestão revisto; a implementação da decisão sobre a Harmonização da Política de Remuneração para a Comissão e a adopção de um escalão de salários revisto para pessoal da categoria profissional em Julho de 2007. A Comissão levou a cabo o estudo sobre a análise do Esquema da Segurança Social e introduziu o Seguro de Viagem em Trabalho, assim como o Seguro de Numerário e Fidelidade, melhorando simultaneamente a cobertura dos membros do pessoal (limite do agregado, soma segurada, pessoal a termo certo, etc). A Comissão assistiu na operacionlização dos Gabinetes da CUA em Washington e Argel (ACRST). Preparou ainda, em cooperação com os Departamentos/Unidades relevantes, os relatórios referentes a novos ajustamentos das Estrutiras de Maputo (Parte C) para consideração pelo Sub-Comité para a Estrutura. A Comissão lançou o Projecto Piloto “Pagar pelo desempenho”, assim como o guia Indução/Orientação para pessoal recém-recrutado, juntamente com um Guia para recém-nomeados/chegados. A Comissão finalizou também a Avaliação de Necessidades de Formação e a Política de Formação revista. Como medida prática, foi organizada uma Formação de Orientação de dois (2) dias para o novo pessoal recrutado desde Agosto de 2007. Para mais, foi desenvolvida uma

ferramenta de formulário de Avaliação do Desempenho/com base nos Resultados, que está a ser implementada desde Outubro de 2007.

81. O Projecto revisto de Regulamentos e Regras do Pessoal da União Africana foi agora finalizado e está a ser apresentado aos órgãos competentes para consideração.

G.I.2. Outras Actividades Relacionadas com a Gestão de Recursos Humanos0

(i) Questões de Assistência Social do Pessoal

82. A Comissão implementou a decisão de Subsídio de Educação para o pessoal recrutado localmente, tendo desenvolvido e implementado novas Directrizes respeitantes ao Subsídio de Educação. A Comissão assistiu ainda no melhoramento dos serviços da Cafeteria da UA.

(ii) Cobertura Médica para o pessoal

83. A Comissão melhorou as instalações médicas, em especial a modernização do Centro Médico. A Comissão organizou um seminário sobre o Plano de Assistência Médica e continua activo na realização do estudo sobre a Cobertura Médica.

(iii) Formação e Desenvolvimento do Pessoal

84. A Comissão encontra-se no processo de criar um Centro de Formação e de um Fundo de Formação para a União Africana. Durante o período considerado, alguns membros do pessoal frequentaram workshops de curta duração, formação e seminários sobre diferentes áreas de conhecimento.

G.I.3. Actualização sobre o Recrutamento para Facilitação do Processo e sobre o Programa de Apoio de 55 Milhões de Euros

85. Os seguintes aspectos foram tratados no âmbito dos dois programas:

a) Recrutamento para a Facilitação do Processo

(i) Número total de postos orçamentados: 26
(ii) Número total de postos inicialmente aprovados: 17
(iii) Número de ofertas/contratos de emprego enviados e aceites: 16
(iv) Número de recusas de ofertas: 1; o Perito de RH, a oferta sera feita ao Segundo melhor candidate na lista de reserve durante o mês de Dezembro de 2007.
(v) Número de membros do pessoal que até agora assumiu funções: 12
(vi) Número de membros do pessoal que ainda não assumiu funções: 4

b) Programa de Apoio de 55 Milhões de Euros

(i) Número total de postos orçamentados e aprovados: 26
(ii) Número de ofertas enviadas: 20
(iii) Número de recusas das ofertas: 1
(iv) Número de membros do pessoal que até agora assumiu funções: 13
(v) Número de postos de novo anunciados por falta de candidatos adequados: 6
(vi) Número de membros do pessoal que ainda não assumiu funções: 6. Estes apresentar-se-ão entre Dezembro de 2007 e 31 de Janeiro de 2008.

G.II. SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO

G.II.1. Actualização da Infra-Estrutura de Rede da UA

86. A Comissão levou a cabo os testes necessários, a actualização e migração do Sistema Operativo do seu Servidor de um servidor NT4 para um servidor Windows 2000 Advance Server.

G.II.2. Implementação do Projecto de conectividade VSAT/Estação-terra

87. No âmbito do Projecto de Governação-E, a Comissão concluiu a aquisição e instalação do equipamento da Plataforma, do equipamento de Videoconferência (VC) e do Voice Over Internet Protocol (VoIP) em todos os 25 sítios. Estão em curso os testes, a entrega da instalação e a integração de outros sítios com a principal PLATAFORMA/ Estação-terra. No mesmo esquema, a Comissão adquiriu Licenças VSAT para todos os Sítios VSAT África.

G.II.3. Implementação de um Sistema Integrado de Gestão de Informação (IMIS) 2007

88. O Projecto dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação engloba módulos necessários para a Gestão Financeira, Contabilística e de Recursos Humanos. Divide-se em dois lotes, nomeadamente Lote 1– Componentes de Software e de Sistemas e Lote 2 – Componentes de Hardware.

- <u>Lote 1 (Software):</u>

89. O Lote foi a concurso e foi avaliado por um Sub-Comité de Avaliação do Conselho de Adjudicação composto por peritos externos e pessoal de PBFA & Admin. & DRH. Com base nas recomendações do Conselho de Adjudicação, a

Comissão encontra-se no processo de negociação e de atribuição de contrato à melhor proposta.

- Lote 2 (hardware):

90. As propostas foram avaliadas com sucesso pelo Conselho de Adjudicação e o Contrato foi assinado em concordância. A entrega do equipamento e a instalação começaram em meados de Dezembro de 2007. Está em curso a formação do Pessoal Técnico da Divisão MIS sobre a instalação do hardware e a manutenção e operação do equipamento.

(i) Compra por atacado de hardware, aplicações e partes sobresselentes 2007

91. Este projecto inclui a aquisição de equipamento TIC para a Sede da CUA, bem como para os seus Gabinetes Regionais/de Representação. O Conselho de Adjudicação atribuiu o contrato para fornecimento e instalação de equipamento TIC para a Sede a uma empresa local. A entrega do equipamento teve início em Novembro de 2007. A aquisição do equipamento TIC para Gabinetes Regionais/de representação da UA está também a ser processada.

(ii) Aquisição e implementação de um sistema de tradução para a Directoria de Serviços de Conferência e de um Sistema Médico para a Directoria dos Serviços Médicos – 2007-2008

92. O projecto de Pedido de Propostas (RFP) para um sistema médico para a Directoria de Serviços Médicos e de um Sistema de Tradução para a Directoria dos Serviços de Conferência foi também preparado e está a ser processado para concurso com vista à modernização de ambos os sistemas.

(iii) Apoio Rotineiro do Serviço de Assistência TIC

93. A Comissão tem vindo a providenciar apoio técnico em linha aos Gabinetes Regionais/de Representação da CUA em termos de Hardware, Software e Rede. A assistência técnica foi também alargada às Embaixadas dos Estados-Membros com representação em Adis Abeba, sobretudo no que diz respeito à sua conectividade com a Rede da CUA. A infra-estrutura da Rede da CUA sofreu também expansão devido ao aumento da Estrutura da CUA, assim como devido à instalação de novos gabinetes. As Embaixadas dos Estados-Membros são encorajadas a fazer pleno uso destas facilidades, o que melhoraria a comunicação diária com a Comissão, incluindo a transmissão de documentação.

G.III. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

G.III.1. Aquisição e Viagem

94. Com a assistência da GTZ, foi concluído um novo Manual de Aquisições. O Manual estipula em detalhe tanto as políticas como os procedimentos aplicáveis à aqusição na Comissão, em consonância com os princípios e as melhores práticas internacionalmente aceites. Para mais, foram adquiridos computadores e acessórios para cerca de 28 funcionários que prestam serviço em vários Departamentos no âmbito da Facilitação de Processo.

95. Dois novos edifícios (B&B e Zelalem) foram arrendados na vizinhança da CUA para alojar não apenas o pessoal da Facilitação de Processo, mas também outro pessoal do Projecto e ainda pessoal de outros Departamentos da CUA que se prevê virem a sair das instalações da CUA. Está em curso a necessária instalação de Rede para garantir que os dois edifícios estão ligados à Rede da CUA, assim como às instalações providenciadas no âmbito do VSAT da Divisão MIS.

96. Mais ainda, a formação do pessoal tanto na Sede da UA como nos Gabinetes Regionais está actualmente em curso, a fim de familiarizar o pessoal com os vários manuais da CUA sobre o processo de tratamento de fundos.

97. No âmbito do Programa de Apoio da UE (55 milhões de euros), a CUA beneficiou também da aquisição de equipamento de escritório para o pessoal recrutado no âmbito do programa. O processo de aquisição deste equipamento está em curso. O custo do equipamento é de USD120,000.00.

98. Com o financiamento do Canadá, foram adquiridos os seguintes itens:

a) Para a Unidade de Impressão, é mantida de parte a quantia de USD600,000.00 para adquirir equipamento de impressão e os contratos estão em fase de finalização. O fundo está aberto até 31 de Dezembro de 2007 e os fundos já foram prometidos.
b) Para o equipamento Médico para o Centro Médico da CUA estão a ser realizados melhoramentos de grande dimensão e uma modernização das instalações do centro Médico. A modernização implica a aquisição de equipamento estimado em USD700,000.00. As ofertas foram lançadas e deveria ter sido assinado um contrato antes de 31 de Dezembro de 2007.
c) Com os fundos da Noruega e da Suécia financiou-se o projecto VSAT. A aquisição de equipamento para os 25 sítios remotos foi concluída. O custo geral do projecto estima-se em USD 5 milhões.

G.III.2. Serviços de Construção, Equipamento & Transporte (BETS)

99. A Comissão preparou o Memorando de Entendimento que foi assinado com a República Popular da China para a construção do Centro de Conferências e o Complexo de Gabinetes nos 12 hectares de terreno adjacente às actuais instalações. A construção está planeada para 2008. A Comissão finalizou também o

Contrato que foi assinado com o Governo da Cidade de Adis Abeba para a aquisição de 20 hectares de terreno.

100. Foram realizados pela Comissão diferentes trabalhos de manutenção, de modificação e alteração do espaço dos gabinetes com vista a melhorar as instalações existentes. Os espaços de Gabinetes foram modificados e redimensionados para acomodar novos membros do pessoal. Contudo, há a necessidade de espaço adicional para gabinetes destinados ao novo pessoal com contratação a termo certo. Foram também realizados trabalhos de renovação da Cafeteria da CUA e trabalhos de manutenção da fachada do Edifício A e dos edifícios de Conferência/Gabinetes durante o período considerado.

G.III.3. Unidade de Serviços de Segurança

101. A Comissão tem vindo a enfrentar algumas restrições e desafios na forma de lacunas nas políticas, nos procedimentos e nas directrizes escritas na área da segurança e da protecção. De modo a colmatar as lacunas existentes no actual sistema e a melhorar a sua capacidade nesta área, foram empreendidas as seguintes actividades:

a. Os seguintes documentos foram preparados para orientar as operações da Unidade de Segurança e foram implementadas: o Procedimento Operacional Permanente (SOP), a Ordem de Guarda, o Manual de Segurança em caso de Incêndio e as Medidas de Segurança Pessoal.
b. As competências dos Guardas de Segurança foram reforçadas através da formação técnica em várias questões de segurança e tecnologias de segurança. A instalação organizacional foi também revista através da introdução de um Sistema de Guardas de Segurança e Redes de Segurança e de estreitas relações de trabalho com os Órgãos dos Serviços de Segurança da República Federal Democrática da Etiópia, da ECA e de diferentes Embaixadas em Adis Abeba. Mais ainda, foram realizadas regularmente Actualizações Mensais da Segurança.

102. Para mais, foram preparados os seguintes planos para aprovação e implementação: um Plano Integrado de Segurança Física, um Plano de Protecção em Caso de Incêndio, um Plano de Contingência e Evacuação, Planos de Segurança Física para todas as reuniões importantes e Conferências.

103. A Comissão enfrenta ainda algumas restrições na área de segurança, tais como a falta de recursos humanos e a inexistência de uma unidade de segurança e de um sistema de segurança electrónico eficiente. Há a necessidade de realizar de forma regular a formação do pessoal de segurança de modo a reforçar as suas capacidades. É também necessário melhorar e coordenar a segurança e a protecção dos gabinetes da CUA no estrangeiro.

H. PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

H.I. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

104. Há que relembrar que a Conferência, na sua sessão de Janeiro de 2007 em Adis Abeba, na Etiópia (Assembly/Au/Dec.154) aprovou um orçamento total de US$ 132,988,152 para o ano de 2007, sendo que dessa quantia foram atribuídos US$83,301,152 para o orçamento operacional, enquanto US$49,687,000 foram destinados para vários programas.

105. A Execução Orçamental do Orçamento Operacional e de Programa para os onze meses com fim em 30 de Novembro de 2007 foi como se segue:

Categoria Orçamental	**Apropriação**	**Gastos e Encargos até 30 de Novembro de 2007**	**Percentagem da Execução Orçamental**
Orçamento operacional da Comissão	64,872,380	46,008,756	71%
Outros Órgãos	18,428,771	10,279,817	56%
Sub-Total do Orçamento Operacional	**83,301,151**	**56,288,573**	**68%**
Orçamento de Programa	49,687,000	15,458,904	31%
Total Geral	**132,988,152**	**71,747,477**	**54%**

106. Durante os onze meses da operação do actual ano fiscal (de 1 de Janeiro a 30 de Novembro de 2007), 53.95% do orçamento total ou US$ 71,747,477 foram executados. Da apropriação total US$56,288,573 (68%) e US$15,458,904 (31%%) foram gastos no orçamento de operação e de programa respectivamente.

107. Segue em anexo a execução orçamental detalhada por departamentos.

H.II. COLECÇÂO

108. A fonte de financiamento do orçamento da UA aprovado para o ano de 2007 provinha de Estados-Membros e de parceiros internacionais. Neste sentido, recebeu-se US$ 63,772,669.03 de Estados-Membros até 30 de Novembro de 2007 do total de contribuições avaliadas de US$ 96,711,152. Por outro lado, os parceiros internacionais da UA contribuíram US$ 11,067,466.69 (30%) de uma quantia total de US$ 36.3 milhões prometidos para financiamento de programas aprovados para o ano. Para mais, os parceiros internacionais contribuíram com um total de US$ 160,804,578.75 para o Fundo de Paz durante o período de 1 de Janeiro a 30 de Novembro de 2007.

H.III. PROGRESSO DO PROJECTO IMIS

H.III.1. Histórico do Projecto

109. Enquanto parte da segunda fase do projecto ITP, a Comissão iniciou a transformação das funções das Directorias de Finanças e de Administração de modo a torná-las mais eficientes e eficazes por meio da implementação do Sistema Integrado de Gestão de Informação (IMIS). A primeira fase da implementação teve início com as actividades de concepção do IMIS, que incluíam actividades de reorganização do processo empresarial e que resultou na preparação dos Documentos de Adjudicação IMIS – o pedido do IMIS de Relatório de Propostas.

H.III.2. Processo de Adjudicação

110. Foi lançada uma oferta para os lotes 1 e 2, via oferta ref: AUC-IFMIS-05-06, convidando as empresas a responder à oferta em 15 de Maio de 2006.

Lote 1 (Software de Aplicação)

111. Após vários passos no processo de avaliação, o Conselho de Adjudicação atribuiua oferta ao concorrente vencedor em 23 de Novembro de 2007.

Lote 2 (hardware e software de sistema)

112. A avaliação do Lote 2 do IMIS foi finalizada em 20 de Abril de 2007. Com base no relatório da equipa de avaliação técnica ad-hoc, o Conselho de Adjudicação atribuiu o contrato ao concorrente vencedor, Agresso AB. O contrato para o Lote 2 do IMIS foi assinado com a Agresso AB em 10 de Agosto de 2007.

113. Seguem-se os marcos importantes de acordo com o plano de implementação revisto:

Lote 1

• Negociação de Contrato	5/2/08	-	7/2/08
• Atribuição de Contrato	10/2/08	-	15/2/08
• Planificação do Projecto	1/3/08	-	31/3/08
• Implementação da Aplicação	1/4/08	-	31/12/08
• Operacionalização	1/12/08	-	31/12/08
• Aceitação Operacional	1/1/09	-	31/3/09
• Aceitação Final	1/4/09	-	30/6/09
• Avaliação e Conclusão do Projecto	1/7/09	-	31/7/09
• Apoio de Três Anos	1/7/09	-	30/6/12

Lote 2

• Implementação	6/8/07	-	30/4/08

H.IV. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PELOS DEPARTAMENTOS/SERVIÇOS

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentagem Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Órgãos de Criação de Políticas	1,015,795	969,573	46,222	95.45%
O Conselho de Auditores Externos	147,725	128,744.93	18,980.07	87.15%
Gabinete do Presidente				
Orçamento Operacional	1,288,879	1,410,409.69	-121,530.69	109.43%
Orçamento de Programa	4,742,000	1,245,162.54	3,496,837.46	26.26%
Divisão das Mulheres, do Género e do Desenvolvimento				
Orçamento Operacional	420,928	247,443.62	173,484.38	58.79%
Orçamento de Programa	1,040,000	309,992.30	730,007.70	29.81%
Planeamento Estratégico				
Orçamento Operacional	1,380,893	1,297,803.02	83,089.98	93.98%

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentag em Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Orçamento de Programa	870,000	477,041.32	392,958.68	54.83%
Gabinete do Conselho Legal				
Orçamento Operacional	558,251	392,079.25	166,171.75	70.23%
Orçamento de Programa	976,000	27,287.07	948,712.93	2.80%
Gabinete do Auditor Interno				
Orçamento Operacional	427,864	338,931.38	88,932.62	79.21%
Orçamento de Programa	232,000	138,776.83	93,223.17	59.82%
Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano				
Orçamento Operacional	206,119	3,784.22	202,334.78	1.84%
Sociedade Civil na Diáspora				
Orçamento Operacional	582,036	437,238.96	144,797.04	75.12%
Orçamento de Programa	1,088,000	816,778.91	271,221.09	75.07%
Informação e Comunicação				
Orçamento Operacional	560,023	235,471.95	324,551.05	42.05%
Orçamento de Programa	260,000	220,623.19	39,376.81	84.86%
Serviços de Protocolo				
Orçamento Operacional	585,791	536,957.98	48,833.02	91.66%
Orçamento de Programa	70,000	52,707.24	17,292.76	75.30%
Unidades Especiais				
Orçamento Operacional	421,693	336,421.50	85,271.50	79.78%
Gabinete do Vice-Presidente				
Orçamento Operacional	690,883	508,943.26	181,939.74	73.67%
Directoria da Administração				

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentagem Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Orçamento Operacional	166,779	137,177.02	29,601.98	82.25%
Orçamento de Programa	3,350,000	305,180.59	3,044,819.41	9.11%
Divisão de Serviços de Recursos Humanos				
Orçamento Operacional	5,048,302	4,697,954.38	350,347.62	93.06%
Centro Médico				
Orçamento Operacional	2,355,887	2,093,966.94	261,920.06	88.88%
Orçamento de Programa	1,125,000	138,224.91	986,775.09	12.29%
Serviços de Gestão de Informação				
Orçamento Operacional	506,013	454,384.47	51,628.53	89.80%
Orçamento de Programa	900,000	572,338.77	327,661.23	63.59%
Serviços de Construção, de Equipamento e De Transporte				
Orçamento Operacionalt	1,681,916	1,302,763.03	379,152.97	77.46%
Serviços Administrativos				
Orçamento Operacional	107,455	111,956.97	-4,501.97	104.19%
Unidade de Serviços de Segurança				
Orçamento Operacional	510,468	530,151.50	-19,683.50	103.86%
Serviços de Registo				
Orçamento Operacional	1,146,016	923,089.29	222,926.71	80.55%
Unidade de Serviços de Aquisição e de Viagem				
Orçamento Operacional	1,064,520	414,001.23	650,518.77	38.89%
Unidade de Armazéns				
Orçamento Operacional	116,674	111,956.97	4,717.03	95.96%
Directoria de Programação, Orçamentação, Gestão Financeira e Contabilidade				

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentagem Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Orçamento Operacional	176,777	78,293.05	98,483.95	44.29%
Orçamento de Programa	3,643,000	2,534,714.94	1,108,285.06	69.58%
Pré-Auditoria				
Orçamento Operacional	134,550	79,482.21	55,067.79	59.07%
Divisão de Programação e de Orçamentação				
Orçamento Operacional	248,828	195,889.61	52,938.39	78.72%
Gestão Financeira				
Orçamento Operacional	441,405	452,904.44	-11,499.44	102.61%
Divisão de Contabilidade				
Orçamento Operacional	331,196	426,725.53	-95,529.53	128.84%
Directoria de Conferência				
Orçamento Operacional	371,452	175,221.27	196,230.73	47.17%
Orçamento de Programa	660,000	92,412.79	567,587.21	14.00%
Serviços de Conferência				
Orçamento Operacional	4,865,548	2,774,577.34	2,090,970.66	57.02%
Unidade de Publicação e Reprodução				
Orçamento Operacional	726,021	345,314.84	380,706.16	47.56%
Paz e Segurança – Gabinete do Comissário				
Orçamento Operacional	338,098	284,578.00	53,520.00	84.17%
Orçamento de Programa	9,119,000	28,195.74	9,090,804.26	0.31%
Directoria de Paz e Segurança				
Orçamento Operacional	223,288	357,543.01	-134,255.01	160.13%
Divisão de Gestão de Conflitos				

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentag em Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Orçamento Operacional	1,451,519	640,116.05	811,402.95	44.10%
Divisão de Operações de Apoio à Paz				
Orçamento Operacional	658,844	424,335.04	234,508.96	64.41%
Divisão de Defesa e Segurança				
Orçamento Operacional	222,542	82,819.26	139,722.74	37.22%
Equipa de Gestão de Projecto				
Orçamento Operacional	154,959	13,322.47	141,636.53	8.60%
Secretariado do Conselho de Paz e Segurança				
Orçamento Operacional	168,000	9,854.39	158,145.61	5.87%
Departamento de Assuntos Políticos – Gabinete do Comissário				
Orçamento Operacional	349,709	391,009.61	-41,300.61	111.81%
Orçamento de Programa	3,318,000	2,608,003.50	709,996.50	78.60%
Directoria de Assuntos Políticos				
Orçamento Operacional	163,454	269,298.33	-105,844.33	164.75%
Divisão da Democracia, Governação, Direitos Humanos e Eleições				
Orçamento Operacional	1,713,811	1,551,582.30	162,228.70	90.53%
Assuntos Humanitários, Refugiados e Pessoas Deslocadas				
Orçamento Operacional	329,884	121,656.60	208,227.40	36.88%
Infra-estrutura e Energia – Gabinete do Comissário				
Orçamento Operacional	537,646	483,109.65	54,536.35	89.86%
Orçamento de Programa	5,311,000	1,031,939.69	4,279,060.31	19.43%
Directoria da Infra-estrutura e Energia				
Orçamento Operacional	150,355	164,957.67	-14,602.67	109.71%

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentag em Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Divisão da Energia				
Orçamento Operacional	212,207	119,464.56	92,742.44	56.30%
Divisão de Transporte e Turismo				
Orçamento Operacional	215,756	175,642.25	40,113.75	81.41%
Divisão de Telecomunicações e Correio				
Orçamento Operacional	207,540	149,451.07	58,088.93	72.01%
Departamento de Assuntos Sociais – Gabinete do Comissário				
Orçamento Operacional	571,512	413,140.85	158,371.15	72.29%
Orçamento de Programa	3,000,000	855,895.03	2,144,104.97	28.53%
Directoria dos Assuntos Sociais				
Orçamento Operacional	227,827	117,168.36	110,658.64	51.43%
Saúde, Nutrição, População, VIH/SIDA				
Orçamento Operacional	314,311	291,746.53	22,564.47	92.82%
Divisão do Trabalho, Emprego e Migrações				
Orçamento Operacional	237,701	235,699.26	2,001.74	99.16%
Divisão da Assistência Social				
Orçamento Operacional	310,141	167,006.87	143,134.13	53.85%
Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia – Gabinete do Comissário				
Orçamento Operacional	692,336	397,029.47	295,306.53	57.35%
Orçamento de Programa	4,668,000	1,241,576.53	3,426,423.47	26.60%
Directoria de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia				
Orçamento Operacional	165,325	108,332.88	56,992.12	65.53%
Divisão de Recursos Humanos e da Juventude				

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentagem Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Orçamento Operacional	145,563	86,077.19	59,485.81	59.13%
Divisão da Ciência e Tecnologia				
Orçamento Operacional	216,485	290,048.89	-73,563.89	133.98%
Divisão de Educação				
Orçamento Operacional	96,887	95,159.87	1,727.13	98.22%
Departamento do Comércio e Indústria – Gabinete do Comissário				
Orçamento Operacional	315,208	311,073.67	4,134.33	98.69%
Orçamento de Programa	720,000	265,049.82	454,950.18	36.81%
Directoria do Comércio e da Indústria				
Orçamento Operacional	142,978	136,600.40	6,377.60	95.54%
Comércio, Alfândegas e Imigração				
Orçamento Operacional	356,013	165,722.19	190,290.81	46.55%
Divisão da Indústria				
Orçamento Operacional	213,165	96,732.01	116,432.99	45.38%
Divisão da Cooperação entre Alfândegas				
Orçamento Operacional	302,183	94,631.50	207,551.50	31.32%
Departamento de Economia Rural e Agricultura – Gabinete do Comissário				
Orçamento Operacional	405,923	338,514.14	67,408.86	83.39%
Orçamento de Programa	2,300,000	1,730,424.01	569,575.99	75.24%
Directorate of Rural Economy and Food Security				
Orçamento Operacional	140,741	194,910.08	-54,169.08	138.49%
Divisão da Economia Rural, dos Recursos Naturais e do Meio-Ambiente				
Orçamento Operacional	338,910	289,127.87	49,782.13	85.31%

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentagem Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Divisão da Agricultura e da Segurança Alimentar				
Orçamento Operacional	310,030	249,825.31	60,204.69	80.58%
Divisão da Economia Rural				
Orçamento Operacional	93,663	125,435.83	-31,772.83	133.92%
PATTEC				
Orçamento Operacional	142,666	127,018.81	15,647.19	89.03%
Departamento de Assuntos Económicos – Gabinete do Comissário				
Orçamento Operacional	384,551	369,045.82	15,505.18	95.97%
Orçamento de Programa	2,295,000	766,578.07	1,528,421.93	33.40%
Directoria dos Assuntos Económicos				
Orçamento Operacional	245,634	167,675.12	77,958.88	68.26%
Divisão de Integração Económica e Cooperação Regional				
Orçamento Operacional	278,151	262,611.48	15,539.52	94.41%
Políticas Económicas, Pesquisa e Estatísticas				
Orçamento Operacional	415,296	284,928.05	130,367.95	68.61%
Desenvolvimento do Sector Privado; Divisão de Investimento e de Mobilização de Recursos				
Orçamento Operacional	267,694	172,486.48	95,207.52	64.43%
Sub-total (operacional e de Programas)				
Orçamento Operacional	42,715,193	32,976,102	9,739,091	77.20%
Orçamento de Programa	49,687,000	15,458,904	34,228,096	31.11%
Subvenções e Subsídios				
Refugiados e PID	1,030,425	75,940.86	954,484.14	7.37%
Subvenções/Subsídios	500,000	457,492.43	42,507.57	91.50%

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentagem Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Assistência aos Estados-Membros	200,000	0.00	200,000.00	0.00%
Fundos Especiais de Emergência	1,000,000	0.00	1,000,000.00	0.00%
Fundos de Paz	2,939,584	207,636.57	2,731,947.43	7.06%
	5,670,009	**741,070**	**4,928,939**	
Outros Órgãos				
Parlamento Panafricano	12,626,271	7,390,532.91	5,235,738.09	58.53%
Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos	4,747,500	2,322,095.54	2,425,404.46	48.91%
Ecossoc	1,055,000	567,188.88	487,811.12	53.76%
	18,428,771	10,279,817.33	8,148,953.67	**55.78%**
Gabinetes Regionais				
Argel	2,109,785	763,009.32	1,346,775.68	36.17%
Nova Iorque	1,554,273	1,612,698.65	-58,425.65	103.76%
Bruxelas	1,458,017	1,403,567.78	54,449.22	96.27%
Washington DC	957,234	1,128,650.20	-171,416.20	117.91%
Genebra	1,893,847	1,985,370.17	-91,523.17	104.83%
Banjul	1,699,407	870,973.77	828,433.23	51.25%
Cairo	579,516	629,607.32	-50,091.32	108.64%
Niamey	701,968	450,163.50	251,804.50	64.13%
Lagos	1,052,241	244,564.76	807,676.24	23.24%
Quénia	1,138,870	1,163,148.13	-24,278.13	102.13%
Conacri	468,462	186,258.45	282,203.55	39.76%
Ouagadougou	795,760	574,057.01	221,702.99	72.14%
Yaoundé	824,995	624,671.60	200,323.40	75.72%
PANVAC	810,640	302,573.18	508,066.82	37.33%

30-Nov-07				
Departamentos	**Orçamento 2007**	**Gastos e Encargos Jan - Nov 30**	**Balanço até 30 de Novembro de 2007**	**Percentagem Execução Orçamental até 30 Nov.2007**
Lilongwe	442,163	352,269.57	89,893.43	79.67%
	16,487,178	**12,291,583**	**4,195,595**	**74.55%**
Total	**132,988,151**	**71,747,477**	**61,240,674**	**53.95%**
Sumário				
Total Orçamento Operacional	83,301,151	56,288,573	27,012,578	67.57%
Total Orçamento de Programa	49,687,000	15,458,904	34,228,096	31.11%
	132,988,151	71,747,477	61,240,674	53.95%

I. PAZ E SEGURANÇA

114. Desde a última sessão do Conselho, a Comissão envidou esforços no sentido de colocar em prática as diversas componentes da arquitectura continental de paz e segurança, conforme previsto pelo Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS). Do mesmo modo, forma tomadas com vista à operacionalização do Programa de Fronteiras da UA e isto com base na decisão do Conselho Executivo em Accra de aprovação da Declaração adoptada pela Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas questões das fronteiras, realizada em Adis Abeba em Junho de 2007, tendo o objectivo sido promover a prevenção estrutural de conflitos e simultaneamente reforçar as dinâmicas de integração no continente.

115. As situações de conflito e as dos países empenhados nos processos de reconstrução e de consolidação da paz atraíram também a atenção da Comissão. Esta continuou a apoiar os esforços de paz no continente através do destacamento, em condições quase sempre difíceis, de operações de apoio à paz, a implicação nos processos de paz em cursos e o apoio, por enquanto simbólico, à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito.

116. A mobilização do apoio da comunidade internacional em apoio aos esforços do continente continuou a figurar entre as prioridades da Comissão. A acção tomada neste sentido disse respeito sobretudo ao reaprovisionamento do Fundo de Apoio à Paz em África (APF), criado pela União Europeia (UE) a pedido da UA, bem como ao acompanhamento da decisão da Cimeira de Janeiro de 2007 relativa ao financiamento, ao modo de contribuições obrigatórias das Nações Unidas, das operações de apoio à paz empreendidas pela UA ou sob a sua autoridade, com o consentimento do Conselho de Segurança.

I.I. CRIAÇÃO DA ARQUITECTURA CONTINENTAL DE PAZ E SEGURANÇA

117. Ao longo do período considerado, foram realizados progressos consideráveis na criação da arquitectura continental de paz e segurança. Os parágrafos que se seguem dizem respeito à assinatura e ratificação do Protocolo relativo ao CPS, à instalação oficial do Grupo de Sábios, os esforços com vista a tornar operacionais o Sistema Continental de alerta rápido e a Força Africana em Alerta, bem como a finalização do Protocolo de Acordo de cooperação entre a UA e os Mecanismos regionais para a prevenção, gestão e resolução dos conflitos.

118. Aquando da conclusão deste relatório, 51 Estados-Membros tinham assinado o Protocolo PSC, enquanto 43 países tinham assinado e ratificado. A Côte d'Ivoire ratificou o Protocolo a 24 de Agosto de 2007 e depositou o seu instrumento de ratificação a 3 de Outubro de 2007. Há ainda dois Estados-Membros que têm de assinar e ratificar o Protocolo: Cabo Verde e Eritreia. Os seguintes Estados-Membros assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram: República Centroafricana (CAR), República Democrática do Congo (DRC), Guiné-Bissau, Guiné, Libéria, Mauritânia, Seichelles e Somália. Estes países são instados a, sem mais demora, tomar todas as medidas necessárias para se tornarem partes do Protocolo.

I.I.1. Grupo dos Sábios

119. O Protocolo relativo à criação do CPS prevê a criação de um Grupo de Sábios para apoiar os esforços do CPS e os do Presidente da Comissão, em especial no domínio da prevenção de conflitos. O Conselho lembrar-se-á que, com base nas propostas da Comissão, o Conferência de Chefes de Estado e de Governo, aquando da sua sessão realizada em Adis Abeba em Janeiro de 2007, havia nomeado os membros do Grupo. A Conferência havia solicitado à Comissão que tomasse todas as medidas necessárias para a criação rápida do Grupo, incluindo a estipulação definitiva das Modalidades que regerão o seu funcionamento e a elaboração de um programa de trabalho. Neste sentido, o documento

respeitante às Modalidades de funcionamento do grupo d'un foi aprovado pelo CPS a 12 de Novembro de 2007, enquanto a Comissão preparava um projecto de programa de trabalho que abrange o ano de 2008.

120. O Grupo de Sábios foi formalmente criado a 18 de Dezembro de 2007, em Adis Abeba, na presença dos representantes dos Estados-Membros e de outros membros do corpo diplomático acreditados na Etiópia, bem como das Nações Unidas. A esta cerimónia seguiu-se uma reunião inaugural do Grupo dedicada à análise do seu programa de trabalho para o ano de 2008. O grupo acordou realizar a sua próxima reunião em Adis Abeba, em meados de Fevereiro de 2008. Entretanto, a Comissão empenhar-se-á na mobilização de recursos tanto humanos como financeiros necessários para que o Grupo cumpra eficazmente o seu mandato.

I.I.2. Sistema Continental de Pré-Aviso (CEWS)

121. A Comissão deu seguimento aos seus esforços no sentido de operacionalizar o CEWS em consonância com a decisão da 10ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, realizada em Adis Abeba, em Janeiro de 2007, que apoiou o Quadro para a Operacionalização do CEWS e solicitou "à Comissão que tome todas as medidas necessárias para uma implementação atempada e plena do CEWS até 2009".

122. De modo a reforçar da capacidade de colecção de dados e de recolha de informação na Sala de Situação da UA, uma componente-chave do CEWS, estão a ser tomadas medidas para desenvolver um software, o Africa News Brief, que irá facilitar a recolha automática de informação de uma variedade de fontes em tempo real e em todas as línguas da UA. De modo a apoiar o desenvolvimento do novo software, foi realizada uma avaliação da infra-estrutura TI. A Comissão está agora em vias de adquirir o equipamento necessário que tornará o sistema de recolha de informação e de novos dados para o CEWS plenamente operacional em 2008. A Comissão encontra-se também a trabalhar no projecto de um Manual de

Metodologia CEWS sobre Avaliação de Conflitos Estratégicos (SCA) a fim de assistir analistas no seio da Divisão de Gestão de Conflitos (CMD)a monitorizar e analizar situações de potenciais conflitos em Àfrica. O Manual será finalizado durante uma reunião com os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos em emados de Fevereiro de 2008 e pretende-se que seja uma metodologia comum para ser utilizada tanto pela UA como pelos Mecanismos Regionais.

I.I.3. Força Africana em Alerta (FAA)

123. Em Accra, a Comissão informou o Conselho que estavam em curso preparativos para a realização de uma reunião de Ministros Africanos da Defesa e da Segurança com o fim de validar os documentos de base da FAA elaborados aquando dos seminários organizados pela Comissão em colaboração com as regiões, entre Janeiro e Abril de 2006. Estes seminários tratavam da doutrina, dos procedimentos operacionais permanentes, dos sistemas de comando, de controlo, de comunicação e informação, da formação e da avaliação, bem como da logística. Simultaneamente, foram tomadas iniciativas respeitantes a outros aspectos, incluindo a componente civil da FAA.

124. Desde então, a Comissão tem envidado esforços com vista à realização, o mais breve possível, da reunião ministerial prevista que será precedida pela reunião de Chefes de Estado maior e dos serviços de segurança. Neste quadro, há que assinalar que os documentos de base resultantes dos seminários mencionados acima foram agora concluídos. O atraso da finalização destes documentos é explicado pelo seu volume e complexidade, bem como pela sua tradução para todas as línguas de trabalho da UA.

125. Aós uma consulta inicial em Março de 2007, em Adis Abeba, seguida de uma visita do conjunto de cinco brigadas regionais, o grupo de estudo sobre os depósitos logísticos da FAA apresentou as suas recomendações aquando de uma reunião realizada em Adis Abeba em Julho de 2007. Estas recomendações dizem respeito,

entre outros aspectos, aos critérios que deverão presidir à construção e localização dos depósitos logísticos, a análise das propostas feitas pelas regiões, as potenciais funções dos depósitos e a sua organização, a lista detalhada e numerada dos materiais e equipamentos solicitados tanto a nível da UA como das regiões e o calendário de criação dos depósitos logísticos.

126. A experiência destes últimos anos nostrou a necessidade de a UA se dotar, no quadro da FAA, de uma capacidade de reacção rápida para poder intervir efectivamente e com a urgência requerida nas situações de conflito. A reunião dos ministros Africanos da Defesa e da Segurança discutirá esta questão. Neste quadro, um seminário preparatório sobre a proposta Força de Destacamento Rápido foi organizada em Adis Abeba em Julho de 2007. Foi também realizada uma reunião sobre o treino da FAA em Adis Abeba, em Outubro de 2007, com a participação das regiões, das Nações Unidas e dos parceiros do G8+. No final desta reunião, foi adoptado pelo conjunto das partes interessadas um plano de treino da FAA, abarcando o período de Outubro de 2007 – Junho de 2010. Por fim, o primeiro projecto sobre a avaliação da FAA foi elaborado no decurso deste períodoe deveria ser analisado no início do ano de 2008. O seu propósito é o de servir como guia para as CER/Regiões na avaliação da disponibilidade operacional das brigadas da FAA.

127. Da sua parte, o CPS realizou uma reunião de informação sobre a FAA no dia 21 de Novembro de 2007, com a participação de todas as brigadas regionais. O CPS, após ser felicitado pela Comissão e pelas brigadas regionais pelos esforços envidados, exortou a Comissão a proceder à elaboração dos documentos que serão apresentados à reunião dos Ministros da Defesa e da Segurança.

128. Gostaria, finalmente, de informar o Conselho que o Governo dos Estados Unidos informou a Comissão da sua disponibilidade de colocar à sua disposição um sistema integrado de comando, de controlo e de comunicação, que iria permitir nomeadamente e ligar as diferentes brigadas regionais à Sede da UA e reforçar a capacidade da UA à conduzir operações multidimensionais de apoio à paz, no

quadro da FAA. Em resposta, a Comissão exprimiu o seu apreço ao Governo americano e indicou, ao mesmo tempo, que qualquer oferta de apoio relativo ao sistema de comunicação da FAA só poderá ser analisada quando as necessidades precisas da Força forem identificadas e as decisões necessárias tomadas pelas instâncias competentes da UA.

I.I.4. Protocolo de acordo de cooperação entre a UA e os Mecanismos Regionais para a prevenção, gestão e resolução de conflitos

129. O artigo 16 do Protocolo relativo à criação do CPS diz respeito às relações entre a UA e os Mecanismos regionais que fazem parte integrante da arquitectura da segurança da União, que assume a responsabilidade principal pela promoção da paz, da segurança e da estabilidade em África. Neste sentido, o Protocolo estipula que o CPS e o Presidente da Comissão harmonizem e coordenem as actividades dos Mecanismos regionais. Para facilitar esta coordenação, o Protocolo prevê, em especial, que "a Comissão e os Mecanismos Regionais concluam um protocolo de acordo sobre a sua cooperação".

130. Foi neste contexto que a Comissão organizou em Kampala, no Uganda, de 31 de Agosto a 2 de Setembro de 2007, uma reunião de peritos dos Mecanismos regionais e da UA para analisar e finalizar o projecto de Protocolo de acordo que deverá reger a sua colaboração. O documento, conforme finalizado em Kampala, enuncia os objectivos procurados e os princípios que deverão reger a operacionalização do Protocolo. Para mais, o documento enumera as áreas de cooperação entre a UA e os Mecanismos regionais. Trata-se, entre outros aspectos, da construção da arquitectura continental da paz e da segurança, da prevenção de conflitos e da reconstrução pós-conflito, da gestão de fronteiras, do reforço das capacidades e da mobilização de recursos. Tratando-se de modalidades de cooperação, o projecto de Protocolo prevê uma troca regular de informações, a realização de reuniões periódicas e a abertura de gabinetes de ligação, assim como a realização de actividades conjuntas no terreno. Por fim, o projecto de Protocolo

comporta disposições sobre as relações com as Nações Unidas e outros agentes internacionais.

131. O projecto de Protocolo deverá ser formalmente adoptado por ocasião da Reunião que reagrupará os Mecanismos regionais e a UA no início do mês de Janeiro de 2008, na Argélia. Esta Reunião representará igualmente a ocaisão de fazer o ponto da situação dos esforços envidados até hoje com vista a construir uma arquitectura continental de paz e segurança e de reunir os melhores modos e os meios para reforçar as relações entre a UA e os Mecanismos regionais.

I.II. PREVENÇÃO ESTRUTURAL DE CONFLITOS – OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE FRONTEIRAS DA UA

132. Aquando da sua sessão de Accra, o Conselho Executivo tomou uma decisão de aprovação da Declaração sobre o Programa de Fronteiras da UA (PFUA) e as modalidades da sua operacionalização conforme adoptada pela Conferência dos Ministros Africanos responsáveis por questões de fronteiras, realizada em Adis Abeba no dia 7 de Junho de 2007. O Conselho solicitou à Comissão e aos Estados-Membros que tomem todas as disposições necessárias para a operacionalização da Declaração e que prestem regularmente contas aos órgãos deliberativos da UA. O Conselho lembrar-se-á que a Declaração se articula em torno de três pontos: delimitação e demarcação das fronteiras africanas que ainda não passaram por esse processo; desenvolvimento da cooperação transfronteiriça, nomeadamente de iniciativa local ; reforço de capacidades e mobilização de recursos.

133. No quadro do acompanhamento desta decisão, a Comissão organizou, no Djibuti, entre 1 e 2 de Dezembro de 2007, uma reunião de peritos para a qual foram convidadas as Comunidades Económicas Regionais (CER), os organismos africanos das bacias fluviais, o Clube do Sahel e da África Ocidental, o Secretariado e outras agências das Nações Unidas, assim como outros parceiros da UA e de estruturas especializadas. A reunião permitiu elaborar uma matriz de

operacionalização do PFUA, dando prioridade às actividades a realizar a identificando as parcerias a construir.

134. Nos meses que se seguem, a Comissão empenhar-se-á na operacionalização das actividades prioritárias assim identificadas. Há igualmente disposições prestes a serem tomadas com vista a dotar a Comissão dos necessários recursos humanos e da perícia necessária para garantir o acompanhamento adequado do PFUA.

I.III. SITUAÇÕES DE CONFLITO E DE PÓS-CONFLITO

I.III.1. Ilhas Comores

135. Aquando da sua última sessão em Accra, o Conselho havia sido informado acerca da evolução da situação na ilha comore de Anjouan e dos esforços envidados pela Comissão e pelos países da região para ultrapassar a crise nascida da recusa das autoridades ilegais de Anjouan em organizarem uma nova eleição presidencial na ilha nas condições de segurança e de transparência exigidas e, de um modo mais geral, de se conformarem aos textos fundamentais regentes do funcionamento da União. O Conselho, entre outros aspectos, encorajou os países da região a prosseguir e a intensificar os seus esforços para permitir ao CPS reunir-se, o mais depressa possível, a fim de tomar a decisão necessária para as Ilhas Comores.

136. No seguimento das consultas realizadas à margem da sessão do Conselho Executivo, os países da região acordaram reunir-se em Pretória, na África do Sul, de 8 a 9 de Julho de 2007. O Comité ministerial reuniu-se, como previsto, e adoptou uma série de recomendações que prevê uma abordagem em duas etapas: primeiro, a realização, em Anjouan, de eleições livres, regulares e transparentes que permitam nomear o Presidente da Ilha; de seguida, a tomada de disposições necessárias com vista a encontrar soluções duradouras para as insuficiências dos actuais arranjos institucionais, incluindo a partilha de competências entre a União e

as Ilhas autónomas. O Comité encarregou o meu Enviado Especial às Ilhas Comores, Francesco Madeira, de remeter oficialmente as suas conclusões às autoridades da União, das Ilhas Comores e às da ilha autónoma de Anjouan. E neste quadro que o Enviado Especial realizou uma missão às Ilhas Comores, de 23 a 27 de Julho de 2007, com vista a avaliar a situação no arquipélago e de recolher formalmente a resposta das partes interessadas. Se bem que o Governo da União tenha manifestado a sua aceitação das propostas de saída da crise apresentadas pelos países da região, as autoridades da Ilha de rejeitaram-nas.

137. Aquando da sua 87ª reunião realizada em Adis Abeba a 13 de Agosto de 2007, o CPS lamentou que os esforços envidados com vista à resolução da crise não tenham encontrado o eco favorável aguardado da parte das autoridades de Anjouan. O CPS solicitou à Comissão que trabalhe em estreita colaboração com os países da região para depois lhe apresentar propostas concretas, não excluindo nenhuma opção e incluindo a imposição das sanções individuais e dirigidas contra as autoridades de facto em Anjouan.

138. De seguida, realizou-se uma reunião de altos funcionários dos países da região e dos países contribuintes com tropas da MAES em Adis Abeba no dia 4 de Setembro de 2007. Esta reunião elaborou recomendações que foram analisadas pelo Comité ministerial dos países da região em Pretória, no dia 18 de Setembro de 2007. Nesta ocasião, o Comité apresentou propostas de saída da crise ao Governo da União e às autoridades ilegais de Anjouan. Concretamente, o Comité propôs a organização, tão depressa quanto possível, da eleição do Presidente da ilha autónoma de Anjouan, a fim de restaurar uma situação normal na ilha, sendo que esta eleição contaria com a segurança exclusiva da UA. O Comité acordou que, imediatamente após a realização da eleição em Anjouan, deveriam ser tomadas medidas para encontrar as soluções apropriadas para a questão da partilha das competências entre la União e as Ilhas Autónomas, assim como para a questão da governação. O Governo da União aceitou estas propostas, ao passo que as autoridades ilegais de Anjouan adoptaram, uma vez mais, uma atitude de recusa.

139. Com base nestas consultas, e após discussão entre os seus membros, o Comité ministerial formulou recomendações destinadas ao CPS. Estas recomendações prevêem nomeadamente a imposição de sanções individuais e outras a todas as pessoas que entravem o processo de reconciliação nas Ilhas Comores (interdição de viajar, congelamento de fundos, outros bens financeiros e recursos económicos e restrição de ligações aéreas e marítimas com proveniência de e destino para Anjouan). Simultaneamente, o Comité recomendou a revisão do mandato da Missão de Assistência eleitoral e de Segurança da UA nas Ilhas Comores (MAES) para apoiar a operacionalização destas sanções.

140. Aquando da sua 95ª reunião realizada em Adis Abeba, a 10 de Outubro de 2007, o CPS fez suas as recomendações do Comité ministerial. De modo mais específico, o CPS decidiu impor, por um período inicial de 45 dias, as sanções propostas às autoridades ilegais de Anjouan e a todas as outras pessoas que entravem o processo de reconciliação nas Ilhas Comores. O CPS decidiu também rever o mandato da MAES, reiterando a necessidade do ser reforço, ordenando a criação a Moroni, sob a direcção da UA, de um mecanismo de acompanhamento e sublinhou a importância de que se reveste o apoio da comunidade internacional para reforçar a eficácia das medidas tomadas.

141. No quadro da operacionalização desta decisão, a Comissão tomou uma série de iniciativas. Foi assim que a lista dos indivíduos e entidades sujeitos a sanções, conforme compilada pelo Governo comore, foi transmitida aos Estados-Membros e parceiros da UA; o mecanismo de acompanhamento foi operacionalizado e realiza, desde então, reuniões regulares para fazer o ponto da situação da colocação em prática das sanções ; e um determinado número de abordagens foi já encetado para reforçar a MAES. Convém, aliás, salientar os resultados do esforço de mobilização da comunidade internacional, como o atesta o apoio concedido pela Comissão do Oceano Índico, a Organização internacional da Francofonia, a Liga dos Estados Árabes, a União Europeia, bem como os Estados Unidos da América, às sanções decididas pela UA.

142. O Governo da União, das Comores e a população comore, de um modo geral, acolheram favoravelmente a decisão do CPS. Por seu lado, as autoridades ilegais de Anjouan reagiram com desconfiança, qualificando a reunião de 10 de Outubro de 2007 como « não-acontecimento». As autoridades continuam a exigir a realização de uma Mesa Redonda inter-comore como condição indispensável para a eventual organização de novas eleições em Anjouan. As autoridades decretaram igualmente determinadas medidas, tais como a interdição feita a numerosas altas personalidades de Anjouan, incluindo o Presidente da União, de permanecer na ilha, e a outras pessoas, que são suas opositoras, proibiu-lhes a saída de Anjouan; as autoridades exerceram ainda represálias contras membros das famílias.

143. Se bem que as sanções impostas pela UA não tenham produzido ainda todos os resultados aguardados, devido nomeadamente à insuficiência dos meios à disposição da Comissão para assegurar o acompanhamento exigido, elas contribuiram para o crescimento isolamento das autoridades ilegais de Anjouan e para a pressão que se exerce sobre estas para que se submetam às exigências da UA e da comunidade internacional de um modo geral. É na base desta apreciação que o CPS, aquando da sua 102ª reunião realizada em 26 de Novembro de 2007, decidiu prorrogar as sanções por um período suplementar de 60 dias, exortando os parceiros da UA a continuar a apoiar a sua colocação em prática e apelando, em especial, ao Conselho de Segurança das Nações Unida para que apoie os esforços da UA. O CPS solicitou aos Estados-Membros que prestem à Comissão o apoio logístico e outro necessário a fim de facilitar um acompanhamento mais efectivo da colocação em prática das sanções e reiterou a necessidade de reforçar a MAES, cujo mandato foi prorrogado.

144. Ao mesmo tempo, o CPS reafirmou o empenho da UA em seguir todos os caminhos com vista ao alcance de uma solução pacífica e negociada com base no quadro definido pelos países da região aquando das suas reuniões realizadas no Cabo e em Pretória, em Junho e Julho de 2007, respectivamente. O CPS solicitou aos países da região que se reunissem e lhe apresentassem todas as recomendações que considerem apropriadas. Após consulta com a África do Sul,

país coordenador dos esforços regionais para as Ilhas Comores, acordou-se realizar tal reunião à magem de presente Sessão do Conselho Executivo.

145. A Comissão gostaria uma vez mais de reiterar a necessidade de fazer tudo para restaurar a autoridade do Governo comore em Anjouan e de organizar no local, nas condições de transparência exigidas, a eleição do Presidente da ilha, o que abriria o caminho para a busca de respostas efectivas para os problemas de governação com que o arquipélago se depara. Todo o atraso suplementar na resolução da crise que resulte da atitude das autoridades ilegais de Anjouan arrisca comprometer gravemente a unidade do arquipélago e colocar em causa os ganhos registados nos últimos anos graças aos esforços envidados pela UA com o apoio da comunidade internacional.

146. A Comissão gostaria de agradecer aos países da região e aos países contribuintes com tropas para a MAES pelo seu empenho contínuo com vista à resolução da crise comore. A Comissão lança um apelo a todos os Estados-Membros aos quais seja possível que prestem o apoio material e financeiro necessário à MAES e regozija-se com o apoio prestado pelos nossos parceiros no seio da comunidade internacional e solicita-lhes que se mobilizem ainda mais em apoio dos esforços da UA.

I.III.2. Somália

147. Em Julho último, em Accra, a Comissão apresentou ao Conselho uma actualização sobre desenvolvimentos na Somália. A Comissão enfatizou que a Somália se encontra numa encruzilhada e que existe uma oportunidade real para abrir um novo capítulo na história desse país, apelando à comunidade internacional para tomar partido da situação e acabar definitivamente com o conflito que tem afligido a Somália e o seu povo ao longo de mais de uma década. Neste sentido, o Conselho foi informado acerca das medidas tomadas pela Comissão, em conformidade com a decisão do PSC de Janeiro de 2007, incluindo o envio da Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Os esforços iniciados pelo

Governo Federal Transitório (TFG) para manter o processo de reconciliação através da convocação de um Congresso de Reconciliação Nacional (NRC) foram também destacados.

148. O período considerado testemunhou a convocação do NRC, em Mogadíscio, de 15 de Julho a 30 de Agosto de 2007. Mais de 2,600 pessoas participaram no Congresso, organizado por um Comité de Governação e Reconciliação Nacional presidido pelo antigo Presidente Ali Mahdi Mohamed. Contudo, alguns dos agentes que poderiam ter contribuído de forma significativa para o NRC decidiram manter-se distantes, incluindo uma secção do clã Hawiye em Mogadíscio, assim como grupos da oposição sedeados no estrangeiro.

149. O Congresso concluiu as suas deliberações tendo as partes chegado a um acordo sobre uma série de assuntos. Entre outros, há que fazer menção ao anúncio de um fim da guerra civil e dos conflitos que dilaceram a Somália desde 1978; o apelo a todas as partes Somali para desarmarem voluntariamente e devolveram propriedade pilhada; o pedido às Instituições Federais Transitórias (TFI) para implementarem todos os processos constitucionais previstos na Carra Federal Transitória (TFC) que levariam à concretização do federalismo no país; a realização de um censo populacional; e a realização de eleições livres e justas que abririam o caminho para um governo eleito democraticamente antes do final de 2009. O Congresso aplelou também à criação de um Governo efectivo, cujos membros seriam recrutados tanto de dentro como fora do Parlamento. Subsequentemente, uma delegação de líderes Somali, incluindo o Presidente Abdullahi Yusuf, o Primeiro-Ministro Ali Mohamed Gedi e o antigo Presidente Ali Mahdi, visitou a Arábia Saudita em meados de Setembro de 2007, onde os líderes assinaram um acordo sobre a implementação dos resultados do NRC.

150. Por seu lado, os vários grupos de oposição reuniram-se em Asmara de 6 a 13 de Setembro de 2007, onde realizaram um Congresso paralelo, tendo contado com a participação de, entre outros, representantes da União dos Tribunais Islâmicos (UIC), os “Deputados Parlamentares Livres” liderados pelo antigo

Presidente do Parlamento Federal Transitório (TFP), Sharif Hassan Sheikh Aden, membros da diáspora Somali e alguns líderes de clãs. A reunião chegou a acordo sobre a formação de uma Aliança para a Libertação e Reconstituição da Somália, com o propósito declarado de libertar a Somália da "ocupação etíope" e lançar um processo político que envolveria todas as partes interessadas Somali e reconstruir o Estado Somali. A Aliança garantiu conversações com o TFG sobre uma retirada etíope da Somália.

151. O período sob consideração também testemunhou um aumento da tensão no seio do TFG, com um afastamento cada vez maior entre o Presidente Yusuf e o Primeiro-Ministro Gedi relativamente a questões de transparência e de responsabilização, bem como de interpretações divergentes do TFC no que diz respeito ao mandato do Primeiro-Ministro e as implicações daí resultantes. Esta tensão acabou por ser debelada com a demissão do Primeiro-Ministro Ali Gedi em 29 de Outubro de 2007, substituído por Nur Hassan Houssien, antigo Chefe do ICRC na Somália. O Primeiro-Ministro está actualmente no processo de formação de um gabinete.

152. Desde a sua nomeação, o novo Primeiro-Ministro salientou repetidamente que a reconciliação estaria no cerne das suas actividades durante o seu mandato. Neste sentido, vale a pena destacar as garantias que o senhor deu ao meu novo Representante Especial para Somália, Nicolas Bwakira, bem como aos participantes na reunião convocada pela Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Condoleezza Rice, em Adis Abeba, a 5 de Dezembro de 2007, para discutir desenvolvimentos respeitantes à paz e segurança na região.

153. Entretanto, o Grupo de Contacto Internacional (ICG) na Somália reuniu-se em Roma a 10 de Setembro de 2007. A UA participou na reunião, que recebeu com agrado os compromissos do NRC, bem como os do Presidente Abdulahi Yusuf na sessão de encerramento do Congresso para "abrir um novo caminho político que irá ganhar a confiança do povo Somali" e para prosseguir com o processo de diálogo.

O ICG apelou às TFI para implementarem de boa fé as recomendações do NRC, incluindo a elaboração urgente de um roteiro para o período transitório restante.

154. Embora o TFG e as forças etíopes tenham continuado a envidar esforços contínuos para melhorar a segurança em Mogadíscio, a situação na capital permanence precária, com uma média de 5 a 6 incidentes por dia. A maior parte dos incidentes relatados durante o período considerado envolveu o uso de ataques com granadas, ataques com bombas nas estradas, ataques com morteiros e fogo de armas pequenas contra o TFG e as forças etíopes, bem como confrontos entre as forças de segurança e os insurgentes. Os ataques por parte dos insurgentes aumentaram de modo significativo imediatamente após o NRC, em Outubro de 2007, mas diminuíram depois, graças nomeadamente às operações realizadas pelas forças etíopes em Novembro de 2007. Incidentes entre clãs foram também relatados em outras regiões da Somália. Estes confrontos, que são comuns nesta altura do ano, devem-se sobretudo ao ontrolo das fontes de água, das terras de pastagem e recolha de rendimentos.

155. A Somália é uma das áreas de maior risco de pirataria no mundo. De acordo com as estatísticas disponíveis, durante os primeiros nove meses de 2007, foram registados 36 ataques piratas ou tentativas de ataques nas águas em torno do Corno de África e na Península Arábica. Ao longo dos últimos dez anos, a UA tem sido regularmente abordada por uma série de países cujos cidadãos foram feitos reféns ou raptados em águas somali. Esta situação, entre outras, ameaça a prestação de assistência humanitária, especialmente porque aproximadamente 80% da assistência enviada para a Somália pelo Programa Alimentar Mundial segue por mar. Face a esta situação, a Comissão regozija-se com as medidas tomadas pela França para proteger os fornecimentos humanitários para a Somália e com as consultas realizadas com a UA a este respeito de modo a facilitar a coordenação com a AMISOM.

156. A situação de segurança prevalecente em Mogadíscio, em particular, e na Somália em geral tem levado a um agravamento da situação humanitarian no país, incluindo um aumento do número de pessoas internamente deslocadas. Para mais, a capacidade das agências humanitárias de prestarem assistência é seriamente afectada por uma série de factores, nomeadamente dificuldades relacionadas com o acesso à população necessitada e com as restrições impostas aos seus movimentos.

157. Durante o período considerado, não foi feito qualquer progresso significativo em termos do reforço da AMISOM, o que se deve às contínuas restrições financeiras e logísticas com que se depara a Comissão. Até hoje, das 8,000 tropas autorizadas pelo CPS, apenas dois batalhões ugandeses se encontram no terreno em Mogadíscio. Contudo, na altura da finalização destes relatório, estavam em curso medidas para o envio do primeiro de dois batalhões prometidos pelo Burundi. Não foi ainda estipulado qualquer calendário para o envio dos restantes batalhões burundeses e dos contingentes prometidos pelo Gana e pela Nigéria. Também não foram registadas quaisquer novas contribuições em termos de tropas.

158. Por conseguinte, a AMISOM não tem sido capaz de expandir as suas actividades. A Missão continua a prestar escoltas VIP e a realizar patrulhas de confiança dentro da sua área imediata de operações, prestando também assistência humanitária limitada à população civil. A Comissão gostaria de, mais uma vez, expressar o seu apreço às tropas ugandesas pelos seus esforços, apesar das condições muito difíceis nas quais trabalham. Este apreço dirige-se também ao Governo ugandês pelo seu empenho contínuo. A Comissão gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar a sua gratidão a todos os países e instituições que contribuíram em apoio da AMISOM.

159. Em 18 de Julho de 2007, o CPS alargou o mandato da AMISOM por um período suplementar de 6 meses, uma decisão recebida com agrado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas na sua resolução 1772 (2007) de 20 de Agosto de 2007. Nessa decisão, o CPS reiterou o seu apelo urgente aos Estados-Membros

da UA e parceiros para providenciarem o necessário apoio financeiro, logístico e técnico de modo a que seja possível para a AMISOM obter rapidamente a força autorizada e prosseguir com as suas operações. A Comissão apelou ainda a todos os Estados-Membros para contribuírem com tropas e outro pessoal necessário para a AMISOM. O CPS salientou, mais uma vez, a necessidade do envio de uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas para a Somália, a qual assumirá o lugar da AMISOM e apoiar a estabilização a longo prazo e a reconstrução pós-conflito na Somállia. Enquanto se aguarda este envio, o CPS apelou às Nações Unidas para colocarem em prática um pacote de apoio financeiro, logístico e técnico para a AMISOM, no âmbito do contexto das disposições do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas.

160. Como acompanhamento da decisão do CPS, eu escrevi, a 4 de Agosto de 2007, ao Secretário-Geral das Nações Unidas fazendo eco do apelo feito pelo CPS para o envio de uma operação das Nações Unidas de manutenção da paz na Somália e a prestação de apoio à AMISOM. Eu salientei que o fracasso da comunidade internacional em agir rapidamente em apoio do processo em curso poderá minar o modesto progresso já alcançado na Somália, resultando daí implicações regionais de grande alcance e mais sofrimento para o povo Somali.

161. Em resposta, o Secretário-Geral da ONU, na sua missiva de 24 de Setembro de 2007, indicou que, na sua opinião, a prioridade mais imediata para a comunidade internacional nesta fase é assistir na reunião de todos os grupos Somali num processo de paz credível e genuíno. O Secretário-Geral declarou que é crucial garantir que as condições conducentes sejam criadas antes de um possível envio de uma operação de manutenção de paz das Nações Unidas. Entretanto, o Secretário-Geral expressou a prontidão das Nações Unidas para explorar juntamente com a UA o modo como a ONU poderá providenciar mais assistência no reforço e expansão da presença da AMISOM no terreno.

162. No seu relatório de 7 de Novembro de 2007 sobre a situação na Somália, o Secretário-Geral reiterou a sua crença de que, com a actual situação política e de segurança, o envio de uma operação de manuntenção da paz das Nações Unidas não poderá ser considerada uma opção realista e viável. O Secretário-Geral propôs que se analisem opções adicionais de segurança, incluindo o envio de um força multinacional robusta ou de uma coligação de voluntários. Por seu lado, o Conselho de Segurança, tanto na sua resolução 1772 (2007) como na declaração presidencial de 19 de Dezembro de 2007, instou a comunidade internacional a prestar apoio à AMISOM e solicitou ao Secretário-Geral que realizasse uma consulta com a UA sobre como poderá ser prestado maior apoio à Missão e que continue a desenvolver o plano de contingência existente para o possível envio de uma operação de manutenção de paz das Nações Unidas para suceder à AMISOM.

163. É claro que, apesar dos esforços envidados durante o ultimo ano, há ainda um grande caminho a percorrer antes de se restaurar uma paz duradoura e a reconciliação na Somália. Durante a sua 104ª reunião realizada em 20 de Dezembro de 2007, o CPS salientou que a situação na Somália representa um dos mais sérios desafios à paz e segurança com que o continente se depara. Salientou ainda que tanto os Somali como a comunidade internacional no seu conjunto não foram capazes de agarrar a oportunidade que surgiu em Dezembro do ano passado quando o TFG recuperou o controlo de Mogadíscio e de outras partes do país. O CPS acordou quanto à necessidade de todas as partes interessadas, tanto na Somália como como a nível da omunidade internacional, explorarem novos caminhos de modo a abordar de forma eficaz a situação e a reunir a vontade política exigida e os recursos necessários para acabar definitivamente com o conflito de mais de uma década que tem afligido a Somália e o seu povo.

164. A Comissão tem a forte esperança de que as actuais sessões do Conselho e da Conferência realizem uma avaliação minuciosa e objectiva da situação na Somália e dos esforços envidados até agora, com vista a chegar a acordo relativamente a um curso de acção centrado e determinado. A Somália representa um teste à nossa determinação de livrar o nosso país do flagelo dos conflitos, assim

como ao compromisso das Nações Unidas para assumir plenamente a sua responsabilidade primária na manutenção da paz e da segurança internacionais. O fracasso na abordagem efectiva da situação na Somália terá consequências de grande alcance, não apenas para o país, mas também para a região e mais além.

I.III.3. Processo de Paz entre a Eritreia e a Etiópia

165. Durante o período considerado, não foi feito qualquer progresso no processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia, dado que a demarcação continua paralisada e mantém-se a tensão na Zona Temporária de Segurança (TSZ). Para mais, não foi possível à Comissão de Coordenação Militar (MCC), o único mecanismo formal através do qual as partes poderão discutir questões prementes militares e de segurança, reunir-se desde Julho de 2006, ao mesmo tempo que as operações da Missão das Nações Unidas na Eritreia-Etiópia (UNMEE) continuam a ser seriamente afectadas pelas restrições que lhe são impostas.

166. A situação na TSZ, criada em conformidade com o Acordo de Argel de Junho de 2000, permanece tensa. De acordo com a UNMEE, a Eritreia continua a manter presença militar e eqipamento military pesado, incluindo tanques, na TSZ e enviou pessoal e eqipamento military adicional para a zona durante o período em consideração, ao passo que as tropas e o equipamento pesado enviados em Outubro de 2006 pela Etiópia em áreas adjacentes à TSZ permanecem em posição. Mais ainda, a capacidade da UNMEE de monitorizar a TSZ continua a ser prejudicada pelas numerosas restrições impostas às suas operações pela Eritreia. A 30 de Julho de 2007, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1767(2007) através da qual procedeu, inter alia, ao alargamento do mandato da UNMEE por um período de seis meses até 31 de Janeiro de 31 January 2008, reiterou os seus pedidos de que a Eritreia retire imediatamente as suas tropas e o equipamento militar pesado da TSZ e apelou à Etiópia para reduzir o número de forças militares adicionais introduzidas em determinadas áreas adjacentes à TSZ. O Conselho de Segurança pediu às partes que prestem à UNMEE o acesso, a assistência, o apoio e a protecção necessários para o desempenho das suas funções, incluindo das

tarefas no seu mandato com vista à demarcação e reiterou o seu pedido à Eritreia para levantar, sem atrasos ou pré-condições, todas as restrições aos movimentos e operações da UNMEE.

167. O MCC não voltou a reunir-se desde a sua última reunião realizada em Nairobi em Julho de 2006. Tal como é do conhecimento do Conselho, a Etiópia solicita que a integridade da TSZ seja restaurada antes de retomar a sua participação nas reuniões do MCC. A Eritreia, por seu lado, informou a UNMEE sobre a sua prontidão para participar nas reuniões do MCC, desde que a Etiópia expresse também a vontade de o fazer. Seja como for, as partes têm ainda de responder oficialmente ao convite que lhes foi enviado em Junho de 2007 pela UNMEE para participação numa reunião do MCC. Na sua resolução 1767(2007), o Conselho de Segurança reiterou o seu apelo a ambas as partes para uma plena cooperação com a UNMEE com vista a uma reactivação urgente do trabalho do MCC.

168. A 6 e 7 de Setembro de 2007, na Haia, a Comissão para a Fronteira Eritreia-Etiópia (EEBC) reuniu-se com as partes. Contudo, não foi feito qualquer progresso na transposição de dificuldades que impedem a implementação da Decisão de Delimitação de Abril de 2002. Com este pano de fundo, a EEBC relembrou às partes a sua declaração de 27 de Novembro de 2006, na qual lhes dava um ano para resolverem os seus diferendos, período após o qual, não se tendo chegado a acordo sobre como prosseguir com a questão da demarcação, “a fronteira será automaticamente considerada como demarcada pelos pontos fronteiriços listados o Anexo e então o mandato da Comissão poderá ser considerado como tendo sido cumprido.” Assim, a EEBC terminou oficialmente as suas actividades no fim de Novembro de 2007, apesar de, de acordo com as sua declaração de 12 de Setembro de 2007, continuar “disposta a retomar a implantação de estruturas no terreno se ambas as partes solicitarem e permitirem que assim seja, se derem as garanias necessárias de livre acesso à área da fronteira e segurança para o pessoal da Comissão e se cumprirem as suas obrigações financeiras”.

169. A 22 de Setembro de 2007, o Ministro dos Negócios Estrangeiros etíope enviou uma missiva oa seu homólogo eritreu, salientando que a Eritreia, ao introduzir tropas e equipamento pesado na TSZ, havia cometido uma violação material dos Acordos de Argel. O Ministro declarou ainda que esta situação poderia obrigar o seu país a considerar o recurso a opções legais e pacíficas segundo o direito internacional, incluindo a cessação dos Acordos de Argel ou a suspensão da sua participação nestes instrumentos. O Ministro reiterou ainda a oposição do seu país à decisão da EEBC de demarcar a fronteira através de coordenadas de mapas conforme patente na sua declaração de Novembro de 2006.

170. Em resposta a esta missiva, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Eritreia escreveu às Testemunhas dos Acordos de Argel e ao Presidente do Conselho de Segurança acusando a Etiópia de repetidas violações dos Acordos de Argel e de recusar cooperar com a EEBC. O Ministro apelou ao Conselho de Segurança para fazer cumprir a Decisão de Delimitação.

171. A 13 de Novembro de 2007, o Conselho de Segurança adoptou uma declaração presidencial na qual instava a Etiópia e a Eritreia para tomarem medidas concretas a fim de implementar imediatamente e sem pré-condições a Decisão de Delimitação e a respeitar plenamente os Acordos de Argel e as suas resoluções e declarações anteriores, incluindo sobre o assunto da demarcação. O Conselho de Segurança apelou às partes para se absterem do uso da força e para resolverem os seus diferendos por meios pacíficos, normalizando as suas relações, promovendo a estabilidade entre si e lançando os fundamentos para uma paz duradoura na região. Por fim, o Conselho de Segurança confirmou a responsabilidade primária das partes na resolução da questão da fronteira e e dos seus outros diferendos e expressou a sua prontidão para apoiar os seus compromissos no que diz respeito à demarcação e normalização.

172. Em conclusão, a Comissão deseja reiterar a sua profunda preocupação relativamente ao contínuo impasse no processo Etiópia-Eritreia e com as suas implicações no que diz respeito à paz, segurança e estabilidade na região no seu

todo. Uma vez mais, há que enfatizar a necessidade de mais esforços duradouros e coordenados a fim de ajudar as partes a ultrapassar o actual impasse no processo de demarcação e normalizar as suas relações. Tal como no passado, a UA está pronta para assistir a Eritreia e a Etiópia a alcançar esse fim.

I.III.4. Burundi

173. No último relatório que abrangia o período de Janeiro a Junho de 2007, a Comissão havia sublinhado as dificuldades de ordem política e sócio-económica com as quais o Burundi se deparava nos seus esforços com vista à consolidação da paz e à reconstrução do país. Ao longo da segunda metade do ano, foram registados alguns avanços, em particular no que diz respeito às relações entre o Governo e a oposição. No entanto, a colocação em prática do Acordo Global de cessar-fogo entre o Governo e o Palipehutu-FNL de Agathon Rwasa permanece num impasse.

174. A crise política que paralisou durante longos meses a Assembleia Nacional e o Governo tem vindo a decrescer com a conclusão, considerada satisfatória pelas partes envolvidas, do diálogo iniciado em Agosto de 2007 pelo presidente da República em direcção dos principais partidos da oposição, o FRODEBU e o UPRONA. Assim, no dia 14 de Novembro de 2007, o país dotou-se de um Governo composto pelos três principais partidos políticos que são o CNDD-FDD, o FRODEBU e o UPRONA, conforme a Constituição do Burundi.

175. A questão do Palipehutu-FNL, que envenena a vida do país há longos anos, não foi, até hoje, resolvida. Há que lembrar que em Julho último, após a reunião de 17 de Junho de 2007 entre o Presidente Pierre Nkurunziza e Agathon Rwasa, em Dar-es-Salaam, um encontro que levantou grandes esperanças, e quando o CPS, durante a sua reunião de 20 de Julho de 2007, exortava os partidos a honrarem os seus respectivos com vista a uma aceleração da colocação em prática do Acordo, os delegados do Palipehutu-FNL nas estruturas de colocação em prática decidiram inopinadamente abandonar Bujumbura a 21 de Julho de 2007. Desde então, foram

em vão os esforços incessantes da Facilitação e da Missão da UA no Burundi (MIAB), em colaboração com as Nações Unidas, para levar os partidos a fecharem o processo de colocação em prática do Acordo global de cessar-fogo.

176. De facto, o processo tornou-se até mais complicado. Homens armados que dizem ter perdido a solidariedade para com o Sr. Rwasa instalaram-se progressivamente em diferentes locais em torno da capital. Chamado pelo Governo para ajudar, o Facilitador, após consulta com a Iniciativa Regional, recebeu instruções de tratar esta questão particular sob um ângulo puramente humanitário. A ideia é tomar sob custódia estes dissidentes a fim de eliminar o perigo que eles poderiam representar para as populações vizinhas, enquanto se aguarda a retoma do processo de colocação em prática do Acordo global de cessar-fogo. Estes homens estão reagrupados em dois campos, Randa e Buramata, situados na província de Bubanza, no noroeste da capital. O primeiro campo conta com a segurança da Força Especial da UA, em cooperação com as forças governamentais, enquanto o segundo se encontra sob a responsabilidade única das autoridades do Burundi.

177. O aparecimento desta dissidência suscitou numerosas questões: colocou-se a questão se os elementos são verdadeiramente do Palipehutu-FNL e o que aconteceria se se lhes desse ajuda. De facto, os parceiros internacionais começaram por manifestar as suas reservas quando lhes foi solicitado o seu apoio a este processo. No entanto, no seguimento de consultas realizadas para este efeito, poderá contar-se com uma certa cedência da sua posição, sobretudo porque se trata, numa primeira fase, pelo menos, de proteger as populações já massacradas com o agravamento da insegurança.

178. No plano sócio-económico, o custo de vida não pára de aumentar. Esta situação gera movimentos de reivindicação que se traduzem essencialmente por greves no sector público. As negociações entre o Governo e os sindicatos ainda não deram os seus frutos. Não será inútil relembrar que, estando à mercê das

instituições financeiras internacionais, o Governo não dispõe de uma verdadeira margem de manobra.

179. Por fim, há que salientar o progresso alcançado no plano da justiça transitória. De facto, o Governo criou um comité tripartido de direcção (Governo, ONU e a sociedade civil) encarregue de realizar consultas populares sobre a criação de uma comissão verdade-reconciliação e de um tribunal especial.

I.III.5. República Democrática do Congo (RDC)

180. Durante o período considerado, a situação política na RDC continuou a estabilizar-se. Apesar das inúmeras dificuldades com que se depararam, as instituições resultantes das eleições funcionam bastante normalmente, contribunindo assim para o reforço progressivo da autoridade do Estado em todas as províncias do país. Paralelamente, assiste-se ao regresso da confiança com os países vizinhos e a um relançamento das relações bilaterais e da cooperação regional. No entanto, as esperanças nascidas desta revolução são fragilizadas pela grave situação humanitária e de segurança vivida no Kivu Norte.

181. As relações globalmente cordiais existentes entre o Governo e o Parlamento permitiram a adopção de leis importantes, de entre as quais aquelas relativas à descentralizaçãos, à nova Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) e ao orçamento de 2007. Estão em discussão os projectos de lei sobre o estatuto da oposição, o financiamento dos partidos políticos, o orçamento 2008, as eleições locais, bem como outras reformas respeitantes ao sector da justiça. O Parlamento também se pronunciou a favor da ratificação do Pacto sobre a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento na região dos Grandes Lagos, assinado em Nairobi a 15 de Dezembro de 2006,no quadro do processo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos. O Parlamento criou ainda Comissões que lhe permitem assumir a sua função de controlo da actividade governamental.

182. Conforme indicado mais acima, o funcionamento das diferentes instituições congolesas tornou-se mais difícil devido à insuficiência dos recursos disponíveis e à vetustade dos serviços básicos, assim como pelo peso das condições nas quais se realizou a saída da crise. A preocupação, entre outros aspectos, de melhorar os desempenhos do Governo, de reforçar a coesão entre os seus membros, de apoiar de modo mais eficaz as reformas em curso, de encorajar e de facilitar a sinergia com as outras instituições levou o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro revissem a reverem a estrutura governamental e a reduzir o seu número de membros de 56 para 48.

183. A evolução positiva da situação política observada no interior do país é acompanhada por uma melhoria notável do ambiente regional. Assim, a onvite dp seu homólogo congolês, o Ministro dos Negócios Estrangeiros ruandês efectuou uma visita de trabalho a Kinshasa, de 2 a 4 de Setembro de 2007. As duas delegações analisaram as questões de interesse comum, nomeadamente a situação de segurança no Leste da RDC e chegaram a acordo sobre a necessidade de instituir um mecanismo de concertação, de acompanhamento e de avaliação dos seus compromissos mútuos.

184. Por outro lado, no seguimento de incidentes ocorridos no Lago Alberto, por onde passa a fronteira entre a RDC e o Uganda, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países prepararam um encontro entre os seus dois Chefes de Estado. Foi assim que, a convite do Presidente Jakaya Kikwete, os Presidentes Joseph Kabila e Yoweri Museveni se reuniram em Ngurdoto, na Tanzânia. No comunicado conjunto que sancionou o encontro, os dois Chefes de Estado reafirmaram o seu apego aos ideais e princípios enunciados na Carta das Nações Unidase no Acto Constitutivo da UA, assim como no Pacto sobre a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos. Há que destacar com satisfação a decisão tomada pelso dois países de reestabelecer plenamente as suas relações diplomáticas.

185. Se bem que a situação política e as relações com os países vizinhos melhoram progressivamente, a situação humanitária e de segurança nos Kivus, em geral, e no Kivu do Norte, em particular, continua a constituir uma grande preocupação. Convém, a este respeito, destacar a ameaça que as ex-FAR/Interahamwé continuam a representar para a paz e a estabilidade na RDC e na região no seu todo.

186. O Congresso para a Defesa do Povo (CNDP), movimento político e militar criado pelo General dissidente Laurent Nkunda, constitui igualmente uma questão de séria preocupação. Depois do fracasso dos diferentes acordos concluídos com o CNDP, nomeadamente com vista ao aperfeiçoamento do processo de formação do exército nacional, o Governo congolês decidiu recorrer à força para reestabelecer a sua autoridade na região. Os combates que opuseram as Forças Armadas da RDC (FARDC) aos elementos dissidentes viram um recrudescimento desde o mês de Agosto de 2007. A 3 de Dezembro de 2007, as FARDC lançaram uma ofensiva generalizada contra as posições mantidas pelos homens do General Nkunda. De entre os outros grupos armados nacionais activos no terreno, há que salientar a milícia Mai-Mai que, sob o pretexto de proteger a sua comunidade, recusa integrar o processo de formação do exército nacional.

187. A situação humanitária criada pelos combates e pela violência em curso no Kivu do norte é hoje uma das situações mais preocupantes. O HCR contabilizou mais de 800 000 pessoas deslocadas, assim como milhares de refugiados, nomeadamente no Uganda. Foram cometidas igualmente graves violações dos Direitos Humanos.

188. Aquando da sua 97ª reunião realizada a 25 de Outubro de 2007, o CPS condenou vigorosamente as acções empreendidas pelo General Laurent Nkunda e os seus homens e exigiu que eles se reunam sem demora nos centros de recrutamento com vista à sua integração no exército congolês. O CPS condenou com o mesmo vigor as actividades de desestabilização da região, bem como as

acções vis contras as populações cometidas pelas ex-FAR/Interahamwé, o Exército de Resistência do Senhor (LRA) e os outros grupos armados no leste da RDC.

189. Neste contexto, há que destacar as reuniões realizadas no quadro do mecanismo da Tripartida +. Foi assim que se realizou uma reunião da Tripartida + em Kampala de 15 a 17 de Setembro de 2007 sob facilitação do Governo dos Estados Unidos da América. A Comissão encontrava-se representada nessa reunião, a título de observador, por uma delegação liderada pelo meu Representante Especial no Burundi e Enviado Especial para os Grandes Lagos. A reunião tomou importantes decisões compiladas num documento intitulado « Estratégias com vista a pôr um fim às ameaças constituídas pelas forças negativas para a segurança regional». Esta reunião ministerial foi acompanhada pela reunião de responsáveis dos exércitos e dos serviços informação dos países envolvidos, em Lubumbashi, nos dias 1 e 2 de Outubro de 2007.

190. Por outro lado, à margem da reunião do Comité Inter-Ministerial do processo da Conferência internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, realizada em Nairobi, de 7 a 9 de Novembro de 2007, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da RDC e do Ruanda acordaram uma « abordagem comum face à ameaça constituída pelas ex-FAR/Interahamwé para a segurança e a estabilidades de ambos os seus países». No quadro do acompanhamento da colocação em prática deste Acordo, realizou-se uma Cimeira da Tripartida + em Adis Abeba, no dia 5 de Dezembro de 2007, sob a égide dos Estados Unidos da América. A Cimeira reuniu os Chefes de Estado do Uganda, do Ruanda e do Burundi, bem como o Ministro de Estado responsável pelos assuntos do interior da RDC. A reunião levou à criação de um grupo conjunto de acompanhamento da colocação em prática do Acordo de Nairobi. A UA é membro deste mecanismo de acompanhamento, que teve a sua primeira reunião em Goma no dia 16 de Dezembro de 2007. Também se realizou uma reunião do Mecanismo conjunto de verificação entre a RDC e o Ruanda nos dias 20 e 21 de Dezembro de 2007 em Gisenyi, em aplicação da decisão dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países relativamente à retoma da verificação das alegações.

191. Aquando da sua reunião de 25 de Outubro de 2007, o CPS convidou a Comissão a enviar uma missão de informação à RDC sobre os problemas de segurança nas fronteiras com a RCA e o Sudão, problemas esses ligados sobretudo aos movimentos das populações, a fim de analisar os problemas que se colocam com o conjunto de agentes envolvidos e para formular recomendações. Este pedido foi feito no seguimento de informações fornecidas pelo representante do Governo da RDC na reunião do CPS sobre a questão da presença, na Província oriental, de pastores Bororo oriundos da região e dos problemas de segurança que daí resultariam. No quadro do acompanhamento desta decisão, enviei uma delegação para a RDC e a RCA. Está igualmente previsto que a delegação se desloque ao Sudão e a outros países da região, antes de apresentar o seu relatório.

192. Em conclusão, a Comissão felicita-se com os progressos alcançados na RDC no decurso do período considerado e com os esforços enviados pelo Governo congolês para consolidar a paz e favorecer o desenvolvimento sócio-económico do país. Neste sentido, a Comissão regozija-se com a decisão do Governo de organizar, em Janeiro de 2008, uma Conferência sobre a paz, o desenvolvimento e a segurança das províncias dos Kivus do Norte e do Sul, a qual reunirá os representantes do Estado, da sociedade civil e da comunidade internacional. A Comissão encoraja os países da região a prosseguirem com os seus esforços de promoção de uma acção coordenada com vista à resolução dos problemas ligados à presença de grupos armados. A Comissão exorta a comunidade internacional a continuar a apoiar a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito da RDC.

I.III.6. Sudão

(i) Sul do Sudão

193. Na sua última sessão ordinária, o Conselho foi informado a respeito das medidas tomadas pelas partes sudanesas para apoio dos seus compromissos no âmbito do Acordo de Paz Abrangente (CPA), incluindo os seus esforços para

resolver os assuntos pendentes da implementação o CPA. Desde então, a Comissão continuou a acompanhar de perto a evolução da situação e tem mantido estreitos contactos com ambas as partes e com os agentes internacionais envolvidos no processo de paz, nomeadamente a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) e o Comité de Análise e Avaliação (AEC), através do seu Presidente, o Embaixador Tom Vraalsen.

194. Ao passo que os parceiros do CPA, o Partido do Congresso Nacional (NCP) e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM), continuaram a reiterar o seu compromisso para com o Acordo, o período considerado foi essencialmente marcado por novas tensões nas suas relações, resultantes das dificuldades encontradas no processo de implementação do CPA. Assim, no dia 11 de Outubro de 2007, o SPLM suspendeu a participação dos seus ministros e conselheiros presidenciais no Governo de Unidade Nacional (GoNU). O SPLM justificou a sua decisão com o que descreveu como tácticas deliberadas da parte do NCP para obstruir a implementação do CPA, destacando, entre outros aspectos, assuntos relacionados com a demarcação da fronteira Norte-Sul, a implementação do Protocolo Abyei, o reenvio da SAF, a transparência na partilha dos rendimentos do petróleo, o financiamento do processo de recenseamento e o fracasso do seu parceiro no CPA de realizar uma remodelação recomendada dos Ministros do SPLM no GoNU. O SPLM apelou à comunidade internacional para assistir na resolução deste impasse. Anteriormente, me especial no mês de Setembro de 2007, o SPLM havia manifestado sérias preocupações em relação às dificuldades encontradas na implementação do CPA, avisando que tal situação poderá levar a um retorno do conflito.

195. Por seu lado, o NCP instou o SPLM a levantar a suspensão da sua participação no GoNU, recusando simultaneamente o apelo para envolver partes terceiras, dado que estão previsto mecanismos conjuntos para a abordagem de assuntos pendentes. Ao visitar a África do Sul, o Presidente Omar Hassan Al-Bashir reforçou que “não haverá qualquer retorno à guerra" e reiterou o compromisso do seu Partido para com “a plena implementação do Acordo em letra e em espírito”,

bem como a sua decisão para trabalhar em conjunto com o SPLM numa genuína parceria para resolver os assuntos pendentes e para alcançar a unidade do Sudão. A 23 de Outubro de 2007, o NCP apresentou à comunidade internacional em Cartum um documento que declarava que o SPLM e o Governo do Sul do Sudão (GoSS) haviam também agido em violação do CPA e atrasado a sua implementação. O documento citava violações dos acordos de cessar-fogo, tais como o fracasso do SPLA em providenciar informação solicitada no que dizia respeito a mapas, áreas de reunião e reenvio de forças para a Comissão de Monitorização Conjunta do Cessar-Fogo (CJMC), bem como o facto de que o GoSS foi para além dos poderes que lhe são outorgados constitucionalmente.

196. Entretanto, numa declaração feita a 16 de Outubro de 2007, eu manifestei a minha profunda preocupação relativamente às dificuldades enfrentadas pelo processo de implementação do CPA. Eu instei as partes a tomar todas as medidas necessárias para abordar os assuntos pendentes e garantir a implementação bem sucedida do CPA tanto em letra como em espírito. Eu reiterei o compromisso da UA para continuar a trabalhar com as partes a este respeito, bem como o seu pleno apoio ao CPA.

197. É claro que, ainda que tenha sido feito um progresso significativo na implementação do CPA desde 2005, através de, inter alia, a adopção da Constituição Nacional Interina e a Constituição Interina do Sul do Sudão e a criação das instituições previstas no Acordo, bem como o cumprimento geral do cessar-fogo, há ainda uma série de desafios a serem ultrapassados pelas partes. É com este pano de fundo que o CPS, na sua 89ª reunião realizada a 24 de Agosto de 2007, instou as partes, com o apoio dos Estados-Membros da UA, a intensificarem os seus esforços para abordar os assuntos pendentes na implementação do CPA, incluindo o Protocolo de Abyei, o reenvio pleno de forças, a formação completa e o envio de Unidades Conjuntas Integradas (JIU), a demarcação da fronteira Norte-Sul e a partilha da riqueza e garantir que são tomadas todas as medidas necessárias em preparação para as próximas eleições conforme estipulado no CPA.

198. Face à tensão entre as partes do CPA e as implicações daí resultantes, o CPS convocou uma nova reunião a 27 de Novembro de 2007 para rever a situação. Nessa ocasião, o CPS expressou a sua profunda preocupação relativamente às dificuldades enfrentadas no processo de implementação do CPA e à suspensão pelo SPLM na sua participação no GoNU. O CPS salientou que o fracasso na abordagem dos assuntos pendentes do processo de implementação do CPA poderia colocar em perigo o progresso significativo alcançado até agora, com sérias consequências para a paz e estabilidade no Sudão e em toda a região. Ao mesmo tempo, o CPS notou com satisfação que, apesar destas dificuldades, ambas as partes haviam reiterado o seu compromisso para com o CPA e a sua determinação para buscar uma solução através de meios pacíficos e do dálogo. O CPS instou as partes a acelerarem as suas consultas e a não pouparem quaisquer esforços para ultrapassar os obstáculos que impedem a plena implementação do CPA.

199. É com agrado que informo o Conselho que, a 11 de Dezembro de 2007, após longas discussões entre os dois parceiros do CPA, o SPLM anunciou que os seus ministros voltariam a juntar-se em breve ao GoNU. As partes acordaram ainda em outras medidas de construção de confiança com vista a reforçar as relações entre o Norte e o Sul. A este respeito, as partes acordaram que a Assembleia Nacional se reuniria em Juba, a capilat do Sul do Sudão, quatro vezes por ano; as partes decidiram ainda que 9 de Janeiro, o dia em que o CPA foi assinado, seria designado oficialmente como um dia de paz no Sudão. Ainda que o impasse de Abyei esteja por resolver, as partes esperam que estas iniciativas preliminares ajudem a suavizar o caminho para a reconciliação nacional.

200. No seu comunicado de 24 de Agosto de 2007, o CPS solicitou à Comissão que tomasse todas as medidas necessárias para apoiar plenamente a implementação do CPA, incluindo através da nomeação de um novo Enviado Especial e da criação de um Gabinete de Ligação da UA dotado de pessoal apropriado em Cartum, com um Gabinete em Juba. Na altura da finalização deste relatório, estavam em curso medidas para criar um Gabinete da UA. Eu decidi também nomear um novo Enviado Especial para a implementação do CPA, sendo

que ele trabalhará em estreita colaboração com o IGAD, as Nações Unidas e outros agents internacionais relevantes de modo a ajudar as partes a impementarem o CPA.

201. O CPA é um acordo de tal modo complexo, que lida com questões tão sensíveis como o poder a partilha de riqueza e a auto-determinação que, no mínimo, há que contar com dificuldades na sua implementação, sobretudo dada a grande desconfiança entre o Norte e o Sul resultante de mais de duas décadas de um conflito devastador. Sem dúvida que as partes percorreram já um longo caminho. Ainda que seja seu dever permanecer fiéis aos seus compromissos de modo a alcançar uma paz e uma estabilidade duradouras pelas quais o povo sudanês anseia há já tanto tempo, é também incumbência da comunidade internacional no seu todo acompanhar e apoiar as partes. Não é demais enfatizar a importância do CPA, pois o seu fracasso afectaria não só o Sudão e a região, mas também teria sérias repercussões em todo o continente.

(ii) Darfur

202. Desde o seu último relatório para o Conselho, a Comissão, em trabalho conjunto com as Nações Unidas, permaneceu envolvida nos esforços com vista ao relançamento do processo político no Darfur e o reforço da operação de manutenção de paz através do envio da Operação Híbrida da União Africana/Nações Unidas (UNAMID). Ainda que tenha sido alcançado um progresso significativo no que diz respeito ao envio da UNAMID, são necessários mais esforços para dar ao processo político um final bem sucedido.

203. Durante o período considerado, o meu Enviado Especial ao Darfur, Salim Ahmed Salim, e o seu homólogo da ONU, Jan Elliason, apoiados pelas respectivas equipas, intensificaram as suas consultas com as partes sudanesas, assim como com uma ampla gama de partes Darfurianas e outras partes interessadas, com vista a preparar o início de negociações substanciais. Entre outros assuntos, estas consultas centraram-se na determinação das posições das partes sobre o local,

agenda, formato e modalidades da sua participação, bem como sobre a organização de workshops para reforçar a sua compreensão dos assuntos a serem discutidos. Os Enviados Especiais e os membros da Equipa de Apoio de Mediação Conjunta (JMST) realizaram várias missões a Cartum, Darfur, Asmara, Kampala, Paris, Londres e outros locais com o fim de levar a cabo consultas adicionais.

204. Os Enviados Especiais convidaram ainda os líderes dos Movimentos para reuniões em Arusha, na Tanzânia, e Ndjamena, no Chade, em Agosto e Setembro de 2007, respectivamente, num esforço de providenciar um fórum conveniente para consultas entre si. Em Arusha, os Movimentos saíram com um acordo de posição comum sobre os assuntos referidos acima, mas solicitaram mais tempo para chegar a acordo quanto a uma equipa comum de negociação com outros que não estavam presentes na Tanzânia, incluindo Abdulwahid El Nour, líder de uma das facções do Movimento/Exército da Libertação do Sudão (SLM/A). Apresentaram um projecto de agenda com cinco itens – partilha de poder, partilha de riqueza, segurança, terra e assuntos humanitários – para as negociações previstas. Quanto ao local, declararam que a sua preferência ia para um dos países da região e, se tal não fosse possível, então qualquer outro país que os Enviados Especiais considerassem conveniente em termos de instalações e logística. No que diz respeito à reunião em Ndjamena, há que salientar que os principais líderes rebeldes foram poucos.

205. Subsequentemente, e como parte dos preparativos para as Conversações, os dois Enviados Especiais dirigiram uma sessão de trabalho da equipa de apoio à mediação UA/ONU, em Adis Abeba, de 6 a 10 de Outubro de 2007. Durante essa reunião, foram discutidos assuntos-chave estratégicos da mediação.

206. De modo a assistir os Movimentos na unificação das suas fileiras e formar uma posição comum de negociação, o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM) tomou a iniciativa de trazer a Juba muitos dos não-signatários nos meses de Outubro e Novembro de 2007. Estes esforços por parte do SPLM contaram com o pleno apoio da UA e da ONU.

207. As Conversações de Paz para o Darfur tiveram início em Sirte, na Líbia, a 27 de Outubro de 2007. A cerimónia inaugural foi presidida pelo Líder Líbio, o Coronel Muammar Gaddafi. O representante do actual Presidente da UA, o Presidente John Kuffor, e eu próprio, os representantes dos quatro parceiros regionais (Chade, Egipto, Eritreia e Líbia) e outros membros da comunidade internacional,assim como membros da sociedade civil do Darfur estivemos também presentes na cerimónia de abertura. Infelizmente, alguns dos líderes dos Movimentos, incluindo Abdulwahid El Nour e Khalil Ibrahim, do Movimento de Justiça e Igualdade (JEM), recusaram participar nas Conversações de Sirte.

208. Em Sirte, o JMST organizou apresentações por peritos de modo a familiarizar os representantes do Governo e os Movimentos com os assuntos a serem discutidos durante as negociações. O JMST enviou também uma delegação a Juba e ao Darfur Norte para realizar uma consulta com os vários Movimentos que não foram a Sirte. Subsequentemente, os dois Mediadores-Chefe da UA-ONU, Sam Ibok e Taye-Brook Zerihoun, realizaram discussões com as mais altas autoridades do SPLM e líderes dos grupos rebeldes em Juba, assim como com os líderes da SLM/A-Unity no Darfur do Norte. Os Mediadores-Chefe salientaram a necessidade de concluir rapidamente o processo de Juba e de permitir que a Mediação prossiga com a implementação do seu roteiro. Há que salientar aqui que, ao organizarem as Conversações, os Enviados Especiais delinearam o processo como tendo três fases: inauguração das Conversações; consolidação das consultas com todas as partes interessadas, comvista a uma cristalização das posições das partes; e início de negociações substanciais.

209. O processo de Juba foi conluído a 29 de Novembro de 2007 sob a tutela do Presidente do Governo do sul do Sudão e Primeiro Vice-Presidente do Sudão, Salva Kiir Mayardit. Como resultado deste processo, os Movimentos uniram os 17 grupos e outros indivíduos em duas grandes coligações. Contudo, os dois grupos solicitaram mais tempo para poderem voltar ao terreno e realizar consultas junto

dos respectivos círculos eleitorais de modo a reforçar o que se ganhou em Juba e possivelmente sair com uma equipa de negociação e uma posição unificadas.

210. Enquanto parte dos esforços para promover o processo de Sirte, os dois Enviados Especiais convocaram uma reunião com os parceiros regionais em Asmara, na Eritreia, a 14 de Novembro de 2007. Os Enviados realizaram outra reunião com os parceiros regionais em Sharm El-Sheikh, no Egipto, a 4 de Dezembro de 2007. Os participantes concordaram que o processo de unificação de Juba tinha terminado numa nota positiva, com potencial significativo para a formação da massa crítica necessária para o início de Conversações substanciais. Os participantes concordaram também quanto à necessidade de dar mais tempo aos Movimentos de modo a permitir-lhes finalizar a sua reorganização. Na reunião de Sharm El-Sheikh, os participantes concordaram quanto ao desejo de se realizar outra reunião do estilo de Arusha, que reuniria os líderes/representantesdos vários movimentos. Uma tal reunião, contudo, dependeria da disposição dos Movimentos para a sua realização e poderia ser realizada antes do início de negociações substanciais.

211. O Conselho lembrar-se-á que, na sua reunião de 22 de Junho de 2007, o CPS apoiou o envio, o mais rápido possível, da Operação Híbrida UA/ONU, a ser financiada por contribuições avaliados pela ONU e gerido de acordo com os procedimentos, regras e regulamentos da ONU. A isto seguiu-se a adopção por parte do Conselho de Segurança, a 31 de Julho de 2007, da resolução 1769 (2007) autorizando a criação da UNAMID por um período inicial de 12 meses e que decidia que a operação, que incorporará pessoal da AMIS, consistirá em 19,555 pessoas de pessoal militar e de uma componente civil apropriada, incluindo um número até 3,772 de pessoal policial e 19 Unidades de Polícia Formada (FPU), cada uma compreendendo um número até 140 pessoas.

212. Enquanto parte dos preparativos para a transferência de autoridade da AMIS para a UNAMID, a ONU e a UA criaram uma equipa de planificação de transição multidisciplinar. A Equipa é liderada pelo Vice-Representante Especial Conjunto e

encontra-se actualmente a implementar o plano de destacamento da UNAMID no terreno.

213. O processo de geração de forças está em progresso no Departamento da OUN para Operações de Manutenção da Paz (UNDPKO) em Nova Iorque, para onde a UA enviou dois funcionários para acompanhamento e coordenação. As contribuições estão ainda pendentes, especialmente em áreas como as das unidades de aviação e de transporte terrestre pesado. Entre Outubro e Novembro de 2007, uma equipa UA-ONU visitou Potenciais Países Contribuidores com Tropas (TCC) a fim de providenciar o aconselhamento e assistência necessários para garantir que os elementos da força e o equipamento a ser enviado são genuinamente capazes de funcionar no ambiente do Darfur e também cumprir os padrões da ONU. De 19 a 21 de Novembro de 2007, um grupo de trabalho especial combinado UA-ONU foi enviado à Etiópia e ao Egipto para determinar a possibilidade de um envio antecipado de dois batalhões de infantaria destes dois países como parte do pacote de efeito antecipado. Ambos os países prometeram estar prontos para um envio em Janeiro de 2008.

214. No que diz respeito à inicial capacidade de funcionamento da Sede, foram enviados o Representante Especial Conjunto, Rodolphe Adada, o seu delegado, o Comandante da Força e o Vice-Comandante da Força da UNAMID e outro pessoal importante, assim como os Comandantes de Sector da Nigéria, Ruanda e Senegal. Os Vice-Comandantes de Sector do Egipto, Paquistão e China foram nomeados e estão a preparar-se para serem enviados para a área da Missão.

215. Mais ainda, foram enviados 135 elementos avançados da empresa de engenharia chinesa a 24 de Novembro de 2007, enquanto o primeiro FPU do Bangladesh foi enviado para a área da Missão a 21 de Novembro de 2007. Ambos os contingentes estão a aguardar a chegada do seu equipamentos. Os arranjos para o envio dos FPU da Nigéria e do Nepal estão numa fase avançada e espera-se que sejam concluídos em breve. Foram também seleccionados o Comissário da Polícia da África do Sul e o seu Delegado do Uganda. Entretanto, dois batalhões

adicionais da Nigéria e do Ruanda foram enviados em Outubro de 2007 como parte do reforço da AMIS.

216. O envio rápido e eficaz da UNAMID depende, entre outros factores, da cooperação com o Governo Sudanês na facilitação da aquisição de terrenos e de operações de voo para a Missão. Estão a ser envidados esforços para abordar estes assuntos num espírito de parceria, assim como para uma conclusão rápida do Acordo de Estatuto das Forças (SOFA) para a UNAMID.

217. Apraz-me informar o Conselho que o Presidente do Comité Preparatório (Prepcom) do Diálogo e Consulta Darfur-Darfur (DDDC), Abdul Mohamed, prossegue com as suas consultas com uma série de partes interessadas e de indivíduos proeminentes no Darfur, incluindo reuniões com representantes da Administração Nativa, partidos políticos e movimentos armados, organizações da sociedade civil, académicos/intelectuais e líderes do IDP. Os assuntos relacionados com a compensação, a reabilitação e retorno destacaram-se proeminentemente durante estas consultas.

218. A situação da segurança continua a ser de grande preocupação. Foi registada uma série de ataques envolvendo várias partes durante o período considerado, tendo como alvos civis, trabalhadores humanitários e as Forças Armadas Sudanesas por igual. Há também que salientar a prevalecente situação de segurança no lado chadiano da fronteira Chade/Sudão, que afecta de modo adverso a situação no Darfur.

219. Como o Conselho saberá, ao longo da sua presença no Darfur, a AMIS tem funcionado num ambiente de segurança assaz adverso. A 29 de Setembro de 2007, foi perpetrado um ataque por elementos armados não identificados ao local do grupo militar da Missão em Haskanita, resultando na morte de 10 elementos do pessoal da 10 AMIS, sendo que 10 outros elementos foram seriamente feridos. Numa declaração feita a 30 de Setembro de 2007, eu expressei indignação por este ataque e sublinhei que este acto odioso não impediria a UA de prosseguir com os

seus esforços no sentido de trazer uma paz duradoura para o Darfur e aliviar o sofrimento das populações da região. O CPS, na sua reunião de 2 de Outubro de 2007, condenou igualmente este ataque e solicitou À Comissão que realizasse, juntamente com as Nações Unidas, uma investigação minuciosa do incidente com vista a identificar os culpados. Desde então, tem estado em marcha uma investigação conjunta da UA/ONU. Informações preliminares sugerem que o ataque foi perpetrado por rebeldes que entraram no campo em veículos com a inscrição "JEM".

220. Espera-se que todas as partes sudanesas demonstrem a necessária vontade política para avançar com o processo de paz. A este respeito, eu gostaria de expressar o meu apreço relativamente aos dois Enviados Especiais pelos seus esforços contínuos, assim como aos parceiros regionais e internacionais que assistem o processo. Eu gostaria ainda de agradecer ao Governo do Sudão pela sua cooperação até hoje e de instar para que continue neste espírito de modo a resolver os restantes assuntos permanentes e a facilitar o envio antecipado da UNAMID.

221. À medida que o mandato da AMIS se aproxima do seu fim, não posso deixar de expressar a gratidão do nosso continente para os valentes homens e mulheres que, colocando em risco as suas próprias vidas, fizeram, ao longo dos últimos três anos, todos os sacrifícios para acabar com a violência no Darfur e assistir as partes sudanesas para encontrar um caminho duradouro de saída deste conflito. Estas pessoas fizeram-no em condições e num ambiente extremamente difíceis. A 24 de Dezembro de 2007, viajei, juntamente com o Comissário para a Paz e Segurança, a El Fasher, a Sede da Força da Missão, para nos despedirmos e prestarmos tributo ao pessoal da AMIS antes da transferência de autoridade para a UNAMID prevista para 31 de Dezembro de 2007. Em Cartum também me reuni com o Presidente Omar Hassan Al Bashir para lhe garantir a continuação do envolvimento da UA no processo de paz e para encorajar o Governo a manter a sua plena cooperação agora com a UNAMID. Por fim, gostaria de reiterar a minha gratidão para com todos

os Estados-Membros que contribuiram com pessoal para a AMIS, assim como para om todos os parceiros pelo seu generoso apoio.

I.III.7. Situação no Chade e relações Chade-Sudão

222. No meu anterior relatório, que abrangia o período de Janeiro a Junho de 2007, eu congratulava-me com os esforços envidados pelo Chade e pelo Sudão para normalizar as suas relações, lesadas pelas actividades dos movimentos rebeldes em ambos os lados da sua fronteira comum. Este optimismo era justificado tanto mais porque, ao longo do período então considerado, houve sinais de menor crispação e de reconciliação nacional entre o Governo Chadiano e os diferentes movimentos de oposição.

223. Ao longo do período considerado, as autoridades Chadianas deram continuação ao diálogo com os movimentos de oposição. Foi assim que o Presidente Idriss Déby Itno recebeu, a 30 de Julho de 2007, em N'djamena, e isto graças a uma mediação do Presidente El Hadj Omar Bongo Ondimba, um grupo de trinta exilados Chadianos conduzido pelo antigo Presidente Goukouni Weddei. Outro aspecto encorajador foi o da assinatura, a 13 de Agosto de 2007, de um «Acordo político com vista ao reforço do processo democrático no Chade» entre os partidos da esfera presidencial e os da oposição política, resultante das negociações realizadas de 14 de Abril a 10 de Agosto de 2007.

224. A 6 de Setembro de 2007, um dos movimentos armados, o Conselho Democrático e Revolucionário Chadiano de Ali Ahmat Aghabach, assinou um acordo de paz com o Governo sob a égide da Líbia. Um mês mais tarde, a 8 de Outubro em Cotonou, as negociações realizadas entre o Governo e determinados partidos políticos exilados levaram a um acordo que lhes permite regressar ao seu país.

225. Por fim, as negociações encetadas desde Julho de 2007 entre o Governo e os quatro Chefes de movimentos político-militares, Mahatmat Nouri da União das Forças para a Democracia e o Desenvolvimento (UFDD), Hassan Aldjinedi da Concórdia Nacional do Chade (CNT), Timane Erdimi da Reunião de Forças para a Mudança (RFC) e Abdelwahid About da União das Forças para a Democracia e o Desenvolvimento – Fundamental (UFDD-F), levaram a um Acordo, solenemente assinado em Sirte, a 25 de Outubro de 2007, sob os auspícios do Líder líbio, o Coronel Gaddafi, e em presença dos Presidentes Idriss Deby Itno e Omar Hassan Al Bashir. O Acordo prevê, entre outros aspectos, um cessar-fogo, a integração dos rebeldes nas fileiras do Estado e da Administração e o acantonamento das suas tropas com vista ao seu desarmamento.

226. Mas a situação deteriorou-se bruscamente no leste do Chade quando, na noite de 24 para 25 de Novembro de 2007, um grupo armado, que foi depois identificado como sendo a UFDD de Mahatmat Nouri, atacou a companhia de polícia de Hadjer-Hadid, uma localidade situada a menos de 100 km da cidade de Abéché. Num comunicado datado de 25 de Novembro de 2007, o porta-voz do Governo Chadiano acusou os chefes rebeldes Mahatmat Nouri e Timane Erdimi de terem «tomado a pesada responsabilidade de violar o Acordo de paz de 25 de Outubro de 2007».

227. A 26 de Novembro de 2007, intensos combates opuseram, em Abou Goulem, uma localidade situada a 90 km a leste de Abéché, as forças da UFDD ao Exército Nacional Chadiano. Os confrontos continuaram, mas de modo esporádico, nos dias seguintes e viram a entrada em cena de outros movimentos rebeldes, tais como a RFC de Timane Erdimi, no dia 1 de Dezembro de 2007, em Aram Kolé, e de um outro movimento até aqui desconhecido, a Frente Popular de Renovação Nacional (FPRN), no dia 5 de Dezembro de 2007, em Tissi, nas fronteiras com o Sudão e a RCA.

228. Por seu lado, o chefe da CNT decidiu aplicar o Acordo de Sirte e escolheu, no dia 7 de Dezembro de 2007, voltar a N'djaména. Do mesmo modo, determinados membros da UFDD-Fundamental, aquando de uma conferência de imprensa, a 26 de Novembro de 2007 em N'djaména, tiveram de se demarcar da retoma da luta armada e apelaram a todos os protagonistas que apliquem o Acordo de Sirte.

229. Foi neste contexto que, a 1 de Dezembro de 2007, o Ministro da Defesa, Mahamat Abdelkérim Nour, foi destituído do Governo, tendo depois procurado refúgio no Gabinete Popular da Líbia em N'djaména. Antigo Chefe da Frente Unida para a Mudança (FUC), Mahamat Nour havia assinado, em Tripoli, no dia 24 de Dezembro de 2006, um acordo com o Governo no quadro do qual entrou para o Governo no dia 4 de Março de 2007. No entanto, a reticência das suas tropas em deixarem desarmar-se, apesar do seu apelo, e as escaramuças que se seguiram, a 16 de Outubro de 2007, em Goz-Beida, bem como os confrontos de Novembro de 2007 em Guéréda, levantaram suspeitas sobre a vontade real deste movimento de respeitar o Acordo assinado em Tripoli.

230. Os confrontos no leste do Chade reavivaram a polémica entre o Chade e o Sudão. O Chade, através do porta-voz do Governo, colocou em causa o Sudão, declarando que «o Chade responsabiliza o Sudão, que tem a obrigação de conter os elementos armados de todos os signatários do Acordo de Sirte até à aplicação efectiva da cláusula deste Acordo, ou seja, é responsável pelo reagrupamento, acantonamento e o desarmamento». Também o Embaixador do Sudão em N'djamena foi convocado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional Chadiano, a 27 de Novembro de 2007, para um pedido de explicação. Por fim, no curso de uma conferência de imprensa realizada a 29 de Novembro de 2007, o Prmeiro-Ministro Chadiano afirmou que os rebeldes não eram mais do que instrumentos ao serviço do Sudão para desestabilizar o Chade e impedir o envio da EUFOR Chade/RCA, a operação que a UA se propõe realizar no leste do Chade e no Nordeste da RCA, no quadro da resolução 1778 (2007) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

231. As autoridades sudanesas, por seu lado, negaram qualquer implicação nos confrontos no leste do Chade. No dia 5 de Dezembro de 2007, o Governo sudanês, num comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, declarou que «aquilo que se passa no Chade é um assunto interno como qual o Sudão não tem nada a ver». No dia 7 de Dezembro de 2007, o Sudão anunciou o encerramento da sua fronteira com o Chade no seguimento da escalada dos combates.

232. Por fim, teve início em N'djamena o processo dos detidos preventivos da chamada questão da «Arca de Zoé» que terminou com a condenação, a 26 de Dezembro de 2007, das diferentes pessoas implicadas a penas que vão dos 4 anos de prisão a 8 anos de prisão com trabalhos forçados. A 27 de Outubro de 2007, eu condenei o comportamento escandaloso desta associação e saudei as firmes tomadas de posição dos Governos Chadiano e francês. De seguida, solicitei, num comunicado datado de 7 de Novembro de 2007, que o dossier fosse tratado com respeito pela soberania do Chade e das instituições Chadianas.

I.III.8. República Centro-africana (RCA)

233. Ao longo do período sob análise, a situação na RCA foi dominada pelas concertações ente os actores sociais e políticos locais, incluindo os movimentos armados, com vista à realização de um diálogo político abrangente. Não obstante, a situação da segurança permanece frágil devido à presença de movimentos armados, sendo que alguns de entre eles não renunciaram ainda ao uso das armas.

234. Assim, o Exército Popular para a Restauração e a Democracia (APRD), um movimento rebelde com o qual o Governo não logrou ainda assinar um acordo, permanece activo no noroeste e no norte do país. Vários confrontos opuseram aí as Forças Armadas Centroafricanas (FACA) e os elementos do APRD. Contudo, foram estabelecidos contactos com este grupo e as discussões prosseguem com vista a chegar-se a um acordo, com a assistência do Centro do Diálogo Humanitário (CHD), uma ONG com sede em Genebra, na Suíça.

235. Vários elementos do APRD indicaram ainda a sua intenção de depor as armas, nomeadamente na zona de Paoua e de Kaga-Bandoro, mas, por enquanto, não existe ainda qualquer estrutura de acolhimento e o Governo dispõe de muito poucos meios para os tomar sob a sua responsabilidade de modo eficiente, daí o receio de ver estes elementos retomarem os ataques. Um outro assunto de preocupação diz respeito às dificuldades encontradas na colocação em prática dos Acordos de paz assinados em na Líbia, e em Birao, na RCA, em Fevereiro e Abril de 2007, com a Frente Democrática do Povo Centroafricano (FDPC) e a União das Forças Democráticas (UFDR), respectivamente. Por fim, a RCA continua ser confrontada com o flagelo do grande banditismo, que é obra dos Zaraguinas (bandidos de grandes áreas). Neste contexto, há que destacar a continuação, por parte do Governo, dos contactos iniciados com alguns Zaraguinas na região de Bozum com o fim de acelerar a restauração da segurança na zona.

236. As forças de defesa e segurança centroafricanas, sempre empenhadas num processo de reestruturação e de nivelação, com o apoio de França e da África do Sul, não atingiram ainda o nível operacional exigido para enfrentar a situação de segurança que prevalece no país. Daí nasce a necessidade de manter a presença da Força Multinacional da CEMAC (FOMUC). A Comissão prestou também o seu apoio nas sucessivas solicitações da CEMAC para obter, junto da UA, uma renovação do financiamento da FOMUC, no quadro do Fundo de Apoio à Paz em África (APF). Uma missão conjunta UA-UE reuniu-se na RCA, de 8 a 15 de Novembro de 2007. A missão chegou à conclusão que a FOMUC deveria prosseguir com as suas actividades de apoio à segurança do país e à reestruturação das forças de defesa centroafricanas nos próximos dois anos, pelo menos, e recomendou a prorrogação do financiamento da APF. Também os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica de Estados da África Central (CEEAC), no curso da sua Cimeira realizada em Brazzaville, a 30 de Outubro de 2007, sublinharam igualmente a necessidade de manter a força e deram a missão ao Comité dos Embaixadores da CEEAC de estudar as modalidades de transferência da autoridade da tutela da CEMAC para a CEEAC.

237. É neste contexto que as autoridades centroafricanas preparam o diálogo político abrangente, que deverá tomar em conta os movimentos político-militares. A 30 de Novembro de 2007, o Chefe de Estado, François Bozizé, passou dois decretos que criavam e nomeavam os membros do Comité Preparatório do Diálogo. A 18 de Dezembro de 2007, o Comité Preparatório foi oficialmente criado e deu início aos seus trabalhos. A UA foi convidada a tomar parte nestes trabalhos, que deveriam decorrer com o apoio do CHD e do Gabinete das Nações Unidas na República Centroafricana (BONUCA).

238. Por seu lado, a Comissão prosseguiu com os seus esforços de apoio à reconstrução da RCA e à consolidação da paz neste país. Após uma missão preparatória em Bangui, a Comissão organizou, a 19 de Outubro de 2007, em Adis Abeba, em colaboração com o Banco Africano do Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), uma Conferência de Solidariedade Africana com a RCA, na presença dos Estados-Membros e da CEEAC. Organizada como prelúdio da Mesa Redonda dos doadores em Bruxelas, a Conferência visava simultaneamente apresentar um testemunho da solidariedade da África para com a RCAe a facilitar a mobilização da comunidade internacional. Vários países manifestaram a sua disposição para prestar assistência aos esforços em curso na RCA. A Comissão, pela sua parte, aproveitou esta ocasião para anunciar que contribuirá financeiramente para a realização de um diálogo político abrangente, ao mesmo tempo que prestará apoio técnico em determinados sectores.

239. A 26 de Outubro de 2007, realizou-se em Bruxelas a Mesa Redonda dos parceiros de desenvolvimento da RCA, durante a qual foi analisado o Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza, adoptado pelo Governo centroafricano em Setembro de 2007 e que permitiu à RCA aceder ao ponto de decisão da iniciativa em favor dos países pobres muito endividados (PPTE). A Mesa Redonda permitiu mobilizar promessas de assistência de cerca de 600 milhões de dólares para o período 2008 – 2010. Estes anúncios de contribuições, se concretizados rapidamente, associados a um melhoramento da governação e da segurança,

deveriam permitir uma relançamento significativo da actividade económica, bem como a redução da pobreza.

240. A RCA, hoje mais do nunca, tem necessidade do apoio de África e do apoio dos seus parceiros de desenvolvimento para ajudar o país a sair de forma duradoura das dificuldades com as quais se depara. A Comissão pretende contribuir para esse fim com o melhor das suas capacidades, garantindo nomeadamente o acompanhamento das conclusões da Conferência de Solidariedade Africana e apoiando os esforços envidados pelas autoridades centroafricanas com o fim de promover o diálogo e a reconciliação nacionais.

I.III.9. Presença multidimensional na RCA e no Chade

241. Na sua resolução 1778 (2007) de 25 de Setembro de 2007, o Conselho de Segurança aprovou a colocação em prática no Chade e na RCA de uma presença multidimensional destinada a criar as condições favoráveis ao regresso voluntário, seguro e duradouro dos refugiados e das pessoas deslocadas. O Conselho de Segurança decidiu que esta presença incluiria, por um período de um ano, uma Missão das Nações Unidas na RCA e no Chade (MINURCAT), compreendendo um máximo de 300 polícias e 50 oficiais de ligação militar, bem como um efectivo apropriado de pessoal civil. O mandato da MINURCAT diz respeito a questões ligadas à segurança e à protecção dos civis, bem como dos Direitos Humanos e do Estado de Direito. Simultaneamente, o Conselho de Segurança autorizou a UE a enviar, por um período com a duração de um ano, uma operação (baptizada EUFOR Chade/RCA) para apoiar a MINURCAT, contribuindo nomeadamente para a protecção dos civis en perigo, em especial dos refugiados e das pessoas deslocadas, facilitando o encaminhamento da ajuda humanitária e a livre circulação do pessoal humanitário e contribuindo para a protecção do pessoal, dos locais, das instalações e do material das Nações Unidas.

242. Por outro lado, o Conselho de Segurança encorajou o Governo Chadiano a criar uma Polícia Chadiana para protecção humanitária (PTPH). Esta Polícia estará encarregue de garantir a manutenção da ordem e do respeito da lei nos campos de refugiados, nos sítios de reagrupamento de pessoas deslocadas e nas principais cidades nas regiões vizinhas e também ajudar a garantir a segurança das operações humanitárias no leste do Chade.

243. A adopção desta resolução surgiu num contexto marcado por uma situação de segurança preocupante tanto no leste do Chade como no nordeste da RCA, uma situação que provocou uma grave crise humanitária. Segundo as Nações Unidas, existem actualmente 240 000 refugiados do Darfur e 180 000 pessoas deslocadas no leste do Chade, enquanto 300 000 Centroafricanos tiveram de abandonar os seus lares, sendo agora ou deslocados dentro do seu próprio país ou refugiados nos países vizinhos. Tanto as autoridades centroafricanas como as Chadianas acolheram favoravelmente a presença multidimensional e disponibilizaram-lhe o seu apoio.

244. No quadro da colocação em prática da resolução 1778 (2008), cerca de 70 polícias e agentes de ligação militar a outro pessoal da MINURCAT foram já enviados para o terreno. A Missão trabalha com o Governo Chadiano na colocação em prática da PTPH. No que diz respeito à EUFOR Chade/RCA, a sua constituição sofreu um certo atraso. No seu relatório sobre a MINURCAT com data de 17 de Dezembro de 2007, o Secretário-Geral das Nações Unidas indicou que este atraso poderia afectar o envio da MINURCAT.

I.III.10. Libéria

245. Desde a última sessão do Conselho, a Comissão continuou a acompanhar de perto os desenvolvimentos na Libéria. O período considerado foi caracterizado por novos progressos nos esforços de consolidação da paz e de reconstrução da Libéria à medida que emerge de anos de conflito e destruição.

246. A 13 de Novembro de 2007, o Banco Mundial decidiu libertar a Libéria dos seus pagamentos atrasados, ao passo que o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou que havia garantido suficientes promessas financeiras dos países membros que lhe permitem assim providenciar um alívio da dívida à Libéria. Conforme indicado pelo Grupo de Contacto Internacional na Libéria numa declaração feita em 16 de Dezembro de 2007, estes desenvolvimentos representam importantes passos no sentido de uma solução abrangente para o insustentável fardo da dívida externa da Libéria no âmbito da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPIC) e reflecte o contínuo forte apoio da parte da comunidade internacional às refromas económicas e financeiras do Governo. Até ao fim de 2006, o portfolio da dívida externa do país estava estimado em US$ 3.7 mil milhões, o que representa cerca de 800 % do PIB da Libéria.

247. De modo mais geral, 2007 foi um ano de feitos notáveis na Libéria. Entre outros, há que mencionar o cumprimento das exigências para filiação no processo de Kimberly, o que fez com que fosse possível que o Conselho de Segurança da ONU levantasse as sanções sobre o comércio de diamantes; o aumento substancial de rendimentos públicos; a preparação em curso de uma plena Estratégia de Redução da Pobreza que sirva como um quadro de desenvolvimento abrangente para o Governo e os seus parceiros; o aumento de 40% das matrículas nas escolas; os melhoramentos na gestão financeira pública, incluindo as medidas tomadas como parte de um Programa de Governação e de Gestão de Assistência Económica (GEMAP); e a luta contra a corrupção, assim como os esforços em curso para que a Libéria recuperar o controlo dos seus recursos naturais e garantir que os mesmos beneficiam o povo. Por fim, mas não por último, há que fazer menção à restauração do fornecimento da electricidade e da água a partes da capital, Monróvia, pela primeira vez em 15 anos.

248. A promoção da reconciliação nacional e da inclusão no processo de tomada de decisões continua a figurar proeminentemente nas actividades do Governo. A Comissão da Verdade e da Reconciliação, cujo mandato deverá expirar em Setembro de 2008, retomará as suas actividades no processo de realização de

declarações em Janeiro de 2008, o que envolverá uma ampla gama de personalidades. Por seu lado, a Presidente Ellen Johnson Sirleaf iniciou um processo consultivo com vista a reunir as perspectivas de partidos políticos e de grupos da sociedade civil da Libéria sobre assuntos de interesse nacional. Eu louvo a Presidente Johnson-Sirleaf por estas iniciativas e encorajo-a a intensificá-las, pois não se alcançará a paz e estabilidade duradouras sem ultrapassar as inúmeras clivagens que caracterizaram durante tanto tempo a sociedade liberiana.

249. Foram feitos progressos também no que diz respeito à situação de segurança, que, em geral, se manteve calma tanto na própria Libéria como ao longo das fronteiras do país com os seus vizinhos. Continuam a ser envidados esforços para levar avante a reforma do sector da segurança, Até agora, foram formados 3,500 polícias, enquanto a formação de uma Unidade Policial de Reacção Rpáida de 500 elementos está em curso. Contudo, existem sérias dificuldades financeiras e logísticas que continuam a restringir a capacidade operacional da Polícia Nacional Liberiana (LNP). Estão também a ser envidados esforços no sentido da formação, reestruturação e reforma das Forças Armadas da Libéria (AFL). Mais de 600 soldados foram já treinados, enquanto outros 500 se encontram em formação. Mais uma vez, é necessário um progresso mais rápido para que a Libéria enfrente os assustadores desafios de segurança. O objectivo é criar um novo exército com uma força de 2000 elementos.

250. È com este pano de fundo de progresso significativo na estabilização da Libéria que, em Agosto último, o Secretário-Geral das Nações Unidas fez propostas no sentido de uma retirada faseada da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL). O Secretário-Geral indicou que o processo “permitiria à UNMIL adaptar-se às prioridades em evolução e a conduzir uma transferência gradual, faseada e deliberada da responsabilidade pela segurança da Libéria para o Governo de um modo que dê ao Governo a oportunidade de criar capacidade, enquanto a Missão continua a manter a estabilidade prevalecente”. Na sua resolução 1777 (2007) de 20 de Setembro de 2007, o Conselho de Segurança decidiu alargar o mandato da UNMIL até 30 de Setembro de 2008, apoiou as recomendações no sentido de uma

redução do número de militares e de elementos da polícia na Missão e expressou a sua intenção de analisar até àquela altura outras recomendações para uma nova redução da UNMIL no contexto da situação da segurança na Libéria e na sub-região.

251. Ainda que a Libéria tenha, num curto espaço de tempo, realizado enormes feitos, existem ainda pela frente inúmeros desafios assustadores: as instituições do país, incluindo as de segurança, terão de ser consolidadas; o Estado de Direito e a reconciliação nacional deverão ser aprofundados; e há que lidar com as necessidades sócio-económicas das vítimas do conflito que devastou a Libéria durante tantos anos e com as da população em geral. Claro que se trata de desafios que requerem não apenas um compromisso contínuo por parte dos líderes Liberianos, mas também um apoio duradouro da parte dos parceiros da Libéria e da comunidade internacional no seu todo, incluindo Estados-Membros da UA.

I.III.11. Côte d'Ivoire

252. Desde a assinatura, respectivamente a 4 e 26 de Março de 2007, do Acordo Político de Ouagadougou e do Acordo Complementar pelo Presidente Laurent Gbagbo e Guillaume Soro, Secretário-Geral das novas Forças, sob os auspícios do Presidente Blaise Compaoré, Presidente do Burkina Faso, Presidente em exercício da CEDEAO e Facilitador do Diálogo Directo, as manifestações em favor da reconciliação nacional e da reunificação do país têm-se sucedido. As partes tomaram também medidas com vista a aplicar os compromissos feitos, ainda que tenham sido registados atrasos na colocação em prática de dossiers importantes do Acordo de Ouagadougou.

253. A 30 de Julho de 2007, o Presidente Gbagbo e o Primeiro-Ministro Soro procederam à incineração de cerca de 2 000 armas de guerra durante uma cerimónia baptizada «Chama da Paz», realizada em Bouaké, na presença de vários Chefes de Estado africanos e de outras personalidades estrangeiras, bem como de uma enorme multidão de Ivoiriens. Ao deslocar-se a Bouaké, o Presidente Laurent

Gbagbo atravessou, pela primeira vez desde o início da crise, a linha de cessar-fogo que consagrava a partição de facto do país, materializando assim a reunificação do país. De 28 a 30 de Novembro de 2007, o Presidente Gbagbo efectuou uma passagem por várias localidades no norte do país, sob controlo das Novas Forças, reafirmando, nesta ocasião, a sua mensagem sobre o fim da guerra. O Presidente foi recebido sempre pelo Primeiro-Ministro, rodeado de multidões em alegria. No intervalo, as duas forças ex-beligerantes, as Forças de Defesa e Segurança da Côte d'Ivoire (FDSCI) e as Forças Armadas das Novas Forças (FAFN), dsfilaram em conjunto em Abidjan e em outras cidades do país, a 7 de Agosto de 2007, por ocasião da comemoração do 47º Aniversário da Independência da Côte d'Ivoire.

254. Por seu lado, a comunidade internacional continuou a apoiar a operacionalização do Acordo Político de Ouagadougou. Foi assim que o Conselho de Segurança adoptou, a 16 de Julho de 2007, a resolução 1765 (2007) por meio da qual o Conselho, entre outros aspectos, sancionou as recomendações do Secretário-Geral das Nações Unidas relativas às adaptações necessárias do mandato da Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (ONUCI) na nova fase do processo de paz, conforme definida pelo Acordo de Ouagadougou. A resolução colocou um ponto final no mandato do Alto Representante para as eleições e decidiu, por conseguinte, que o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas certificará que todas as fases do processo eleitoral fornecerão todas as garantias necessárias para a realização de eleições presidenciais e legislativas abertas, livres e transparentes, conforme as normas internacionais. Simultaneamente, o Conselho de Segurança declarou-se favorável à criação de um Órgão Consultivo Internacional (OCI), conforme acordado pelas partes signatárias e o Facilitador, para acompanhar as forças políticas marfinenses e o Facilitador na colocação em prática do Acordo – a UA está no seio desta instância. Por outro lado, no decurso de uma Mesa Redonda dos Doadores organizada pelo Governo marfinense, a 18 de Julho de 2007, foram feitas promessas de financiamento do processo de saída da crise de mais de 180 mil milhões de FCFA.

255. No entanto, conforme indicado mais acima, o cronograma de colocação em prática do Acordo Político de Ouagadougou acusou atrasos. Primeiro, no seguimento de perturbações causadas pelo atentado de 29 de Junho de 2007 contra o Primeiro-Ministro em Bouaké. De seguida, devido a determinados aspectos técnicos que não tinham sido tomados em conta aquando da assinatura do dito Acordo. Foi neste contexto que o Comité de Avaliação e Acompanhamento (CEA) se reuniu em Ouagadougou, a 4 de Setembro de 2007, sob a presidência do Facilitador e na presença dos membros da OCI, de entre os quais a UA. Nesta ocasião, acordou-se dar início às audiências ambulantes antes do fim do mês de Setembro de 2007 a fim de emitir juízos supletivos de actos de nascimento a todos aqueles que deles necessitam, como prelúdio da operação de identificação das populações. Estas audiências foram efectivamente lançadas a 25 de Setembro de 2007, mas depararam-se com dificuldades logísticas. Assim, até ao fim de Novembro de 2007, de um total de 111 equipas previstas, apenas 25 haviam conseguido ser enviadas para conduzir esta operação no conjunto do território nacional e somente cerca de 55 000 juízos supletivos haviam sido emitidos.

256. No seu relatório de 1 de Outubro de 2007 sobre a ONUCI, o Secretário-Geral das Nações Unidas, congratulando-se com o clima positivo que reina desde a assinatura do Acordo Político de Ouagadougou, exprimiu também a sua grande preocupação relativamente ao desrespeito dos prazos fixados, o que levou a um atraso que, se continuar, é susceptível de comprometer a boa aplicação do Acordo. A 23 de Outubro de 2007, no final das consultas organizadas pelo Conselho de Segurança sobre este relatório, o seu Presidente reafirmou o pleno apoio dos seus membros ao Acordo, prestou homenagem ao Facilitador e saudou as primeiras medidas de aplicação do Acordo. Simultaneamente, o Presidente expressou a preocupação dos Membros do Conselho face aos atrasos constatados, apelando seriamente aos partidos para que coloquem em prática e de boa fé os seus compromissos, nomeadamente ao tomarem sem atrasos medidas concretas para progredir no processo de identificação e de inscrição dos eleitores nas listas eleitorais, o desarmamento e o desmantelamento das milícias, o DDR, a

restauração da autoridade do Estado, a unificação e o reforço das forças de defesa e segurança e o respeito pelos Direitos Humanos.

257. A 29 de Outubro de 2007, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1782 (2007) respeitante à prorrogação, até 31 de Outubro de 2008, do regime de sanções imposto à Côte d'Ivoire desde Novembro de 2004 pela resolução 1572 (2004) – embargo sobre as armas, restrições sobre as viagens e congelamento de fundos, de outros bens financeiros e recursos económicos – e a resolução 1643 (2005) – interdição da importação de todos os diamantes em bruto provenientes da Côte d'Ivoire. O Conselho decidiu reexaminar estas medidas à luz dos progressos alcançados na colocação em prática das etapas chave do processo de paz. Aquando da 104ª reunião do CPS realizada a 20 de Dezembro de 2007, a delegação marfinense ivoirienne solicitou o levantamento das medidas individuais impostas pela resolução 1572(2004), pela razão de que se encontravam desfasadas da evolução actual do processo de paz. O CPS tomou devida nota deste pedido.

258. Com vista a acelerar a colocação em prática do Acordo Político de Ouagadougou, o Presidente Gbagbo e o Primeiro-Ministro Soro concluiram, em Ouagadougou, a 28 de Novembro de 2007, os 2º et 3º Acordos Complementares do Acordo de Ouagadougou, que diziam respeito respectivamente à escolha definitiva do operador técnico – neste caso a sociedade francesa SAGEM Segurança do Grupo SAFRAN – que deveria criar os bilhetes de identidade e os cartões de eleitor marfinenses, e à elaboração de um novo cronograma. Este deveria ser concluído com a organização da eleição presidencial o mais tardar no final do primeiro semestre do ano de 2008, segundo um calendário que seria proposto ao governo pela Comissão Eleitoral Independente (CEI).

259. De modo mais específica, o cronograma prevê o início do reagrupamento dos ex-combatentes, o armazenamento das armas e os desmantelamento das milícias o mais tardar até 22 de Dezembor de 2007 ; a transferência de uma prestação uniforme mensal para os ex-combatentes até à sua reinserção ou

integração nas novas forças de defesa e segurança ou na vida civil ; o início do reenvio da administração fiscal e alfandegária para o conjunto do território o mais tardar até 30 de Dezembro de 2007, assim como o aperfeiçoamento do reenvio da administração e dos serviços públicos para o conjunto do território o mais tardar até 30 de Janeiro de 2008 ; a disponibilização do Centro de Comando integrado (CCI), pelas FDSCI, de elementos da polícia nacional e da *gendarmerie* nacional e, pelas FAFN, de elementos incluindo os 600 elementos resultantes do Acordo de Pretória, com vista à colocação em prática das unidades mistas de segurança do processo de paz ; o pagamento de salários com juros e a reintegração no novo exército nacional dos elementos das FAFN que tenham pertencido às Forças Armadas nacionais da Côte d'Ivoire, à *gendarmerie* e aos corpos paramilitares; o recurso à arbitragem do Facilitador para as quotas de integração de elementos das FAFN e para a questão dos graus dos militares que tenham mudado de categoria nas FAFN ; o lançamento, antes do fim do mês de Dezembro de 2007, da operação de reconstituição dos registos de estado civil perdidos ou destruídos em determinados centros de estado civil.

260. Aquando da sua reunão anteriormente mencionada, o CPS notou com satisfação a evolução encorajadora da situação na Côte d'Ivoire desde a assinatura do Acordo de Ouagadougou e os avanços registados na sua colocação em prática. Simultaneamente, o CPS solicitou ás partes que intensificassem os seus esforços com vista a acelerar o processo de colocação em prática. Neste sentido, o CPS congratulou-se com a conclusão dos 2º e 3º Acordos Complementares e encorajou todas as forças políticas e a sociedade civil marfinense a colocar tudo em prática com vista à consolidação da dinâmica de paz em curso no país.

261. No conjunto, o processo prossegue num contexto calmo, apesar de alguns casos isolados de violência. O desenvolvimento mais preocupante do período considerado ocorreu a 29 de Junho de 2007, aquando de uma visita que o Primeiro-Ministro efectuava a Bouaké para proceder à instalação de magistrados nessa zona com vista ao reinício das audiências ambulantes. Ao aterrar no aeroporto de Bouaké, o avião que o transportava foi alvo de tiros de rockets, causando a morte

de 4 pessoas e vários feridos. O Primeiro-Ministro saiu incólume deste atentado, que foi unanimemente condenado pela classe política e pela sociedade civil marfinenses, bem como pela comunidade internacional, incluindo o Conselho Executivo em Accra.

262. Após este atentado, foram tomadas medidas pelas FDSCI e pelas FAFN para uma maior segurança dos aeroportos situados nas suas respectivas áreas de controlo. Simultaneamente, o Governo marfinense ivoirien fez abrir uma informação judiciária no plano nacional e dirigiu um pedido às Nações Unidas com vista à criação de uma comissão de inquérito internacional para identificar os autores do atentado. Uma missão exploratória das Nações Unidas, em ligação com este pedido, teve uma estadia de uma semana na Côte d'Ivoire, a partir do dia 1 de Outubro de 2007. As suas conclusões são ainda aguardadas.

263. No plano humanitário, a dinâmica em curso favoreceu o regresso voluntário e assistido pelas organizações humanitárias de numerosas pessoas nas zonas centro, norte e oeste. Por outro lado, pela primeira vez desde início da crise, teve lugar um regresso à escola único no dia 17 de Setembro de 2007 em toda a extensão do território nacional.

264. Em conclusão, gostaria de me congratular com os avanços significativos registados na Côte d'Ivoire desde a assinatura do Acordo Político de Ouagadougou. Eu encorajo todas as partes marfinenses a integrarem-se de forma decidida na dinâmica da reconciliação e da reunificação do país a fim de tornar irreversível a marcha na direcção da paz. Gostaria de reiterar o meu apreço ao Facilitador e garantir-lhe de novo o apoio da UA.

I.III.12. Sahara Ocidental

265. O principal destaque deste período considerado foi o lançamento de negociações directas entre as partes na disputa sobre o Sahara Ocidental, nomeadamente Marrocos e a Frente POLISARIO, conforme mandatado pela

resolução 1754 (2007) de Abril de 2007 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nessa resolução, o Conselho de Segurança apelou às partes para entrarem em negociações sem pré-condições e de boa fé, tomando em conta os desenvolvimentos dos últimos meses, com vista a alcançar uma solição política justa, duradoura e mutuamente aceitável que possa providenciar a auto-determinação do povo do Sahara Ocidental e solicitou ao Secretário-Geral que desse início a essas negociações sob os seus auspícios.

266. As duas partes reuniram-se duas vezes em Manhasset, Nova Iorque: primeiro, a 18 e 19 de Junho e depois a 10 e 11 de Agosto de 2007. As conversações não resultaram em qualquer avanço, dado que as posições das partes continuam distantes: ao passo que Marrocos insistiu na sua proposta de autonomia para o Território, dentro da soberania e integridade territorial do Reino, a Frente POLISARIO argumentou a favor de um referendo livre e justo de auto-determinação, de acordo com os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e relevantes resoluções das Nações Unidas. Num comunicado feito pelo Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Peter Van Walsum, no final da segunda ronda de conversações, em acordo com as partes, estas últimas reconheceram que o actual status quo é inaceitável e comprometeram-se a prosseguir com as negociações em boa fé.

267. É com este pano de fundo que o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 31 de Outubro de 2007, adoptou a resolução 1783 (2007), por meio da qual apelava às duas partes “que continuassem a mostrar ontade política e a trabalhar numa atmosfera propícia para o diálogo e de modo a iniciar negociações substanciais, garantindo assim a implementação da resolução 1754 (2007) e o sucesso das negociações”. O Conselho de Segurança apelou ainda às partes para que “prossigam com as negociações sob os auspicious do Secretário-Geral sem pré-condições e em boa fé, tomando em conta os esforços envidados desde 2006 e os desenvolvimentos nos últimos meses, com vista a alcançar uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceitável que irá providenciar a auto-determinação do povo do Sahara Ocidental no contexto dos arranjos consistentes com os

princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas, destacando o papel e a responsabilidade das partes a este respeito". Para mais, o Conselho de Segurança solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse um relatório sobre o estado e progresso destas negociações até 31 de Janeiro de 2008. Entretanto, o Conselho de Segurança decidiu alargar o mandato da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO) até 30 de Abril de 2008.

268. Desde a adopção da resolução 1783, o Enviado Especial tem estado em consulta activa com as duas partes de modo a estabelecer uma data e determinar um local para a próxima ronda de negociações. E, por conseguinte, foi agora revelado que se chegou a um acordo e que a terceira ronda de negociações se realizará no mesmo local, em Manhasset, Nova Iorque, entre 7 e 9 de Janeiro de 2008.

269. Em conclusão, o longo impasse no conflito do Sahara Ocidental tem agora uma rara oportunidade de encontrar uma possível solução. Ainda que as conversações não tenham até agora levado a qualquer desenlace, o simples facto de terem sido realizadas é por si só um desenvolvimento bem recebido. Eu gostaria de expressar a minha fervorosa esperança de que as partes respondam ao apelo feito pelo Conselho de Segurança no sentido de negociarem com seriedade e sem pré-condições de modo a que a disputa possa ser resolvida de um forma plenamente consistente com a legalidade internacional, em especial com os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

I.IV. FUNDO DE APOIO À PAZ EM ÁFRICA

270. Conforme será do conhecimento do Conselho, o Fundo de Apoio à Paz em Àfrica (APF) foi criada por um período de três anos pela UE, com um envelope financeiro total de € 250 milhões retirados do 9º Fundo de Desenvolvimento Europeu (EDF), para financiar as operações de apoio à paz conduzidas sob a autoridade da UA. A criação do APF, que se tornou operacional a partir de Maio de 2004, foi feita no seguimento de um pedido por parte da Conferência, em Maputo,

em Julho de 2003. Subsequentemente, e a pedido da AU, o APF recebeu € 50 milhões adicionais, num total de financiamento disponível de € 300 milhões.

271. Várias operações de apoio à paz lideradas por africanos têm sido apoiadas no âmbito doa APF, nomeadamente a AMIS e a AMISOM. Para mais, está em curso um programa ambicioso de capacitação para a UA e para os Mecanismos Regionais para Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos enquanto parte da componente de capacitação do APF. Isto inclui a criação de Gabinetes de Ligação com a UA, em conformidade com as disposições relevantes do Protocolo do CPS, bem como apoio à operacionalização do CEWS e da ASF.

272. No âmbito do quadro do APF, foi criado um Comité Conjunto de Coordenação (JCC), co-presidido pela UA e pela UE e que inclui representantes do Mecanismo Regional, para analisar as operações do Mecanismo. Na 3ª reunião do JCC realizada em Adis Abeba a 29 de Setembro de 2006, a UE confirmou o seu compromisso para alargar a existência do APF por um período suplementar de três anos (2008-2010) e providenciar financiamento na ordem de € 300 milhões no âmbito do 10º FED.

273. Foi com este pano de fundo que a UA e a UE organizaram no Djibuti, a 2 e 3 de Novembro de 2007, um seminário sobre as lições aprendidas no que diz respeito à implementação do APF no período 2004-2007. O seminário, que reuniu representantes da CUA, da UE, dos Mecanismos Regionais e de outras instituições relevantes, representou uma oportunidade para avaliar a implementação da APF e para identificar as dificuldades e os desafios enfrentados. Foram feitas várias recomendações no que diz respeito ao âmbito e à estrutura geral do APF, as modalidades de implementação, o processo de tomada de decisões, as fraquezas institucionais e as restrições em termos de recursos humanos, entre outros aspectos. De um modo geral, o seminário considerou o APF um instrumento de sucesso, salientando que é, até ao momento, a única fonte de financiamento substancial e previsível para operações de apoio à paz e outras actividas da UA relacionadas.

274. As conclusões do seminário serão analisadas durante a 4ª reunião do JCC e irão enquadrar a implementação do APF no período 2008 – 2010. Na altura de finalização deste relatório, estavam em curso consultas entre a UA e a UE para se chegar a acordo quanto a uma data para a 4ª reunião do JCC.

I.V. PROSSECUÇÃO DA DECISÃO ASSEMBLY/AU/DEC. 145 (VIII) SOBRE O FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ LIDERADAS PELA UA

275. Na sua Sessão em Accra, o Conselho foi informado acerca das medidas tomadas enquanto prossecução da Decisão Assembly/AU/Dec. 145 (VIII) adoptada pela Conferência na sua 8ª Sessão Ordinária realizada em Janeiro de 2007. Nessa decisão, a Conferência, relembrando que a mnutenção da paz e da segurança internacionais são da responsabilidade primária do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apelou às Nações Unidas para analisarem, no contexto do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, a possibilidade de financiamento, através de contribuições avaliadas, das operações de manutenção da paz empreendidas pela UA ou sob a sua autoridade, com o consentimento das Nações Unidas. O Conselho foi ainda informado que, após esta decisão, a África do Sul, aproveitando a sua presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mostrou-se disponível para organiza, a 28 de Março de 2007, um debate sobre o tema: “Relação entre as Nações Unidas e as organizações regionais, em especial a UA, na manutenção da paz e da segurança internacionais.” O Conselho de Segurança adoptou uma declaração presidencial solicitando ao Secretário-Geral que providenciasse um relatório, em consulta com as organizações regionais relevantes, com propostas específicas sobre como poderão as Nações Unidas apoiar melhor os arranjos para futura cooperação e coordenação com as organizações regionais sobre os arranjos do Capítulo VIII.

276. O pedido feito pela Conferência foi também discutido durante a reunião da 9ª Troica Ministerial África-UE realizada em Accra, no Gana, a 31 de Outubro de 2007. A este respeito, a UE expressou o seu empenho em trabalhar em conjunto com a UA no sentido da criação de arranjos da ONU para providenciar um financiamento previsível, flexível e duradouro das operações de manutenção de paz empreendidas pela UA ou sob a sua autoridade, incluindo no âmbito do contexto do Capítulo VIII da Carta da ONU e com o consentimento do Conselho de Segurança da ONU.

277. Foi com este pano de fundo que a Comissão, em consulta com a Àfrica do Sul, tomou a iniciativa de informar o CPS sobre a prossecução da Decisão da Conferência e da declaração presidencial do Conselho de Segurança e para facilitar uma interacção com representantes da ONU, por ocasião da 98ª reunião do CPS realizada a 8 e 23 de Novembro de 2007. No final da reunião, o CPS adoptou um documento que se pretendia um contributo para o relatório que o Secretário-Geral das Nações Unidas deverá apresentar. O documento estipula os princípios que deverão informar das propostas sobre o reforço da relação entre as Nações Unidas e as organizações regionais, em especial a UA, e faz propostas específicas sobre a cooperação entre o CPS e o Conselho de Segurança. No que diz respeito mais especificamente à questão do financiamento de operações de apoio à paz lideradas pela UA, o CPS instou o Conselho de Segurança a apoiar o pedido feito pela Conferência. O CPS propôs ainda a nomeação pelo Secretário-Geral da ONU, em consulta com a Comissão, de um Painel de Alto Nível para análise do assunto e para fazer recomendações sobre como lhe dar efeito. Entretanto, e com base na experiência dos Módulos de Apoio Inicial e de Apoio Reforçado da ONU à AMIS, o CPS apelou à ONU para que preste um apoio semelhante a todas as operações de apoio à paz lideradas pela UA empreendidas com o consentimento do Conselho de Segurança.

278. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para informar o Conselho da decisão do Governo intaliano de criar um Mecanismo de Paz, visando apoiar os esforços de prevenção, de gestão e de resolução de conflitos no Continente e trabalhar em prol do reforço das capacidades logísticas, operacional e institucional

da UA neste domínio. Num valor total de 40 Milhões de Euros, o estabelecimento deste mecanismo entra no quadro da continuação do compromisso assumido pelo Presidente do Conselho Italiano Romano Proti, durante a Cimeira da UA em Janeiro de 2007, bem como da alocução que pronunciou por ocasião do encontro ao mais alto nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 25 de Setembro de 2007. A assinatura formal do acordo relativo a esta facilidade teve lugar em Lisboa, a 8 de Dezembro de 2007, à margem da Cimeira EU-África. Na ocasião, exprimi a profunda gratidão da UA à Itália por este gesto e pelo apoio constante prestado aos nossos esforços.

J. ASSUNTOS POLÍTICOS

J.I. DEMOCRATIZAÇÃO, GOVERNAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, ASSUNTOS HUMANITÁRIOS

279. A promoção da democracia, as eleições, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos continuam a ser os eixos fundamentais da acção da Comissão no domínio dos Assuntos Políticos. Do respeito e da concretização destes valores hoje unanimente partilhados depende, evidentemente, a estabilidade e o desenvolvimento do continente. Se bem que tenha havido um progresso muito positivo em todo o continente, África continua a enfrentar muitos desafios relativamente à consolidação de valores e práticas democráticos. A colocação em prática de uma arquitectura panafricana de governação é uma das respostas-chave aos desafios enfrentados.

280. Neste contexto, a entrada em vigor em Agosto de 2006, da Convenção para a Prevenção e a Luta contra a Corrupção e, sobretudo, a adopção em Janeiro de 2007, da Carta Africana da Democracia, das Eleições e da Governação constituiram bases essenciais no processo da colcoação em prática da arquitectura panafricana de governação.

J.II. GOVERNAÇÃO E DEMOCRACIA

J.II.1. Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação

281. De particular significado têm sido, nos últimos meses, os esforços envidados para garantir que a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Direitos Humanos adoptada tenha uma expressão prática e seja popularizada em todos os Estados-Membros. Para manter este impulso de ratificação, foi realizada uma Sessão de Alto Nível sobre a Carta de 28 a 29 de Outubro de 2007, in Windhoek, na Namíbia.

282. A reunião inicial na Namíbia sobre a Carta providenciou a base para a aceleração da assinatura e ratificação da Carta. Para mais, teve lugar um seminário na África Austral no Lesoto, de 20 a 22 de Dezembro de 2007, para definir as estratégias apropriadas com vista à ratificação e à entrada em vigor rápidas da Carta. Estas duas reuniões contaram com uma grande participação, um testemunho da vontade dos Estados-Membros e dos seus parceiros de levar a bom porto a acção assim iniciada.

283. A ratificação da Carta sobre a Democracia, Eleições e Direitos Humanos é fundamental para o compromisso colectivo dos Estados-Membros. A ratificação é essencial, pois é ela que irá providenciar uma base para a União Africana se relacionar com os Estados-Membros onde ocorram mudanças inconstitucionais de governo e onde haja preocupações com práticas de governação estatal e de Direitos Humanos. Em parceria com os Estados-Membros e as organizações da sociedade civil, será dada maior atenção, nos próximos meses, a uma maior popularização da Carta com a realização de novos seminários regionais planificados para encorajar a ratificação.

284. Há que salientar, no entanto, que nenhum instrumento de ratificação da Carta foi depositado junto da Comissão e que apenas uma dezena de Estados-Membros a assinaram. Esta é a ocasião de lançar um apelo aos Estados-Membros para que procedam rapidamente à sua ratificação.

J.II.2. Constitucionalismo em África

285. Enquanto parte do processo de desenvolvimento da prática democrática no continente e na perspectiva da realização, no próximo ano, de uma Conferência sobre as Constituições Africanas ; realizou-se um seminário sobre as Constituições Africanas em Brazzaville, no Congo, nos dias 5 e 6 de Novembro de 2007, no quadro da preparação da Conferência cujo objectivo é desenvolver uma compreensão crítica do estado das Constituições Africanas e desenvolver estratégias para reforço do constitucionalismo em África. Foram feitas recomendações pertinentes sobre os termos de referência da Conferência e as modalidades práticas da sua preparação.

J.II.3. Colocação em Prática de uma Arquitectura Panafricana de Governação

286. Para lá do objectivo estratégico de prover África de um quadro jurídico, institucional e operacional para dar resposta aos numerosos desafios colocados pela questão da governação no continente, a colocação em prática de uma arquitectura panafricana de governação resulta igualmente da vontade de federar as numerosas iniciativas em curso no continente e de garantir a liderança da União Africana.

287. Uma das principais iniciativas para reforçar a cooperação entre diferentes partes interessadas envolvidas na Governação é o início de um estudo de investigação que funciona como um mapa da paisagem de governação multilateral no continente e que providencia a base para compreensão do papel de monitorização da governação da UA em todo o continente face ao papel de outras Organizações envolvidas nesta área. Ao levar avante o estudo em curso, será realizado um seminário com as partes interessadas multilaterais relevantes e com grupos de interesses mais latos na Governação. O estudo e os seminários planeados fazem parte dos esforços da Comissão envidados para reforçar a

cooperação e garantir um apoio eficaz à governação e uma monitorização das práticas e abordagens dos Estados-Membros.

J.II.4. Anti-corrução

288. A ratificação da Convenção da UA para Prevenção e Combate à Corrupção por mais de quinze países providenciou a base para a iminente entrada em vigor da Convenção. Ainda que esteja a ser dada atenção adicional para garantir que todos os Estados-Membros assinem a Convenção, está a ser dada cada vez mais atenção à sua implementação. Pra reforçar os esforços dirigidos para a ratificação e implementação, o Gabinete criado pela 2ª Reunião de Órgãos Anti-Corrupção Nacionais reuniu-se em Outubro de 2007 na África do Sul e centrou a sua atenção na articulação de estratégias práticas para implementação. Para além de lançar os fundamentos para a constituição do planeado Painel Anti-Corrupção, o Gabinete prestou adicional atenção à aplicação da Convenção e ao reforço dos órgãos anti-corrupção nacionais.

289. Estando estabelecido o impulso para a implementação da Convenção, será dada cada vez mais atenção ao modo como os Estados-Membros estão a cumprir as disposições da Convenção e ao seu empenho global para agir contra a corrupção em Estados-Membros. Embora haja um progresso cada vez maior contra a corrupção devido a trocas de informação que ocorrem entre os Estados-Membros, há ainda um longo caminho a percorrer para se garantir a erradicação do flagelo da corrupção interna e transfronteiriça.

J.II.5. Desenvolvimento da Capacidade Estatal

290. A Comissão, em colaboração com o Gabinete criado pela 5ª Conferência Panafricana de Ministros da Função Pública, tem estado activa no apoio aos esforços com vista a reforçar as capacidades estatais para desenvolvimento e prestação de serviços em todos os Estados-Membros. A este respeito, o Gabinete Ministerial reuniu-se na Namíbia de 24 a 25 de Outubro de 2007 para analisar o

progresso feito na implementação da Declaração de Adis Abeba da 5ª Conferência de Ministros da Função pública, nomeadamente:

(a) Prémios de Inovação da Função Pública em Toda a África

291. Um dos principais instrumentos para reforçar e reconhecer as boas práticas em todos os Estados-Membros são os recém-criados Prémios de Inovação da Função Pública em Toda a África. Foi envidado um grande esforço de marketing e vários Estados-Membros foram visitados durante o processo de popularização. O Secretariado para os Prémios, sob a liderança das Maurícias, recebeu uma série de apresentações. Espera-se que os Prémios sejam entregues na 6ª Conferência de Ministros (2008) da Função Pública após um extenso processo de adjudicação.

(b) A Carta da Função Pública Africana

292. Em cumprimento da decisão do Conselho Executivo sobre a Declaração de Adis Abeba, foi iniciado um processo sob a liderança da Argélia a fim de rever a actual Carta para sua adopção pelos órgãos competentes da UA. Para este fim, foram realizados dois seminários, o primeiro na África do Sul em Julho de 2007 e o Segundo na Argélia em Dezembro de 2007. Estes Seminários sobre a Carta providedenciaram uma base para a revisão da Carta e para a sua posterior apresentação à Conferência dos Ministros da Função Pública. A Carta seria revista e apresentada num esboço actualizado à 6ª Conferência de Ministros da Função Pública em 2008. A Carta servirá como instrumento primário para a promoção do desenvolvimento da capacidade estatal.

(c) Rede Africana de Institutos de Gestão do Desenvolvimento

293. A Rede Africana de Institutos de Gestão do Desenvolvimento (AMDIN) surgiu como uma plataforma primária para reforço dos esforços de desenvolvimento de capacidade para uma boa administração estatal em todo o continente. A Rede, através do apoio e da participação da Comissão, realizou um segundo seminário de

formação para formadores. Este esforço tornou-se possível graças ao apoio prestado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA).

294. A Rede Africana de Institutos de Gestão do Desenvolvimento (AMDIN) realizou a sua primeira Conferência e Reunião de Conselho em Agosto de 2007. O desenvolvimento da AMDIN tem sido muito positive e todas as indicações apontam para que venha a ser uma entidade duradoura que servirá como um veículo importante para os esforços de desenvolvimento da capacidade do sector público a nível continental. Enquanto uma das instituições de início, a Comissão continuará a estar representada no Conselho Executivo da AMDIN e continuará a assistir na modelação da sua futura estratégia e direcção.

(d) Dia da Função Pública de África

295. O dia 23 de Junho, estipulado pelos Ministros Africanos da Função Pública como o Dia da Função Pública Africana, foi marcado por eventos nacionais em todo o continente com foco na anti-corrupção. Para além das celebrações e da reflexão sobre a função pública ocorridas em todos os Estados-Membros nesse Dia, foi preparado um seminário de troca de experiências com foco na Anti-Corrupção sob liderança da Namíbia a 25 e 26 de Outubro de 2007. Ao mesmo tempo que se salientava os desafios da corrupção na função pública, as trocas revelaram estratégias criativas para reforço do estatuto da função pública e dos contributos dos funcionários públicos em todo o Continente.

J.III. ELEIÇÕES E OBSERVAÇÃO

J.III.1. Observação de eleições nos Estados-Membros

296. Neste quadro, a Comissão enviou missões de observação à República do Congo, à Sierra Leone, a Madagascar e ao Togo, por ocasião das eleições presidenciais e/ou legislativas que foram organizadas nesses países. É importante relembrar que a participação da União Africana na observação destas eleições está

conforme os critérios enunciados na Declaração de Durban de Julho de 2002 sobre os princípios regentes das eleições democráticas em África no que diz respeito ao prazo de convite de dois meses imposto aos Estados-Membros.

297. Globalmente, as eleições nestes quatro Estados decorreram de modo satisfatório. A participação da União Africana na observação destes diferentes escrutínios é a manifestação da sua vontade de acompanhar os Estados-Membros nos seus esforços com vista à consolidação dos acervos democráticos e ainda da paz e da estabilidade, condições indispensáveis para o seu desenvolvimento económico e social. Esta vontade da Organização de se implicar nos processos eleitorais nos Estados-Membros responde a duas preocupações essenciais: primeiro, garantir aos Estados-Membros o seu apoio neste grande empreendimento que é a democratização e, em seguida, ajudar a instaurar na opinião nacional um clima de confiança para que as eleições decorram num ambiente de liberdade, de igualdade e de transparência.

298. Na República do Congo, a segunda volta das eleições legislativas realizou-se a 5 de Agosto de 2007. Não osbtante determinadas disfunções ligadas à organização da votação, o escrutínio decorreu com calma e serenidade. O Partido Congolês do Trabalho (PCT), no poder, obteve uma maioria absoluta na Assembleia Nacional.

299. Na Sierra Leone, as eleições presidenciais e legislativas de 11 de Agosto e de 8 de Setembro de 2007 correram bem. O Sr. Ernest Bai Koroma, do « All Peoples' Congress » (APC), foi eleito com 54.60% dos votos. O APC, por outro lado, obteve a maioria dos assentos na Assembleia Nacional.

300. Em Madagascar, as eleições legislativas de 23 de Setembro de 2007 decorreram em ambiente calmo. O Partido Tiako I Madagascar (TIM), no poder, obteve a quase totalidade dos assentos na Assembleia Nacional.

301. No Togo, a Aliança do Povo Togolês (RPT), o partido no poder, obteve uma maioria absoluta dos assentos na Assembleia Nacional aquando das eleições legislativas antecipadas de 14 de Outubro de 2007.

302. No Quénia, a 27 de Dezembro de 2007, realizaram-se eleições legislativas e presidenciais, conforme o calendário eleitoral deste país. A União Africana não pôde honrar o convite que lhe tinha sido dirigido pelas autoridades de enviar uma equipa de observadores, pela simples razão de esse convite ter sido enviado fora dos prazos regulamentares.

303. Os resultados proclamados pela Comissão Eleitoral Nacional foram favoráveis ao presidente cessante, o Sr. Mwai Kibaki. Os resultados foram contestados pela oposição liderada pelo Sr. Raila Odinga, com acusação de terem sido manipuladas. À crise política assim criada seguiram-se violências maciças de carácter étnico que causaram, segundo fontes humanitárias, centenas de mortes e o deslocamento forçado de cerca de 250 000 pessoas.

304. Num comunicado da CUA tornado público a 31 de Dezembro de 2007, a Comissão expressou a sua grande preocupação face à violência que devassou o Quénia e apelou à moderação e aod diálogo dos agentes políticos. Simultaneamente, a Comissão reiterou o seu apego aos princípios democráticos enunciados no Acto Constitutivo da União e em outros instrumentos pertinentes, em especial a Carta Africana da Democracia, das Eleições e da Governação, que explica a importância de que se reveste a realização de eleições regulares, livres, justas e honestas.

305. Por seu lado, o Presidente da União Africana, o Presidente John A Kufuor do Gana, em concertação com a Comissão, propôs os seus bons ofícios às partes e efectuou uma visita ao Quénia, visita à qual a Comissão se associou. Esta visita teve lugar de 8 a 11 de Janeiro de 2008, após numerosas tentativas. No final desta visita, as duas partes comprometeram-se a encontrar uma solução política para a crise.

306. Gostaria de reiterar novamente a nossa preocupação face aos desenvolvimentos registados no Quénia no final do escrutínio presidencial. Eu condeno uma vez mais as violências que colocaram de luto este país e que criou uma situação humanitária mais dramática do que nunca no país.

307. A violência que se seguiu à proclamação dos resultados da eleição presidencial que teve lugar no Quénia interpela-nos em mais do que um sentido. Para além da perda de vidas humanas e dos sofrimentos indescritíveis vividos pelas populações civis, o que criou assim uma situação humanitária sem precedentes no Quénia, a crise política deu um golpe na estabilidade de um Estado-Membro cuja evolução política havia criado grandes esperanças no nosso movimento colectivo rumo à democracia e ao desenvolvimento. É preciso envidar todos os esforços para que a situação no Quénia se normalize o mais depressa possível, pois as consequências de uma tensão prolongada seriam catastróficas não só para este país, mas também para a região no seu todo. A UA não poupará quaisquer esforços para ajudar o Quénia a encontrar uma solução consensual para a crise actual e ultrapassar as sequelas da violência pós-eleitoral que abalaram o país.

J.III.2. Seminário sobre a Análise da Observação Eleitoral

308. Conforme o seu programa de trabalho e ciosa de melhorar a sua participação nos processos eleitorais nos Estados-Membros, nomeadamente no domínio da observação e acompanhamento das eleições, a Comissão organizou em Brazzaville, na República do Congo, de 12 a 13 de Novembro de 2007, um seminário sobre a análise da observação eleitoral pela organização de 1990 a 2006. Os objectivos do Seminário eram identificar os desafios da observação de eleições e desenvolver estratégias para reforçar as missões de observação eleitoral da União Africana. Os participantes neste seminário congratularam-se com a iniciativa tomada pela Comissão de se submeter a uma avaliação externa. No futuro, a Comissão submeter-se-á periodicamente a um tal processo de

acompanhamento/avaliação para afirmar a sua intervenção na observação dos processos eleitorais no nosso Continente.

J.III.3. Perspectivas

309. O desempenho da Comissão no domínio da observação de eleições e da promoção da democracia foi, ao longo dos anos, um pouco mitigado devido sobretudo a restrições particulares com que se deparou, essencialmente em matéria de capacidades institucionais e de recursos humanos e financeiros.

310. Neste quadro, a Comissão elaborará, ao longo do ano de 2008, um manual para os seus observadores, seguindo o exemplo de outras Organizações internacionais que operam no mesmo meio. Este documento completará as Directivas para as Missões de Observação e de acompanhamento das eleições adoptadas em Julho de 2004. Estes dois documentos permitirão aos observadores da União Africana realizar, com maior eficácia e competência, as suas actividades no terreno.

311. A criação efectiva no início do ano de 2008 de uma Unidade de Apoio à Democracia e de Assistência Eleitoral permitirá também à Comissão uma melhor coordenação das suas actividades em matéria de observação e de acompanhamento das eleições nos Estados-Membros.

312. Por fim, o Fundo de Assistência Eleitoral permitirá à Comissão ultrapassar as dificuldades de ordem financeira para:

- Enviar para os Estados-Membos uma equipa adequada que possa cobrir uma boa parte do território;
- Observar todo o processo eleitoral, desde a elaboração das listas eleitorais à publicação dos resultados;
- Observar o período pós-eleitoral, frequentemente sujeito a contestações.

313. É reconfortante que um orçamento simbólico tenha sido adoptado pelas instâncias competentes da União a fim de desbloquear o Fundo. A Comissão gostaria de lançar um apelo aos Estados-Membros a fim de prestarem uma contribuição substancial comvista a permitir-lhe intervir com maior eficácia no domínio da democracia e das eleições nos Estados-Membros.

J.IV. COOPERAÇÃO EM QUESTÕES DE GOVERNAÇÃO

314. Na conduta das suas actividades sobre a governação, a Comissão deu início a uma interacção com os seus parceiros e, neste contexto, participou numa série de reuniões organizadas por aqueles. De entre estas reuniões, há que destacar o 7º Fórum sobre a Governação em Àfrica, realizado em Ouagadougou, no Burkina Faso, em Outubro de 2007 e a Conferência Internacional sobre a Democracia e os Direitos Humanos em África, organizada pela UNESCO sobre a promoção, pelas instituições nacionais dos Direitos Humanos, da Carta Africana da Democracia, das Eleições e da Governação, realizada no Cairo em Dezembro de 2007.

J.IV.1. O 7º Fórum Sobre a Governação

315. Organizado em conjunto com o PNUD e a CEA, o Fórum teve lugar de 24 a 26 de Outubro de 2007 sob o tema geral do reforço da capacidade do Estado em África e reuniu os representantes de trinta Estados africanos, de instituições internacionais e da sociedade civil. Entre outras conclusões a que o Fórum chegou, estima-se que a capacidade do Estado deverá ser reforçada de maneira a garantir-lhe a liderança no reforço da boa governação para fins de desenvolvimento. Esta liderança só poderá ser levada a cabo no quadro de uma estreita parceria com os principais agentes envolvidos, nomeadamente o sector privado e a sociedade civil.

316. Os eixos nomeados de seguida foram seleccionados para o reforço da capacidade do Estado: a consolidação da democracia e dos mecanismos de participação popular, a promoção constante da paz e da segurança, o reforço das

instituições de gestão para garantir uma boa governação sócio-económica e a integração nos processos da mundialização. Foram formuladas recomendações apropriadas no quadro de uma Declaração, sendo que os Presidentes do Burkina Faso e do Ruanda, principais dinamizadores do Fórum, receberam missão de informar os seus pares da União Africana.

J.IV.2. A Conferência Internacional sobre a Democracia e os Direitos Humanos em África: o papel das instituições dos Direitos Humanos

317. Esta Conferência realizou-se no Cairo, nos dias 3 e 4 de Dezembro de 2007, por iniciativa da UNESCO, no quadro da celebração do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entre outros assuntos inscritos na ordem do dia, figurava o papel das instituições nacionais na promoção da Carta Africana da Democracia, das Eleições e da Governação. Foi feita uma apresentação exaustiva da Carta pelo representante da Comissão. Por conseguinte, foram recomendadas acções de sensibilização e de promoção da Carta, entre as quais uma campanha vigorosa com vista à sua rápida ratificação.

J.V. PROMOÇÃO E PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

J.V.1. Seminário de Comemoração de 20º Aniversário

318. A Comissão, a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e o Governo da República do Congo co-organizou um Seminário sobre a Comemoração do 20º Aniversário da Comissão Africana dos Direitos do Home e dos Povos com o tema: **Promover uma cultura de Direitos Humanos: A Comissão Africana Vinte Anos depois.** Este evento teve lugar de 8 a 9 de Novembro de 2007 à margem da 42ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos em Brazzaville, na República do Congo.

319. O Seminário, que contou com a presença de representantes de Órgãos da UA, de antigos Membros da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, do Gabinete do Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos e de Organizações da Sociedade Civil, elencou os feitos e desafios da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos desde a sua criação em 1987 e elaborou propostas para o reforço do mandato da Comissão Africana enquanto um órgão-chave dos Tratados de promoção e protecção dos Direitos Humanos em África. O Seminário destacou a necessidade de dar seguimento à colaboração com a Comissão Africana e com outros Órgãos da União Africana, Instituições Nacionais de Direitos Humanos, Organizações da Sociedade Civil e outros parceiros; reforçar as actividades promocionais da Comissão Africana em todo o continente. O Seminário instou a União Africana a aumentar o apoio humano, financeiro e material à Comissão Africana e solicitou à Comissão Africana que acompanhe a operacionalização do Fundo Voluntário dos Direitos Humanos.

J.V.2. Dia Internacional da Tolerância

320. No dia Internacional da Tolerância, a 16 de Novembro de 2007, a Comissão e a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos fizeram uma Declaração conjunta com o tema: **"Tolerância: Um Pré-Requisito para Construir uma Cultura dos Direitos Humanos em África".** A Declaração foi feita durante a 42ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos em Brazzaville, na República do Congo. A declaração apelava a um esforço concertado por parte de todos os interessados, Estados-Membros, Instituições Nacionais de Direitos Humanos, Organizações da Sociedade Civil e da Comunidade Internacional para construir uma cultura de Direitos Humanos em África, por meio do combate à intolerância e da promoção dos valores de tolerância em todo o continente. A declaração sublinhava que só através da tolerância, da verdade, da justiça e da reconciliação as sociedades poderão curar-se do flagelo dos conflitos armados, da violência baseada no género e de todas as formas de violência relacionada com os conflitos.

J.V.3. Dia Internacional dos Direitos Humanos

321. No dia 10 de Dezembro de 2007, a Comissão associou-se às Nações Unidas para celebrar a a comemoração, ao longo de um ano, do 60º Aniversário da UDHR, enquanto símbolo do seu compromisso para com os padrões e princípios dos Direitos Humanos, enquanto ferramentas e objectivos.

322. A Comissão louvou os Estados-Membros que se submeteriam ao processo de Revisão Periódica Universal (UPR) em 2008 e apelou a estes Estados-Membros para que encarassem a UPR como uma oportunidade para providenciar informação credível que irá assistir o Conselho dos Direitos Humanos na identificação de desafios e soluções para os Direitos Humanos que irão de encontro às expectativas dos seus cidadãos. Do mesmo modo, a Comissão louvou aqueles Estados-Membros que se submeteram ao Mecanismo Africano de Revisão por Pares e encorajou os restantes países que ainda não o fizeram a aderir e a submeter-se à revisão de modo a reforçar a democracia, a governação política, económica, colectiva, social e os Direitos Humanos no Continente.

323. A Comissão apelou ainda a todas as nações e a todos os indivíduos para que voltem a comprometer-se e a defender as obrigações, princípios e responsabilidades dos Direitos Humanos fundamentais consagrados em todos os instrumentos nacionais, regionais e universais de Direitos Humanos.

J.V.4. Consulta UA-ONU sobre Direitos Humanos, Justiça e Reconciliação

324. Com referência à Declaração sobre Cooperação com as Nações Unidas, que foi assinada a 16 de Novembro de 2006 com o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Kofi Annan, reuniram-se em Bahir Dar, na Etiópia, de 19 a 20 de Outubro de 2007 partes interessadas relevantes da União Africana e das Nações Unidas, assim como representantes das Comunidades Económicas Regionais, académicos, sociedade civil e dadores. O objectivo desta consulta era discutir

estratégias e actividades para operacionalizar as secções pertinentes relativas aos Direitos Humanos, à justiça e à reconciliação. Inspirado pelos planos existentes de várias componentes das duas instituições, a Reunião destacou prioridades da cooperação UA-ONU na área dos Direitos Humanos, da justiça e da reconciliação durante o ciclo de 2008-2009. As prioridades incluem apoio ao Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, à Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, ao Comité para os Direitos e Bem-Estar da Criança e a Departamentos relevantes no seio da Comissão da União Africana. Espera-se que tanto a ONU como a UA prestem ao Quadro de Capacitação de 10 Anos o apoio desejado.

J.V.5. Diálogo UA-UE sobre os Direitos Humanos

325. A Comissão e a União Europeia realizaram um Fórum de Diálogo sobre questões de Direitos Humanos em Setembro de 2007 em Bruxelas. Este Fórum realizou-se no seguimento da sugestão da 6ª Reunião da Troica Ministerial UE-África em Viena para um diálogo a nível de peritos sobre os Direitos Humanos, o que foi confirmado na subsequente 7ª reunião em Brazzaville, no Congo.

326. O diálogo tinha como objectivo oferecer uma oportunidade de discussão das modalidades de implementação de comités conjuntos de Direitos Humanos e determinar como aumentar a coordenação UE-UA em fóruns internacionais de Direitos Humanos, incluindo o Conselho da ONU dos Direitos Humanos. O diálogo permitiu também que as partes discutissem modos de possível apoio por parte da UE a esforços africanos de Direitos Humanos e de construção da democracia co base em, inter alia, a Carta Africana da Democracial, da Governação e das Eleições e em iniciativas tais como o Plano de Acção UE-África contra Tráfico de Seres Humanos. O Fórum congratulou-se com agrado a cooperação e concordou em desenvolver uma proposta ou quadro para essa cooperação, que se baseará nos interesses comuns das duas instituições nas áreas dos Direitos Humanos.

J.V.6. Centro de Recursos para a Democracia, Governação e Direitos Humanos

327. Durante o período considerado, o Centro de Recursos para a Democracia, a Governação e os Direitos Humanos adquiriu várias publicações pertinentes, jornais e revistas. O número de utilizadores das instalações, incluindo representantes de Estados-Membros, Instituições Nacionais de Direitos Humanos, Organizações da Sociedade Civil e indivíduos tem continuado a crescer a um ritmo estável. Há também uma maior interacção entre o Centro de Recursos e outras Bibliotecas e Organizações tanto dentro como fora do continente.

J.VI. ASSUNTOS HUMANITÁRIOS, REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS

328. Há que salientar que, desde 2003, dezenas de milhares de refugiados e de pessoas internamente deslocadas regressaram a suas casas em segurança e dignidade devido a condições conducivas para tal que foram criadas por países de origem como Angola, Burundi, a República Democrática do Congo, a Sierra Leone, a Libéria e no Sul do Sudão.

329. Contudo, por outro lado, ao longo dos últimos sete meses, o Continente tem testemunhado movimentos em massa de pessoas, especialmente das regiões do Corno, do leste e do centro. has Por vezes essas mesmas pessoas tornaram-se de novo refugiadas ou pessoas internamente deslocadas pela segunda ou até mesmo pela terceira vez. Estas vítimas de deslocamento forçado sofrem frequentemente violações massivas de abusos dos direitos humanos, violência sexual, rapto e recrutamento forçado para as forças armadas de diferentes partes. Infelizmente, este cenário faz de África Africa o continente com o maior número de vítimas de deslocamento forçado no mundo, Devido a um aumento de milhares de vítimas de deslocamento forçado nos últimos meses, o número de refugiados é hoje de mais de 3 milhões e pessoas internamente deslocadas são mais de 15 milhões.

330. A Comissão está igualmente preocupada com a situação humanitária enfrentada por vários países no continente em resultado de catástrofes naturais ocorridas durante os últimos meses. Estão a aumentar os movimentos em massa de pessoas em resultado da ocorrência de desastres. Inundações, grandes chuvas, tufões e secas levaram a perdas de casas, faltas de comida, aumento das taxas de doenças contagiosas e morte, especialmente no seio de populações vulneráveis. O número de pessoas afectadas está contabilizado em cerca de 1 milhão e meio.

331. Como gesto de solidariedade, a Comissão fez donativos para os países mais afectados com a seguinte distribuição de um total de US$ 300,000: para o Gana US$75,000, Togo (US$50,000), Sudão (US$100,000) e Uganda (US$75,000). É importante que a União Africana considere meios e modos de colocar em prática mecanismos e recursos adequados para gerir estas situações tão devastadoras.

332. À luz das Decisões da UA sobre Deslocamento Forçado, a Comissão continuou a trabalhar em estreita colaboração com os parceiros da UA numa série de meios para abordar este probelma desumanizador, através de conferências, reuniões e seminários de discussão sobre a situação humanitária em África. Os parceiros são sobretudo o Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC), o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), o Programa Alimentar Mundial (WFP), a Organização Internacional para a Migração (IOM) e a Acção Humanitária Africana (AHA). A Comissão reúne-se cada seis meses com estes parceiros no âmbito do quadro do Comité Coordenador da UA de Assistência e Proteccção de Refugiados, Retornados e de Pessoas Internamente Deslocadas para desenvolver um programa conjunto de trabalho que será utilizado, inter alia, para implementar as Decisões da UA.

333. De entre os importantes programas e actividades, a Comissão, juntamente com o Representante do Sub-Comité do CRP sobre Refugiados, participou activamente na 58ª Sessão do Comité Executivo do Programa do Alto Comissário (EX-COM). A Comissão realizou intensos preparativos para a reunião dos Peritos

Legais dos Estados-Membros sobre o projecto de Convenção da UA para a Protecção e Assistência de Pessoas Internamente Deslocadas e para a Cimeira Especial de 2008 da UA sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas em Àfrica, o Calendário Conjunto UA/ICRC para 2007, assim como a promoção do Direito Humanitário Internacional (IHL).

334. Por seu lado, o Sub-Comité do CRP para os Refugiados realizou missões de avaliação no terreno nos seguintes Estados-Membros: Libéria, Sierra Leone e no Sudão. As missões reuniram-se com Funcionários do Governo, com Representantes do Gabinete da União Africana, do ACNUR e de outras organizações Humanitárias da ONU, assim como com refugiados, retornados e PID. Em todas as áreas que foram visitadas, os recursos inadequados para dar resposta às necessidades básicas, assim como às preocupações de segurança, foram salientados como os maiores problemas que agravam o sofrimento das vítimas de deslocamentos forçados.

335. No seguimento das missões de avaliação, em solidariedade com os Estados-Membros que acolhem em tão grande número as vítimas de deslocamentos forçados, a Comissão concedeu contribuições financeiras no montante de US$ 600,000 para a Guiné (US$ 100,000), Côte d'lvoire (US$ 100,000), Libéria (US$200,000) e Sierra Leone (US$ 200,000).

336. Em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo de Julho de 2004, a Comissão liderou a tarefa de elaboração de um quadro legal para protecção e assistência de pessoas internamente deslocadas, que culminou com a realização de uma reunião, de 15 a 17 de Dezembro de 2007 na Sede da UA, dos Peritos Legais dos Estados-Membros sobre o projecto da Convenção da UA para a Protecção e Assistência de Pessoas Internamente Deslocadas em Àfrica. Estão a ser envidados todos os esforços no sentido da sua adopção, se possível até à Cimeira Especial de 2008 sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas. A Comissão gostaria de salientar a necessidade de a comunidade

internacional dedicar maior atenção às vítimas do deslocamento forçado, dado que estas não beneficiam actualmente muito da sua assistência.

337. Para mais, e à luz da Decisão Dec. EX/CL/353 (IX) do Conselho Executivo, a Comissão apresentou um Relatório Conceptual sobre Acesso à Educação Pós-Primária para Vítimas de Deslocamento Forçado durante a reunião dos Ministros da Educação realizada em Agosto de 2007 na África do Sul de modo a garantir a provisão de educação pós-primária para vítimas de deslocamento forçado. A Comissão dará início a uma campanha de mobilização de recursos de modo a garantir que as vítimas de deslocamento forçado têm acesso fácil à educação pós-primária, assim que esta política tenha sido adoptada pelos órgãos competentes.

338. Mais ainda, a Comissão empreendeu, conforme solicitado pelo Conselho, a revisão das Regras de Procedimento do agora revitalizado Comité Coordenador da UA para Assistência e Protecção de Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas em Àfrica e os seus Termos de Referência. Este trabalho foi concluído e está a ser apresentado para consideração por parte de órgãos competentes da UA.

339. Por fim, os Estados-Membros são instados a participar na primeira Cimeira Especial de Chefes de Estado e de Governo sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas com realização prevista para Setembro de 2008. Será uma oportunidade auspiciosa para explorar modos e meios de erradicação do fenómeno de deslocamento forçado de grande escala causado por conflitos e catástrofes naturais no continente.

J.VII. COOPERAÇÃO AFRO-ÁRABE

340. Em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec.363 (XI), o estudo sobre “Desenvolvimento de um Mecanismo Institucional para Estudos Estratégicos Afro-Árabes/Redefinição do Papel do Instituto Cultural Afro-Árabe em Bamako, no Mali” foi conluído em colaboração com a Liga dos Estados Árabes. Os consultores

Africanos e Árabes apresentaram o seu relatório na 3ª Reunião Consultiva Inter-Secretariado UA/LAS, realizada em Adis Abeba de 14 a 16 de Dezembro de 2007. A Reunião, entre outros aspectos, concordou em criar um grupo de Trabalho multi-sectorial das duas partes para analisar criticamente o relatório e facilitar o processo de transformação sem afectar o programa cultural em curso do Instituto. A primeira reunião do Grupo de Trabalho terá lugar na primeira metade de Março de 2008.

341. A Comissão, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes, finalizou o estudo sobre o quadro e as modalidades de criação de um Fórum de Desenvolvimento Afro-Árabe permanente. Este documento foi igualmente analisado e sancionado pela 3ª Reunião Consultiva Inter-Secretariado UA/LAS para adopção pelos respectivos Órgãos de Políticas. Há que relembrar que o princípio para criar um tal Fórum foi sancionado pela 19ª Cimeira Árabe realizada em Riade, na Arábia Saudita, em Março de 2007.

342. À luz da Declaração do Cairo sobre a Cooperação Afro-Árabe as decisões sobre o assunto, a Comissão, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes, deu início à criação de Comités de Embaixadores Afro-Árabes em capitais/cidades seleccionadas tais como Adis Abeba, Cairo, Bruxelas, Genebra e Nova Iorque. Está em consideração a inclusão de outras capitais importantes como Washington DC. O objectivo é encorajar reuniões e consultas regulares com o propósito de coordenar acções e posições sobre assuntos de preocupação comum para as duas regiões.

343. Estão a ser envidados esforços para criar relações de trabalho directas entre a Comissão e instituições Árabes especializadas, conforme recomendado pela 2ª Reunião Inter-Secretariado. A Comissão, neste sentido, assinou um Memorando de Entendimento com o Fundo Árabe para Assistência Técnica a Países Africanos, tendo sido concluídas negociações sobre instrumentos similares com o Banco Àrabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), a Organização Árabe para o Desenvolvimento Agricultural (AOAD) e a Autoridade Árabe para o Investimento e Desenvolvimento Agricultural (AAAID) .

344. Ao contrário das seis anteriores edições da Feira de Comércio Afro-Árabe, que tem sido organizada bienalmente desde 1993 para facilitar contactos directos entre homens de negócios Africanos e Árabes e para desenvolver laços de comércio e de investimento entre países Africanos e Árabes, a 7ª edição, inicialmente prevista para ter lugar em Cartum, no Sudão, em 2005, foi adidado devido ao baixo número de confirmações por parte de países Africanos e Árabes. Por conseguinte, a Comissão da União Africana e a Liga dos Estados Árabes concordaram na realização de uma avaliação profunda do desempenho da Feira, com o objectivo de rectificar problemas organizacionais e melhorar o impacto de Feira no futuro. A Comissão, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes, concretizou plenamente o trabalho de fundo necessário y para esta tarefa e apresentou uma proposta ao BADEA de assistência financeira para realizar a avaliação.

345. Entretanto, a Comissão irá em breve dar início aos preparativos para a 7ª edição da Feira, que está agora prevista para ter lugar no Djibuti em 2009. Todos os Estados-Membros da União Africana são instados a participar no evento.

346. Não obstante os feitos mencionados acima, são necesários esforços continuados para reforçar a Cooperação Afro-Árabe. Para este fim, é importante que as decisões da 6ª Cimeira da UA, realizada em Cartum em 2006, e da 19ª Cimeira Árabe, realizada em Riade, de realizar a 2ª Cimeira Afro-Árabe o mais depressa possível sejam implementadas. Em conformidade com estas Decisões e com a recomendação da 3ª Reunião Inter-Secretariado UA/LAS, a Comissão irá intensificar as consultas com a Liga dos Estados Àrabes a fim de determinar as datas e o local da Cimeira e dar início aos preparativos para a sua organização bem sucedida.

K. ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DA UA

347. Abordando a questão das representações diplomáticas da União, é importante sublinhar o papel crucial que estas são chamadas a desempenhar nas realões multilaterais. Este papel interpela a nossa Organização no sentido de que esta deverá dotá-las de meios adequados, reforçando as suas capacidades a fim de apoiar tecnicamente os Grupos africanos e as Missões dos Estados-Membros com o propósito de harmonizar as posições africanas, permitir que África fale a uma só voz e ocupar o lugar que lhe pertence de direito na comunidade internacional. Nesse sentido foram feitas as seguintes recomendações:

- Uma nivelação destas Representações para as fazer beneficiar das mesmas vantagens e exigir-lhes as mesmas obrigações que a todas as Missões de Representação dos Estados-Membros ou de outras Organizações inter-governamentais ;
- Uma reestruturação destas Representações, dotando-as de organogramas funcionais que reforcem as suas capacidades em termos de recursos humanos e de perícia ;
- A aquisição de locais apropriados para melhor alojamento estas Representações com os meios logísticos adequados para acompanhar os Grupos africanos e as organizações africanas nos seus esforços para defender os interesses do continente e garantir uma melhor visibilidade da nossa Organização e da África no mundo ;
- A criação de um mecanismo de coordenação entre os Grupos africanos com sede em postos multilaterais, em especial Genebra, Nova iorque, Washington D.C., Bruxelas, Cairo e Adis Abeba, para melhor coordenar e harmonizar as nossas posições na diplomacia multilateral e dominar os desafios respeitantes a questões de carácter transversal.

K.I. ESCRITÓRIO DE BRUXELAS

348. A Missão buscou o reforço dos laços com o Grupo Africano em Bruxelas e na Europa, com os parceiros (UE, ACP, agências da ONU, Estados Árabes e outros) a fim de popularizar a União Africana e os seus programas estratégico e prioritário.

349. A Missão acompanhou de perto e participou activamente nas negociações para a finalização da Estratégia Conjunta África-UE e o seu primeiro Plano de Acção, as negociações de APE pelas diferentes regiões, a implementação do Programa de Apoio da CE, as discussões no ACP sobre vários assuntos económicos e sociais, a programação do 10º FED, a preparação da Reunião da Troica Ministerial UA-UE e a Cimeira África-UE em Lisboa, a Confrência Consultiva sobre a Diáspora Africana na Europa, as reuniões dos Deputados Parlamentares Africanos e Europeus, da Comissão e do Conselho da Europa sobre assuntos de Paz e Segurança.

K.I.1. Estratégia Conjunta

350. O Gabinete prestou o apoio necessário às delegações da Comissão da UA durante as reuniões com a Comissão Europeia e contribuiu para a finalização da Estratégia Conjunta África-UE e do seu primeiro Plano de Acção até à sua adopção pela Troica Ministerial em Accra, no Gana, a 31 de Outubro de 2007. Em conexão, a Missão organizou reuniões de coordenação e informação com o Grupo Africano e as representações da CEDEAO/UEMOA e da COMESA em Bruxelas e realizou consultas regulares com a Comissão Europeia a esse respeito.

K.I.2. Negociações APE

351. À luz das decisões da Conferência da UA, o processo de negociações, ao longo dos últimos meses, dos Acordos de Parceria Económica (APE) enquanto assunto urgente, prioritário e polémico, mobilizou a atenção e a energia contínuas da Missão. Contudo, as diferentes regiões nem sempre se associaram à Missão nas

suas negociações com a CE, o que não facilitou a coordenação e a harmonização das posições Africanas nestas negociações cruciais.

352. Neste contexto, a Missão organizou reuniões de consulta com o Grupo Africano e os representantes das CER (CEDEAO/UEMOA, COMESA), o Secretariado do ACP para um bom entendimento e uma melhor monitorização das negociações e para assegurar a liderança da UA no processo. A Missão, em cooperação com o Departamento de Comércio e Indústria da CUA, organizou uma Sessão de Reflexão para o Grupo Africano e os Negociadores Principais em Oostende, na Bélgica, a 25 e 26 de Agosto de 2007 para elencar as negociações dos APE pelas diferentes Regiões com a participação de peritos da CUA, da Comissão Económica da ONU para África (ECA) com vista a garantir a partilha de informação e a harmonização das diferentes posições.

353. Simultaneamente com a Conferência dos Ministros ACP do Comércio, em Outubro de 2007, em Bruxelas, a Missão organizou, a pedido do Departamento de Comércio e Indústria da CUA, uma reunião com os Funcionários Superiores e uma outra reunião com os Ministros do Comércio dos Estados-Membros da UA. O Comissário da CUA responsável pelo Comércio e Indústria explicou as preocupações da CUA e os desafios para os Estados-Membros, relembrando simultaneamente as decisões da Conferência relativas ao assunto que iria orientar permanentemente os Estados-Membros e os Negociadores Principais no processo de negociação dos APE.

354. Apesar de todos os esforços para se encontrar uma posição comum, alguns Membros da SADC, da EAC e da ESA assinaram aqulio que se designa como os Acordos Interinos com a CE. É imperativo manter uma coordenação regular e uma partilha de informação entre a Comissão, o CRP, as Missões Permanentes da UA e os Grupos Africanos em Bruxelas e Genebra no que diz respeito a todos os assuntos económicos, comerciais, sociais e culturais.

K.I.3. Diáspora

355. Em preparação para a Cimeira sobre a Diáspora prevista para o início de 2008 na África do Sul, a Missão cooperou com as Embaixadas da África do Sul em Bruxelas e Paris para organizar a Conferência Consultiva com a Diáspora Africana na Europa. A Conferência Consultiva realizou-se em Paris de 11 a 12 de Setembro de 2007, com a participação dos representantes da Diáspoa Africana na Europa e as representações diplomáticas de países africanos e de outros países com uma população de origem africana. A Conferência foi presidida em conjunto pelo Representante Permanente da UA em Bruxelas e o Embaixador Sul-Africano em Paris. A Missão organizou várias reuniões com os representantes de Organizações/Associações da Diáspora Africana em Bruxelas com vista a preparar a sua participação e o seu contributo para a Conferência Consultiva de Paris. A Missão participou na reunião de Estados Africanos em Adis Abeba e na reunião preparatória Ministerial da Cimeira da Diáspora Africana em Midrand, na África do Sul, que fez uma síntese de todas as Conferências Consultivas organizadas das diferentes regiões do mundo.

356. Para além da preparação da Conferência, a Missão discutiu com a Diáspora a possibilidade de esta contribuir em géneros (perícia, equipamento, materiais, etc..) e /ou em numerário para os projectos e programas a serem implementados nos países/regiões de África. A Missão propôs às Organizações/Associações da Diáspora Africana que se organizem e estruturem numa Federação com um Gabinete que possa funcionar como transporte e ligação entre a Missão e a Diáspora. A Missão pretende preparar, com a assistência destas Organizações, uma Directoria de competências existentes e de perícia no seio da Diáspora Africana na Europa, o que será de uso significativo para as actividades e programas/projectos nos países/regiões de origem.

357. Na mesma linha, a Missão organizou, a 30 de Novembro de 2007, um Seminário sobre a SIDA, com a participação do Grupo Africano, dos Diáconos dos países das Caraíbas (Haiti) e do Pacífico (Ilhas Salomão), de Organizações da

Sociedade Civil (CSO) da Diáspora Africana que trabalham no terreno como LIBIKI, Projecto Matongé, Cap Santé e Médicos na Diáspora, a UE, o Ministério dos Assuntos Sociais belga, estudantes dos liceus, as agências da ONU, IOM e outros. A reunião decidiu criar um Comité, sob a égide da Missão Permanente, para organizar e gerir as actividades de mobilização de recursos de modo a ajudar os doentes e a lançar iniciativas como "**Médicos para África"** (Doctors for Africa).

358. A Missão irá organizar reuniões com e para os jovens (no âmbito do quadro do Ano da Juventude Africana) e as mulheres de modo a popularizar as acções da CUA a seu favor, tais como o Protocolo sobre os Direitos das Mulheres, da Carta Africana sobre a Juventude, da Cultura Africana e assim em diante.

359. Será necessário que a Comissão e em especial a Directoria CIDO continuem a trabalhar com as OSC na Diáspora de modo a encorajá-las a levar a cabo actividades de assistência aos membros da Diáspora Africana na Bélgica e mais além na Europa, a fim de ultrapassarem os seus problemas. Neste sentido, seria promovida a participação de alguns representantes das OSC na Europa em reuniões do ECOSOCC ou em outras reuniões dedicadas à Diáspora. Do mesmo modo, poder-se-ia pensar na possibilidade de atribuição de um Prémio da UA anual a uma Organização da Diáspora que se tenha destacado em virtude das suas actividades.

K.I.4. Cimeira de Lisboa UE-África

360. A Missão participou activamente, em cooperação com a Missão de Portugal na CE e através de várias reuniões organizadas em Bruxelas e Lisboa, na preparação da Cimeira de Lisboa realizada a 8 e 9 de Dezembro de 2007. A este respeito, a Missão sensibilzou as OSC da Diáspora Africana relativamente às preocupações de desenvolvimento de África, apelando ao seu contributo na preparação da sua Cimeira. A Missão participou ainda nas reuniões da Sociedade Civil Europeia e na reunião dos Deputados Parlamentares Europeus para os informar a respeito dos problemas de África e dos seus possíveis contributos no

sentido da criação de uma parceria genuína e forte entre a UE e África. O Seminário de Alto Nível organizado pela Presidência da UE no dia 7 de Novembro de 2007 em lisboa, durante os Dias de Desenvolvimento Europeu, representou uma oportunidade semelhante para sensibilização dos parceiros.

K.I.5. Paz e Segurança

361. A Missão participou em várias reuniões no Senado belga, no Parlamento Europeu, no Secretariado do Conselho da UE, no Conselho da Europa, na NATO e nos ACP, sendo que algumas das reuniões contaram com a presença do Comissário responsável pela Paz e Segurança na CUA. Questões sobre o conflito no Darfur e a AMIS / UNAMID, a Arquitectura Africana de Paz e Segurança, o Mecanismo de Apoio à Paz em Àfrica, o conflito nas Ilhas Comores, na República Centroafricana, no Chade, etc., foram discutidas durante estas reuniões.

362. O Representante Permanente representou, entre outros, o Departamento de Paz e Segurança na reunião organizada pelo Comité Consultivo Ad-hoc da OIF sobre a Guiné em Paris a 30 de Maio de 2007, na Reunião Preparatória para a Mesa Redonda e a Mesa Redonda em si sobre a República Centroafricana em Bruxelas, a 26 de Junho e a 30 de Outubro respectivamente e a Mesa Redonda sobre as Ilhas Comores em Paris a 28 de Novembro de 2007. Para mais, a Missão participou na Segunda Reunião de Informação sobre a cooperação militar da UA no leste do Chade a 16 de Novembro de 2007 no Secretariao-Geral do Conselho da Europa.

K.I.6. Outras Actividades

363. A Missão prestou o apoio necessário às delegações da CUA em missão a Bruxelas na forma de meios logísticos, materiais e outros, incluindo a facilitação de reuniões dos Comissários com os sesu homólogos da UE e dos ACP P e a implementação do programa de intercâmbio do Pessoal entre a CUA e a CE.

364. A Missão realizou consultas regulares com o Secretariado dos ACP sobre questões de interesse para a UA e para os seus Estados-Membros, tal como as Sessões do Comité de Embaixadores dos ACP, a programação do 10º FED, as reuniões técnicas, o Fundo de Apoio à Paz em África, bem como a utilização dos recursos atribuídos aos ACP em favor de Estados-Membros da UA.

365. No seguimento das directivas do Departamento de Assuntos Políticos respeitantes à Reunião Ministerial Afro-Árabe realizada no Cairo em Novembro de 2006, a Missão iniciou reuniões com o Representante da Liga Árabe em Bruxelas de modo a criar um Comité de Embaixadores Africanos e Árabes no âmbito do quadro da Cooperação Afro-Árabe e realizar reuniões trimestrais. O Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes deu também instruções ao seu Representante em Bruxelas para agir no mesmo sentido.

366. A Missão realizou reuniões com Embaixadas dos Estados-Membros da UE, do Japão, China, com agências da ONU como o PNUD, UNIDO e outras a fim de discutir a prossecução da cooperação com a UA.

K.I.7. Novas Instalações

367. As actuais instalações são inadequadas em termos de acomodação de gabinetes e de instalações para reuniões. De momento, as reuniões do Grupo Africano são realizadas fora das Missões do Secretariado-Geral dos ACP ou em outras institutições da UE, dependendo da disponibilidade destas instalações para reuniões. Mais ainda, para fins de coordenação e racionalização de recursos financeiros, a Comissão deseja que as instalações do Gabinete de Bruxelas acolham representações das CER, como é caso da Representação da COMESA no momento. Assim, foi recomendado que a Missão seja dotada de instalações adequadas. Nesta conexão, a Missão entrou em contacto com algumas agências estatais, que encontraram um edifício com uma boa localização (Avenue Roosevelt). Este edifício, se adquirido, poderá ser modificado de modo a criar uma grande sala da reuniões e um grande número de gabinetes. A Missão contactou

uma firma de arquitectos para estudos preliminares de modo a ter uma ideia da oferta. A mesma firma poderá auxiliar na avaliação do actual edifício a fim de ser vendido e os rendimentos poderão assim ser um suplemento par a aquisição do novo edifício.

368. Por fim, há necessidade de providenciar o pessoal necessário de modo a garantir uma maior eficácia no Gabinete.

K.II. ESCRITÓRIO DO CAIRO

369. A Delegação Permanente da UA na Liga dos Estados Árabes (LAS) continuou a acompanhar as actividades da LAS, a fomentar relações de estreita cooperação com a Liga nos vários campos políticos, económicos, sociais e culturais. A Delegação participou e acompanhou as reuniões estatutárias realizadas durante o período considerado. Neste contexto, há que salientar que a Liga dos Estados Árabes realizou reuniõs e adoptou decisões de interesse para a União Africana, como se segue:

K.II.1. Paz e Segurança

370. A Missão coordenou actividades entre a CUA e a LAS, tal como a situação no Darfur, na Somália e nas Ilhas Comores, com vista a evitar posições contraditórias ou duplicação de esforços. A este respeito, foram adoptadas decisões pela 128ª Sessão do Conselho Ministerial da LAS (de 4 a 5/9/2007):

i) <u>Sobre o Darfur</u>

371. A reunião manifestou apreço pelo papel da da Liga dos Estados Árabes, em colaboração com a UA, a ONU e a UE, para resolver este problema e os esforços continuados para criar paz e estabilidade, assim como a mediação de apoio entre o governo do Sudão e os movimentos rebeldes. A reunião congratulou-se com a Decisão do Conselho de Segurança da ONU Nº 1796 sobre a Força Híbrida da UA-

ONU no Darfur. Apelou aos países Africanos e Árabes para participarem na Força Híbrida de modo a reforçar o carácter Africano desta Força e apelou aos países Árabes para cumprirem as suas obrigações de apoio à Força da UA, em respeito da decisão da Cimeira de Cartum de 2006, de contribuição de uma quantia de USD$ 50 milhões. A reunião congratulou-se com as medidas tomadas para implementação do Acordo de Paz Abrangente entre o Governo do Sudão e SPLM e solicitou a ambas as partes que acelerassem a implementação do CPA. A reunião congratulou-se ainda com as medidas positivas para a implementação do acordo de paz no leste do Sudão e com a participação dos movimentos políticos no processo político no país. No que diz respeito à situação humanitária no Darfur, teve lugar uma Conferência Árabe de Alto Nível em Cartum a 30/10/2007. Durante essa Conferência, foi prometida uma quantia de USD$ 250 milhões para fazer frente à situação humanitária na região. A Liga de Estados Árabes está também a planear a organização de uma conferência similar para o desnevolvimento e reabilitação no sul do Sudão, assim como no leste do Sudão.

ii) Sobre a Somália

372. A 128ª Sessão do Conselho da LAS manifestou apoio à Missão da UA na Somália e condenou todas as acções contra as forças da UA neste país. A reunião apelou aos páises Africanos para que participassem nessas forças de modo a completar o número exigido de forças da UA. A reunião convidou ainda os países Árabes a continuarem com o apoio no envio destas forças. Por fim, a reunião expressou o apoio da LAS para com os esforços de reconciliação nacional e apelou às partes que ainda não façam parte do processo de reconciliação para que se lhe associem. Mais ainda, os Estados-Membros Árabes foram instados a providenciar à Somália toda ajuda e apoio necessárioa para aliviar o sofrimento do povo Somali.

iii) Sobre as Ilhas Comores

373. A 128ª Sessão do Conselho expressou apreço relaivamente aos esforços conjuntos da LAS, UA, ONU e de países vizinhos, espcilamente no que diz respeito

ao Acordo Fomboni 20/12/2003. a reunião apelou às partes comores para que ultrapassassem as suas diferenças relativamente à partilha de poder entre o Governo Federal e as autoridades insulares no âmbito do quadro de implementação da Constituição da União das Ilhas Comores. A reunião apelou ao Presidente ilegal de Anjouan para que acatasse as decisões da comunidade internacional, em especial as decisões da UA, apelano à organização de novas eleições presidenciais. A este respeito, foram já estabelecidos contactos entre a UA e a LAS para implementar a decisão da 95ª Sessão do Conselho de Paz e Segurança da UA de aplicação de sanções contra os oficiais em Anjouan. A LAS, por seu lado, confirmou que irá implementar estas decisões. No que diz respeito ao contributo para os esforços de desenvolvimento em favor das Ilhas Comores, o Secretariado-Geral da LAS recebeu instruções para organizar uma Conferência Árabe para o Investimento & Desenvolvimento nas Ilhas Comores em 2008.

iv) Processo de Paz na Palestina e no Médio Oriente

374. A Missão, em cooperação com os Departamento relevantes da LAS e das Missões Diplomáticas Árabes acreditadas na LAS, continuou com os seus esforços para os manter informados relativamente ao apoio da UA à questão Palestiniana e da sua busca para encontrar uma solução justa para a mesma, de acordo com a Declaração da 9ª Cimeira da UA em apoio da Iniciativa de Paz Árabe. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros árabes, por seu lado, na 128ª Sessão do seu Conselho, expressaram apreço para com a UA pela sua posição e expressaram gratidão para com o Presidente da Comissão da UA pelos seus esforços a este respeito.

375. Há que mencionar que alguns países Africanos estavam representados na Conferência de Annapolis a 25 de Novembro de 2007 sobre a Paz no Médio Oriente a convite do Presidente dos Estados Unidos da América, nomeadamente: Argélia, Egipto, Marrocos, Sudão, Tunísia (membros do Comité para a Iniciativa da Paz Árabe), Mauritânia, Senegal e África do Sul. A Conferência, organizada pelos Estados Unidos da América, pretendia encontrar uma solução para o problema Palestiniano com base no princípio da criação de dois estados.

K.II.2. Reforço da cooperação Afro-Árabe

376. A Missão manteve relações estreitas de trabalho com os diferentes departamentos do Secretariado-Geral da LAS e em especial do Departamento da Cooperação África e Afro-Àrabe, com o qual teve reuniões consultivas regulares sobre o acompanhamento da implementação das decisões da 2ª reunião Inter-Secretariado UA/LAS (Cairo, 4-6 Dezembro de 2006). Nesta conexão, a Missão acolheu e participou nas seguintes reuniões e actividades:

(1) Criação de um Fórum de Desenvolvimento Afro-Árabe

377. A criação de um Fórum de Desenvolvimento Afro-Árabe foi recomendada pela primeira reunião de Peritos Independentes Africanos e Árabes, realizada no Cairo, no Egipto, de 22 a 23 de Janeiro de 2003, pelo Grupo de Trabalho sobre a Cooperação Afro-Árabe reunido em Adis Abeba, na Etiópia, a 12 de Maio de 2004 e pela 1ª Reunião inter-Secretariado UA/LAS realizada em Adis Abeba, na Etiópia, a 12 de Maio de 2005. A fundamentação subjacente à criação deste Fórum foi:

i) Encorajar a participação de agentes governamentais e não-governamentais, com especial ênfase em Sectores Privados, Sociedades Civis, Académicos, Associações de Mulheres e de Jovens, Organizações Profissionais, etc.., no processo de desenvolvimento das duas regiões;
ii) Centrar a atenção nos assuntos de cooperação de desenvolvimento inter-regional nas áreas da paz e segurança, erradicação da pobreza, população, infra-estrutura e enerigia, água e ambiente, agricultura e segurança alimentar, saúde, educação, cultura e desenvolvimento de recursos humanos, etc.

378. Com base na decisão da 2ª reunião Inter-Secretariado UA/LAS, no Cairo, Egipto, em Dezembro de 2006, a Delegação Permanente acolheu e participou activamente na reunião entre funcionários da CUA –Secretariado-Geral, de 8 a 9 de Agosto de 2007 a fim de finalizar o documento conceptual para a criação do fórum,

documento esse que foi examinado e adoptado pela 3ª Reunião Consultiva Inter-Secretariado UA/LAS em Adis Abeba, na Etiópia, de 14 a 16/12/2007.

379. Espera-se que o Fórum venha reforçar a cooperação Afro-Árabe em todas as áreas de desenvolvimento politico, económico, social e cultural, incluindo o reforço das relações entre as duas regiões, a coordenação de esforços de modo a enfrentar os desafios da globalização, a promoção de empreendimentos conjuntos, a facilitação de contactos regulares entre criadores de políticas, sociedades civis, o sector privado, investigadores, organizações profissionais, etc.

(2) Implementação do MOU com o fundo Árabe para Assistência Técnica a Países Africanos (AFTAAC):

380. Este MOU foi assinado em Adis Abeba a 18/12/2006. O Fundo tem como objectivo prestar assistência técnica a países africanos na área da agricultura, saúde, TIC, académicos, etc. Para implementar este MOU, o Fundo propos à CUA a criação de programas de formação em áreas de interesse relevantes, que poderiam incluir competências diplomáticas, administração e liderança. Estes programas de formação a serem acordados pelas duas partes poderiam ser implementados durante 2008.

(3) Implementação do Acordo de Cooperação geral entre a União Africana e a Liga de Estados Àrabes:

381. O Acordo foi assinado a 28 de Março de 2007 em Riade, Arábia Saudita, e sancionado pela 11ª Sessão do Conselho Executivo da UA em Accra, no Gana, 1-3/07/2007, Decisão: EX.CL/Dec.363(XI). Por seu lado, o Conselho da LAS a Nível Ministerial sancionou o Acordo na sua 128ª Sessão no Cairo, no Egipto, 5/09/2007, pela Decisão A/6814.

- **Propostas Organizacionais para a implementação do Acordo:**

  - Para facilitar a implementação deste Acordo, as duas organizações e as suas instituições especializadas são instadas a contribuir no sentido da sua implementação efectiva nas areas relevantes de competência.
  - As duas Organizações deverão efectivamente conceder-se mutuamente o estatuto de Observador Especial nas respectivas reuniões e conferências a nível ministerial e cimeiras, discutindo simultaneamente itens da agenda items de interesse comum para ambas as partes. (Artigo III)
  - O estatuto dos representantes da UA e da LAS nas suas diferentes reuniões deverá ser rigorosamente observado, especialmente em cimeiras e conselhos de nível ministerial. Deverão ser dadas instruções claras aos respectivos Serviços de Protocolo e de Segurança nas duas Organizações de modo a facilitar a participação destes representantes.

- **Preparação de programas de curto e médio prazo:**

  - Para garantir a implementação bem sucedida do Acordo, a CUA e o Secretariado-Geral da LAS terão de preparar e adoptar um programa de trabalho de curto e médio prazo, baseado no Artigo II.
  - Este Programa poderá traduzir-se em programas anuais práticos. O acompanhamento deverá ser realizado por meio de reuniões regulares das duas organizações e das suas agências especializadas, assim como com Reuniões Consultivas Inter-Secretariado.

(4) O Acompanhamento da transformação do Instituto Cultural Afro-Árabe no Instituto Afro-Árabe de Estudos Culturais e Estratégicos:

382. O Gabinete está a acompanhar os esforços das duas Organizações para viabilizar o Instituto Cultural Afro-Árabe a desempenhar os seus deveres e ultrapassar as dificuldades em termos financeiros e de recursos humanos com que se depara actualmente. A iniciativa da CUA de transformar este Instituto num Instituto Afro-Árabe para Estudos Culturais e Estratégicos foi aprovada pelo Secretariado-Geral da LAS. O objectivo desta iniciativa é providenciar aconselhamento técnico e estudos estratégicos aos criadores de políticas nas duas regiões. Pretende ainda fomentar a irmandade Afro-Árabe, reforçando a parceria e lidando com os desafios enfrentados pelas duas regiões. Para finalizar este processo, foi formada uma equipa de Peritos Independentes das duas partes para aconselhar possíveis soluções de ultrapassagem dos problemas financeiros e de recursos humanos que o Instituto enfrenta. Esta equipa de peritos realizou cinco (5) sessões no gabinete da Missão em Abril de 2007 e o seu relatório foi considerado pela 3ª Reunião Consultiva da CUA/LAS, 14-16/12/2007, Adis Abeba, Etiópia.

(5) Finalização dos MOU entre as Instituições especializadas CUA/LAS:

383. No âmbito do quadro da missão da Delegação Permanente para consolidar a cooperação com organizações e agências especializadas Árabes com a CUA e as suas organizações e agências especializadas, o Gabinete contactou algumas Instituições Árabes relevantes para elborar os MOU entre aquelas e a CUA. Estes contactos materializaram-se na preparação dos seguintes projectos de memorandos.

- Projecto de Memorando de Entendimento entre a Comissão da União Africana (AUC) e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em Àfrica (BADEA), Cartum, Sudão.

- Projecto de Memorando de Entendimento entre a Comissão da União Africana (AUC) e a Organização Árabe para o Desenvolvimento Agricultural (AOAD), Cartum, Sudão.
- Projecto de Memorando de Entendimento entre a Comissão da União Africana (AUC) e a Autoridade Árabe para o Desenvolvimento e Investimento Agricultural (AAAID), Cartum, Sudão.

384. Cada memorando foi apresentado ao Gabinete do Conselho Legal da CUA e nas respectivas Organizações para aceitação. Espera-se que estes MoU venham a ser assinados em 2008.

K.II.3. Actividades do Grupo de Embaixadores Africanos no Cairo

385. A Missão continuou a acolher e realizar as reuniões mensais do Grupo Africano nas suas instalações. Mais ainda, as instalações da Missão acolheram as reuniões dos grupos de embaixadores regionais nas quais foram discutidos assuntos de interesse comum. A Missão contribuiu ainda para manifestações culturais que foram organizadas pelo Grupo Africano de Embaixadores no Cairo.

K.II.4. Relações com o País Anfitrião, o Egipto

386. Durante o período considerado, a Missão manteve relações estreitas de trabalho com o País Anfitrião, o Egipto. A Missão estabeleceu ligações com delegações da Sede e as Autoridades Egípcias responsáveis para os seguintes eventos/reuniões:

- O Comité Africanp de Peritos sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança, Cairo, Egipto, 25-27 Outubro de 2007.
- Os Ministros Africanos responsáveis pelos Assuntos da Criança, Cairo, Egipto, 29/10 – 3/11/2007
- O Seminário de Políticas de Alto Nível AFRA, Aswan, Egipto, Novembro de 2007.

- A criação da Bolsa Panafricana, Cairo, Egipto, 22 de Novembro de 2007.
- Os arranjos para a Reunião Ministerial África-UE, Sharm Al-Sheikh, Egipto, 4-5 Dezembro de 2007.

K.III. ESCRITÓRIO DE GENEBRA

387. Enquanto centro de trocas multilaterais, em especial em matéria de protecção e de promoção dos Direitos Humanos, do desarmamento, da promoção do desenvolvimento económico e social e da prestação de ajuda humanitária, a Missão continua a encetar um diálogo construtivo com os parceiros da UA nas diferentes Organizações e Agências internacionais sedeadas em Genebra. Para este efeito, a Missão organizou encontros e reuniões periódicas de troca e de concertação com os principais responsáveis das Organizações e Instituições internacionais sedeadas em Genebra, assim como com os Representantes de grupos regionais. A Missão continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Grupo Africano, nomeadamente na promoção da Visão da UA.

388. No que diz respeito à Organização Mundial do Comércio, é necessário que os negociadores africanos em Genebra sejam mais bem apoiados em termos de perícia, estatísticas e de técnicas de negociação a fim de exercer maior pressão e defender os interesses vitais do continente por meio de uma equipa de peritos africanos que trabalhariam em rede para apoiar os grupos Africanos em Genebra e Bruxelas. È preciso também pensar a médio e longo prazos e não no ganho imediato a nível nacional e individual a fim de se sair do impasse actual das negociações.

K.III.1. Direitos Humanos, Paz e Segurança e Assuntos Humanitários

1. Conselho dos Direitos Humanos.

389. Desde a sua criação a 15 de Março de 2006 pela resolução 60/251, o Conselho debruçou-se sobre as actividades relativas às questões institucionais e à colocação em prática das suas estruturas. A Comissão dos Direitos Humanos realizou a sua Sexagésima Segunda e última Sessão a 27 de Março de 2006 enquanto órgão principal das Nações Unidas responsável pela promoção e protecção dos Direitos Humanos. Com o apoio da Missão, os Estados africanos deram o seu contributo para este processo e propuseram em particular e conseguiram fazer adoptar o **Código de Conduta para os detentores de mandatos em matéria de Direitos Humanos**. Este documento tornou-se, neste momento, uma referência para as actividades que regem todos os titulares de mandatos em matéria de Direitos Humanos das Nações Unidas a nível dos países. A adopção do código de conduta constitui uma realização significativa para África. Este código, aliás, faz parte integrante do texto do Conselho sobre a edificação institucional, ao mesmo nível do novo mecanismo colocado em prática pelo Conselho intitulado Exame Periódico Universal (EPU). A este respeito, África poderia contribuir para a colocação em prática do Exame Periódico Universal (EPU) do Conselho, nomeadamente à luz da experiência dos Estados-Membros da União Africana adquirida no quadro da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e do processo do MAEP.

390. No que diz respeito a outras actividades do Conselho, as situações dos Direitos Humanos nos países africanos foram largamente evocadas. Os Estados-Membros deram uma atenção especial à situação no Darfur. Este ponto foi inscrito, até ao momento, em todas as ordens do dia do Conselho. De facto, esta questão foi objecto de análise aquando de uma Sessão Extraordinária realizada a 6 de Dezembro de 2006. O Conselho realizou outras sessões extraordinárias para analisar a situação relativa aos Direitos humanos nos territórios palestinianos ocupados em duas situações : a situação no Líbano e a situação em Myanmar.

391. No que diz respeito ao Darfur, o Conselho decidiu enviar uma missão de Alto Nível, em Fevereiro de 2007, para esta região a fim de avaliar a situação dos Direitos Humanos e para determinar as necessidades do Sudão nesta área. A análise do relatório e dos debates que se seguiram acabaram na criação de um grupo de peritos para acompanhamento da avaliação da situação. O Grupo Africano em Genebra e o Governo sudanês cooperaram plenamente com todos os mecanismos e tiveram, em várias ocasiões, consultas com a União Europeia e as outras partes envolvidas.

392. O Conselho analisou igualmente outras situações dos Direitos Humanos nos países africanos, como no Burundi, na República Democrática do Congo, na Sierra Leone, na Somália e na Libéria.

393. As questões temáticas que se revestem de importância para os Estados Africanos dizem respeito ao direito ao desenvolvimento, ao racismo, à discriminação racial, a xenofobia e a intolerância que a ela está associada, a colocação em prática efectiva da Declaração e o Plano de Acção de Durban, las minorias étnicas, o fórum social, os Direitos do Homem e das populações de ascendência africana, o tráfico e a violência contra as mulheres e as crianças, a tortura, os dejectos tóxicos e outros produtos perigosos, etc.

394. No que diz respeito aos futuros trabalhos do conselho, os países africanos são instados a empreender uma colocação em prática das diferentes decisões tomadas pelo Conselho, noemadamente aquelas relativas à assistência técnica, ao reforço das capacidades e questões conexas. A este respeito, a Missão tem um diálogo interactivo com o Alto Comissariado dos Direitos Humanos pela concessão prioritária de recursos destinados ao reforço das capacidades dos Estados Africanos nos seus esforços que visam a promoção e a protecção de todos os Direitos Humanos. A Missão irá igualmente facuilitar a colaboração entre a Comissão Africana para os Direitos do Homem e dos Povos e o Alto Comissariado

par os Direitos Humanos a fim de trocaram as suas experiências e melhores práticas.

395. A comunidade internacional celebrou o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos a 10 de Dezembro de 2007. Os países africanos são instados a analisar regularmente a principal questão dos Direitos Humanos que não deixa de aumentar, a saber os actos de racismo, de discriminação racial e de xenofobia, que afectam muito mais as pessoas de ascendência africana do que outras.

2. Desarmamento, Paz e Segurança

396. Ao logo do período considerado, a Comissão participou activamente nos trabalhos sobre a Convenção contra as Armas Biológicas e de Toxinas aquando da sua reunião de peritos dos Estados-Partes na convenção realizada em Agosto de 2007, em Genebra. Na declaração final, foi dado particular destaque à necessidade da colocação em prática integral do Tratado por todas as partes, o melhoramento das capacidades do Estado de agir simultaneamente aos níveis nacional e regional, a troca de informações, da tecnologia para fins pacíficos, assim como preservar as necessidades legítimas dos Estados para o seu desenvolvimento económico e tecnológico.

397. Por conseguinte, a posição de Àfrica face à Convenção contra as Armas Biológicas e as Toxinas é a de dar destaque não apenas ao seu respeito rigoroso, mas igualmente à assistência que deverá ser dada aos Estados para a colocação em prática efectiva deste Tratado.

398. As actividades da Sétima Conferência de Revisão da Convenção contra as Armas Biológicas e as Toxinas avançam. Os Estados africanos e a Comissão deverão continuar a debruçar-se sobre esta questão. A este respeito, a União Africana participou na Conferência sobre o Melhoramento da Convenção contra as

Armas Biológicas e as Toxinas, que se realizou a 22 de Novembro de 2007, em Genebra.

399. Do mesmo modo, os Estados-Membros deverão igualmente debruçar-se sobre as questões relativas às minas anti-pessoal, dado que o número de Africanos mortos ou feridos por estas armas é bastante mais elevado que em todas as outras regiões do mundo. África detém o triste recorde de minas anti-pessoal enterradas no solo em comparação com outros continentes do planeta. Em África encontram-se mais de 40 milhões anti-pessoal. A este respeito, a União Africana deverá intensificar os seus esforços no quadro do diálogo sobre a segurança entre a União Africana e a União Europeia a fim de se chegar a um programa comum sobre a desminagem do continente africano.

400. No que diz respeito à consolidação da paz, há que salientar que a Comissão das Nações Unidas para a Consolidação da Paz começou a mobilizar recursos significativos a favor de determinados países africanos desde a sua criação em 2005. A Missão participou na 6ª Sessão da Comissão para a Conslidação da Paz, que se realizou a 6 de Novembro de 2007. A Comissão atribuiu já 35 milhões de dólares ao Burundi e à Sierra Leone para as infra-estruturas em matéria de paz e para outras necessidades em matéria de reconstrução. Outros países africanos que saem de situações de conflito irão beneficiar das facilidades atrubuídas pela Comissão de Consolidação da Paz. A Comissão da União Africana estabelecerá os contactos necessários com esta Comissão para reforçar a eficácia das suas actividades em África.

3. Refugiados e Pessoas Deslocadas Internos

401. A União Africana estev representada na 58ª Sessão do Comité Executivo do Alto Comissariado para os Refugiados, realizada em Genebra de 1 a 5 de Outubro de 2007, por uma importante delegação conduzida pela Comissária responsável pelos Assuntos Políticos e que incluia o Representante Permanente do Gabão em Adis Abeba enquanto Presidente do Sub-Comité do COREP sobre as questões dos

Refugiados. A delegação informou a reunião a respeito dos esforços envidados pela União Africana para fazer face aos múltiplos desafios ligados ao problema dos refugiados e das pessoas deslocadas internamente em muitos Estados-Membros.

402. O Comité Executivo congratulou-se com a convocação para 2008 de uma Conferência Especial da União Africana dedicada às questões de refugiados e de pessoas deslocadas internamente, no seguimento de recomendações da Conferência Ministerial de Ouagadougou. O Comité Executivo foi igualmente informado a respeito de um instrumento jurídico sobre a protecção e assistência às pessoas deslocadas internamente. Este novo instrumento regional, uma vez adoptado pelos órgãos competentes da União, será o primeiro do género no mundo e juntar-se-á à Convenção de 1969 sobre os refugiados. O Comité Executivo sublinhou por fim a convergência dos esforços da Comissão da União Africana com os das Nações Unidas, especialmente ao nível da nova abordagem da ONU « **Delivering as one** », no que diz respeito em particular à política de orientação sobre a educação dos refugiados empreendida pela Comissão da União Africana e tendo como alvos as raparigs jovens e os ex-soldados-crianças.

4. Ajuda Humanitária

403. Ao longo da 30ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha (Genebra, 26 a 30 de Novembro de 2007), tiveram lugar as eleições do Comité Permanente da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho que opuseram nove candidatos : dois de África, dois das Américas, três da Ásia e dois da Europa. Os candidatos africanos eram representados pelo Mali e pelos Camarões. A Missão coordenou os esforços que visavam a adopção de uma estratégia de voto concentrada em torno dos dois candidatos africanos. No final das eleições, o candidato do Mali foi eleito em terceiro lugar para um posto no seio do Comité Permanente da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, após uma ausência de África de mais de 10 anos.

404. Noutro plano, a posição da Comissão da União Africana de condenação do rapto das crianças Chadianas e sudanesas pela organização não-governamental

francesa « Arca de Zoé » foi largamente aprovada pelos Grupos regionais em Genebra. Foi assim que, na sua Declaração intitulada « Juntos pela Humanidade», a 30ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho exprimiu a inquietude da comunidade internacional relativamente a todas as actividades de tráfico de seres humanos e de rapto de crianças.

5. Apoio ao Povo Palestiniano

405. A coordenação entre a Comissão e os Estados-Membros da União contribuiu igualmente para a adopção de uma resolução da 30ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho que visava colocar em prática o « Memorandum of Understanding » entre o Crescente Vermelho Palestiniano e o Magen David Adom Israelita. Este Acordo entre as duas sociedades nacionais está, contudo, ameaçado devido a obstáculos institucionais colocados pelo Governo de Israel.

406. A Comisão foi também representada na celebração do Dia Internacional da Solidariedade com o povo Palestiniano, existente desde 1977 devido à adopção da resolução 32/40 B pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesta ocaisão, a Representante Permanente da União Africana em Genebra reiterou o apoio indefectível da União ao Povo Palestiniano e do seu direito a um Estado independente, relembrando a Declaração EX.CL/Decl.321(X) do Conselho Executivo da União Africana realizado em Adis Abeba em Janeiro de 2007.

K.III.2. Questões económicas, Ciência e Tecnologia

1. Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

407. Aquando da quadragésima terceira série de reuniões das Assembleias dos Estados-Membros da OMPI, os membros não lograram chegar a um consenso relativamente a três grandes pontos : a oportunidade de analisar o relatório do Corpo de Inspecção Interna, a redução dos impostos no quadro do Tratado de

Cooperação em matéria de Patentes e a adopção do orçamento de programa. No que diz respeito à inscrição na ordem do dia do relatório do Corpo de Inspecção Interna e no qual é criticado ao actual Director-Geral da OMPI o facto de ter alterado a sua data de nascimento, os países desenvolvidos esperam obter a sua demissão, contrariamente aos países em desenvolvimento, que preferiram não ligar uma questão de ordem administrativa e relacionada com o pessoal a um problema de qualidade de gestão da Organização. Este relatório, não tendo sido analisado aquando dos trabalhos, teve um impacto negativo sobre a continuação dos mesmos.

408. As negociações informais que actualmente se realizam permitem entrever uma saída satisfatória no que diz respeito a estes pontos. Assim, será convocada uma Assembleia Geral com o fim de adoptar o novo orçamento de programa. Do mesmo modo foi lançado o processo de selecção de um novo Director-Geral. Neste quadro, a Missão intensificou os seus esforços para reforçar a coesão e a solidariedade do Grupo Africano no respeito pelos procedimentos da OMPI.

409. Há que assinalar que, por falta de vozes suficientes e pelo facto de vários países africanos não terem as suas quotas estatutárias em dia, o Grupo Africano não pôde fazer aprovar as suas resoluções. Os Estados-Membros são assim exortados a pagarem as suas contribuições nas Organizações internacionais a fim de que o seu direito de voto seja preservado.

2. União Postal Universal (UPU)

410. O Conselho de Administração da UPU teve lugar entre Outubro e Novembro de 2007. Apesar da questão do crescimento nominal zero do seu orçamento, o que limita o desenvolvimento das actividades da UPU, sobretudo no que diz respeito a África, cujo nível de desenvolvimento do sector postal está atrasado, esta Organização prepara activamente o Congresso de Nairobi, serão tomadas decisões importantes relativas ao seu futuro. No entanto, vários países africanos arriscam-se a perder o seu direito de voto aquando da tomada de decisões devido ao atraso no

pagamento das quotas. Os países africanos são assim exortados a colocar porta-vozes junto da UPU a fim de preservar o seu direito de voto e de militar em favor do levantamento do crescimento nominal zero do seu orçamento.

3. União Internacional das Telecomunicações (UIT)

411. A Cimeira Conectar África, uma iniciativa tomada pelo novo Secretário-Geral da UIT e que visa acelerar o desenvolvimento das Telecomunicações em África, realizou-se em Outubro de 2007 no Ruanda. Ao longo desta Cimeira co-organizada pela UIT, a Comissão e outros parceiros, as partes interessadas no financiamento das TIC em África, tomaram compromissos que se elevam, até ao momento, a um montante de 55.392.750.000 USD. Resta aos países africanos tomarem partido destas promessas para iniciar e colocar e prática projectos que visem essencialmente reduzir a fractura numérica que os separa de outros continentes. A criação prevista de um Comité de Acompanhamento e de Colocação em Prática dos resultados desta Cimeira ao nível da Comissão é essencial para a identificação de projectos prioritários a nível continental e para garantir o acompanhamento para a sua concretização, isto em coordenação com a UIT.

K.III.3. Questões de Comércio Internacional

1. Organização Mundial do Comércio (OMC)

412. Desde a retoma das negociações em Fevereiro de 2007, os diferentes Comités trabalham sobre diferentes questões de negociações. O Presidente do Comité sobre a Agricultura publicou em Julho de 2007 um texto completo que foi considerado como uma base aceitável para as negociações. No seguimento desse texto, foram produzidos quatro documentos de trabalho respeitantes ao financiamento à exportação (crédito, garantias de crédito e de seguro), as companhias comerciais do Estado, a ajuda alimentar e sobre a concorrência à exportação. Os membros negociadores mostram alguns poucos pontos de convergência. O Grupo Africano apoia certas modalidades propostas pelo

Presidente à semelhança das companhias empresariais do Estado e insiste, entre outros assuntos, que sejam tomadas em conta medidas especiais de salvaguarda e dos seus produtos sensíveis. No que diz respeito ao algodão, face às propostas feitas nomeadamente pela União Europeia, o Grupo Africano mantém a sua posição, a saber : que os parceiros revejam as suas ambições e se atenham à proposta do Presidente do Comité de Negociação sobre a Agricultura.

413. O texto sobre o acesso aos mercados para os produtos não-agrícolas (NAMA) foi publicado pelo Presidente do Grupo de Negociações em Julho de 2007. Há divergências quanto às preferências, o reforço das capacidades, o tratamento dos países menos avançados e os parâmetros da fórmula. Este texto não foi bem acolhido por diversos membros pela razão de que não poderia incitar a que tomem compromissos reais nem conduzir a um verdadeiro consenso. Por conseguinte, será produzido um novo texto, mas é pouco provável que esteja disponível antes do fim do ano de 2007.

414. No seio dos outros Comités, as negociações prosseguem, noemadamente sobre as regras, mas não há resultados notáveis. O Presidente deste Comité de Negociações distribuiu, a 30 de Novembro de 2007, os seus projectos de textos consolidados sobre as medidas antidumping e os subsídios e as medidas compensatórias, incluindo os subsídios à pesca. Este texto está considerado pelos diferentes membros da OMC. No que respeita aos serviços, as negociações prosseguem igualmente sobre sete questões, de entre as quais uma proposta do Grupo Africano sobre o tratamento especial e diferenciado. Mas é quase certo que as negociações avançarão e há esperança no que diz respeito à Agricultura e ao NAMA.

415. Quanto à ajuda ao comércio, a primeira análise global foi organizada pela OMC de 20 a 21 de Novembro de 2007 em Genebra a um nível muito alto de representação dos Estados-Membros, assim como das Agências internacionais e dos doadores. Do mesmo modo, seguiu-se a este fórum uma Sessão do Conselho Geral da OMC sobre a ajuda ao comércio. No final destes encontros, foi notado um

compromisso dos doadores para financiar prioritariamente a ajuda para o comércio. Contudo, ficam por definir o envelope e as modalidades práticas. Por outro lado, foi demonstrado que a ajuda ao comércio geraria mais impacto de fosse dedicada aos projectos de vocação regional, nomeadamente no sector das infra-estruturas. A explicação da abordagem regional interpela a União Africana no processo de colocação em prática da ajuda ao desenvolvimento para se juntar à CEA e ao BAD. Poderá reforçar-se também este mecanismo para a criação de um Comité de Peritos Africanos da ajuda ao comércio. Este Comité será responsável, entre outras questões, pela identificação dos projectos a financiar, assim como das necessidades nacionais e regionais, por abordar os doadores, colocar em prática quadros de encontro entre os países, as regiões e os doadores, oferecer toda a assistência técnica necessária aos países e às regiões para que beneficiem rapidamente de ajuda, participar no acompanhamento e na avaliação da ajuda. Frequentemente foi apontada a África a sua fraca capacidade de usar os créditos colocados à sua disposição pelos doadores. Este Comité de Peritos ajudará os nossos países a inverter esta tendência.

416. O Grupo Africano continua muito empenhado nas negociações e manifesta enormes necessidades de reforço de capacidades, tanto para melhor preparar as suas propostas a colocar sobre a mesa de negociações como para partilhar a mesma compreensão de determinadas questões sensíveis. Graças à ajuda de certos parceiros, a Missão pôde organizar dosi seminários ao longo do ano de 2007 e pretende continuar com este impuslo se for dotada de meios adequados.

2. <u>Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento</u>

417. A 54ª Sessão Anual do Conselho do Comércio e do Desenvolvimento, o órgão directivo da CNUCED, realizou-se em Outubro de 2007 e examinou as questões da actualidade respeitantes à t CNUCED e os preparativos da Décima Segunda Sessão da sua Conferência (CNUCED XII), que se realizará de 20 a 25 de Abril de 2008 em Accra (Gana). Esta Conferência terá como tema « Identificar e

tirar proveito das oportunidades e dos desafios da globalização em favor d desenvolvimento». Esta Sessão representará uma ocasião para definir os grandes eixos do futuro programa de trabalho da CNUCED. O Conselho decidiu, a 2 de Outubro de 2007, constituir um Comité Preparatório de composição não-limitada, que será presidido pelo Presidente do Conselho. Com vista a defender os interesses do continente africano no seio da CNUCED, lo Grupo aricano organizou-se para preparar uma posição africana comum que será reflectida no documento final da CNUCED XII e que é actualmente o objecto de negociações por parte dos diferentes grupos regionais.

3. Centro de Comércio Internacional (CCI)

418. A 41ª Sessão do Grupo Consultivo Comum, « Joint Advisory Group » que agrupa todas as partes envolvidas no CCI, acabou de concluir os seus trabalhos. Foram adoptados um novo sistema de gestão dos fundos e um novo programa de trabalho consolidado para o período de 2008-2009. Este programa, que atribui cerca de 40% dos financiamentos a África, foi validado, mas há que equilibrar o seu orçamento. Também los participantes prosseguirão com discussões formais a fim de determinar quais serão a estrutura e o mandato do futuro órgão consultivo do CCI. Este encontro permitiu ainda insistir na colocação em prática do JITAP III face às reticências dos doadores. Os países africanos ganhariam ao encorajarem os Doadores e outros parceiros de desenvolvimento a financiarem o CCI e o JITAP III.

K.III.4. Assuntos Sociais

1. Organização Internacional para a Migração (OIM)

419. Os trabalhos do Conselho da OIM, reunida na sua 94ª Sessão, de 27 a 30 de Novembro de 2007, começaram com uma sessão dedicada ao diálogo internacional sobre a migração, ao painel de discussões sobre a migração na economia global e a migração e as alterações climáticas. No contexto da mundialização e das questões da migração de trabalhadores, o Grupo Africano expressou as suas

preocupações relativamente à fuga de competências e às suas consequências para o desenvolvimento sócio-económico, os Direitos Humanos dos migrantes e o papel crucial da Diáspora no desenvolvimento dos países de origem. O Grupo Africano teve várias ocasiões de encontros para troca de informação e de consultas sobre as questões da migração com o Director-Geral e a Directora-Geral Adjunta antes da abertura da Sessão do Conselho. Ao longo destas importantes reuniões, o Grupo Africano deu destaque às questões principais, como a necessidade de garantir uma maior representação de africanos no seio da OIM, a abertura de uma Missão da OIM com funções regionais na África Central, bem como a criação de um centro de reforço das capacidades em África.

420. Os responsáveis da OIM tiveram em conta as preocupações de África e decidiram criar um grupo de trabalho interno dedicado a África que prosseguirá com as discussões ao longo das próximas reuniões da OIM.

2. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

421. A 300ª Sessão do Conselho de Administração da OIT realizou-se de 1 a 15 de Novembro de 2007. No quadro dos preparativos destes trabalhos, o Grupo Africano decidiu reunir-se diariamente para coordenar a sua posição sobre as preocupações comuns. Foi assim que o Grupo decidiu designar porta-vozes para se exprimirem em nome do Grupo nos diferentes Comités e para fazer com que as preocupações da África sejam bem reflectidas nos documentos das reuniões. Ao longo desta Sessão do Conselho de Administração, a questão mais pertinente dizia respeito ao projecto de resolução sobre o aumento de membros do Conselho de Administração, adoptado na 11ª Reunião Regional de Áfricam realizada em Abril de 2007, em Adis Abeba. Conforme o pedido do Grupo Africano, as discussões de fundo sobre esta questão terão lugar por ocasião da 301ª Sessão do Conselho de Administração, prevista para Março de 2008.

3. Organização Mundial da Saúde (OMS)

422. Ao longo do segundo semestre de 2007, a OMS organizou duas reuniões importantes : a Segunda Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Saúde Pública, a Iinovação e a Propriedade Intelectual de 5 a 10 de Novembro de 2007 e a Reunião Inter-Governamental sobre a Preparação em caso de Gripe Pandémica, de 20 a 23 de Novembro de 2007.

a- Segunda Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Saúde Pública, a Inovação e a Propriedade Intelectual

423. A Reunião foi organizada para negociar o projecto da estratégia global e o plano de acção elaborados no seguimento dos trabalhos da primeira sessão deste grupo intergovernamental, em Dezembro de 2006. A região de África participou activamente nas negociações e deu destaque, nas suas intervenções, às posições comuns respeitantes ao tema da medicina tradicional, o quel deerá figurar em todos os documentos pertinentes da estratégia global e do plano de acção.

424. O Plano Farmacêutico da União Africana deveria funcionar como referência para as preocupações de Àfrica. Nesta ocasião foram apresentadas duas propostas, uma relativa à criação de um mecanismo global de financiamento, em especial para a pesquisa médica e o desenvolvimento, e uma outra relativa à elaboração de um tratado internacional no domínio da pesquisa e do desenvolvimento médico.

425. O Grupo de Trabalho não logrou conluir os seus trabalhos aquando da sua Segunda Sessão e decidiu retomá-los no mês de Abril de 2007. Esta reunião não registou grandes progressos, mas tal não impediu África de expressar vigorosamente os seus pontos de vista durante a Sessão. Mesmo que não se tenha conseguido chegar a um consenso relativamente à formulação da estratégia global e do plano de acção, a região África logrou fazer reflectir as suas propostas nos

projectos de documentos. Tendo sido tomadas em conta as questões comuns a serem analisadas pelo Processo do Plano Farmacêutico da União Africana e do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Saúde Pública, a Inovação e a Propriedade Intelectual, é importante que a União Africana dê a sua voz para apoiar politicamente as actividades da região África face a este processo, a fim de reafirmar o empenho de África em aligeirar o fardo das doenças que flagelam o continente.

b- Reunião Intergovernamental sobre a Preparação em Caso de Gripe Pandémica.

426. A reunião foi organizada para analisar a questão da partilha e das trocas de vírus e os benefícios decorrentes da utilização destes vírus. A reunião elaborou dois documentos, a saber:

- Um projecto de textos sobre os princípios da partilha de vírus, a partilha dos benefícios, o financiamento, a acção colectiva, os direitos soberanos, o reforço de capacidades, a transferência de tecnologia, a propriedade intelectual e o mecanismo de controlo.

- Um projecto de documento sobre a colocação em prática de diferentes elementos relativos à partilha de vírus, partilha de benefícios, o financiamento e o mecanismo de controlo.

427. A reunião não concluiu os seus trabalhos devido à ausência de consenso sobre os projectos de documento. A este respeito, a reunião preparou uma declaração interina sobre a qual a região África expressou reservas quanto à sua adopção. De entre as preocupações da região África, há que assinalar que a Declaração não menciona um prazo para a conclusão dos trabalhos desta Reunião Intergovernamental sobre a Preparação em Caso de Gripe Pandémica. O Grupo Africano prepara actualmente propostas para melhorar o texto da declaração interina.

K.IV. ESCRITÓRIO REGIONAL DA ÁFRICA AUSTRAL (SARO) - LILONGWE

428. O AU-SARO tem mantido relações construtivas e produtivas entre a UA e os Estados-Membros na África Austral, bem como com a SADC e a COMESA. As actividades do Gabinete com os Estados-Membros, a SADC, a COMESA e as organizações regionais variaram entre assuntos de integração e de desenvolvimento.

K.IV.1. Situações Políticas e Sócio-Económicas da Região

429. Durante o período considerado, a região da África Austral continuou a manter um ambiente politico pacífico, o que representou uma mais-valia para a continuação do crescimento económico e do desenvolvimento da maioria dos países. Em geral, os governos continuam a tomar medidas para fomentar a estabilidade política e promover melhores relações externas. A taxa de crescimento económico para a África Austral, no seu todo, foi de uma média de cerca de 6 por cento. Espera-se que esta taxa se mantenha e melhore de modo a cumprir o alvo de 7 por cento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A região dá ênfase ao comércio e ao desenvolvimento de infra-estruturas. Outras áreas importantes de prioridade são o sector da saúde, os refugiados, a imigração e a segurança alimentar. Um melhoramento neste sector é visto como sendo fundamental para a capacitação e um crescimento económico duradouro na região da África Austral.

430. *Saúde*: Os líderes regionais continuam a dar prioridade a questões de saúde, dado que a região continua a ser a mais afectada no continente pela epidemia de VIH/SIDA. Alguns páises, durante este período, continuaram a manter o progresso positivo em termos da contenção de novas infecções, mas há preocupações, uma vez que a epidemia está ligada à tuberculose.

431. *Refugiados/Migração:* As questões dos refugiados/da migração continuam a ser assuntos importantes na vida política, económica e social da região durante este

período. O movimento de pessoas essencialmente da África Oriental para a África do Sul colocou algumas dificuldades a vários países; os países de trânsito e os países de destino. Os países de trânsito são confrontados com dificuldades na distinção entre refugiados e migrantes genuínos. Uma parte substancial das pessoas tratadas em campos de refugiados pelos países de trânsito e pelo ACNUR revelam-se migrantes. Estas pessoas criam problemas económicos e sociais aos países de trânsito quando não conseguem passar ou quando decidem não ir para os países de destino para onde planeavam ir. A sua presença nos países de trânsito culmina, em geral, com a perda de empregos e depressão no mercado de trabalho. O AU-SARO trabalho com o ACNUR na tentative de encontrar soluções para os problemas dos refugiados no Campo de Refugiados de Dzaleka no Malawi. Também os países de destino se confrontam com dificuldades na ausência de infra-estruturas sociais e económicas para absorver os refugiados.

432. *Alimento*: A situação alimentar na maioria dos países continua satisfatória durante este período, sendo que o Malawi e a Zâmbia se encontram na posição de exportar excedente de milho para outros países na região. Espera-se que a segurança alimentar na região possa ser sustentada nos próximos meses com contribuições e chuvas adequadas.

K.IV.2. Integração da SADC e na COMESA

433. A integração e o desenvolvimento continuaram a avançar durante este período, com ambas as Organizações empenhadas nos esforços de aprofundamento da integração e no reforço dos feitos no crescimento económico e no desenvolvimento com referência apropriada à agenda de integração da UA. A integração na SADC continua a centrar-se na expansão do comércio, no desenvolvimento de infra-estruturas e na promoção de investimento estrangeiro directo. Para o aprofundamento da integração, a Cimeira de Lusaka, de 16 a 17 de Agosto de 2007, instou, inter alia, a uma conclusão rápida do trabalho do Grupo de Trabalho Ministerial sobre o Roteiro para a União de Alfândegas da SADC. A amplitude da taxa de crescimento de economias dos Estados-Membros da

COMESA foi de 2.8 por cento na Suazilândia a 8 por cento na República Democrática do Congo (DRC). As areas críticas de integração são o comércio, as infra-estruturas, a agricultura, o investimento e a paz e segurança. Os Estados-Membros concordaram, na Cimeira de Nairobi, no Quénia, em Maio de 2007, com a criação de uma União de Alfândegas em 2010.

K.IV.3. Actividades com Departamentos da UA, as CER e Organizações Regionais

434. O AU-SARO trabalhou com Departamentos da UA, as CER e várias Organizações intergovernamentis e não-governamentais nas áreas da integração e do desenvolvimento na África Austral.

K.IV.4. Departamentos da CUA

435. O Gabinete participou na Segunda Reunião Ministerial sobre Integração Africana, realizada de 26 a 27 de Julho de 2007, em Kigali, no Ruanda, e organizada pela Comissão. A reunião discutiu o roteiro sobre a racionalização e a harmonização das CER, no seguimento da anterior Declaração de Ouagadougou sobre o mesmo assunto. O Gabinete representou a CUA no Seminário sobre *Boa Governação e Gestão Sustentável do Petróleo e dos Recursos Minerais*, organizado pelo Banco Mundial, pelo Banco Africano de Desenvolvimento e pela União Africana, realizado em 10 de Dezembro de 2007 em Lusaka, na Zâmbia. O Seminário discutiu modos de melhoramento em assuntos-chave de governação de modo a garantir uma contribuição mais significativa de recursos minerais para o crescimento económico e desenvolvimento de países produtores.

436. Mais ainda, no sector social, o Gabiente participou em várias actividades de integração e desenvolvimento continental na região, tais como a 6ª Sessão da Assembleia Geral da Comissão Africana da População em Joanesburgo, na África do Sul (16 - 17 Julho de 2007), organizou uma Sessão de Reflexão a 1de Dezembro de 2007, o Dia Mundial da SIDA no Centro de Orientação,

Aconselhamento e Desenvolvimento da Juventude para África em Lilongwe, no Malawi. A Ministra da Saúde, Marjorie Ngaunje, M.P., os Representantes Regionais da UNFPA, a OMS, o Alto Comissário para a África do Sul, representantes da Juventude e o Delegado Regional da UA na SADC dirigiram-se à reunião. A reunião incluiu a Juventude, representantes de ministérios do Governo, membros do corpo diplomático, assim como membros do sector privado e da sociedade civil. O evento voltou a centrar a atenção na necessidade urgente de lutar contra a epidemia de VIH/SIDA.

437. Na área da Agricultura e da Economia Rural, o Gabinete liderou a equipa da UA participante no Seminário Regional Consultivo sobre Política agrária na África Austral, em Windhoek, na Namíbia, de 29 a 31 de Agosto de 2007. O Gabinete participou ainda no Seminário Regional de Avaliação Técnica para quatro países (Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué) para desenvolvimento de um Projecto Conjunto de Erradicação de Tsétsé e da Tripanossomíase, realizado em Maputo, Moçambique, de 12 a 16 de Novembro de 2007. A redução da incidência de tsetse e da tripanossomíase nos aminais para consume é importante para um melhoramento da nutrição e de uma maior produção agrícola.

K.IV.5. CERs

438. O Gabinete participou na Cimeira da COMESA. O Gabinente trabalhou com as CERs em reuniões regionais organizadas pela UNECA-SA. O Gabinete divulgou informação sobre as actividades da CUA e do AU-SARO junto das CER e dos Estados-Membros.

K.IV.6. Organizações Regionais

439. *UNECA-SA:* O Gabinete regional da Comissão Económica das Nações Unidas para a África Austral presta apoio técnico às CERs e a países na África Austral (*UNECA-SA)* para a promoção da integração e do desenvolvimento económico. Durante este período, o Gabinete trabalhou em estreita colaboração

com a *UNECA-SA* em actividades de integração e de desenvolvimento na região. O Gabinete participou na reunião convocada pela UNECA-SA em Joanesburgo, na Àfrica do Sul, 4 – 5 de Setembro de 2007 sobre convergência macroeconómica na SADC. O principal objectivo da reunião era a discussão do progresso dos Estados-Membros da SADC fizeram nos critérios e objectivos da connvergência macroeconómica conforme estipulados no Memorando de Entendimento assinado pelos Estados-Membros em Agosto de 2002 e conforme novamente reiterado no projecto do Protocolo de Finanças e de Investimento da SADC. O debate foi intensivo e frutuoso com a expressão do ponto de vista geral de que os objectivos primários e secundários deverão ser, por agora, mantidos. Estes últimos, em particular, foram considerados como essenciais para o crescimento económico e a criação de postos de trabalho. Ficou acordado que as instituições para convergência macroeconómica deverão ser reforçadas conforme apropriado de modo a garantir um processo sustentável. Mais importante ainda, houve um acordo quanto à necessidade de abordar de forma célere os assuntos referentes à harmonização de estatísticas, o que é vital para uma comparação com sentido da convergência.

440. Aina, no dia 7 de Dezembro de 2007, o Gabinete participou na Reunião sobre a Perspectiva Conjunta CUA-BAD-ECA sobre a Integração Regional na SADC, realizada em Maputo, Moçambique. A reunião foi convocada com o objectivo de implementar a proposta do Secretário-Geral da ONU no seu relatório de 2006 que apelava a uma perspectiva conjunta sub-regional sobre integração regional. A reunião criou o Grupo de Trabalho para abordar a recomendação.

441. *Centro de Orientação, Aconselhamento e Desenvolvimento da Juventude para África:* o UA-SARO trabalhou em estreita colaboração com o Centro de Orientação, Aconselhamento e Desenvolvimento da Juventude para África em Lilongwe. O Centro de Juventude foi criado em Lilongwe no seguimento da Decisão Ministerial da OUA em 1979. Para além disto, o AU-SARO trabalhou em estreita colaboração com o Centro para Carraças e Doenças Transmitidas por Carraças

(CTTBD) na concretização dos seus objectivos durante este período. Em especial, o Gabinete ofereceu apoio político apropriado aos seus programas de formação.

442. *Organizações Não-Governamentais:* O Gabinete trabalhou com organizações não-governamentais, tais como SAPRN e FANRPAN, duas ONG importantes que trabalham na África Austral na área da pobreza e da agricultura, para promover a agenda de integração e de desenvolvimento da UA.

K.IV.7. Coordenação do Grupo Africano

443. O Grupo Africano em Lilongwe está organizado de modo a ter reuniões mensais para troca de pontos de vista sobre assuntos actuais nos Estados-membros, na região, no continente e na comunidade internacional. Nestas reuniões, o Gabinete dissertou sobre os resultados da Cimeira da COMESA, em Nairobi, em Maio de 2007 e da Cimeira da UA, em Accra, em Julho de 2007. O Delegado Regional da Ua nestas reuniões dissertou sobre as principais declarações e decisões das CERs e das Cimeiras da UA e trocou ideias sobre medidas a serem tomadas aos níveis nacional ou regional para a sua implementação.

K.V. GABINET DE NOVA IORQUE

444. Duante o período considerado, a Comissão, através da sua Missão Observador Permanente em Nova Iorque, levou a cabo actividades relevantes, tanto em termos de apoio às actividades do Grupo Africano, como em termos de acompanhamento e de participação em várias actividades da ONU.

K.V.1. Assuntos de Paz e Segurança

445. A Missão centrou-se nas actividades do Conselho de Segurança relacionadas com assuntos Africanos sob sua consideração, nomeadamente o Sudão, a Somália, a Côte d'Ivoire, o Sahara Ocidental, a República Democrática do

Congo, a Libéria, o Chade, a República Centroafricana, a situação entre a Etiópia e a Eritreia e sobre a situação no Médio Oriente.

446. No que diz respeito à questão do Darfur, a Missão da UA facilitou consultas entre os Membros Africanos do Conselho e a Comissão no sentido de uma finalização da Resolução 1769 (2007) que autoriza a Operação União Africana-Nações Unidas no Darfur (UNAMID). Mais ainda, a Missão da UA participou na 5727ªa reunião do Conselho de Segurança a 31 de Julho de 2007, durante a qual esta resolução foi adoptada. A presença de um perito militar e de um perito de políticas da Comissão permitiu à Comissão acompanhar cuidadosamente os processos de geração da Força e da Polícia. Até ao momento, foi já concluída a selecção da liderança principal da UNAMID, enquanto a selecção final dos Países contribuidores com Tropas e Polícia está em vias de finalização. Foi realizada uma visita inicial da equipa conjunta de alto nível de operação e de aconselhamento técnico aos 11 países Africanos potencialmente contribuidores com tropas. A experiência neste processo estabelece a necessidade da colocação de Conselheiros Militares e da Polícia permanentes na Missão da UA em Nova Iorque.

447. No que diz respeito à questão da Somália, foi realizada uma sessão de informação junto dos Membros do Conselho durante a sua consideração do Relatório do Secretário-Geral a 20 de Agosto de 2007. A Missão reiterou o apelo da UA no sentido de apoio à Missão Africana na Somália (AMISOM) e do rápido envio da missão da ONU.

448. A visita do Presidente da Comissão a Nova Iorque, de 19 a 26 de Setembro de 2007, deu um maior impulso para a consideração das situações no Darfur e na Somália. A Missão facilitou a organização da 2ª Consulta de Alto Nível sobre o Darfur a 21 de Setembro de 2007 nas Nações Unidas. Realizada a nível ministerial, a reunião contou com a participação de delegações de mais de 26 países Africanos, assim como de outros parceiros. No seu comunicado conjunto, o Presidente da UA e o Secretário-Geral da ONU instaram todas as partes a associarem-se às conversações políticas que deveriam ter início a 27 de Outubro de 2007 na Líbia,

reiteraram a necessidade de garantir o carácter essencialmente africano das tropas para a UNAMID e o seu rápido envio, a criação de um mecanismo efectivo de monitorização do cessar-fogo e o reforço da assistência humanitária no Darfur.

449. A Missão facilitou ainda a participou do Presidente no debate presidencial do Conselho de Segurança sobre "Paz e Segurança em África", a 25 de Setembro de 2007, por iniciativa do Presidente francês, Nicolas Sarkozy, Presidente do Conselho de Segurança no mês de Setembro de 2007. Durante a Reunião, o Presidente apelou a uma política de tolerância zero relativamente ao uso de crianças-soldado e de violência contra mulheres e destacou a ameaça permanente colocada pelo comércio illegal de armas pequenas e de pequeno caliber. O Presidente expressou a esperança de a presença militar estrangeira no continente vir a reduzir com a crescente capacidade da União Africana de abordar o conflito no continente.

450. Foi organizada uma reunião informal entre o Presidente e a delegação de Sábios liderada pelo Arcebispo Desmond Tutu, na Missão, a 24 de Setembro de 2007. A sua troca de pontos de vista centrou-se na visita que os Sábios tencionavam fazer em inícios de Outubro de ao Sudão para encontros com as partes sudanesas envolvidas na crise do Darfur e com membros da comunidade internacional.

451. A Missão participou no Debate Aberto, realizado no Conselho a 6 de Novembro de 2007, sobre " O papel das organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e da segurança internacionais», iniciada pela Indonésia, Presidente do Conselho de Segurança no mês de Novembro de 2007. Durante esta sessão de informação, a Missão salientou os esforços significativos e a liderança da União Africana na abordagem de situações de crise no continente, assim como a sua aspiração no sentido de um mecanismo eficaz da ONU de apoio a operações de manutenção da paz realizadas por organizações regionais.

K.V.2. Assuntos Políticos

452. A Missão facilitou consultas entre o Presidente e o Sr. Lynn Pascoe, Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Políticos, a 26 de Setembro de 2007. Ficou decidido o intercâmbio de peritos entre a UA e ONU para empreenderem uma análise conjunta de situações políticas em vários países africanos. A Missão realizou outras consultas mais com o Departamento da ONU para Assuntos Políticos com vista a reforçar mais ainda a cooperação entre as duas Organizações em áreas tais como a mediação, a diplomacia preventiva, o aviso prévio, a gestão de conhecimento e a implementação do Programa de Capacitação de 10 anos para a União Africana.

453. A Missão recebeu a primeira reunião do Comité Ministerial sobre o Governo da União a 29 de Setembro de 2007 para acompanhar a implementação da Declaração de Accra. O Comité considerou o seu programa de trabalho e decidiu realizar duas outras reuniões, em Accra e em Adis Abeba, respectivamente de 26 a 27 de Outubro de 2007 e de 27 a 30 de Novembro de 2007.

454. A Missão realizou ainda consultas com os facilitadores do Processo de Revisão dos Mandatos da ONU (Namíbia e Nova Zelândia) durante o qual a Missão sublinhou a necessidade de o Processo garantir a identificação de lacunas nos mandatos da ONU no que diz respeito a Àfrica e a garantir a sustentabilidade do processo de revisão.

K.V.3. Prevenção de Conflitos

455. A Missão participou na preparação e nas deliberações do Seminário intitulado *"Uma Estratégia Global e Efectiva de Prevenção de Conflitos em Àfrica,* o *Papel do Conselho de Segurança''* que se realizou a 3 de Dezembro de 2007, por iniciativa do Congo, Presidente do Grupo de Trabalho Ad Hoc do Conselho de Segurança sobre a Prevenção e Resolução de Conflitos em Àfrica. A Missão reafirmou o papel de liderança da União Africana no continente e a necessidade de

reforçar a parceria UA-ONU. Foi destacada a necessidade de esclarecimento dos respectivos mandatos do Conselho de Segurança, da Assembleia Geral e do ECOSOCC no que diz respeito à questão de prevenção de conflitos. A ausência de uma representação permanente de África no Conselho de Segurança foi considerada deplorável, bem a natureza Ad hoc do grupo de Trabalho.

K.V.4. Reconstrução Pós-Conflito

456. A Missão participou no trabalho da Comissão de Construção da Paz (PBC) sobre os dois países africanos sob sua consideração, o que culminou na adopção do Mecanismo de Monitorização e Localização do Quadro Estratégico de Construção da Paz no Burundi e do Quadro de Cooperação da Sierra Leone a 5 e 12 de Dezembro de 2007, respectivamente. Durante estes processos, foi reiterado o empenho da Comissão da União Africana e do Comité Ministerial sobre a Reconstrução e o Desenvolvimento Pós-Conflito para trabalharem em estreita colaboração com a Comissão de Construção da Paz. Foi destacado que um dos resultados das políticas foi o reconhecimento de que a construção da paz e a pós-reconstrução constituem de facto grandes componentes de prevenção de conflitos, dada a importância da consolidação da paz, e garantir que os países que saem de conflitos não reincidam neles. Isto sublinha a importância de a UA acelerar a operacionalização de várias componentes da sua arquitectura de prevenção pós-conflito, para estar em sintonia e lançar uma colaboração concreta com a PBC e outros órgãos da ONU relacionados.

K.V.5. Não-Proliferação, Desarmamento e Contra-Terrorismo

457. No que diz respeito aos persistentes assuntos de pequenas armas e armas de pequeno calibre, a Missão cedeu o seu apoio aos Peritos Africanos do Primeiro Comité das Nações Unidas, o que levou à adopção da resolução que apela ao reforço do Centro Regional para Desarmanento em África sedeado no Togo.

458. A Missão monitorizou a apresentação da *Ecole Internationale de Force de Sécurité* (EIFORCES) pelos Camarões na ONU a 22 de Outubro de 2007. Os Estados Africanos instaram os parceiros a prestarem assistência a esta instituição com o objectivo de formar tropas e peritos para operações de manutenção da paz. A Missão acompanhou também a reunião sobre a implementação da Estratégia Global de Contra-Terrorismo das Nações Unidas realizada a 4 de Dezembro de 2007 na Assembleia Geral. A Missão facilitou a participação da União Africana no seminário sub-regional sobre a preparação de respostas ao Comité das Nações Unidas para o Contra-Terrorismo realizado no Botsuana em Novembro de 2007 e monitorizou a reunião de revisão sobre a Implementação da Estratégia Global de Contra-Terrorismo das Nações Unidas na Assembleia geral em Dezembro de 2007. Durante a sua interacção nestes processos, os esforços da União Africana foram salientados, que culminaram na criação do Centro Africano para o Estudo e Investigação sobre o Terrorismo.

K.V.6. Facilitação do Trabalho do Grupo Africano

459. Durante o período de seis meses de Julho a Dezembro de 2007, a Missão da UA facilitou a organização de 18 reuniões do Grupo Africano a nível de embaixadores e mais de 24 reuniões a nível de peritos. O Grupo Africano centrou-se sobretudo no trabalho da 62ª Sessão da Assembleia Geral e dos seus 6 comités principais, na consideração do assunto do Gabinete do Conselheiro Especial sobre África e a questão da Reforma do Conselho de Segurança da ONU. Os destaques do período incluem troca de pontos de vista que levaram à adopção da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o que reflectiu a grande preocupação em África. A Resolução sobre a Cooperação entre as Nações Unidas e a União Africana foi actualizada de modo a reflectir os recentes desenvolvientos em assuntos de preocupação comum. A Resolução foi adoptada no ultimo dia da 61ª Sessão da Assembleia Geral, no seguimento de um longo processo de consideração e consulta com os parceiros.

460. A Missão trabalhou em estreita colaboração com o Grupo Africano de modo a garantir que a “Resolução sobre a Eliminação da Violação e de outras formas de violência sexual em todas as suas manifestações, incluindo em conflito e em situações relacionadas” e a “Resolução sobre a Eliminação da Violência sobre Mulheres Migrantes” reflectem as disposições do Protocolo da Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos e a Declaração Solene sobre Igualdade de Géneros em África. Foram considerados outros assuntos, tais como o projecto de Resolução “2001-2010: Década para a Regressão da Malária em Países em Desenvolvimento, especialmente em Àfrica, a implementação da Declaração De empenho na Luta contra o VIH/SIDA, o debate temático sobre as alterações climáticas, o diálogo de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

461. No dia 20 de Novembro de 2007, em conjunto com a UNIDO e o Grupo Africano, a Missão paricipou activamente na preparação e organização do Dia da Industrialização de África. O seminário interactivo centrava-se no tema “Tecnologia e Inovação para a Indústria – Investir no Povo é Investir no Futuro".

K.V.7. Candidatras Africanas no Sistema Internacional

462. A Missão implementou a implementação de várias decisões da União Africana e do Grupo Africano em Nova Iorque no que diz respeito às candidaturas africanas no sistema internacional. Isto incluiu a eleição com sucesso da Jamahariya Árabe do Povo Líbio e do Burkina Faso como membros não-permamentes do Conselho de Segurança pelo período de 2008-2009 e da nomeação pelo Secretário-Geral de outro Africano (do Benim) para o posto de Director da Convenção da ONU para o Combate à Desertificação. A maioria das candidaturas africanas apresentadas pelo Grupo Africano foi eleita com sucesso para vários órgãos e institutos da ONU, tais como a UNICEF, o PNUD, UN-HABITAT, UNEP, Conselho Executivo do Programa Alimentar Mundial, o Comité sobre o Direito Comercial Internacional, o Comité de Coordenação do Programa da ONU SIDA/VIH, a Unidade de Inspecções Conjunta e para outras Comissões especializadas.

K.V.8. Interacção Multilateral

463. A Missão facilitou a interacção consultiva entre as troikas do Grupo Africano e da União Europeia. Foram discutidos assuntos de preocupação comum da agenda da ONU, tais como as altrações climáticas, manutenção da paz e assuntos de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

464. Vários académicos, organizações e agentes da sociedade civil internacional, tais como *Médecins Sans Frontières*, a Universidade de Long Island, a Universidade de Columbia, a Academia Internacional de Paz, o Conselho Mundial de Igrejas, o ICRC, a Federação Mundial de Conselhos Religiosos e outros continuaram a demonstrar entusiamo e interesse para com África. Uma delas, a Associação de Viagens em África, atribuiu um reconhecimento especial ao Presidente da Comissão pelos seus esforços incansáveis no sentido da integração continental durante o seu Seguno Fórum Anual Presidencial, que contou com a participação de vários Chefes de Estado e de Governo. A Missão manteve um compromisso activo com os mesmos a fim de informar sobre os pontos de vista da UA relativamente a desenvolvimentos, assim como orientação política para os auxiliar a modelar as suas actividades centrando-se em Àfrica. Durante esta interacção, o Gabinete notou que a sociedade civil estava a demonstrar um grande interesse sobre assuntos tais como a renovação da base filosófica das Nações Unidas de modo a realçar as suas responsabilidades de desenvolvimento humano à luz das tendências do mundo actual tais como o ambiente, a segurança alimentar, a migração e os direitos dos povos indígenas.

K.V.9. Assuntos Económicos e Sociais

465. A Missão participou nas Sessões anuais do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), realizado em Genebra de 2 a 27 de Julho de 2007, que tinha duas novas funções este ano: a Revião Ministerial Anual e o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento. Foram destacados assuntos respeitantes aos

países africanos sob análise, em especial o desenvolvimento em assuntos de cooperação. A Missão acompanhou de perto também as reuniões da Trigésima Nona Sessão do Comité sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres na sua última sessão realizada na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque e em Genebra, de 23 de Julho a 10 de Agosto de 2007. O Comité recomendou acções para a promoção e protecção dos direitos das mulheres em 15 países, que incluíam a Guiné e o Quénia.

466. A Missão acompanhou os debates temáticos informais da Assembleia Geral sobre alterações climáticas, realizados de 31 de Julho a 1 de Agosto de 2007 na ONU. A Missão monitorizou também o evento de Alto Nível sobre Alterações Climáticas a 24 de Setembro de 2007 antes da abertura do Debate Geral da 62ª Sessão da Assembleia Geral. Foi dado destaque às mais recentes e espantosas avaliações científicas do fenómeno, assim como às duas componentes da resposta, tais como a adaptação e a mitigação, o papel do sector privado e os possíveis próximos passos no processo multilateral. As delegações Africanas destacaram os diversos efeitos das alterações climáticasno Continente Africano e sublinharam a importância de cumprir compromissos internacionais relacionados com as alterações climáticas, em especial no que diz respeito à transferência de tecnologia, capacitação e mobilização de recursos financeiros.

467. A Missão monitorizou ainda o “Diálogo de Alto Nível sobre Cooperação Interreligiosa e Intercultural para a Promoção da Tolerância”, realizado de 4 a 5 de Outubro de 2007 na Assembleia geral da ONU. O Secretário-Geral foi instado a garantir o acompanhamento sistemático e organizacional de todos os assuntos interreligiosos, interculturais e intercivilizacionais no seio do sistema das Nações Unidas.

468. A MIssão acompanhou o debate conjunto dedicado à Nova Parceria para o Desenvolvimento de Africa: progresso na implementação e apoio internacional; 2001-2010: Década de Regressão da Malária em Países em Desenvolvimento, especialmente em África, realizado a 18 de Outubro de 2007. A reunião discutiu as

actividades empreendidas e o progresso feito, desde o último relatório, em termos de cumprimento dos objectivos de 2010 da malaria, no contexto da Resolução 61/228 da Assembleia Geral e da Declaração de Abuja de Regressão da Malária em África (2000).

469. De 23 a 25 de Outubro de 2007, a Missão participou no acompanhamento do terceiro Diálogo de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento. O Diálogo providenciou um grande e substancial contributo para a preparação da Conferência de Doha. A reunião abordou seis grandes áreas do Consenso Monterrey: mobilizar recursos financeiros domésticos, mobilizar recursos internacionais, comércio internacional, cooperação internacional para o desenvolvimento, dívida externa e a coerência dos sistemas monetários financeiros e comerciais internacionais.

470. A Missão participou no Segundo Fórum Panafricano sobre Crianças: Avaliação intercalar, organizada pela União Africana no Egipto de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2007. Subsequentemente, foi colocado em circulação um sumário para o Grupo Africano em preparação para a reunião plenária de Alto Nível comemorativa dedicada ao acompanhamento dos resultados da Sessão Especial sobre Crianças “Um Mundo próprio para Crianças” , realizada na ONU em Nova Iorque de 11 a 12 de Dezembro de 2007. S.Exa. Alima Mahama, Ministra dos Assuntos das Mulheres e das Crianças da República do Gana, dirigiu-se à Assembleia em nome do actual Presidente da União Africana. O Comissário da UA para os Assuntos Sociais também participou no evento e em várias consultas.

471. A Missão facilitou a participação do Comissário da UA para os Assuntos Económicos na primeira reunião do Grupo de Trabalho e de Direcção de ODM em África com o Secretário-Geral da ONU, nos dias 13 e 20 de Setembro de 2007 na ONU. O Comissário da ONU para os Assuntos Económicos também participou na reunião do Grupo de Trabalho ODM África, realizada na ONU a 30 de Novembro de 2007. As reuniões foram realizadas de acordo com as iniciativas do Secretário-Geral para acelerar o cumprimento dos ODM em Àfrica nas áreas da saúde,

educação, agricultura e segurança alimentar, infra-estruturas e sistemas estatísticos.

472. A Missão facilitou ainda a participação do Comissário da UA para o Comércio e a Indústria no Painel de Alto Nível sobre Reforço da Cooperação Sul-Sul e Triangular na ONU no dia 17 de Outubro de 2007, assim como a participação do Comissário da UA para a Economia Rural e a Agricultura na "Cimeira Internacional das Mulheres Líderes sobre a Segurança Global" de 14 a 19 de Novembro de 2007.

473. A Missão monitorizou discussões sobre o Relatório do Conselho dos Direitos Humanos, que incluem dois novos instrumentos, nomeadamente um Código de Conduta e a Construção Institucional e a criação da Revisão Universal Periódica. Estes instrumentos irão facilitar e harmonizar a avaliação da situação dos Direitos Humanos em todos os Estados-Membros, sem discriminação ou favor.

474. No que diz respeito à questão de responsabilização por genocídio, crimes de guerra contra a Humanidade, a Missão continuou a monitorizar discussões na ONU sobre a possível adopção de um plano de acção para garantir que a Justiça Internacional desempenha um papel integrante na construção da paz pós-conflito, no âmbito do contexto do Mecanismo de Resposta Rápida da Justiça.

K.V.10. Comunicação e Documentação

475. Durante o período considerado, a Missão acolheu todas as reuniões do Grupo Africano e vários seminários/reuniões nas Nações Unidas. As decisões da Cimeira de Accra foram transmitidas à Assembleia Geral para a 62ª Sessão e os Comunicados do Conselho de Paz e Segurança foram transmitidos aos órgãos responsáveis assim que foram disponibilizados. De modo a criar um livre acesso aos documentos da UA e a melhor servir o Grupo Africano, as Nações Unidas e outras Agências Especializadas da ONU, a Missão realizou um estudo para a criação de um Centro de Documentação cujo orçamento foi aprovado e está actualmente a ser implementado. O estudo abrangeu também a criação de um

Portal, que foi subsequentemente lançado em Dezembro de 2007. O equpamento de videoconferência foi instalado para fins de comunicação entre os Gabinetes Regionais da UA e a Sede. Até ao momento, o Gabinete pode comunicar com os gabinetes em Adis Abeba, Bruxelas, Genebra e Lilongwe. O desafio de dar resposta à grande procura de documentos da UA é ainda real e a menos que a UA tire pleno partido da utilização da tecnologia moderna, a Missão da UA em Nova Iorque continuará a suportar o fardo desta limitação no acesso a documentos.

K.VI. ESCRITÓRIO DE WASHINGTON D.C.

476. Durante o período considerado, a Missão da União Africana aos Estados Unidos da América continuou a consolidar a sua presença e alcance junto de vários círculos eleitorais e partes interessadas. Para este fim, a Missão foi oficialmente lançada a 11 de Julho de 2007, à margem da Reunião Conjunta UA/OAS intitulada "Ponte da Democracia: Esforços Multilaterais e Regionais para a Promoção e Defesa da Democracia em Àfrica e na América", realizada de 10 a 12 de Julho de 2007, na presença de uma Delegação de Alto Nível da comissão da UA que incluia o Comissário para a Paz e Segurança, o Chefe do Pessoal, o Conselheiro Legal e outros funcionários superiores. Também presentes estavam o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos e funcionários superiores do Gabinete de Àfrica do Departamento de Estado dos E.U.A., o Decano do Corpo Diplomático Africano e outros membros do Corpo Diplomático, bem como Representantes da Sociedade Civil centrada em África e Organizações Não-Governamentais.

477. De especial significado durante o período foi a legitimação da relação bilateral entre a União Africana e os Estados Unidos da América a 25 de Julho de 2007 através da apresentação de credenciais pela Chefe de Missão do Presidente George W. Bush acreditando-a como Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da União Africana para os Estados Unidos da América.

478. Na área da **Construção e Manutenção de Relações Bilaterais,** a Missão intensificou esforços para garantir que as relações de trabalho tanto com o ramo

executivo como como o ramo legislativo do Governo norte-americano e agências são reforçadas. A Missão iniciou especificamente discussões com o Presidente do Congressional Black Caucus (Bloco Parlamentar Negro) e outros membros-chave com vista a encontrar um mecanismo apropriado para formalizar a relação de trabalho entre os Membros do Congressional Black Caucus e a União Africana. Como primeiro passo, a Missão foi convidada para participar na 37ª Conferência Anual da Legislatura do Fundo de Cérebros da Fundação de Assuntos Externos do Congressional Black Caucus em África a 28 de Setembro de 2007 e pronunciou a alocução de abertura sobre o tema "**A Nova África: Oportunidades e Desafios".** Na sua alocução de abertura, a Missão, entre outros aspectos, desafiou o Congressional Black Caucus a desempenhar um papel de liderança no aprofundamento da relação entre Africanos-Americanos e os Africanos Continentais com base em 500 anos de história partilhada e de luta comum pela emancipação. A Missão aproveitou a oportunidade para reiterar o papel central do Congressional Black Caucus na construção do necessário mecanismo institucional para formalizer a sua relação com a União Africana de modo a avançar efectivamente e assegurar os interesses de todos os povos de ascendência Africana e mobilizá-los para contribuir para o desenvolvimento de África.

479. Com **Construção de Círculos Políticos,** a Missão manteve o compromisso com várias partes interessadas com vista a influenciar políticas progressives norte-americanas relativamente a África. Sensibilizar a Diáspora Africana para construir e consolidar redes da Diáspora fez também parte desses esforços. Para alcançar estes objectivos, a Missão participou nos seguintes eventos:

- Painel de Discussão organizado pelo Centro para o Desenvolvimento Global com um documento de trabalho intitulado "**O FMI limita os gastos de Saúde em Países Pobres?"**. A Missão apresentou a perspectiva de África sobre o papel do FMI nos Limites de Gastos na Saúde em países em desenvolvimento e o impacto na implementação de programas de saúde nacionais.

- Circunscrição Anual para África (CFA) Série sobre Assuntos Africanos Ronald H. Brown subordinado ao tema "**Trabalhar com a União Africana de modo a construir ligações com a Diáspora.** A Série sobre Assuntos Africanos Ronald H. Brown provideciou importantes Fórums para promoção da visão e das prioridades da Missão da União Africana, assim como para a articulação dos pontos de vista e das perspectivas da União sobre alguns assuntos críticos emergentes da política estrangeira norte-americana.

- A Missão organizou, em parceria com a Circunscrição para África, um Almoço de discussão da Estratégia da Saúde Africana no Congresso norte-americano. O objectivo desta iniciativa tinha duas vertentes: primeiro, popularizar a Estratégia de Saúde Africana 2007-2015 em implementação da Declaração de Joanesburgo de Abril de 2007 e, segundo, garantir que a Estratégia de Saúde Africana é reconhecida pelo Congresso norte-americano e outros criadores de políticas como o quadro continental para abordar os desafios de Saúde em África de modo holístico e, neste contexto, alinhar os seus objectivos com os das duas Legislaturas do Congresso que estiveram sob consideração, nomeadamente **O Plano de Emergência do Presidente dos E.U.A. para o Alívio da SIDA (PEPFAR) e o Acto de Investimento na Capacidade de Saúde Africana 2007.**

- A Série de Palestras Andrew da Sociedade de África na Cimeira Nacional contou com a presence da Missão e providenciou outra plataforma de grande importância para a visibilidade da Missão e a promoção da Visão da União Africana para o Século 21.

480. Na área de **Informar o Público Americano e Promover Africa,** o objective central da Missão é construir uma imagem positiva e promover África através da partilha/divulgação de informação e advocacia. Neste contexto, durante o período considerado, a Missão, com os seus recursos limitados, acedeu a vários pedidos

para realização de palestras nas Universidades e outros Fóruns em várias partes dos Estados Unidos. A Missão também participou num Seminário organizado pelo Centro de África para Estudos Estratégicos sobre **"A Importância da Cooperação Regional: o Papel da União Africana e as Comunidades Económicas Regionais"** e foi convidada a participar em futuras palestras para Funcionários dos Negócios Estrangeiros norte-americanos no Instituto Norte-Americano dos Negócios Estrangeiros com o tema: **"A União Africana: Estrutura Organizacional e Prioridades."**

481. No quadro de criação de parceiras estratégicas, a Missão criou uma parceria com a Academia para o Desenvolvimento Educacional (AED) para co-organizar uma Série Presidencial Africana Anual como uma plataforma para informação do público Americano através de um diálogo interactivo entre Líderes Africanos, Criadores de políticas norte-americanos e a Sociedade Civil e Organizações Não-Governamentais.

482. O Presidente Jakaya Mrisho Kikwete da República Unida da Tanzânia lançou a Série Inaugural de Palestras a 17 de Setembro de 2007 e pronunciou uma palestra subordinada ao tema: "**O Desafio de Desenvolvimento de África: O Papel da Sociedade Civil Internacional e as ONG"**

483. Ao Apoiar Relações Multilaterais, a Missão continuou a consolidar as suas relações de trabalho com o Grupo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização de Estados Americanos.

484. No que diz respeito ao Grupo Banco Mundial, no seguimento de uma série de consultas com o Vice-Presidente da Região África, a Missão facilitou reuniões entre este último e o Presidente da UA e os Comissários em Adis Abeba para discussão de modalidades para formalização da relação de trabalho entre a CUA e o Banco Mundial através da assinatura de um Memorando de Entendimento. Foi mutuamente acordado pelas duas partes que a Missão funcionaria como ligação a

fim de garantir uma relação de trabalho sem obstáculos com base em áreas mutuamente acordadas.

485. Como uma expressão concreta da iminente parceria, o Banco começou a associar-se à Missão em todas as suas actividades e programas relacionados com África, como se segue:

- Participação nas Reuniões Anuais de 2007 do Banco Mundial e do FMI e Painel de Discussões na Reunião de Consultas das Partes interessadas sobre Integração Regional, destacando os pontos de vista da UA sobre o projecto de Estratégia de Assistência do Banco para a Integração Regional em África;
- Participação no Lançamento da Agenda para Acção contra o VIH/SIDA na Região África 2007-2011;
- Afiliação no Comité Consultivo Externo de Alto Nível do Banco sobre o Desenvolvimento do Impulso do Programa para a Malária Fase II;
- Lançamento Conjunto da primeira Casa Aberta do Banco Mundial sobre a Diáspora.

486. É importante salientar que o Banco está a lançar de forma muito séria os fundamentos para definer a sua futura relação de trabalho com a Comissão da União Africana com base nas suas prioridades e nas suas vantagens comparadas. A Comissão inspirar-se-á com esta abordagem para a elaboração do MoU previsto.

487. No que diz respeito ao FMI, a Missão iniciou contactos e as consultas estão ainda em curso.

488. A Missão facilitou a criação de uma relação de trabalho institucional entre a Organização de Estados Americanos e a Comissão da União Africana, que foi consolidada pela organização conjunta de uma reunião OAS/ONU subordinada ao tema “Ponte de Democracia, Esforços Multilaterais e Regionais para a Promoção e Defesa da Democracia em África e nas Américas”, realizada em Washington DC de

10 a 12 de Julho de 2007. Um grande resultado da reunião foi a assinatura pelas duas instituições de uma Declaração de Intenção enquanto fundamento de uma futura cooperação em áreas específicas. A Missão está actualmente a estabelecer a ligação entre a CUA e o Secretariado da OAS para finalizar o projecto de Memorando de Entendimento.

K.VI.1. Coordenar a Posição Africana:

489. Esta é uma área que continua a representar um desafio para a Missão da União Africana. A partir da observação da Missão, estes desafios são informados pelas seguintes situações:

(1) O actual ambiente gera o bilateralismo e, como qualquer outro ambiente diplomático, orienta-se pelos interesses e prioridades de países individuais;

(2) A maioria das actividades, tais como o Desafio do Milénio, PEPFAR e AGOA, é bilateral e a selecção baseia-se em determinados requerimentos;

(3) A Missão, na sua actual situação, não se encontra em posição de organizar ou de coordenar reuniões do Grupo Africano sem instalações de Gabinete permanentes e adequadas e uma estrutura organizacional e pessoal relevantes.

490. Durante o período considerado, a Missão organizou apenas uma sessão de informação para o Corpo Diplomático Africano no final da Cimeira da UA em Accra, mas continua a participar nas reuniões mensais do Grupo Africano. A Missão está a monitorizar a avaliação dos actuais debates no seio do Grupo Africano em torno dos seguintes grandes assuntos de políticas.

i. O Acto da Nova Parceria para o Desenvolvimento patrocinado pelo Republicano Jim McDermott, que tem como objectivo alargar o AGOA para beneficiar o Cambodja e o Bangladesh e consciencializar tanto o Corpo Diplomático Africano como os Advogados Pró-África;
ii. A Reautorização do PEPFAR;
iii. AFRICOM.

K.VI.2. Participação em Reuniões/Conferências:

491. Durante o período de relatório, a Missão participou nas seguintes reuniões/conferências:

- Consultas da Diáspora Regional, realizadas em Barbados, Nova Iorque e Paris;
- Avaliação intercalar Regional de uma África própria para Crianças, Cairo;
- Reunião Ministerial da Diáspora, Joanesburgo, África do Su;
- Consultas de Alto Nível sobre a Força de Trabalho da Saúde, Adis Abeba

K.VI.3. Eventos Comemorativos

492. A Missão comemorou o Dia Mundial da SIDA 2007 a 28 de Novembro de 2007 em conjunto com o Conselho Global da Saúde, a Saúde Familiar Internacional (FHI), a Organização Pan-Americana de Saúde (PAHO) e o Gabinete dos Estados Unidos do Coordenador Global da SIDA. Nas declarações feitas e no subsequente Comunicado de Imprensa, a Missão fez um apelo ao Congresso norte-americano no sentido de uma acção célere para reautorizar o PEPFAR, integrar a nutrição e promulgar o Acto de Investimento na Capacidade Africana 2007. A Missão também comemorou o Dia da Criança Africana.

493. Em conclusão, a Missão, que foi criada e tem estado operacional desde há um ano, e apesar das sua limitadas capacidades financeiras e de recursos humanos, tem dado grandes passos no sentido da consolidação da sua presença e

da criação de círculos políticos relevantes. As actuais instalações da Missão não são muito positivas para a imagem de África e isso irá minar aquilo que foi alcançado até agora em várias áreas. É portanto recomendado que sejam envidados esforços no sentido de abordar as necessidades urgentes da Missão nas áreas de alojamento e de recursos humanos e financeiros.

L. RECURSOS HUMANOS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

L.I. RECURSOS HUMANOS E JUVENTUDE

L.I.1. Carta da Juventude Africana:

494. Após a sua adopção pela Assembleia em Julho de 2006 e do seu Lançamento Oficial em Novembro de 2006, a Carta da Juventude Africana está a ser popularizada através de publicidade, sensibilização e processos de advocacia oficial. Três seminários regionais (Central, Leste e Oeste) foram organizados pela Comissão e pela Rádio; a TV e os meios de de comunicação social foram contactados de modo a popularizar a Carta com vista a acelerar a sua assinatura e ratificação. Os decisores de países visitados foram igualmente sensibilizados a este respeito. Para além das estratégias desenvolvidas para a popularização envolvendo todos os agentes sociais e políticos relevantes e a juventude no seio dos Estados-Membros, a Comissão desenvolveu também um Grande Plano de Acção para o período de 2007-2015. O principal objectivo do Plano de Acção e acelerar o processo de ratificação da Carta e promover o efectivo envolvimento de Governos, Deputados Parlamentares, Parceiros, Juventude, Sociedade Civil e outros agentes relevantes. O Documento será apresentado aos Ministros da Juventude para consideração e adopção durante a sua 2ª Sessão Ordinária em 2008.

495. Vários países (Angola, Tanzânia, Nigéria) estão a traduzir a Carta para as suas línguas locais de modo a alargar o processo de popularização a toda a juventude aos níveis local e nacional e a preparar a juventude para uma melhor apropriação. Muitas organizações da juventude estão a promover e a popularizar a

Carta da Juventude através de diferentes actividades. A este respeito, o **Dia de África** (25 de Maio de 2007) foi usado por várias organizações da juventude (Côte d'Ivoire, Libéria, Congo, DRC, Togo, Camarões, Djibuti…) para promover as actividades da juventude e popularizar a Carta da Juventude.

496. A celebração do **Dia da Juventude Africana** (1 de Novembro de 2007) foi outra oportunidade aproveitada pela Comissão para organizar várias actividades. O tema foi "Parceria entre a Juventude e as autoridades públicas". O Presidente da Comissão dirigiu-se à Juventude Africana e à juventude na Diáspora para louvar os seus esforços e encorajá-los a prosseguir com o seu trabalho. Nesta ocasião, o Presidente solicitou aos Estados-Membros para acelerarem a ratificação e a implementação da Carta. O Presidente lançou ainda a 1ª Edição da Iniciativa da Juventude Africana e do Prémio de Criatividade 2007 (AYICA 1) no Dia da Juventude Africana, Edição 2007.– Isto baseou-se num concurso organizado para seleccionar o melhor design de poster para popularizar a Carta da Juventude Africana.

497. Até ao momento, sete (7) países assinaram a Carta, nomeadamente: Mali, Burundi, Togo, Benim, Nigéria, Ruanda e Gabão: três de entre eles ratificaram-na: Ruanda, Mali e Gabão. A Comissão está a assegurar o acompanhamento, a coordenação e a monitorização dos processos. A União Panafricana da Juventude e outras organizações internacionais e agências da ONU estão a prestar apoio aos Estados-Membros onde necessário.

498. A Conferência de Ministros mencionada acima e a ser realizada no início de 2008 irá também considerar, entre outros documentos, o Projecto de Programa de Acção sobre a Celebração do Ano da Juventude Africana, 2008, em conformidade com a Decisão de Banjul Decision EX.CL/Dec.292 (IX) e a Declaração de Consenso feita na 5ª Edição do Fórum de Desenvolvimento Africano, cujo tema foi "Juventude e Liderança no Século 21". A Comissão está a preparar activamente a celebração do Ano de Juventude Africana, 2008 e apela aos Estados-Membros para acelerarem o processo de ratificação da Carta e a garantir a visibilidade da

Juventude durante o ano de 2008. A Comissão convida ainda a Juventude a empreender acções criativas e visíveis a favor da implementação da Carta da Juventude Africana para o seu próprio desenvolvimento. A segunda edição da Iniciativa da Juventude Africana e do Prémio de Criatividade 2008 (AYICA 2) será lançada e o Presidente da CUA entregará, nessa ocasião, os prémios da primeira edição aos vencedores.

499. Dentro do mesmo assunto, o Gabinete da Conferência dos Ministros da União Africana responsáveis pela Juventude reuniram-se em Outubro de 2007 em Tripoli, na Líbia, juntamente com os membros do Comité de Direcção para consideração dos relatórios dos programas de juventude e de várias actividades em implementação na Comissão, incluindo o estado de ratificação e implementação da Carta da Juventude Africana, a revitalização do PYU e os preparativos para a celebração do Dia da Juventude Africana (1 de Novembro de 2007) e do Ano da Juventude Africana 2008. O Gabinete recomendou a aceleração do processo de ratificação da Carta e sancionou as medidas preparatórias para o Ano da Juventude Africana, que deverão ter a forma de um Programa de Acção. O Gabinete recomendou ainda que a 2ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da UA responsáveis pela Juventude se realize na Sede da UA em Janeiro de 2008, antes da Cimeira, para adoptar o Programa de Acção e lançar oficialmente o Ano da Juventude Africana 2008. Contudo, devido a uma agenda congestionada devido aos preparativos da Cimeira, esta Conferência realizar-se-á pouco depois da Cimeira.

L.I.2. Revitalização da União Panafricana da Juventude

500. Em conformidade com a Decisão de Banjul Decision EX.CL/Dec.292 (IX), está em processo a revitalização da União Panafricana da Juventude e a sua utilização como uma estrutura continental da juventude. A reunião do Gabinete realizada em Tripoli de 17 a 19 de Outubro de 2007 considerou, entre outros documentos, o Plano de Acção para acelerar a implementação da Estratégia desenvolvida.

501. No quadro das suas missões, o PYU está a promover o reforço de poder da Juventude para uma contínua advocacia da Carta, de modo a garantir a sua popularização e implementação. Está em coordenação com os Conselhos Nacionais da Juventude e as equipas de coordenação regional, lidera e facilita a comunicação entre a Juventude Africana e a Comissão da União Africana. De modo a melhorar a sua parceria com o PYU, a Comissão está a aumentar o seu envolvimento nos processos de trabalho e na gestão de programas do PYU e sugeriu medidas para garantir recursos técnicos e financeiros duradouros para a União Panafricana da Juventude, em conformidade com a Decisão mencionada acima.

502. O PYU acabou de realizar, em Novembro de 2007, a sua 4ª Reunião do Comité Executivo, a qual preparou documentos para sere discutidos no próximo Congresso, planeado para Abril de 2008 em Luanda (Angola). A Comissão participou na reunião do Comité Executivo e aconselhou os participantes a respeito das medidas a serem tomadas para o processo de revitalização, que deverá ser finalizado durante o Congresso. Durantes esta reunião, o PYU apresentou aos membros do Comité, para consideração, os relatórios financeiros e de progresso e outros documentos legais, incluindo as políticas e o programa de trabalho do PYU para 2008 e os Estatutos revistos. Os resultados da reunião do Comité Executivo do PYU serão considerados no próximo Congresso PYU em Luanda, no qual a Comissão estará representada.

L.I.3. Capacitação na Educação e Formação Técnica e Vocacional (TVET)

503. Enquanto parte importante do Plano de Acção para a Segunda Década de Educação para África (2006-2015), a Educação e Formação Técnica e Vocacional (TVET) surge como um meio de abordar o desenvolvimento de competências de um grande número de jovens desempregados e fora da escola em Àfrica. A TVET irá também lidar com jovens sem educação ou com pouca educação para lhes providenciar competências e subsistências técnicas e profissionais. A última sessão

da COMEDAF (3ª Sessão Ordinária) realizada em Agosto de 2007 adoptou um projecto de estratégia para revitalizar a TVET em África e fez uma recomendação para se garantir a qualidade da TVET e a sua implementação em Estados-Membros. Os ministros recomendaram ainda a utilização da TVET em África como meio de promoção do desenvolvimento sócio-económico do Continente, assim como o emprego e o auto-emprego da Juventude, encorajando simultaneamente o espírito empresarial com desenvolvimento das competências de gestão e fromação relacionada com o emprego. Uma reunião recente com as Comunidades Económicas Regionais (CER) e grandes parceiros da educação facilitaram também uma reflexão sobre a TVET em África e as oportunidades de financiamento de parceiros relevantes. A Comissão está empenhada na consciencialização dos -Membros relativamente às medidas necessárias a serem tomadas para garantir a eficácia da TVET e o melhoramento dos *curricula* e das abordagens de ensino nos centros de formação da TVET. Estão a ser preparados indicadores relevantes para facilitar a implementação e avaliação deste programa. A este respeito, a Comissão está a tentar mobilizar parceiros com vista a apoiar Estados-Membros na implementação da TVET, enquanto esta última é convidada a dar a consideração apropriada à TVET a nível nacional no que respeita aos seus conteúdos, abordagens, financiamento e formação marcada por bases.

504. No seguimento dos seminários regionais TVET para países pós-conflito, tais como a DRC, a Libéria e o Burundi, foram desenvolvidos projectos-piloto TVET não-formais e estão a ser analisados para contributos por parte da Comissão. A implementação dos projectos-piloto nos países seleccionados terá início em 2008, apesar de a Comissão estar ainda a explorar possíveis fontes de financiamento para apoiar a aquisição de materiais e equipamento de formação, assim como os recursos humanos, a perícia e os consultores necessários.

L.II. EDUCAÇÃO

505. Neste sector, a Comissão deparou-se com algumas dificuldades devido à falta de pessoal para a efectiva implementação do Plano de Acção para a Segunda

Década de Educação em África, incluindo o Programa de Bolsas da União Africana Mwalimu Nyerere. Isto exigiu no mínimo cinco novos funcionários profissionais. A Comissão não tem sido capaz, até agora, de atrair peritos Africanos para os postos publicitados. Contudo, a UNESCO fez uma oferta firme de destacar um Funcionário Superior para a Comissão, o qual deverá começar a trabalhar em Dezembro de 2007. Um Funcionário Superior de Políticas deverá também assumir o seu posto no início de 2008. Numa reunião de Alto Nível entre as CER, a Comissão, os Ministros do Gabinete da COMEDAF III Bureau, a UNESCO, ADEA e o BAD, o Ministro da Educação da África do Sul e a UNESCO ofereceram o seu apoio à Comissão através de um Programa de Internato de Jovens Profissionais.

L.II.1. Implementação e Monitorização da Segunda Década de Educação para África

506. *"O Plano de Acção para a Segunda Década de Educação para África*" consistte nas seguintes áreas de atenção:

- Género e Cultura.
- Sistemas de Informação de Gestão da Educação
- Desenvolvimento de Professores
- Educação Superior
- Educação e Formação Técnica-Vocacional
- Curriculum e Materiais Ensino-Aprendizagem
- Gestão de Qualidade.

507. A Comissão começou a criar parcerias estratégicas com instituições-chave de partes interessadas para a implementação do Plano de Acção nestas áreas de atenção. Foram também desenvolvidas estratégias de implementação nas áreas de Desenvolvimento de Professores; Educação Superior, especialmente nas áreas de harmonização e qualidade; Educação e Formação Técnica-Vocacional; Sistemas de Informação de Gestão da Educação. Foi relatado progresso n implementação do

Plano de Acção ao Comité de Direcção da COMEDAF e a reuniões de Gabinete de Ministros que se realizaram em Adis Abeba em Maio de 2007 e Janeiro de 2008, assim como À Conferência de Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF III) realizada em Joanesburgo em Agosto de 2007. Os Ministros da Educação comprometeram-se a nomear um Ponto Focal para ligação com a Comissão o que diz respeito à Segunda Década da Educação. Até ao momento, 25 países providenciaram Pontos Focais à Comissão. O Gabinete Ministerial da COMEDAF desempenhará um papel mais pro-activo no acompanhamento da implementação do POA. Eles estabelecerão ligação com os Estados-Membros nas suas regiões, assim como com as CER para garantir a integração do POA e apresentação atempada de relatórios a todos os níveis. Ajudarão ainda a organizar conferências anuais regionais de Ministros da Educação.

508. Foram ainda discutidos e acordados mecanismos de colaboração com as CER, ADEA e a UNESCO numa reunião de Alto Nível realizada em Tunes em Novembro de 2007. A SADC já integrou o Plano de Acção no seu Protoloco Regional de Educação e tal servirá como exemplo para outras CER.

509. O Banco Africano de Desenvolvimento comprometeu-se a levar a cabo um estudo de exequibilidade sobre a criação do Fundo Africano da Edcuação, Ciência e Tecnologia a fim de apoiar a implementação dos Planos de Acção da UA para a Educação e na Ciência e Tecnologia.

510. Todos estes desenvolvimentos têm como base as directrizes adoptadas pela COMEDAF em Setembro de 2006 e são eles que garantirão o sucesso da Segunda Década de Educação.

L.II.2. Educação Superior

511. A Comissão assinou um Memorando de Acordo com a Associação das Universidades Africanas (AAU), com o qual a AAU se compromete a ser uma agência-líder de implementação para a Comissão na Educação Superior. Em

Outubro de 2007, a Comissão participou na Conferência de Reitores, Vice-Chanceleres e Presidentes das Universidades Africanas (COREVIP), acolhida pela AAU, na qual o Programa de Educação Superior da UA foi apresentado a este importante grupo de partes interessadas. Enquanto parceiro-chave na Educação Superior, a AAU tem-se mostrado capaz de atrair apoio do Fundo de Desafio DFID para a revitalização das Universidades Africanas. A Comissão é representada no Comité de Direcção para a gestão deste Fundo. O seu envolvimento irá ajudar a garantir que as prioridades de África, conforme enunciadas no Plano de Acção para a Segunda Década de Educação para África, são mantidas no centro das atenções.

L.II.3. Harmonização da Educação Superior em África

512. A Comissão desenvolveu um quadro para a Harmonização da Educação Superior em África através de um processo consulivo de participação que envolveu a AAU e de reuniões de peritos Africanos em Fevereiro e Maio de 2007, o Comité de Direcção e o Gabinete da COMEDAF em Maio de 2007, a COMEDAF III em Agosto de 2007 e um fórum de discussão na internet de Agosto a Outubro de 2007. O mesmo processo foi utilizado para desenvolver um Mecanismo Africano de Avaliação da Qualidade para a Educação Superior. Foram envidados todos os esforços para atrair, harmonizar e coordenar outras actividades relevantes. Buscou-se, em especial, uma estreita colaboração com a UNESCO para a revisão ou re-elaboração da Convenção de Arusha para Harmonização da Educação Superior Africana. Iniciativas por parte da AAU, CAMES e das CER foram também aceites.

L.II.4. Curriculum e Materiais de Ensino e Aprendizagem

513. O Centro para Estudos do Renascimento Africano da Universidade da África do Sul (CARS) colaborou com a Comissão para redigir relatórios sobre a indústria de edição educacional em África; e sobre a actualização de manuais científicos para escolas utilizando novos conhecimentos criados a partir de publicações académicas de Universidades Africanas. Uma reunião de peritos e de partes interessadas realizada em Pretória em Janeiro de 2007 propôs a criação de uma Conferência

bienal sobre a Edição Educacional Africana. Estão em curso discussões com a ADEA e a Associação para o Desenvolvimento do Livro na África Oriental para colaborarem na organização e acolhimento da Primeira Conferência da UA Panafricana sobre Edição Educacional em África " de 25 a 28 de Março de 2008.

L.II.5. Desenvolvimento de Professores

514. As discussões de colaboração com o Centro de Educação de Matemática, Ciência e Tecnologia em África (CEMASTEA) em Nairobi, no Quénia, com o apoio do Governo do Quénia e da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), para reforço do ensino e da aprendizagem de Ciência, Tecnologia e Matemática em escolas africanas estão ainda por dar fruto. A principal razão é a falta de pessoal profissional na Divisão da Educação, o que fez com que fosse impossível que um único funcionário participasse nas reuniões e actividades planeadas. Esta colaboração será concretizada em 2008. A Comissão elaborou uma estratégia de implementação para o Desenvolvimento de Professores em colaboração com o Instituto da UNESCO para Capacitação em África (ICBA) em Adis Abeba. A estratégia é holística, utilizando métodos de aprendizagem contemporâneos e abertos e à distâncias, para formação de professores e de outros profissionais da educação antes de se entrar em serviço ou no serviço. Será realizada uma reunião de peritos e de potenciais parceiros no início de 2008 para atribuição de papéis e responsabilidades para implementação do Plano de Acção nesta área.

L.II.6. Programa de Bolsas da União Africana Mwalimu Nyerere

515. Este Programa Principal da UA é um programas de bolsas atribuídas por distinção, o qual apoia jovens africanos com alto rendimento escolar a estudar em universidades africanas de qualidade, de preferência fora do seu país de origem. Após a primeira publicitação, foram recebidas candidaturas de todas as regiões de África para este programa, apesar de apenas vinte e três países estarem representados entre aqueles que se candidataram dentro do período estipulado. A

primeira reunião do Comité de Selecção do Programa realizou-se em Novembro de 2007. Quarenta e três (43) jovens foram seleccionados para receberam propinas pagas, uma bolsa de subsistência e uma mesada para materiais de aprendizagem. Há a necessidade de uma maior publicidade do Programa, especialmente para atrair candidatas femininas e para garantir que todos os Estados-Membros participam. O Mecanismo Africano de Avaliação da Qualidade da Educação Superior será utilizado para avaliar e classificar a qualidade das Universidades Africanas, assim como de programas específicos. Sómente instituições e programas com altas classificações serão eligíveis para participar no Programa.

516. Estão em curso discussões com a Comissão Europeia para aumentar o Programa de modo a abarcar os países ACP fora de África, com despesas de 60 milhões de euros ao longo de 4 anos, do Fundo Europeu de Desenvolvimento FED 10. Este alargamento do Programa encorajará as Universidades a formarem consórcios académicos e de investigação entre si mesmas de modo a permitir que os estudantes estudem em mais do que uma Universidade de qualidade. O alargamento do Programa incluirá também programas de intercâmbio entre Universidades de África, das Caraíbas, do Pacífico e da Europa. De modo a gerir eficazmente o Programa, a Comissão necessitará de um Secretariado dedicado no seio da Divisão de Educação, com pelo menos dois funcionários profissionais e um Assistente Administrativo.

L.II.7. Criação do Fundo Africano para a Educação

517. O Banco Africano de Desenvolvimento expressou o seu compromisso para assistir a Comissão na criação de um Fundo Africano para a Educação, Ciência e Tecnologia, em apresentações feitas à reunião da COMEDAF III em Agosto de 2007 de acordo com os termos a serem acordados com a Comissão. Foi realizada uma reunião de Alto Nível em Tunes em Julho de 2007 e que contou com a participação da Comissão, ADEA, NEPAD e do BAD para discutir o processo de criação do Fundo. O BAD contratou um consultor em nome da Comissão para levar a cabo um estudo de exequibilidade sobre o Fundo, do qual se espera que se torne

operacional em 2008. O dinheiro do Fundo será destinado às actividades da Comissão em matéria de criação de políticas, partilha de boas práticas e trabalho em rede e da capacitação das CER de modo a apoiar a implementação do Plano de Acção para a Segunda Década de Educação em Àfrica. Foi também realizada uma reunião em Tunes, em Novembro de 2007, para discutir as necessidades de capacitação das CER neste contexto, de modo a garantir que as suas necessidades são factorizadas no programa.

L.II.8. Observatório da Educação da União Africana

518. O Instituto Panafricano para a Educação em África (IPED) será o Observatório de Educação em África. O seu principal mandato será acolher os Sistemas de Informação Continental de Gestão da Educação (EMIS), ligados aos níveis regional e nacional. Em 2006 foi desenvolvido um Plano de Acção para capacitação de modo a transformar o IPED. Foi também elaborada uma nova estrutura para o IPED, a qual foi apresentada para aprovação aos órgãos de políticas da UA em 2008. Em Dezembro de 2007, um Funcionário Superior de Finanças foi enviado para o IPED a fim de dar início ao processo de capacitação com a instalação de novos sistemas de gestão financeira e de gestão de propriedades, formação de pessoal e outros assuntos relacionados. O dinheiro do Fundo Francês será utilizado para a aquisição de equipamento de escritório e de comunicação para a instituição.

519. A Estratégia de Implementação para os Sistemas de Informação de Gestão da Educação foi desenvolvida com o apoio da ADEA numa reunião de peritos realizada em Harare em Setembro de 2007. Em Dezembro de 2007, foi realizada uma reunião de acompanhamento para desenvolver um quadro de avaliação da capacidade de os Estados-Membros implementarem a EMIS. A reunião desenvolveu ainda uma gama de indicadores a serem utilizados na monitorização e apresentação de relatório sobre a implementação do Plano de Acção para a Segunda Década de Educação em África. A EMIS é a chave para o sucesso da Segunda Década de Educação. Os documentos deverão ser considerados e

sancionados pela Segunda Reunião Ordinária do Comité de Direcção e do Gabinete da COMEDAF III em início de 2008.

L.III. PARCERIAS

520. Dado que a educação é, de certo modo, uma questão transversal, a Comissão garante que todas as iniciativas da UA que envolvam a educação tomarão em devida conta o Plano de Acção para a Segunda Década de Educação para África como sendo a articulação de África das suas prioridades e visão nesta área. Assim, o programa de educação contribuiu para a cultura, os direitos das crianças, a reconstrução pós-conflito e as questões de género através do envolvimento de todos os Departamentos relevantes.

L.III.1. A Associação para o Desenvolvimento da Educação para África (ADEA)

521. Um Projecto de Memorando de Entendimento entre as Comissão e a ADEA foi validado pelo Conselho Legal e aguarda assinatura. A ADEA está no processo de tranferência da sua Sede para Tunes, nos gabinetes do Banco Africano do Desenvolvimento. A COMEDAF III concordou em princípio com uma fusão do Comité de Direcção e do Gabinete Ministerial da ADEA com as mesmas instituições da COMEDAF III em Agosto de 2007. A ADEA convidou Estados-Membros da UA do Norte de África para se associarem, de modo a corresponder à estrutura de afiliação da UA. A ADEA é já um grande parceiro na educação e integrou o Plano de Acção da Segunda Década no seu Plano Estratégico.

L.III.2. UNESCO

522. A UNESCO integrou já o Plano de Acção da UA para a Segunda Década de Educação em Àfrica no seu Programa Prioritário para África. Trata-se de uma importante demonstração prática de parceria que levará a uma maior colaboração UA/UNESCO no futuro.

L.IV. CIÊNCIA E TECNOLOGIA (S&T) E TIC

L.IV.1. A Cimeira de Janeiro de 2007 de Chefes de Estado e de Governo

523. A UA reconheceu a necessidade de uma discussão centrada e ao mais alto nível sobre o desenvolvimento efectivo e utilização de ciência e tecnologia e atribuiu o tema *"Ciência, Tecnologia e Investigação para o Desenvolvimento Sócio-Económico de África"* à Conferência de Janeiro de 2007. A Comissão, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a comunidade científica em África e a Diáspora tiveram uma oportunidade, através da Conferência Ministerial Africana sobre Ciência e Tecnologia, de recomendar aos Chefes de Estado e de Governo assuntos-chave relacionados com S&T que necessitam abordagem para apoiar os programas de África de S&T. A Conferência subsequentemente tomou uma decisão, Assembly/AU/Dec.161 (VIII), sobre Ciência e Tecnologia, sendo que uma parte inclui a Declaração do Ano 2007 como o ano de lançamento da criação de círculos políticos e de Campeões para a Ciência, Tecnologia e Inovação em África e a aprovação para criar uma Organização Panafricana de Propriedade Intelectual (PAIPO).

L.IV.2. Exposição da União Africana sobre Ciência e Tecnologia

524. Com o apoio técnico da Comissão Económica das Nações Unidas (ECA), a Comissão organizou em Adis Abeba, de 22 a 30 de Janeiro de 2007, paralelamente à Cimeira de Janeiro de 2007, uma exposição com o objectivo de apresentar e expor os projectos de ciência, tecnologia e outros projectos inovadores de várias instituições Africanas, de Estados-Membros e de Parceiros de Desenvolvimento que destacavam os ganhos do investimento feito na S&T de modo a sensibilizar os criadores de políticas Africanos relativamente ao importante papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento sócio-económico.

525. Do mesmo modo, à margem da Conferência de Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF III), realizada em Agosto de 2007 em Joanesburgo, na áfirca do Sul, a Comissão montou uma exposição de materiais educacionais para o ensino e aprendizagem da Ciência e da Tecnologia.

L.IV.3. A 4ª Reunião do Gabinete da AMCOST

526. O Gabinete da Conferência de Ministros Africanos sobre Ciência e Tecnologia (AMCOST) reuniu-se a 8 de Junho de 2007 em Pretória, na África do Sul, a fim de se preparar para a Terceira Sessão Ordinária da AMCOST. O Gabinete apresentou várias recomendações à AMCOST relacionadas com a implementação do Plano de Acção Consolidado de Ciência e Tecnologia em África (CPA) pelos Estados-Membros e pelas CER. Estas foram instadas a integrar o CPA e a implementar as decisões a a apresentar relatório sobre o progresso, isto de forma regular durante as reuniões da AMCOST, incluindo a implementação da Decisão da Conferência de Janeiro de 2007 destinada a consciencializar relativamente à importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento económico e social e; a criação de um mecanismo de financiamento para o CPA, sendo que a Comissão, o Secretariado da NEPAD Secretariat e o BAD foram instados a desenvolver uma proposta nesse sentido.

L.IV.4. Dia Africano da Ciência e da Tecnologia

527. Os Estados-Membros da União Africana celebraram o Dia Africano da Ciência e da Tecnologia a 30 de Junho de 2007. A Comissão instou os Estados-Membros a consciencializar a comunidade relativamente ao papel central da ciência e da tecnologia na busca de objectivos económicos e sociais nacionais através de programas nacionais de ciência e de tecnologia tais como exposições, seminários e/ou workshops e cobertura pelos meios de comunicação social.

L.IV.5. Primeira Conferência de Mulheres Africanas sobre Ciência e Tecnologia

528. A Comissão organizou a Primeira Conferência da União Africana de Mulheres Africanas sobre Ciência e Tecnologia em Agosto de 2007 como parte de implementação da Decisão sobre S&T da Cimeira de Janeiro de 2007. As mulheres são um recurso que poderá ser utilizado para o desenvolvimento social e económico do continente por meio da sua participação nos programas de ciência e de tecnologia de África. A reunião expressou a sua preocupação face à sub-representação das mulheres africanas nas áreas da ciência, da matemática e da engenharia. A reunião fez várias recomendações, sendo uma delas uma proposta para criar uma associação continental, sob os auspícios da União Africana, para melhor coordenar as actividades das mulheres na ciência e na tecnologia e recomendou à Comissão que crie prémios da União Africana e mecanismos de reconhecimento para meninas e mulheres em núcleos de ciência e tecnologia aos níveis nacional, regional e continental e apelou à AMCOST que trabalhe no sentido da criação de incubadoras de tecnologia e que introduza e expanda instalações de formação formal e informal em empreendedorismo.

529. No seguimento destas recomendações, a Comissão facilitou uma reunião de 15 a 16 de Dezembro de 2007 de um Comité Ad-hoc criado pela Conferência enquanto arranjo interino. Esta reunião desenvolveu modalidades de criação de mecanismo continental de reunião das Mulheres Africanas na Ciência e Tecnologia com o objectivo de coordenar, aos níveis nacional, regional e continental, as suas iniciativas, actividades, encorajando simultaneamente a cooperação e a visibilidade na ciência e na tecnologia. A reunião desenvolveu ainda uma estratégia de implementação para encorajar incubadoras de tecnologia especialmente para mulheres, de modo a apoiar o empreendedorismo das mulheres na ciência e na tecnologia.

L.IV.6. A Terceira Sessão Ordinária da Conferência Ministerial Africana sobre Ciência e Tecnologia (AMCOST III)

530. A Sessão AMCOST III teve lugar em Mombasa, no Quénia, de 12 a 15 de Novembro de 2007 para considerar a implementação das Decisões sobre S&T da Cimeira de 2007 e do Plano de Acção de Ciência e Tecnologia para África (CPA). A reunião fez várias recomendações, incluindo o apelo para a criação, por parte dos Estados-Membros e das Comunidades Económicas Regionais (CER) das Plataformas Africanas de Ciência e tecnologia e da integração do CPA por meio da ligação dos seus projectos principais com os seus programas de desenvolvimento e de redução da pobreza; o desenvolvimento de um quadro institucional, legal e governativo de modo a facilitar uma comunicação, coordenação e acesso eficazes, por parte de centros de excelência, a materiais científicos e para reforçar a rede de trabalho entre eles.

L.IV.7. Edição 2006-2007 do Prémio UA-WIPO

531. O Programa de Prémios UA-WIPO é uma iniciativa da Comissão da União Africana (UA) e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO). Trata-se de um prémio continental de prestígio em África, que honra os cientistas e tecnologistas cujos esforços vão no sentido de abordar problemas graves em África utilizando soluções científicas. A AMCOST III apreciou a importância dos prémios UA/WIPO para os melhores cientistas da União Africana, sublinhou a necessidade de uma comunicação eficaz e de um alargamento do âmbito das áreas a concurso e o aumento da quantia dos Prémios, de modo a atrair mais candidaturas e garantir uma maior participação. A este respeito, recomendou a repetição dos concursos.

L.IV.8. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

(a) Reunião do Gabinete das TIC

532. A reunião teve lugar no Cairo, Egipto, de 25 a 26 de Março de 2007 para a reunião do Comité de Direcção a 27 de Março de 2007 para a reunião do Gabinete. As reuniõpes discutiram e fizeram recomendações sobre os seguintes temas:

(i) Projectos principais ARAPKE.
(ii) Mobilização de recursos.
(iii) Princípio 1% DSF.
(iv) Políticas e Quadro Regulamentar conducivo ao desenvolvimento de Redes e Serviços de Telecomunicações, Informação e Comunicação (TIC) em África.

(b) Segunda Reunião dos Ministros das TIC:

533. A reunião seria realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Outubro de 2007. No seguimento da Reunião Ministerial que teve lugar em Kigali, no Ruanda, em preparação para a Cimeira Conectar África, a Conferência Ministerial foi adiada para 2008.

(c) Implementação dos projectos principais ARAPKE:

534. O Comité de Direcção da Conferência Ministerial das TIC formou um grupo de trabalho para empreender o processo de identificar os projectos principais de ARAPKE. O grupo seleccionou 11 projectos, enquanto o processo de mobilização de recursos determinaria a fase de implementação e as suas modalidades para os projectos seleccionados. Foi recrutado um perito em Outubro de 2007 para assistir nesta área.

(d) Reforço de Poder da Juventude em termos de TIC

535. O documento foi desenvolvido com as recomendações apropriadas para reforçar o poder da juventude. Foi organizado um workshop, de 6 a 7 de Dezembro de 2007, para enriquecer este documento antes da sua apresentação à próxima Conferência Ministerial das TIC para consideração.

(e) Promover o Uso das TIC em África

536. A Comissão enviou lembretes a todos os Estados-Membros instando-os a implementar actividades promocionais das TIC durante o período da Semana TIC, tais como organizar AICTW, o Dia Sem Papel e outros Concursos de Boas Práticas das TIC (AUBPA).

(f) Desenvolvimento da Base de Dados Africana

537. Foi identificado um criador de bases de dados e o projecto prosseguirá em duas fases. A primeira fase envolverá o desenvolvimento e implementação de um módulo-piloto. A próxima fase será a implementação de todos os módulos do sistema. Os Termos de Referência, o estudo inicial e as citações foram já apresentados, de modo a facilitar a assinatrua do contrato com a empresa de criação.

L.IV.9. Unidade de Segurança Biológica

538. Como acompanhamento da Decisão EX/CL/Dec. 26(III), a Comissão reviu a lei do Modelo Africano sobre Segurança Biológica e disponibilizou-a em grande medida aos Estados-Membros e partes interessadas. A Comissão também sensibilizou os Estados-Membros relativamente à necessidade de se reforçar a sua participação e a sua capacidade de modo a desenvolver uma posição comum em negociações internacionais sob a Convenção da Diversidade Biológica e da Segurança Biológica. A este respeito, a Comissão deu ênfase à capacitação da sua

Unidade de Segurança Biológica de modo a que seja capaz de monitorizar tais actividades em contínua evolução nesta área especializada da tecnologia e do desenvolvimento.

539. Nesta área da Segurança Biológica, a Comissão organizou as seguintes reuniões no segundo semestre de 2007:

- Uma Reunião de Peritos sobre a revisão da Lei do Modelo Africano sobre Segurança Biológica realizada em Agosto de 2007;
- Um Seminário Africano Regional sobre a Avaliação de Riscos e Gestão de Riscos organizada em colaboração com o Secretariado da Convenção sobre a Diversidade Biológica em 2007;
- Um seminário sobre a Capacitação e Informação de Delegados Africanos para a 5ª Reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc Aberto sobre o Acesso e a Partilha de Benefícios co-organizada com parceiros em Outubro de 2005;
- Uma Reunião de Preparação de Delegados Africanos para o Quarto Grupo de Trabalho Ad hoc Aberto de Peritos Legais e Técnicos sobre Responsabilidade Legal e
- Um Recurso no Contexto do Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica organizado em Outubro de 2007, com a colaboração do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica.

540. Há ainda que salientar que, na sua reunião de Novembro de 2007, a AMCOST III adoptou uma recomendação que reconhecia a necessidade de liderança da parte da Comissão em questões de Segurança Biológica em África, solicitando o envolvimento de outros Ministérios Africanos relevantes na revisão a Lei do Modelo Africano sobre Segurança Biológica, assim como a institucionalização da Unidade de Segurança Biológica no seio da Comissão.

M. ASSUNTOS SOCIAIS

541. A Comissão da UA continua a dar resposta a desafios sociais, políticos e económicos que representam uma barreira à rápida integração do Continente Africano na economia global. A Comissão contribuiu grandemente para este processo através da implementação de programas e de actividades nas áreas da saúde, da população, assistência social, emprego, trabalho e migração, assim como pelas Decisões relevantes dos Órgãos da UA.

M.I. SAÚDE, POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

542. No seguimento do aval dado à Estratégia Africana de Saúde durante a Cimeira em Accra de Julho de 2007, a Comissão trabalhou em muito estreita colaboração com o Gabinete da Conferência de Ministros da Saúde da UA (CAMH) para elaborar um Plano de Implementação que foi adoptado pelo Gabinete da CAMH em Novembro de 2007. O Gabinete recomendou que a Comissão realize uma Consulta de Alto Nível sobre os ODM da Saúde e que prepare um relatório sobre a mesma. Foi também acordado que a Comissão realizará uma Conferência sobre Medicina Tradicional Africana em Agosto de 2008 de modo a receber um relatório sobre a Avaliação intercalar da Década da UA sobre Medicina Tradicional Africana.

543. A abordagem geral da Estratégia Africana de Saúde passa pelo reforço dos sistemas de saúde, nos quais um dos grandes desafios são os recursos humanos para crises de saúde. A este respeito, a Comissão tem co-presidido o Grupo de Trabalho para Reforço da Educação e Formação da Força de Trabalho da Saúde no âmbito da Global Health Workforce Alliance (GHWA) criada pela Organização Mundial do Comércio. O Grupo de Trabalho apresentou as suas recomendações a uma Consulta de Alto Nível, que foi acolhida pela Comissão entre 15 e 16 de Novembro de 2007.

544. No que diz respeito à promoção do acesso a medicamentos financeiramente comportáveis, a Comissão está a apoiar o Comité Técnico sobre o Plano de Produção Farmacêutica para África, o qual se reuniu já uma vez. O Comité Técnico tem o mandato de elaborar o Plano Fase II de produção local de medicamentos genéricos em conformidade com o Plano de Produção Farmacêutica para África apoiado pela Cimeira da UA em Accra, no Gana, em Julho de 2007. O Comité Técnico reunir-se-á a 18 e 19 de Fevereiro de 2008 na África do Sul para finalizar o seu trabalho.

545. A Comissão realizou a 6ª Sessão Ordinária da Comissão Africana da População, na qual foi lançado o Relatório 2006 sobre o Estado da População Africana. O relatório sublinha a necessidade de integrar os assuntos das populações no planeamento do desenvolvimento, em especial na implementação dos ODM. Para mais, as regiões da África Ocidental e da África Austral organizaram com sucesso fóruns regionais sobre a população e o desenvolvimento sob os auspícios da Comissão Africana da População. O tema dos fóruns regionais foi "*Tornar a Maternidade segura: Uma Prioridade Nacional para o Cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento o Milénio*".

M.II. VIH/SIDA, TB E MALÁRIA

546. Durante muito tempo, África continuará a enfrentar o imenso desafio resultante do impacto do VIH/SIDA, TB e Malária, no desenvolvimento sócio-económico do continente. Para uma resposta eficaz a todos os níveis, a UA deverá garantir que as três doenças têm prioridade na sua agenda conforme mandato pela Conferência, entre outras estratégias de promoção da saúde e do bem-estar.

547. Durante o período considerado, foram preparados planos preliminares, em ligação com os Compromissos de 2006 adoptados no Apelo de Abuja para uma Acção Acelerada rumo ao Acesso Universal a Serviços de VIH/SIDA, TB e Malária, para uma reunião de análise a realizar em 2008. A este respeito, são esperados relatórios nacionais da parte dos Estados-Membros que serão utilizados para

compliar um Relatório de Progresso continental. Mais ainda, no Plano de Implementação 2008-2010 para o Plano Estratégico da Comissão da UA e do Quadro Estratégico da AIDS Watch Africa (AWA), estão listadas actividades prioritárias a serem empreendidas pelos Órgãos e Programas da UA, pelas CER e por outras partes interessadas de modo a aceçear eficazmente a resposta ao VIH/SIDA no Continente. Estas actividades incluem a mobilização de recursos e a capacitação da Comissão, entre outros aspectos.

548. A UA começou a implementar as actividades prioritárias na área do VIH/SIDA e os Militares, dos idosos e do VIH/SIDA e dos órfãos e das crianças vulneráveis (OVC). No caso particular dos OVC, o VIH/SIDA e a Malária foram integrados no Apelo do Cairo para uma Acção Acelerada rumo a "Uma África própria para Crianças", sendo o principal resultado da Avaliação intercalar de "Uma África própria para Crianças" realizado no Cairo, no Egipto, de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2007. Devido à maior vulnerabilidade de mulheres e crianças à pandemia de VIH/SIDA e à violência durante situações de conflito e de pós-conflito, estão a ser envidados esforços para avaliar a situação de mulheres e meninas em várias regiões do continente. Será dada especial atenção à ameaça ou à realidade de violência, VIH/SIDA e outras questões de saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Espera-se que o resultado da avaliação teórica e da investigação no terreno esteja pronto para apresentação aos órgãos da UA em 2008.

549. Do mesmo modo, para aumentar a advocacia da implementação de estratégias contra o VIH/SIDA, foi marcado o Dia Mundial da SIDA a nível dos continentes para se realizar no dia 1 de Dezembro de 2007 ou perto desse dia. As actividades centradas no tema: "Liderança" com o slogan: "Stop à SIDA. Mantenha-se a Promessa!" A comissão instou todos os Estados-Membros a comemorarem o Dia a nível do país. De modo a aumentar e manter o impulso da Campanha Mundial da SIDA e a consciencializar, a Comissão organizou ainda um programa de actividades na Sede da UA e em alguns gabinetes regionais e divulgou materiais educacionais e outos materiais de recordação.

550. Em conformidade com o Campanha/o Programa de Eliminação da Malária, foi também iniciado um processo de envolver a UA na planificação e convocação de reuniões regionais para análise e planificação de actividades relacionadas com a Aceleração do Acesso às Intervenções de Controlo da Malária rumo a um acesso universal. De facto, durante o período considerado, a Comissão participou na reunião anual de análise e planificação das duas regiões sobre este assunto. A Comissão é também parte do Conselho de Administração da Iniciativa Multilateral para a Malária (MIM). Aos níveis nacional e regional, têm sido intensificados os esforços no sentido da eliminação da Malária até 2010 desde o lançamento da Campanha de Eliminação da Malária em Abril de 2007. No mesmo sentido, foram mobilizados mais fundos em 2007 de parceiros internacionais para programas contra a malária a nível nacional.

551. Na implementação de recomendações da 1ª Reunião Inter-Agências sobre Coordenação e Harmonização das Estratégias VIH/SIDA, TB e Malária, realizada em Adis Abeba em Novembro de 2006, a Comissão desempenhou o seu papel, em colaboração com todas as partes interessadas relevantes. A Comissão realizou algumas missões e teve consultas no âmbito da colaboração com vários parceiros da família ONU, das CER, de Organizações da Sociedade Civil Internacional e de ONG. Entre outros aspectos, a Comissão aproveitou a oportunidade de promover e divulgar as Políticas e os Programas da União Africana, assim como de divulgar e popularizar o trabalho da AIDS Watch Africa. A Comissão mobilizou ainda o envolvimento de partes interessadas no trabalho da AWA e dos seus programas e actividades relacionados.

552. No que diz respeito a outras epidemias, a Comissão mantém a advocacia em apoio dos esforços de erradicação da Polio. A Comissão iniciou agora acções para instar os Estados-Membros a conterem a epidemia de meningite através da vigilância, vacinação e tratamento atempado e apropriado. O desafio é garantir que as vacinas estejam prontamente disponíveis e acessíveis.

M.III. TRABALHO, EMPREGO E MIGRAÇÃO

553. Em conformidade com a Cimeira Extraordinária de Ouagadougou em 2004 sobre a Promoção do Emprego e alívio da Pobreza, a Comissão desenvolveu um programa de alívio da pobreza centrado na economia do sector informal sector, vista como um grande empregador dos grupos vulneráveis, tais como as mulheres, os jovens e as pessoas portadoras de deficiências, se bem que em condições de trabalho pobres e insalubres. A este respeito, a Comissão está empenhada num Estudo sobre o Sector Informal em África cujo objectivo é explorar meios de melhorar as condições de vida e criar emprego para os pobres por meio da actualização da infra-estrutura de trabalho intensivo no sector informal. Os objectivos específicos deste estudo são o desenvolvimento de políticas e estratégias com vista à promoção do papel do sector informal na economia nacional, bem como a concepção de estratégias para uma protecção adequada dos trabalhadores no sector informal.

M.III.1. Migração e Desenvolvimento

554. No seguimento da adopção da Decisão de Banjul Decision EX.CL/276.304 (IX) sobre o Quadro de Políticas de Migração para África em Junho de 2006, foi desenvolvido um Plano de Acção em colaboração com os parceiros para a implementação do Quadro de Políticas. Contudo, não foi possível considerar um mecanismo de acompanhamento da operacionalização do Quadro em 2007, conforme previsto, devio ao adiamento para 2008 da reunião preliminar com as CER, começando com a CEDEAO, o que permitiria aos Estados-Membros, às CER e aos parceiros relevantes popularizarem os instrumentos da UA e das CER sobre a migração; decrever os futuros desafios e as futuras necessidades de migração aos níveis continental, regional e nacional e identificar Ministérios responsáveis pela Migração e pessoas de contacto. Estão em curso planos para visitar as CER com o objectivo de reunir informação sobre os seus planos para implementação do Quadro.

555. O Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento foi criado como continuação do Diálogo de Alto Nível da ONU sobre Migração e Desenvolvimento, que se realizou em Setembro de 2006. A Comissão da UA participou no primeiro Fórum Global, que teve como anfitrião o Reino da Bélgica. Durante o Fórum vários países anunciaram o lançamento de projecto que visam reforçar o impacto do desenvolvimento da migração e reduzir os seus efeitos negativos. O governo das Filipinas será o anfitrião do segundo Fórum Global em 2008.

556. No que diz respeito à Declaração Conjunta UE-África sobre Migração e Desenvolvimento sancionada pela Decisão da Conferência de Janeiro de 2007, a Comissão, em colaboração com a UE e outros parceiros, desenvolveu um Plano de Acção 2008 para a implementação tanto da Declaração Conjunta UE-África sobre Migração e Desenvolvimento e do Plano de Acção de Ouagadougou sobre Tráfico de Seres Humanos, especialmente de Mulheres e Crianças. A Comissão apresentará relatório sobre o estado da implementação dos Planos na altura apropriada.

M.III.2. Promoção do Tripartidarismo

557. Em conformidade com o princípio de tripartidarismo promovido pela Comissão do trabalho e dos Assuntos Sociais, a Comissão, em colaboração com a Organização da Unidade dos Sindicatos (OATUU) organizou seminários regionais para Líderes Sindicais com o objectivo de os sensibilizar para as recomendações da Cimeira de 2004 de Ouagadougou sobre o Emprego e o Alívio da Pobreza.

M.IV. SOBREVIVÊNCIA, PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

558. A Comissão continuou a sensibilizar os Estados-Membros que ainda não o fizeram para que ratifiquem e implementem a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança. Até à data, quarenta e um (41) Estados-Membros ratificaram a Carta Africana e depositaram os instrumentos de ratificação junto da Comissão. Foi

de novo dirigido um apelo urgente aos Estados-Membos que ainda não ratificaram a Carta Africana para que acelerem o processo de ratificação.

Declaração e Plano de Acção de uma África Própria para Crianças

559. Há que relembrar que, em 2001, a Conferência adoptou a Posição Comum Africana sobre Crianças – Uma África Própria para Crianças – como sendo o contributo de África para a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU (UNGASS) sobre crianças em 2002. No Plano de Acção de uma África Própria para Crianças, a Comissão foi instada a "realizar uma avaliação intercalar do progresso alcançado na implementação do Plano de Acção". Este pedido foi reiterado na Decisão da Conferência Assembly Decision Assembly/AU/Dec.75(V) em Sirte, na Líbia, em Julho de 2005. Em implementação desta Decisão, a Comissão realizou o Segundo Fórum Panafricano sobre Crianças: Avaliação intercalar no Cairo, no Egipto, de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2007. A Reunião, que se realizou ao nível Ministerial e de Peritos, avaliou o progresso feito na implementação do Plano com base num questionário que foi enviado a todos os Estados-Membros da UA. As respostas recebidas foram consolidadas num relatório, que foi um dos principais documentos de trabalho do Fórum.

560. O Segundo Fórum Panafricano debateu sobre os vários assuntos relacionados com as crianças e realizou duas discussões de mesa redonda sobre: Violência contra as Crianças e Orçamentação e Recursos para Programas de Crianças. No fim da deliberação, os Ministros do Fórum:

(i) *inter alia,* decidiram que o Fórum Panafricano se centra apenas nas crianças e não na juventude, em conformidade com a definição de criança patente na Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança.

(ii) Adoptaram o Apelo para Uma Acção Acelerada na Implementação do Plano de Acção *Rumo a Uma África Própria para Crianças*

(2008-2012) como contributo de África para a Reunião Plenária de Alto Nível Comemorativa da Assembleia Geral, dedicada à prossecução da Sessão Especial de 2002 ONU sobre Crianças, realizar em Nova Iorque em Dezembro de 2007.

(iii) Aceitaram e sancionaram o apelo feito pela Primeira Dama do Egipto, S.Exa. Sra. Suzanne *Mubarak*, para o lançamento de uma campanha Africana para a eliminação da Mutilação Genital Feminina (FGM) enquanto programa no âmbito do Apelo para uma Acção Acelerada para alcançar uma África própria para Crianças.

(iv) Emitiram um *Communiqué* sobre a tentativa de rapto de crianças sudanesas e Chadianas do Chade e

(v) Adoptaram as recomendações das Mesas Redondas.

M.V. PROMOVER O BEM-ESTAR DE IDOSOS E DE PESSOAS EM VIAS DE ENVELHECIMENTO

561. No que diz respeito ao Quadro de Políticas e ao Plano de Acção da UA para os Idosos, a Comissão está a explorar modos de criar um Conselho Consultivo conforme solicitado no Plano de Acção. Contudo, já que a criação de um tal órgão tem implicações financeiras consideráveis, a Comissão, em consultas com a HelpAge International – Região África, está a analisar modalidades para criar um Comité de Direcção como medida interina para acompanhar e monitorizar a implementação do Plano de Acção para os Idosos. O Comité de Direcção proposto reunir-se-ia uma vez por ano a fim de avaliar o progresso feito na implementação do Plano de Acção e providenciar orientação sobre o rumo a seguir. Mais ainda, em conformidade com a Resolução adoptada pela 41ª Sessão da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (ACHPR) sobre os Direitos de Pessoas Idosas em Àfrica, a Comissão, em estreita colaboração com aquela, iniciará em breve o

processo de elaboração de um Protocolo sobre os Direitos de Pessoas Idosas em África.

562. A Comissão apresentou ainda o Quadro de Políticas e o Plano de Acção da UA para os Idosos numa Reunião de Grupo de Peritos sobre Idosos organizada pela UN ECA em colaboração com a HelpAge International e a UNDESA em Adis Abeba de 19 a 21 e Novembro de 2007. Os objectivos da Reunião foram, entre outros: consciencializar relativamente aos assuntos de pessoas idosas; trocar pontos de vistas e cooperar na análise e avaliação da implementação do Plano de Acção Internacional de Madrid sobre os Idosos (MIPAA); e reforçar e promover parcerias sub-regionais, regionais e internacionais a fim de providenciar apoio social, económico e de saúde aos idosos. A reunião recomendou do Plano de Acção Internacional de Madrid sobre os Idosos seja harmonizado com o Quadro de Políticas e o Plano de Acção da UA para os Idosos em África e que seja criada uma parceria entre a Comissão, a UN ECA, a HelpAge International, a UNDESA e outras partes interessadas a fim de acompanhar o processo de implementação.

563. No âmbito do quadro da sua parceria com a Noruega e a Suécia e em implementação do Plano de Acção de Ouagadougou para Promoção do Emprego e do Alívio da Pobreza, a Comissão está a acompanhar a agenda de protecção social. A este respeito, a Comissão contratou um Consultor para realizar um estudo teórico sobre protecção social em África. O estudo será subsequentemente apresentado à Reunião Ministerial sobre Desenvolvimento Social, a realizar em Abril de 2008, para consideração. No âmbito do quadro do Apelo à Acção Livingstone para a Protecção Social, a Comissão, em colaboração com a HelpAge International – Região África, está a organizar Reuniões de Grupos de Peritos a nível regional para promover a inclusão por parte dos Estados-Membros da protecção social nos seus Planos de Desenvolvimento Nacionais com orçamentos correspondentes.

M.VI. QUADRO DE POLÍTICAS SOCIAIS

564. Conforme mandatado pela Comissão da UA do Trabalho e dos Assuntos Sociais, a Comissão está a finalizar a elaboração do Quadro de Políticas Sociais. Há que relembrar que foi apresentado um projecto de Quadro de Políticas Sociais (SPF) nas 3ª e 4ª Sessões da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais (LSAC). Subsequentemente, a LSAC recomendou que a Comissão deverá melhorar o documento de modo a que aborde todos os programas de desenvolvimento social e submetê-lo à consideração de Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social (vide Decision EX.CL/Dec.290 (IX)). A Comissão está a finalizar o SPF, que será apresentado à Conferência dos Ministros do Desenvolvimento Social, com realização prevista para Abril de 2008.

M.VII. ASSUNTOS DE DEFICIÊNCIAS

565. Conforme solicitado pelo Conselho de Administração do Instituto Africano de Reabilitação (ARI) e com vista a revitalizar e reforçar o Instituto, a Comissão contratou um Consultor para levar a cabo uma sondagem e fazer propostas concretas sobre como rever da melhor maneira o mandato do ARI, reestruturá-lo e reforçar a sua capacidade de funcionar de modo mais eficaz. O estudo do Consultor será apresentado a uma Sessão Extraordinária do Conselho de Administração do ARI e depois numa Reunião sobre Desenvolvimento Social. Entretanto, os Estados-Membros que são membros do ARI são instados a continuar a apoiar o Instituto. A Comissão gostaria ainda de apelar aos Estados-Membros para que acelerem as acções a nível nacional para a implementação do Plano de Acção da Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiências (1999-2009).

M.VIII. CONTROLO DE DROGAS

566. De entre os desafios de desenvolvimento que África enfrenta está a necessidade de abordar a crescente produção e abuso de drogas, bem como a utilização como trânsito para o tráfico ou como destino de armazenamento. Os

jovens são os que estão em maior risco de tanto de abuso como de tráfico de drogas e dos crimes associados de branqueamento de dinheiro e de tráfico em seres humanos. É também um facto que a violência gratuita e os crimes contra a Humanidade em situações de conflito são, em grande medida, geradas pelo abuso de drogas. As drogas são, portanto, uma ameaça para a segurança e desenvolvimento humanos. Para enfrentar estes desafios, foi realizada a Terceira Sessão Ordinária da Conferência da UA de Ministros do controlo das Drogas e da Prevenção do Crime em Adis Abeba, Etiópia, de 3 a 7 de Dezembro subordinada ao tema: "O Compromisso Renovado de África para com a Luta contra o Abuso e Tráfico de Drogas Ilícitas e a Prevenção do Crime". O principal resultado da Sessão foi um Plano de Acção revisto sobre Tráfico e Abuso de Drogas e a Prevenção do Crime (2007-2012) e o seu Mecanismo de Acompanhamento para implementação, em estreita parceria, por partes interessadas a todos os níveis.

M.IX. SECRETARIADO EXECUTIVO INTERINO DA ACALAN

567. Os Estatutos da Academia Africana das Línguas (ACALAN) foram adoptados pela Conferência pela Decisão Assembly/AU/Dec.95. Esta decisão histórica, tomada em Cartum aquando da Cimeira dedicada pela primeira vez na história da Organização continental à Educação e à Cultura, fez da ACALAN a única instituição intergovernamental deste género de dimensão continental no mundo. A esta seguiram-se outras decisões importantes que colocam a questão das línguas africanas no cerne do processo do renascimento cultural africano. Trata-se, entre outras, das decisões respeitantes à revisão do Plano de Acção Linguístico para África adoptado em 1986, da Carta do Renascimento Cultural Africano, as decisões relativas à Ligação entre a Educação e a Cultura e à proclamação do Ano 2006 como o Ano das Línguas Africanas (ALA). Esta celebração da ALA sublinha toda a importância dada às línguas africanas como factores de desenvolvimento e de integração dos povos africanos. Na Cimeira da União Africana de Julho de Au Sommet de 2007 em Accra, no seguimento do apelo lançado pelo Presidente da Comissão, o Ano das Línguas Africanas foi prolongado até Dezembro de 2007, para

estabelecer a ligação com o Ano 2008, proclamado Ano Internacional das Línguas pela ONU.

568. Com efeito, a Sexagésima Primeira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, « considerando que a Organização pratica o multilinguismo como meio de favorecer, defender e preservar a diversidade das línguas e das culturas no mundo, favorece a unidade na diversidade e a concórdia internacional e considerando a importância de que se reveste a possibilidade de dialogar com os povos do mundo nas suas própiras línguas […], proclamou 2008 o Ano Internacional das Línguas, no seguimento da resolução adoptada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, na sua vigésima terceira Sessão, a 20 de Outubro de 2005 », antes de convidar a UNESCO a desempenhar o papel de Chefe de Cerimónias para a celebração do Ano.

569. Apesar do prolongamento do Ano das Línguas Africanas até ao fim de Dezembro de 2007, a Decisão de celebrar o Ano das Línguas Africanas teve pouco efeito. De facto, há que assinalar que, àparte algumas actividades iniciadas por algumas universidades, em particular a Universida de Cidade do Cabo na África do Sul em 2006, a Universidade de Bamako aquando do dia nacional de celebração do ALA a 12 de Março de 2007, e a intervenção simbólica proposta pelo Secretário Executivo Interino da ACALAN na Conferência Regional Africana da UNESCO sobre a Alfabetização de Bamako, poucas actividades de celebração do ALA foram levadas a cabo. A celebração do Ano das Línguas Africanas ficou assim aquém das expectativas a nível continental. África deverá portanto preparar-se para a celebração deste ano de 2008.

570. Assim, é indispensável que todos os países africanos se mobilizem a fim de que o Continente não fique para trás aquando das diferentes manifestações que marcarão o ano de 2008. Trata-se de fazer com que uma Decisão possa ser tomada pela Conferência com vista a lançar um apelo aos Estados-Membros, não somente para iniciar e colocar em prática actividades de celebração de 2008, mas também e sobretudo para conceber, apoiar e multiplicar actividades próprias para

favorecer o respeito, a promoção e a protecção das línguas africanas, em especial aquelas em perigo imediato, da diversidade linguística e do multilinguismo, como desejado pela 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

571. Por outro lado, esta Decisão poderia convidar a UNESCO, a ACALAN e a Rede Mundial para a Diversidade Linguística (MAAYA) a conjugar os seus esforços com vista a iniciar actividade próprias para reforçar o processo de promoção das línguas e do multilinguismo, celebrando, conjuntamente e com outros parceiros, o Ano Internacional das Línguas. A Rede Mundial par a Diversidade Linguística (MAAYA) nasceu aquando da realização da Segunda Fase do SMSI, em Tunes, em Novembro de 2005, por iniciativa da ACALAN, durante a Semana TIC da União Africana. Este rede foi oficialmente lançada a 21 de Fevereiro de 2006, por ocaisão do Dia Internacional da Língua Materna, na UNESCO, na presença do Director-Geral desta Instituição e dos principais organismos fundadores presentes em Tunes. O projecto de Decisão teria então como objecto : (a) convidar os Estados-Membros da União Africana a celebrar o Ano Internacional das Línguas com actividades de valorização das línguas africanas e do multilinguismo e (b) propor uma celebração conjunta da AIL pela UNESCO, a ACALAN e a Rede MAAYA, com a implicação de outros parceiros.

572. A ACALAN apresentou já propostas a várias organizações e estruturas em todo o mundo, a fim de permitir ao continente africano dar o seu contributo à celebração do Ano de 2008, através da valorização das línguas. A este respeito, foram enviadas missivas pela ACALAN, em nome da Rede MAAYA, às seguintes personalidades:

- Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) ;
- Secretário-Geral da Organização Internacional da Francofonia (OIF) ;
- Ministro austríaco Federal da Educação, das Artes e da Cultura através do Director-Geral do Ensino Geral, da planificação e dos Assuntos Internacionais cujo país deu início ao Ano Internacional da línguas;

- Estruturas norueguesas (nomeadamente a Fundação NORAD e a Universidade), (salientando que 2008 é também o Ano Noruguês da Diversidade Cultural).

N. INFRA-ESTRUTURA E ENERGIA

573. Durante o período considerado, a Comissão iniciou uma série de actividades de importância estratégica na área da infra-estrutura e energia. Foi dada prioridade à elaboração de políticas e de estratégias nas áreas do transporte ferroviário, da electricidade, do petróleo e gás, das Telecomunicações e das TIC, dos correios, assim como sobre a implementação de projectos específicos com vista ao desenvolvimento da infra-estrutura e dos serviços TIC em África. Estes incluem o projecto VSAT de Governação-e para a Comissão da União Africana e os seus Gabinetes Regionais, o projecto Panafricano de Rede-e para a Tele-educação e a Tele-medicina em cooperação com o Governo da índia e o Projecto de Numeração da Telecomunicação Unificado.

574. No processo de reforçar a cooperação com os parceiros, a Comissão, em colaboração com a Comissão Europeia (CE), organizou um Lançamento de Alto Nível da Parceria de Infra-estrutura da União Europeia-África, que tem como objectivo apoiar e acelerar o desenvolvimento da infra-estrutura em África. Nesse sentido, a Comissão convocou uma reunião consultiva com o Banco Africano de Desenvolvimento (ADB) e o Secretariado da NEPAD para discutir modalidades para formulação de um Programa de Infra-estrutura Comum para África com base nas várias iniciativas das organizações e no âmbito do quadro do Mecanismo de Coordenação para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura adoptado por partes interessadas Africanas.

N.I. TRANSPORTE

N.I.1. Transporte Rodoviário

Primeira Conferência da União Africana de Ministros responsáveis pelo Transporte Rodoviário

575. A Comissão, em colaboração com o Governo da República da África do Sul, organizou a Primeira Conferência da União Africana de Ministros responsáveis pelo Transporte Rodoviário subordinada ao tema: "Transporte rodoviário fiável e financeiramente comportável pra o desenvolvimento económico e a integração de África". A Conferência realizou-se em Durban, na África do Sul, de 15 a 19 de Outubro de 2007.

576. Os Ministros consideraram e fizeram decisões sobre os grandes assuntos actuais no sub-sector do transporte rodoviário em África, incluindo o seguinte:

- Visão da União Africana para a Infra-Estrutura e o Transporte Rodoviário
- Desenvolvimento da infra-estrutura de transporte rodoviário em África
- Harmonização e facilitação do transporte rodoviário em África
- Segurança Rodoviária, protecção do ambiente e combate às doenças infecciosas, em especial VIH/SIDA
- Capacitação
- Financiamento do sector do transporte rodoviário em África

577. Por fim, os Ministros adoptaram os seguintes documentos resultantes com detalhes das conclusões e recomendações das suas deliberações:

- Declaração de Durban sobre o Transporte Rodoviário em África; e
- Plano de Acção de Transporte Rodoviário.

578. Foi apresentado ao Conselho Executivo um relatório separado sobre a Conferência.

N.I.2. Transporte Ferroviário

Conferência Profissional sobre Interligação, Interoperabilidade e Complementaridade das Redes Ferroviárias Africanas

579. A Comissão, em colaboração com a União Internacional de Caminhos-de-Ferro (UIC) e o Governo da República da África do Sul, organizou uma Conferência Profissional sobre Interligação, Interoperabilidade e Complementaridade das Redes Ferroviárias Africanas, que se realizou entre 20 e 21 de Novembro de 2007 em Joanesburgo, na África do Sul. A Conferência tinha como objectivo abordar o sério problema das múltiplas medidas e variações nos padrões de infra-estrutura e equipamento ferroviários actualmente existentes no continente, o que faz com que seja bastante difícil interligar as redes ferroviárias de África com vista a alcançar um desempenho económico óptimo e uma integração continental reforçada. Este problema tem as suas raízes nos diferentes legados coloniais dos países africanos não foi ainda tratado de modo sério e colectivamente desde a independência da maioria dos países africanos.

580. Este assunto é uma das actividades-chave delineadas na Declaração e no Plano de Acção adoptados pelos Ministros responsáveis pelo Transporte Ferroviário durante a sua Primeira Conferência sob os auspícios da União Africana, realizada em Brazzaville, na República do Congo em Abril de 2006. Os Ministros solicitaram à Comissão da União Africana que desse prioridade a acções que irão eliminar obstáculos técnicos, institucionais e regulamentares à integração das redes ferroviárias Africanas.

581. A Conferência Profissional analisou o estado dos caminhos-de-ferro em África a tomou em consideração vários assuntos-chave relacionados com o desenvolvimento e integração das redes ferroviárias Africanas, incluindo:

- A ferrovia de padrão métrico e as várias opções de desenvolvimento;
- Interconexão, interoperabilidade e complementaridade ferroviária em África: as necessidades e as iniciativas em curso;
- Possibilidades e oportunidades para o desenvolvimento de transporte ferroviário de alta velocidade em África;
- Estratégias para desenvolvimento do transporte ferroviário em África no século 21; e
- Cooperação internacional como alavanca-chave para o desenvolvimento ferroviário em Àfrica

582. Foram feitas várias recomendações centradas no melhoramento gradual das redes ferroviárias existentes, no reforço da sua interoperabilidade e construção de novas linhas ferroviárias, sendo dada prioridade a ligações inexistentes de modo a facilitar a interconexão de redes existentes e redes novas. A este respeito, algumas das recomendações-chave feitas incluem:

- Deverão ser feitos melhoramentos técnicos significativos nas vias métricas existentes de modo a reforçar o seu desempenho;
- A Comissão da União Africana e a União de Caminhos-de-Ferro Africanos deverá garantir o desenvolvimento do transporte ferroviário com a exploração de diferentes possibilidades de interconexão e de interoperabilidade entre redes;
- A Comissão, o Secretariado da NEPAD e a União de Caminhos-de-Ferro Africanos deverão acelerar a actualização do Grande Plano Ferroviário para África, em conformidade com a Declaração de Brazzaville, fazendo dos caminhos-de-ferro a espinha dorsal do Grande Plano de Infra-estrutura Integrada de Transporte para África;
- A Comissão deverá acelerar o processo de criação de um Fundo de Desenvolvimento dos Caminhos-de-Ferro Africanos;

- A Comissão deverá garantir a coordenação e a harmonização dos padrões técnicos em colaboração com a União dos Caminhos-de-Ferro Africanos;
- O uso da medida padrão deverá ser encorajada na futura construção das novas vias ferroviárias de modo a permitir que África se mantenha a par dos desenvolvimentos globais em termos de transporte ferroviário, com especial atenção para a operação de comboios de alta capacidade e de alta velocidade; e
- A União Internacional de Caminhos-de-Ferro deverá assistir a União Africana na criação de um Rede Ferroviária Africana interconectada e interoperável.

583. O relatório da Conferência será apresentado à Primeira Conferência da União Africana de Ministros responsáveis pelo Transporte, em Argel, na Argélia, em Abril de 2008.

N.I.3. Transporte Marítimo

Revisão da Carta Africana de Transporte Marítimo

584. Há que relembrar que, até à data, a Carta Africana do Transporte Marítimo adoptada em 1994 não entrou ainda em vigor devido à ratificação inadequada por parte de Estados-Membros. Mais ainda, face à longa duração de mais de dez anos desde a sua adopção e o número de desenvolvimentos significativos que ocorreram globalmente no âmbito do sub-sector, do continente e do mundo durante esse período, a Carta tornou-se, em grande medida, obsoleta. A este respeito, a reunião dos Ministros Africanos responsáveis pelo Transporte Marítimo, sob os auspícios da União Africana, em Fevereiro de 2007 em Abuja, na Nigéria, solicitou à Comissão que, entre outros aspectos, realize uma revisão da Carta de modo a torná-la numa política eficaz e num instrumento estratégico para facilitação do desenvolvimento sustentável do transporte marítimo no continente.

585. A Comissão realizou uma reunião de peritos de transporte marítimo em Setembro de 2007 na sua Sede em Adis Abeba para discutir modos e metodologia de revisão da Carta. A reunião de peritos reviu a Carta existente, destacando a relevância das suas várias disposições, incluindo os seus pontos fortes e fracos, e indicando e fazendo recomendações específicas sobre áreas de necessária revisão. A reunião propôs ainda uma nova estrutura da Carta que reflicta as actuais prioridades do sub-sector. Por fim, os peritos concordaram em juntar-se numa equipa de trabalho sob a liderança da Comissão e a aplicar as suas competências específicas para re-elaborar as várias partes da Carta.

586. A preparação de um projecto inicial da Carta foi concluída pela equipa de peritos e uma segunda reunião de peritos realizar-se-á em Fevereiro de 2008 para rever o projecto antes da sua apresentação aos Estados-Membros e à Conferência de Ministros responsáveis pelo Transporte, com realização prevista para Abril de 2008 em Argel, na Argélia, para consideração e aprovação.

N.I.4. Transporte Aéreo

Implementação da Decisão de 1999 de Yamoussoukro sobre a Liberalização dos Mercados de Transporte Aéreo em África

587. A implementação da Decisão de 1999 de Yamoussoukro sobre a Liberalização dos Mercados de Transporte Aéreo em África é a principal actividade a que a Comissão se dedica actualmente na área de transporte aéreo. As principais grandes componentes deste projecto incluem as seguintes:

- Criação de uma Agência de Execução para supervisionar e regulamentar o mercado único africano de transporte aéreo previsto na Decisão de Yamoussoukro;
- Harmonização das regras de conpetição em termos de transporte aéreo;
- Criação de um mecanismo de resolução de disputas; e

- Formulação de critérios de avaliação na implementação da Decisão de Yamoussoukro

588. A Terceira Conferência da União Africana de Ministros Africanos responsáveis pelo Transporte Aéreo, realizada em Adis Abeba em Maio de 2007, decidiu que a Agência de Execução deveria ser criada no seio da Comissão Africana de Aviação Civil (AFCAC). A este respeito, a Comissão da União Africana realizou uma reunião consultiva com o Gabinete da AFCAC em Dezembro de 2007 para determinar medidas a serem tomadas, assim como o calendário para a AFCAC começar a levar a cabo as funções da agência de execução. Para este fim, foi contratado um consultor para estudar e delinear recomendações específicas sobre as necessidades de reformas e de capacitação da AFCAC de modo a permitir-lhe levar a cabo as responsabilidades da agência de execução.

589. Está em curso o trabalho sobre as Regras de Concorrência, o Mecanismo de Resolução de Disputas e avaliação da implementação da Decisão de Yamoussoukro, sendo que o prazo de conclusão é Fevereiro – Março de 2008.

590. Para além disso, face aos desenvolvimentos similares em outras regiões do Mundo, em especial na União Europeia (UE), que já criou um espaço áereo único da UE e adoptou uma política comum de transporte aéreo, a Comissão está a liderar os esforços para elaboração e adopção de uma Política Comum de Transporte Aéreo Externo para África de modo a garantir a protecção dos interesses dos Estados-Membros na negociação e conclusão de acordos de serviços aéreos com os Estados da UE e outras partes terceiras. Neste sentido, e em conformidade com a decisão da Terceira Conferência da União Africana de Ministros Africanos responsáveis pelo Transporte Aéreo, a Comissão irá realizar uma reunião de peritos em transporte aéreo em Fevereiro de 2008 em Adis Abeba para rever um documento consensual sobre uma Posição Comum Africana para Negociação de Acordos de Serviços Aéreos entre Estados da União Africana e os Estados da União Europeia. A preparação do documento está em curso.

591. O resultado de todas estas actividades será apresentado à Primeira Conferência da União Africana de Ministros responsáveis pelo Transporte, prevista para Abril de 2008, em Argel, na Argélia, conforme indicado anteriormente.

N.I.5. Preparação do Grande Plano Continental Integrado de Transporte para Àfrica

592. A Comissão contratou uma equipa de cinco (5) peritos, a termo certo, para a preparação de Termos de Referência e de Documentos de Adjudicação detalhados necessários para levar a cabo o processo de recrutamento de uma firma de consultoria que realizaria o estudo e prepararia os documentos Grande Plano Continental Integrado de Transporte para Àfrica.

593. Nesse sentido, a Segunda Reunião de Coordenação sobre a elaboração do Grande Plano realizou-se na Sede da União Africana, na Etiópia, de 27 a 28 de Setembro de 2007 para consideração da metodologia do projecto, incluindo o calendário de actividades e tarefas da equipa de peritos. A reunião contou com a partipação de funcionários do Departamento de Infra-Estrutura e Energia da Comissão da União Africana e representantes de instituições-chave interessadas, incluindo a Comissão Económica para Àfrica das Nações Unidas (UNECA), a Associação Panafricana para Cooperação Portuária (PAPC), o Secretariado da NEPAD, algumas Comunidades Económicas Regionais (CER), assim como membros da equipa de peritos contratada para elaborar os Termos de Referência e os Documentos de Adjudicação detalhados do Projecto.

594. A Equipa de peritos deu início à sua incumbência em Setembro de 2007 e apresentou os documentos ncessários à Comissão no final de Novembro de 2007. A Comissão analisou os documentos e está agora em vias de contratar os serviços de uma empresa de conultoria que levará a cabo o estudo e preparará os documentos ncessários do Grande Plano.

N.I.6. Preparação da Primeira Sessão da Conferência da União Africana de Ministros do Transporte

595. Conforme mencionado no anterior relatório da Comissão, o Gabinete da Conferência dos Ministros Africanos do Transporte reuniu-se em Argel, na Argélia, de 6 a 7 de Abril de 2007 para analisar várias actividades em implementação e planeadas no sector dos transportes sob os auspícios da União Africana. A reunião foi realizada como a primeira ronda de Conferências Ministeriais sobre os vários modos de transporte, incluindo por mar, por caminhos-de-ferro, por mar e por estrada e estava em vias de conclusão em 2007. Nesse sentido, acordou-se que a Primeira Conferência da União Africana de Ministros do Transporte seja realizada em 2008 no final do mandato do actual Gabinete.

596. O principal objectivo da conferência seria avaliar a implementação dos planos de acção adoptados durante as várias Conferências Ministeriais do sub-sector e mapear o caminho a seguir para um desenvolvimento integrado e holístico de todo o sector de transportes. Também a adopção do Regulamento Interno da Conferência, incluindo as funções do seu Gabinete, estariam na agenda. Serve isto para fazer da Conferência da Ministros Africanos do Transporte um Comité Técnico Especializado (STC) eficaz da União Africana, conforme previsto no Artigo 14 do Acto Constitutivo.

597. O Governo da República Democrática Popular da Argélia ofereceu-se como anfitriã da Conferência de Ministros Africanos dos Transportes em Argel em Abril de 2008. O Gabinete ficou grato ao Governo da Argélia pela sua generosa oferta. O Governo afirmou já a sua decisão à Comissão e foram já iniciados preparativos para a Conferência, tanto em termos de arranjos técnicos como logísticos.

N.II. ENERGIA

N.II.1. Énergia Eléctrica

598. O estudo respeitante à elaboração da Política Continental e do Plano Director de desenvolvimento do sector eléctrico africano foi já lançado. As principais actividades em curso de realização são as seguintes:

- A avaliação da situação actual do sector;
- A elaboração da política continental;
- A criação do livro de enumeração das cláusulas e condições para a elaboração do Plano Director de desenvolvimento do sector.

599. O estudo apoiar-se-á nas políticas e nos programas das Comunidades Económicas Regionais (CER). Foram efectuadas missões junto das CER, dos Pools Energéticos Regionais, das Organizações das bacias fluviais e lacustres, bem como das instituições africanas envolvidas no desenvolvimento do sector da energia eléctrica na África Ocidental, na África Central e na África Oriental. Há ainda missões idênticas a efectuar de Janeiro a Fevereiro de 2008 na África Austral e no Norte de África.

600. Serão elaborados : um relatório sobre o estado dos locais, o esboço da política continental em matéria de energia eléctrica, bem como sobre o projecto de dossier de peidos de ofertas para a realização do Plano Director de Desenvolvimento do Sector Eléctrico Africano. De seguida, será organizado um seminário de validação desta etapa do estudo ao longo do primeiro semestre de 2008. Este seminário reagrupará os representantes das CER, des Pools Energéticos Regionais e das Instituições Especializadas do sector, tais como a CEA, o BAD, o Secretariado da NEPAD, AFREC, AFUR, AFSEC e UPDEA.

601. Para a criação no seio da União Africana de uma Estrutura de Coordenação do desenvolvimento dos Grandes Projectos Hidroeléctricos integrados, a Comissão lançou o estudo jurídico e institucional com vista a dotar-se de um quadro apropriado e seguro para todas as partes envolvidas no desenvolvimento dos grandes projectos hidroeléctricos integrados. O relatório provisório apresentado pelo consultor responsável pelo estudo foi examinado pela Comissão. O relatório será finalizado tendo em conta as observações da Comissão. Será organizado um seminário de apresentação dos resultados deste estudo ao longo do primeiro trimestre de 2008.

N.II.2. Hidrocarboretos (Petróleo e Gás)

602. Os estudos conjuntos UA/BAD respeitantes ao (i) impacto do aumento dos preços do petróleo nas economias africanas, (ii) as perspectivas do sector dos hidrocarboretos (petróleo e gás) em África e (iii) os mecanismos de criação e de funcionamento do Fundo Africano de Petróleo estão em vias de finalização. Os resultados de todos estes estudos, uma vez terminados serão comunicados aos Estados-Membros da União Africana, conforme exigido pela 8ª Sessão Ordinária da Conferência. Ao longo de 2008 serão organizados seminários de divulgação dos resultados destes estudos.

603. No que diz respeito à criação de um Fundo Africano do Petróleo, este será alojado no BAD e deverá tornar-se operacional ao longo do segundo semestre de 2008. Este fundo utilizará os recursos mobilizados junto dos doadores para prestar assistência aos países de fracos rendimentos, importadores brutos de petróleo, que sofrem de modo severo os efeitos do aumento do preço do petróleo. Esta assistência tem como objectivo permitir que estes países façam face a dificuldades temporárias da balaça de pagamentos. O fundo intervirá por meio da concessão de dons não-reembolsáveis ou de empréstimos ou de uma mescla destes dois tipos de instrumentos.

N.II.3. Biocarburantes

604. A Comissão organizou, de 30 de Julho a 1 de Agosto de 2007 em Adis Abeba, em conjunto com o Brasil e a ONUDI, o Primeiro Seminário de Alto Nível sobre os Biocarburantes em África. O Seminário tinha como objectivo principal a sensibilização dos decisores africanos sobre as oportunidades que uma nova fonte de energia oferece para a maioria dos países africanos, bem como os desafios que daí decorrem. O Seminário contou com a participação de mais de 250 delegados vindos de 25 Estados-Membros da União Africana, de sete CER, de ONG, do sector privado, do mundo da investigação, das Organizações do Sistema das Nações Unidas e das instituições africanas envolvidas no sector da Energia. Ministros de determinados países africanos (Etiópia, Guiné Conacri, Zimbabué) tomaram também parte na mesa redonda ministerial.

605. O Seminário adoptou uma Declaração dita a « Declaração de Adis Abeba sobre o Desenvolvimento Duradouro dos Biocarburantes em África", assim como um Plano de Acção a Curto e a Médio Prazos. As principais recomendações deste Seminário são as seguintes :

- Necessidade de criar uma política continental bem pensada de produção e de consumo de biocarburantes em África, respeitosa do ambiente e sem hipotecar a segurança alimentar dos países africanos, a fim de evitar que o continente se torne produtor de matérias-primas unicamente para a indústria dos países desenvolvidos, pois a preocupação primária é diminuir a factura energética;

- Necessidade de criar uma Parceria entre a União Africana, o Brasil e a ONUDI, assim como com outros parceiros interessados. Para este efeito, deverá ser criada uma rede inter-regional e operacionalizada o mais depressa possível ; e

- Criação de um Conselho Africano de Biocarburantes, de Centros de Excelência, assim como de um Fundo de Desenvolvimento de Biocarburantes em África, com vista a apoiar os programas nacionais e regionais e de dar um impulso ao desenvolvimento do sub-sector.

606. Está previsto organizar reuniões com vista à divulgação dos resultados deste Seminário para conhecimento das diferentes regiões do continente.

607. Há que salientar que o Seminário foi um sucesso e que atingiu o objectivo estabelecido. A forte participação no Seminário, bem como na exposição organizada para este efeito, denota o grande interesse suscitado por este importante evento.

N.III. TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC), CORREIOS

N.III.1. Projecto de Rede Panafricana de Serviços em linha para Tele-Medicina e Tele-Educação

a. Breve recapitulação do Projecto

608. O projecto de criação pela Índia de uma Rede Panafricana de serviços em linha por fibra óptica e satélite destina-se a fornecer principalmente serviços de Tele-Medicina e Tele-Educação aos 53 Estados-Membros da União Africana.

609. Ao nível do continente africano, a rede será constituída por uma Estação Terrestre em rede (Plataforma) que comunicará via satélite com:

- 53 Estações VSAT instaladas em 53 hospitais nacionais (um hospital em cada Estado-Membro) para a Tele-Medicina, 53 Estações VSAT instaladas em 53 Universidades nacionais (uma Universidade em cada Estado-Membro) para a Tele-Educação;

- 5 Estações VSAT instaladas em 5 Universidades Africas ditas Universidades Directoras Regionais1 e 5 Estações VSAT instaladas em 5 hospitais africanos ditos Hospitais Super-especializados Regionais2, contribuindo respectivamente para a prestação de serviços de Tele-Educação e serviços de Tele-Medicina da rede.

610. Na Índia, a rede comportará igualmente uma (1) Estação Terrestre em rede (Plataforma) que comunicará com 6 hospitais indianos e 6 Universidades indianas para prestar respectivamente serviços de Tele-Educação e serviços de Tele-Medicina da rede.

611. A Estação Terrestre Plataforma africana estará ligada à Estação Terrestre Plataforma indiana por cabos de fibra óptica submarinos.

612. A nível do continente africano, a rede terá então:

- Uma Estação Terrestre Plataforma;
- 116 Estações VSAT repartidas como se segue:
  - √ 5 Estações VSAT para as Universidades Directoras Regionais ;
  - √ 5 Estações VSAT para os Hospitais Super-especializados Regionais.
  - √ 2 Estações VSAT para cada país, seja uma VSAT no Centro de Ensino ou uma VSAT no hospital.

613. Foram assinados dois acordos entre a Comissão e a Índia. O primeiro Acordo, entre o Governo da Índia e a Comissão da União Africana, diz respeito aos aspectos gerais da criação da Rede Panafricana. O segundo Acordo, entre a Comissão e a Sociedade indiana « Telecommunications Consultants India Limited »

---

[1] **Universidades Directoras Regionais: No sentido do projecto, estas universidades, que serão seleccionadas segundo critérios estabelecidos, terão cada uma um estúdio para dar ensinamento à distância às 53 Universidades dos 53 Estados.**

[2] **Hospitais Super-especializados Regionais : No sentido do projecto, estes hospitais, que serão seleccionados segundo critérios estabelecidos, prestarão cuidados à distância aos 53 hospitais dos 53 Estados.**

(TCIL), diz respeito ao fornecimento, instalação, colocação em serviço e manutenção, por um período de 5 anos, da rede pela TCIL. Também foi proposto aos Estados-Membros um Acordo de participação no projecto a assinar com a Sociedade indiana « Telecommunications Consultants India Limited » (TCIL).

b. Colocação em prática do Projecto

614. A Comissão contribuiu para a colocação em prática do projecto por meio da realização das seguintes principais actividades :

- Elaboração dos textos de diferentes Acordos e Protocolos nas quatro línguas da União e a sua transmissão aos Estados-Membros para assinatura com vista à sua participação no projecto. A 30 de Novembro de 2007, TCIL assinou o protocolo de Acordo de participação no projecto com vinte e sete (27) Estados-Membros;
- Sensibilização dos Estados e dos principais agentes para a sua participação no projecto;

615. A construção da PLATAFORMA está em curso e serão organizadas visitas ao local de construção pelas partes envolvidas. Á TCIL foi oficialmente solicitado um planeamento de envio das VSAT para os 27 Estados que já assinaram o Protocolo.

616. Foram criados grupos Ad hoc para estuda e apresentar propostas sobre os seguintes pontos:

- Selecção dos cursos das Universidades indianas, propostos pela Índia para o dossier da Tele-Educação;
- Modalidades e estruturas de gestão da rede Panafricana de serviços em linha durante e após a assistência da Índia.
- Criação de um « business plan » e proposta de tarifas de serviços que serão prestados pela rede ;

617. Os trabalhos destes grupos serão acelerados a fim de que as conclusões sejam apresentadas à 5ª Reunião do **Comité de Direcção** do projecto em Março de 2008.

N.III.2. Projecto Governação-e (VSAT)

618. O projecto Governação-e (VSAT) da União Africana destina-se, no quadro da transformação institucional da União Africana, a garantir a conectividade total e a prestação de serviços modernos de telecomunicações entre a Sede da Comissão e os Gabinetes Regionais, as Representações exteriores, as Comunidades Económicas Regionais e os Estados-Membros, graças à colocação em prática de uma rede de interconexão por satélite. O projecto permitirá à União Africana dispor de um sistema de comunicação e assim de uma maior autonomia em termos de serviços e da sua disponibilidade. Será instalada uma antena ao nível de cada um dos sites em questão para permitir à União Africana prestar serviços de videoconferência, de acesso à internet de alto débito, da telefonia por Protocolo Internet (IP) e de facilidade de gestão integrada dos dados.

619. A colocação em prática do projecto está já muito avançada. De facto, a contrução da estação-mestre (PLATAFORMA) na Sede da União em Adis Abeba está concluída e a rede foi oficialmente inaugurada a 25 de Maio de 2007 por ocasião do Dia de África. Actualmente, as comunicações Internet actuaisa da Comissão são feitas através desta estação-mestre. Todos os equipamentos estão já a postos para todos os sites. A 30 de Novembro de 2007, a instalação estava concluída em 50% dos sites. A instalação prossegue nos outros sites. Todos os trabalhos de instalação da rede deverão estar concluídos no mês de Dezembro de 2007.

620. Há que sublinhar que uma das razões principais de atraso na execução do projecto é a obtenção das licenças VSAT. Apesar da resolução dos Chefes de Estado e de todas as tentativas da Comissão par obter estas licenças a tempo, até 30 de Novembro de 2007 estas licenças não tinham ainda sido obtidas nos

seguintes países : Egipto e Djibuti. *As licenças obtidas foram concedidas pelo período de um ano, o de 2007. Nós esperamos que o processo de re-obtenção não recomece em 2008 e que a exoneração não seja também limitada, caso contrário o projecto só será viável com o pagamento das taxas decorrentes das licenças.*

N.III.3. Harmonização das Políticas e dos Quadros Regulamentares de Telecomunicações e das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC)

621. A Comissão realizou estudos respeitantes à elaboração de um quadro harmonizado de referência de políticas e de regulamentação favorável ao desenvolvimento harmonioso e rápido das redes e dos serviços regionais e continentais de telecomunicações e das TIC. Os principais resultados aguardados do estudo são :

- O enunciado de uma visão regional e continental partilhada sobre o papel, as expectativas e o impulso a dar ao sector de telecomunicações e das TIC ;
- Um quadro harmonizado de referência de política de desenvolvimento do sector das telecomunicações e das TIC e de práticas regulamentares, quadro esse aplicável ao nível das regiões ou até mesmo a nível continental, com orientações estratégicas, pontos que deverão ser objecto de directivas comunitárias a coocar em prática, etc.
- A identificação de estudos transversais prioritários a realizar;
- Um mecanismo apropriado de concertação e de cooperação entre agentes e parceiros principais, sobretudo para reforçar as abordagens comunitárias nas acções de desenvolvimento do sector.

622. Foi criado em Julho de 2006 um Comité de Alto Nível (CHN), constituído por peritos das CER, de instituições, de organizações regionais e internacionais especializadas, para apoiar a Comissão na colocação em prática do projecto. O relatório do estudo foi adoptado pelo CHN aquando da sua Quarta Reunião realizada entre 3 e 5 de Outubro de 2007 em Adis Abeba. O documento será

traduzido e enviado aos Estados-Membros para comentários e observações. Uma versão final elaborada com inclusão das observações recebidas será apresentada à Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros africanos responsáveis pelas Comunicações e Tecnologias de Informação em Maio de 2008.

N.III.4. Projecto de Criação de um Espaço Unificado de Numeração de Telecomunicações em África

623. O projecto de criação de um espaço unificado de numeração (ATNS) tem como objectivo reforçar a interconexão das redes TIC africanas, permitindo aos operadores a construção de redes federadas com pontos de troca Internet africanos. O projecto representa também e sobretudo um símbolo poderoso de unidade e integração africanas.

624. O estudo preliminar e o estudo de oportunidades económicas e dos serviços potenciais oferecidos por este espaço unificado de numeração (ATNS) foram já concluídos. ont été achevées. Os estudos permitiram identificar os serviços potenciais do ATNS e as oportunidades oferecidas aos agentes do sector, bem como a estrutura-tipo da primeira rede ATNS denominada ARINET.

625. É necessário obter junto da União Internacional das Telecomunicações um indicativo (+28 ou 288) de país comum ou grupo de países africanos que co-existirá com os indicativos internacionais individuais actuais dos países. Para tal, o pedido deverá ser feito por um grupo de países junto desta instituição. Para este efeito, a Comissão elaborou e transmitiu aos Estados, para assinatura, um Memorando de Acordo (MoU-ATNS) de participação no projecto. Até 30 de Novembro de 2007, apenas cinco (5) países (Benim, Gana, Burundi, Ilhas Comores, República Democrática do Congo) assinaram o MoU-ATNS de participação no projecto e três (3) países (Seicheles, Botsuana, Egipto) notificaram a sua decisão de não participar no projecto. Foi de novo dirigido um apelo aos países a fim de haver, no mínimo, 10 Estados e, se possível, repartidos por todas as 5 regiões geográficas, de modo a formar o gabinete dos Signatários do MoU-ATNS.

N.III.5. Harmonização das Políticas e Regulamentações dos Correios e das Estratégias para o Reforço do Sector Postal em Àfrica

626. A Comissão empreendeu a realização de um estudo sobre a harmonização das Políticas e das Regulamentações dos Correios e sobre as estratégias para reforço do sector postal. Após uma análose exaustiva do sector, assim como da necessidade da sua reforma, o estudo recomenda políticas estratégicas, bem como directivas e modelos regulamentares que permitirão desenvolver este sector vital. Estas directivas e estes modelos dizem essencialmente respeito a :

- As condições de um esquema de uma reforma postal conseguida
- Os modos do financiamento da reforma
- O esboço de uma estrutura de comercialização da empresa postal.

627. As conclusões e recomendações deste estudo serão apresentadas ao longo do primeiro semestre de 2008 aos Peritos e aos Ministros dos Estados-Membros responsáveis pelos Serviços Postais para análise por parte dos mesmos.

N.IV. OUTRAS ACTIVIDADES

N.IV.1. Quadro Estratégico da NEPAD de Médio a Longo Prazo (MLTSF)

628. Os Seminários do Sector para conclusão do processo de revisão da Parte 1 do estudo sobre a elaboração do Quadro Estratégico da Infra-Estrutura da NEPAD de Médio a Longo Prazo (MLTSF) tiveram lugar de 26 a 28 de Julho de 2007 em Adis Abeba. A Comissão, que tem uma posição de liderança no empreendimento, participou nos seminários. Há que relembrar que os seminários do sector regional foram organizados do seguinte modo: Libreville, Gabão, para a África Central em Março de 2007; Tunes, na Tunísia, em inícios de Abril de 2007, para o Norte de África; Arusha, Tanzânia, em finais de Abril de 2007, para a África Oriental e

Austral; e Abuja, Nigéria, em inícios de Maio de 2007, para a África Ocidental. A Comissão também participou nestes seminários.

629. Durante os seminários do sectro, os participantes expressaram uma insatisfação geral com o trabalho dos consultores e concordaram unanimemente que era necessária uma revisão dos Termos de Referência do Estudo de modo a providenciar uma orientação clara aos consultores que lhes permitisse produzir os resultados aguardados.

630. Mais ainda, foram realizadas consultas à margem dos seminários entre a Comissão, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Secretariado da NEPAD sobre a necessidade de desenvolver um programa de infra-estrutura comum para África baseado em programas em curso no âmbito das respectivas Organizações, em especial nos programas de grande plano e de política de infra-estrutura empreendidos pela União Africana, pelo MLTSF e pelo Programa de Desenvolvimento Estratégico da NEPAD (SDP). Ficou acordado que funcionários das duas Organizações (UA e BAD), em conjunto com o Secretariado da NEPAD, deveriam reunir-se para apurar as modalidades de fusão destes programas.

N.IV.2. Coordenação entre o BAD, a CUA e o Secretariado da NEPAD

631. No seguimento de consultas paralelas realizadas em Julho de 2007 durante os seminários do sector do Estudo Parte 1 do MLTSF, reuniram-se funcionários da Comissão, do BAD e do Secretariado da NEPAD em Outubro de 2007 em Adis Abeba para discutir modos de fusão dos seus programas num programa de infra-estrutura comum para o continente. Os funcionários concordaram em formar uma equipa para rever os Termos de Referência de todos os programas e, nessa base, preparar o programa comum para ser subsequentemente apresentado para adopção pelas autoridades das três partes. O trabalho de preparação do programa comum está em curso e o objectivo é finalizar o primeiro projecto de programa até ao final de Março de 2008.

N.IV.3. Parceria União Europeia-África sobre o Desenvolvimento das Infra-Estruturas em África.

632. A Comissão da União Africana e a Comissão Europeia, nos dias 24 e 25 de Outubro de 2007, procederam conjuntamente, na sede da União Africana em Adis Abeba, ao lançamento oficial da Parceria UE-África para o desenvolvimento das infra-estruturas em África e à realização da primeira Reunião do **Comité de Direcção** da dita Parceria, subordinada ao tema : « Criar e reforçar os serviços e as redes regionais de infra-estruturas em África». Como prelúdio destes eventos, foi organizada uma reunião de concertação da parte africana no dia 23 de Outubro de 2007 a fim de se preparar melhor para as discussões com a parte europeia e falar a uma só voz. As principais questões evocadas diziam respeito, entre outros assuntos, a :

- As modalidades e condicionalismos para a obtenção de financiamento no quadro desta Parceria;
- Os procedimentos necessários a colocar em prática a fim de limitar o peso do financiamento pelos instrumentos actuais da UE, fontes do fraco consumo dos recursos;
- Os critérios de eligibilidade dos projectos continentais e regionais ;
- As tarefas do Secretariado do Comité de Direcção;
- As regras de funcionamento do **Comité de Direcção** da Parceria;
- O acesso do BAD ao Fundo Fiduciário.

633. A visão da Parceira é a de dar apoio ao desenvolvimento das infra-estruturas transfronteiriças, regionais e nacionais nos sectores dos Transportes, das Águas e de Saneamento, da Energia e das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) com vista a garantir a interconectividade do continente e das suas diferentes regiões e a facilitar a sua integração regional. Esta Parceria visa também aumentar os investimentos nos sectores das infra-estruturas mencionados acima e nos serviços que lhes estão relacionados, bem como coordenar melhor as acções que visam o melhoramento das redes de infra-estruturas.

634. A actividade do lançamento da Parceria, a 24 de Outubro de 2007, contou com a participação de 172 delegados que representavam 18 Estados-Membros da UE (31 delegados), de 22 Estados-Membros da UA (33 delegados), de outros países com missões diplomáticas em Adis Abeba (11 delegados), da Comissão Europeia (15 delegados), da Comissão da União Africana (19 delegados), de Comunidades Económicas Regionais e de Instituições Especializadas da União Africana (16 delegados), do Banco Africano do Desenvolvimento (8 delegados), das Instituições bilaterais e internacionais de financiamento (22 delegados) e de consultores e jornalistas (13 delegados). Os participantes acompanharam apresentações e trocaram pontos de vista sobre a colocação em prática da Parceria, das estratégias regionais e continentais de desenvolvimento das infra-estruturas em África e a Parceria UE-África em matéria de Energia.

635. No final dos trabalhos deste dia, foi adoptada uma Declaração. Esta Declaração, diz respeito, entre outros assuntos, a :

- O convite aos Estados-Membros da UE para aumentarem o financiamento destinado às infra-estruturas em África no seu quadro do seu compromisso para aumentar a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD);
- O apoio às actividades da Parceria UE-África para as infra-estruturas, nomeadamente por meio dos recursos financeiros do Fundo Fiduciário, que, em seis meses de funcionamento, mobilizou 97 milhões de euros provenientes dos recursos da Comunidade Europeia e das contribuições individuais dos Estados-Membros da UE;
- O envolvimento das instituições europeias de financiamento do desenvolvimento nas actividades do Fundo Fiduciário para as infra-estruturas;
- A criação do **Comité de Direcção** da Parceria, responsável pela definição das prioridades, da orientação das acções da Parceria e da troca de conhecimentos;

- A colocação em prática da Parceria África-UE para a Energia a fim de consolidar o diálogo África-UE sobre a Energia e a Segurança Energética com vista a promover os investimentos a grande escala para as infra-estruturas energéticas em África;
- Um envolvimento maior do sector privado e um reforço da parceria sector público-sector para o desenvolvimento das infra-estruturas.

636. Como exemplos de acções concretas no quadro da Parceria UE-África em matéria de infra-estruturas, a favor da União Africana, poderemos mencionar:

- A concessão ao Departamento das Infra-Estruturas e da Energia de um envelope de 2 milhões de euros, no quadro do apoio orçamental de 55 milhões de euros para a CUA em prestações, a partir de 2007, para a elaboração de políticas e de planos directivos continentais em matéria de Transportes, Energia e Telecomunicações;
- Um financiamento de 10 milhões de euros em vias de aprovação na CE, no quadro do 9ª FED, para financiar, a partir de 2008, acções preparatórias e estudos de projectos concretos em matéria de Transportes, Energia e TIC.

637. A primeira reunião do **Comité de Direcção** da Parceria, realizada a 25 de Outubro de 2007, contou com a participação de 65 delegados em representação dos Estados-Membros africnaos e europeus, bem como de instuições africanas e europeias envolvidas no sector das Infra-estruturas. Os participantes chegaram a acordo quanto ao projecto de Princípios de Funcionamento do **Comité de Direcção** da Parceria e à criação, no seio do Departamento das Infra-estruturas e da Energia da CUA, do Secretariado do **Comité de Direcção** da Parceria, ao qual serão atribuídos recursos adequados para o seu funcionamento.

638. É importante sublinhar que os resultados do lançamento desta Parceria foram apresentados e adoptados pela Segunda Cimeira UE-África que se realizou em Lisboa, em Portugal, de 8 a 9 de Dezembro de 2007, no quadro da Estratégia Conjunta UE-África e do Plano de Acção relacionado com a mesma.

N.V. LANÇAMENTO DA COMISSÃO AFRICANA DA ENERGIA (AFREC)

639. O número mínimo exigido de ratificações para a operacionalização da AFREC, nomeadamente quinze (15) ratificações, foi atingido em Dezembro de 2006. Desde então, a Convenção da AFREC entrou em vigor e foram realizadas duas reuniões de peritos técnicos da AFREC em Addis Abeba, sob os auspícios da Comissão, para análise dos textos legais e regulamentares da colocação em prática e do funcionamento dos órgãos da AFREC e para preparação do lançamento oficial da AFREC.

640. O lançamento oficial das actividades da AFREC, conforme a Convenção respeitante à sua criação, ocorrerá nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2008 na sua sede em Argel, na Argélia. A Comissão trabalha em estreita colaboração com o Governo argelino para o sucesso deste importante evento. A Comissão providenciou o financiamento indispensável para o funcionamento da AFREC durante o ano de 2007. Estão igualmente previstos recursos no Orçamento 2008 para apoio da AFREC até à colocação em prática de todas as suas estruturas.

O. ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA

641. Durante a segunda metade de 2007, a Comissão continuou a trabalhar com as Comunidades Económicas Regionais (CER), com o Secretariado da NEPAD, com os parceiros de desenvolvimento e outras instituições regionais e internacionais a fim de implementar a Agenda Africana da Agricultura (AAA) no âmbito do quadro do Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP), da Declaração de Sirte sobre a Agricultura e a Água e das Decisões existentes da Cimeira da UA de Chefes de Estado e de Governo.

642. Foi feito um progresso notável em áreas-chave de vantagem comparativa que promovem a agricultura e o desenvolvimento rural em África. Em particular, foi consolidado o papel de coordenação da Comissão no processo de implementação

da AAA aos níveis nacional, regional e continental com a reunião da Segunda Reunião da Plataforma de Parceria CAADP-Sirte e da reunião da UA-NEPAD-CER e de Instituições Líderes Basilares sobre a Implementação da CAADP-Sirte. Foi ainda alcançado um progresso significativo na implementação da Estratégia de Desenvolvimento e do Plano de Acção contra as Alterações Climáticas (Clim-dev-Africa); o Documento Paralelo CAADP respeitante à criação de parcerias estratégicas para pescas sustentáveis; aceleração do processo para avaliações e consultas regionais da Iniciativa Conjunta CUA-ECA-BAD a nível de África do Quadro e das Directrizes de Política agrária; o lançamento da Iniciativa de Política Pastorícia que visa desenvolver um Quadro de Política Pastorícia para o continente; e a capacitação na garantia de qualidade de laboratórios produtores de vacinas veterinárias a nível nacional e regional. Foi feito um grande progresso na mobilização de recursos, em especial para a erradicação de Tsétsé e da Tripanossomíase, e no controlo da Gripe Aviária Altamente Patogénica (HPAI) emÁfrica.

O.I. IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA AFRICANA DA AGRICULTURA NO ÃMBITO DO QUADRO CAADP-SIRTE

643. A Comissão, num esforço para acelerar o processo de implementação da Agenda Africana da Agricultura, organizou a Segunda Reunião UA-NEPAD-CER e de Instituições Líderes Basilares e a reunião da Plataforma de Parceria CAADP-SIRTE (PP) em Setembro de 2007 em Adis Abeba, na Etiópia, para analisar o progresso da implementação da CAADP desde a última reunião em Midrand, na África do Sul, em Setembro de 2006. As reuniões contaram com a presença de representantes de cinco CER (COMESA, ECCAS, CEDEAO, CEN-SAD, IGAD), de parceiros de desenvolvimento, de instituições de dadores e delegados de alguns Estados-Membros.

644. A reunião UA-NEPAD-CER salientou que, desde a última reunião, em Midrand, na África do Sul, foi concluído um Acordo CAADP pelo Ruanda e três outros Acordos foram assinados no Malawi, Uganda e Zâmbia. A reunião aplaudiu

os esforços exemplares da COMESA na facilitação da implementação do Processo da Mesa Redonda e apelou a outras CER que sigam Sirte. A reunião reconheceu ainda o progresso feito pela COMESA, ECCAS, CEDEAO e IGAD na implementação dos pilares da CAADP. A reunião apelou ainda aos Estados-Membros que honrem os seus compromissos para com Decisões-chave da Cimeira da UA, incluindo a atribuição de 10% do orçamento para a Agricultura e a Declaração de Abuja sobre Adubos. Mais ainda, a reunião apelou a todos os parceiros de cooperação que alinhem plenamente os seus programas e a suas actividades com a Agenda CAADP.

645. A Reunião da Plataforma de Parceria CAADP analisou os principais resultados e recomendações da reunião da CUA, da NEPAD, das CER e das Instituições Lideres Basilares, discutiu questões de compromisso e de coordenação dos parceiros e identificou áreas prioritárias de acção. A Reunião apelou ainda a: aceleração e reforço dos Processos de Mesa Redonda do país, recorrendo à lições aprendidas; realizar reuniões regulares CAADP-PP cada seis meses; criar um Fundo Fiduciário para apoio do processo CAADP-Sirte; manter a CAADP-Sirte na agenda do G8 e garantir também o compromisso do Japão a este respeito e prosseguir com o diálogo e a análise do cumprimento dos compromissos através do APF (2007) e TICAD (2008).

O.II. IMPLEMENTAÇÃO DA CAADP: PILAR 1: Expandir a Área sob Sistemas de Gestão Sustentável do Solo e de Controlo Fiável de Águas

O.II.1. Alterações Climáticas

646. No seguimento da adopção de uma Decisão sobre Alterações Climáticas pela 8ª Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana em Janeiro de 2007, a Comissão encetou a elaboração de um programa de implementação de *Estratégisa de Desenvolvimento e Plano de Acção contra Alterações Climáticas*. Esta actividade foi realizada em colaboração com a Comissão Económica para África das Nações Unidas (UNECA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para assistir os

Estados-Membros no desenvolvimento e implementação de soluções domésticas para os desafios climáticos que o continente enfrenta.

647. A Comissão está a trabalhar em estreita colaboração com a UNECA, o BAD, parceiros de desenvolvimento e outras organizações internacionais a fim de desenvolver um Quadro de Implementação de Programas para as Alterações Climáticas e para assistir na sua implementação, tomando em consideração as prioridades dos Estados-Membros. Foram desenvolvidos Termos de Referência para o desenvolvimento do Programa Clima para o Desenvolvimento (Clim-Dev-Africa).

O.II.2. Muralha Verde para a Iniciativa do Sahara

648. Em Janeiro de 2007, a Assembleia em Adis Abeba, na Etiópia, adoptou uma Decisão que sancionava a Muralha Verde para a Iniciativa do Sahara (GWSI). Durante o período considerado, a Comissão desenvolveu um projecto de Plano de Acção Estratégico para Implementação da Iniciativa e está a trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros para desenvolver e implementar os seus Planos de Acção nacionais. A Comissão realizou missões ao Senegal, à Nigéria, ao Burkina Faso, ao Chade e ao Djibuti para promover a implementação da GWSI a nível nacional. O Comité Africano para a Ciência e Tecnologia UNCCD, na 8ª Sessão da Conferência dos Estados-Partes da Convenção da ONU para o Combate à Desertificação, recomendou a Iniciativa como uma das principais prioridades no Continente e que esta seja sancionada pelo Comité de toda a UNCCD.

O.II.3. Redução do Risco de Desastres

649. A Comissão assinou um Memorando de Entendimento (MOU) com o Secretariado da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UN/ISDR) a fim de providenciar um Conselheiro Regional para a Redução do Risco de Desastres (DRR). O Conselheiro reportou à Comissão Económica das Nações Unidas para África de onde ele agora trabalha com a

Comissão para implementar o Programa DRR conforme aprovado pelo Conselho Executivo em Janeiro de 2006.

650. Em colaboração com a UN/ISDR e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente para Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR), que é acolhida pelo Banco Mundial (WB), foi enviada uma missão à CEDEAO a fim de discutir as modalidades de preparação de um programa para a Política da CEDEAO sobre DRR. Do mesmo modo, a CUA e a UNISDR/WB empreenderam uma missão conjunta ao Malawi para sensibilização e consciencialização para um planeamento nacional a fim de implementar o programa DRR. A Comissão, em conjunto com a ISDR, está a preparar-se para trabalhar inas consultas regionais sobre uma Política/Estratégia de DRR para a ECCAS.

O.II.4. Gestão das Águas Transfronteiriças

651. Num esforço para reforçar a implementação da "Declaração de Sirte Declaration sobre os Desafios de Implementação de um Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Agricultura e na Água em África", a Comissão continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Conselho de Ministros Africanos para a Água (AMCOW) para reforçar as Organizações de Bacias Fluviais e Lacustres (R/LBO) existentes ao reuni-las num único corpo organizacional.

652. A Comissão desenvolveu as "Directrizes para Criação de um Acordo de Cooperação para apoio do Desenvolvimento dos Acordos de Bacias" e apresentou-as na 6ª Sessão Ordinária da AMCOW em Brazzaville. Subsequentemente, uma Decisão da AMCOW solicitou à Comissão que divulgasse o documento aos Estados-Membros a fim de ser utilizado como material de referência. A concepção do *layout* das Directrizes foi concluída e está pronta para impressão e divulgação junto dos Estados-Membros. Mais ainda, uma Declaração da AMCOW destacou com satisfação os progressos feitos pela Comissão.

O.II.5. Monitorização Africana do Ambiente para um Desenvolvimento Sustentável (AMESD)

653. No que diz respeito à implementação da Monitorização Africana do Ambiente para um Desenvolvimento Sustentável, foram registados progressos significativos durante o período considerado. O processo de adjudicação foi concluído e foi seleccionada uma empresa que prestará os serviços de Assistência Técnica (TA) para a Unidade de Monitorização do Projecto AMESD (PMU). A Comissão acolheu uma Consulta de Alto Nível sobre a Monitorização Global do Ambiente e da Segurança (GMES) em Outubro de 2007. Foi iniciado o processo para a identificação e contratação de um coordenador no âmbito do Subsídio UE e a Comissão identificou o espaço apropriado para a equipa de assistência técnica.

O.II.6. Um Quadro e Directrizes para Política agrária em África

654. O consórcio conjunto Comissão da União Africana (CUA), Comissão Económica para África das Nações Unidas (UNECA) e o Banco Africano do Desenvolvimento (BAD) sobre Política agrária em África empreendeu várias actividades de aceleração do progresso no que diz respeito ao desenvolvimento de um Quadro e de Directrizes para toda a África em termos de Política agrária. O consórcio fez ainda progressos no desenvolvimento de níveis e indicadores de política agrária para avaliar o desempenho e o progresso na implementação de questões-chave em termos de política agrária aos níveis nacional e regional. O consórcio continuou a explorar e a consolidar as relações estabelecidas no início do ano com instituições líderes, incluindo parceiros de desenvolvimento que lidam com questões de política agrária e de reforma agrária em Àfrica, tais como International Land Coalition (ILC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação Rockefeller, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e as Comunidades Económicas Regionais (CER).

655. A principal tarefa conseguida foi a conclusão das Avaliações e Consultas Regionais sobre Política Agrária na África Austral. A partir das avaliações regionais, foi produzido um documento de discussão de base regional, o qual documenta as principais questões relacionadas com política agrária que deverão orientar o Quadro. O documento apresentou também questões regionais específicas relacionadas com política agrária, bem como as iniciativas e as lições que deverão ser incluídas no Quadro Continental e identificou as lacunas em termos de conhecimentos, institucionais e de recursos, assim como as necessidades de capacidade. Tudo isto constituiu a base de disussões durante as consultas regionais organizadas em Agosto de 2007 pelo consórcio CUA-ECA-BAD, em colaboração com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em Windhoek, na Namíbia. O seminário consultivo reuniu uma ampla gama de partes interessadas em questões de política agrária na região, incluindo representação de alto nível de governos nacionais, da sociedade civil, do sector privado, de centros de excelência e de parceiros de deenvolvimento. As consultas regionais apresentaram recomendações-chave sobre a revisão do documento de base regional, sendo que os seus elementos enriquecerão o projecto de Quadro Continental e de Directrizes da Política Agrária, e apresentaram ainda um roteiro para o desenvolvimento de níveis e indicadores, bem como de mecanismos para avaliação do desempenho dos processos de política agrária.

656. No seguimento da conclusão do Processo Regional da África Austral, foram organizados quatro seminários de iniciação, em colaboração com as respectivas Comunidades Económicas Regionais, para dar início a um processo similar nas regiões de África Central, Oriental, Norte e Ocidental. Foram concluídas avaliações regionais para as regiões da África Oriental e Ocidental e estão em curso avaliações da região da África Central e do Norte de África, em preparação para as consultas regionais que terão início em Janeiro e Fevereiro de 2008 na África Oriental e na África Ocidental respetivamente.

O.II.7. Promoção de Sistemas de Produção Agrícola Sustentáel para Combater a Desertificação em Àfrica

657. Em conformidade com o seu mandato para advogar, sensibilizar e coordenar iniciativas continentais multi-países, a Comissão, através do seu gabinete técnico, o SAFGRAD, preparou um documento de trabalho que enuncia a sua visão, relevância e estratégias para funcionar como um fórum de desenvolvimento agrícola e rural development em zonas semi-áridas. Foi organizado um seminário consultivo subordinado ao tema "*Parceria para um Desenvolvimento Sustentável de Subsistências Rurais em Zonas Semi-áridas"* , tendo estado presentes representantes das CER, organizações regionais e sub-regionais de investigação agrícola para o desenvolvimento, centros internacionais de investigação agrícola, parceiros de desenvolvimento e peritos. Foi desenvolvida uma estratégia abrangente para abordar assuntos cruciais de fim de promover processos de subsistência em zonas semi-áridas de África, juntamente com um conjunto de recomendações relevantes para consideração por parte dos órgãos decisórios da Comissão.

O.II.8. Desenvolvimento das Ferramentas de Monitorização de Recursos Naturais em Fouta Ddjallon Highland (FDH)

658. A Comissão iniciou um programa para criação do "Observatório Regional de Recursos Humanos Fouta Djallon", que irá avaliar e monitorizar as alterações no estado dos recursos naturais nas Terras Altas de Fouta Djallon.

(a) Estudos e Segunda Reunião de Peritos para a Criação do Observatório Regional de Monitorização de Recursos Naturais nas Terras Altas de Fouta Djallon

659. Um projecto de Plano de Acção para a criação do Observatório Regional foi finalizado pelo Gabinete de Coordenação da UA com base nos resultados da Primeira Reunião de Peritos realizada no final de 2006 e também uma revisão das

capacidades existentes. O plano delineou os mecanismos a serem colocados em prática de modo a garantir uma cooperação eficaz de todos os agentes na recolha e processamento de informação relacionada com o estado e a gestão dos recursos naturais. Uma análise institucional de instituições nacionais (ministérios) e de instituições regionais (NBA, OMVG, OMVS), incluindo de programas regionais na área dos recursos naturais, foi concluída por um consultor. O estudo de análise incluiu ainda a identificação de estratégias para trabalho em rede de vários sistemas de monitorização na sub-região. O projecto de Plano de Acção para a criação do Observatório Regional e o relatório sobre a análise institucional foi apresentado para validação na Segunda Reunião de Peritos em Dezembro de 2007.

(b) Desenvolvimento e divulgação de políticas e práticas de gestão de recursos agrários, incluindo de animais para consumo

660. O objectivo do sub-programa é recolher, inventariar e divulgar informação necessária sobre o desenvolvimento sustentável das Terras Altas de Fouta Djallon junto das instituições, partes interessadas e agentes relevantes.

(c) Criação de um Quadro Regional para Cooperação e Sinergia:

661. Foi formalizado um quadro consultivo regional funcional que agrupa todos os programas e projectos no âmbito das Terras Altas de Fouta Djallon. Foram identificados todos os principais agentes e foi obtida informação sobre os seus programas. Realizaram-se discussões com os principais parceiros de desenvolvimento de modo a sensibilizá-los e a convencê-los a colaborar e participar em pleno no processo. Uma primeira reunião de todos os programas e projectos em funcionamento no FDH foi realizada em Dezembro de 2007.

(d) Reforçar a Cooperação Regional nas Terras Altas de Fouta Djallon

662. O principal objectivo desta iniciativa é criar os instrumentos legais e institucionais para cooperação regional que irão reforçar o compromisso dos países

para com a gestão sustentável de solo nas Terras Altas de Fouta Djallon, particularmente com o fim de preservar os seus recursos aquíferos. A afirmação de carácter internacional das Terras Altas de Fouta Djallon facilitará a mobilização de recursos e a coordenação de intervenções na região.

663. Realizou-se em Junho de 2007 uma reunião do Comité Consultivo Regional (RCC) que cntou com a participação de pessoas focais oriundas de todos os Estados-Membros (Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Sierra Leone), representantes da CEDEAO, CILSS, Organizações das Bacias Fluviais (Autoridade da bacia do Níger – Organização do Rio Senegal - OMVS, Organização do Rio Gâmbia), UNEP, FAO e da União Africana, incluindo vários funcionários de Departamentos Técnicos Nacionais, de ONG e dos meios de comunicação social da Guiné (o país anfitrião da reunião). A reunião analisou os documentos de avaliação do Projecto de Gestão Integrada dos Recursos Naturais das Terras Altas de Fouta Djallon e fez recomendações e sugestões para a sua finalização pelo Gabinete de Coordenação e pela FAO.

664. Foi recrutado um consultor regional que, com o apoio dos Serviços Legais de Desenvolvimento da FAO e de um Fundo Fiduciário norueguês, visitou todos os Estados-Membros (a Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Sierra Leone) para identificar modos de aumentar e aperfeiçoar o projecto existente da Convenção do Quadro Legal e Institucional. O Consultor discutiu com funcionários do Governo o projecto disponível da Convenção do Quadro a fim de determinar se o seu âmbito poderá ser aumentado. Este projecto foi analisado, revisto e publicado em inglês e francês.

(e) <u>Mobilização de Recursos</u>

665. No seguimento de recomendações de uma Conferência Ministerial, o Gabinete de Coodenação da União Africana tomou a iniciativa, em colaboração com os Estados-Membros e o apoio da UNEP e da FAO, de conceber um projecto de Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) de apoio ao Programa Fouta Djallon. O

"Projecto de Gestão Integrada dos Recursos Naturais de Fouta Djallon" foi desenvolvido e apresentado ao Conselho da GEF, que aceitou financiá-lo com cerca de 11 milhões de dólares em duas fases que cobrem um período de 10 anos.

666. Os documentos de avaliação do projecto foram concluídos no seguimento da reunião do Comité Consultivo Regional, realizada na Guiné Conacri, e de várias consultas entre o Gabinete de Coordenação da UA, da UNEP e da FAO. Os documentos finalizados foram apresentados à GEF pela UNEP no final de 2007.

O.III. IMPLEMENTAÇÃO DA CAADP: PILAR 2: Melhorar a Infra-Estrutura e as Capacidades relacionadas com o Comércio para Acesso aos Mercados

O.III.1. Mercado Comum Africano de Produtos Alimentares

667. Um dos compromissos feitos durante a Cimeira Extraordinária da UA sobre a Agricultura e a Água, realizada em Sirte, na Líbia, em Fevereiro de 2004, foi o da criação imediata do Mercado Comum Africano de Produtos Agrícolas. A Comissão tem vindo a trabalhar em colaboração com a FAO num projecto com os seguintes objectivos: (i) levar a cabo uma análise do histórico sobre as barreiras ao comércio de produtos alimentares básicos tanto a nível continental como a nível regional; (ii) utilizar os resultados da análise do histórico para preparar uma Estratégia e um Plano de Acção sobre a formação de um mercado comum de produtos alimentares básicos. Os principais contributos deste projecto são: (i) uma Estratégia para formação de um Mercado Comum Africano de produtos alimentares básicos; (ii) um Plano de Acção para formação de um Mercado Comum de produtos alimentares básicos; e (iii) um Relatório de Síntese sobre a análise do histórico. Os estudos foram completados em Setembro de 2007 e houve uma reunião de um Seminário de Partes Interessadas de Alto Nível em Dezembro de 2007 em Adis Abeba para validar as recomendações do projecto.

O.IV. IMPLEMENTAÇÃO DA CAADP: PILAR 3: Aumentar o Fornecimento de Alimentos e Reduzir a Fome

O.IV.1. Programa Africano de Sementes e de Biotecnologia

668. A 8ª Conferência Ordinária da União Africana, que teve lugar em Adis Abeba, em Janeiro de 2007, sancionou o Programa Africano de Sementes e de Biotecnologia (ASBP) enquanto quadro estratégico para o desemnvolvimento do sector das sementes em África e solicitou ainda à Comissão que crie os arranjos institucionais necessários para coordenar a implementação efectiva do ASBP aos níveis nacional, regional e continental.

669. Em Julho de 2007, foram libertados fundos pela FAO para o arranque do Programa de Cooperação Técnica (TCP) no ASBP. A isto seguiu-se uma revisão do orçamento TCP e o desenvolvimento de esboços de perfis de projectos. Em Agosto de 2007, foram produzidos e impresso panfletos sobre o ASBP para divulgação junto de partes interessadas. De Agosto de 2007 a Novembro de 2007, a Comissão, com o apoio financeiro da FAO, levou a cabo missões de sensibilização junto das CER sobre o ASBP. Estas missões foram necessárias para familiarizar as CER com os objectivos, intentos e actividades do ASBP, para identificação de um ponto focal ASBP em cada CER e levar a uma maior discussão sobre os papéis e as responsabilidades das CER na implementação do ASBP a nível regional. Foram ainda levadas a cabo outras discussões sobre os esboços de perfis de projectos com as CER.

O.IV.2. Implementação da Declaração de Abuja Declaration Sobre Adubos para a Revolução Verde Africana

670. A Cimeira Africana sobre Adubos, que teve lugar durante a Cimeira Especial da UA de Chefes de Estado e de Governo em Junho de 2006, adoptou a Declaração de Abuja sobre Adubos para a Revolução Verde Africana. Como continuação da implementação desta decisão, foram preparados questionários

nacionais e regionais sobre adubos pela NEPAD e revistos pelo BAD e pela Comissão, com o contributo técnico da Cooperação internacional de Desenvolvimento de Adubos (IFDC), para serem depois completados pelos Ministérios da Agricultura. Foram preparados, pela NEPAD, dois relatórios semi-anuais sobre os progressos feitos no sentido da implementação desta decisão aos níveis nacional e regional, sendo que os relatórios foram depois apresentados à Comissão em Outubro de 2007. Este relatório foi também distribuído aos Estados-Membros, às CER e a outras partes interessadas relevantes.

671. Uma das decisões adoptadas durante a Cimeira dedicada aos Adubos solicitava às CER que desenvolvessem estratégias regionais de adubos. Como medida para a implementação desta decisão, a Comissão e NEPAD realizaram missões conjuntas às CER em Novembro e Dezembro de 2007 para discussão dos resultados do Segundo Relatório de Progresso Semi-Anual sobre a implementação desta decisão e também para assistir as CER no desenvolvimento das suas estratégias regionais de adubos.

O.IV.3. Posição Africana sobre Organismos Geneticamente Modificados (OGM) na Agricultura e na Segurança Alimentar

672. Foi organizado um seminário sobre biotecnologia que contou com a participação de 56 pessoas oriundas de 25 países e de 16 organizações para discutir um documento sobre os OGM. A necessidade de um comité departamental sobre questões de OGM e de Segurança Biológica foi reiterada e o comité foi aprovado pelo Presidente em Outubro de 2007. No seguimento de recomendações da reunião de peritos, foi organizado um grupo de trabalho composto por partes interessadas relevantes e por eminentes cientistas.

O.IV.4. Quadro para a Segurança Alimentar Africana

673. Em Maio de 2007, realizou-se uma reunião de grupos de referência de peritos para definir o processo de desenvolvimento de um quadro para a Segurança

Alimentar Africana no âmbito do Pilar 3 da CAADP. O projecto de quadro foi desenvolvido entre Julho e Setembro de 2007 e apresentado a várias partes interessadas, incluindo às CER, para outros contributos antes da finalização e apresentação à reunião da Conferência de Ministros Africanos da Agricultura.

674. O Quadro para a Segurança Alimentar Africana (FAFS) aborda os desafios do Pilar III da CAADP e dá prioridade às estratégias e às respostas a estes desafios para assistir os decisores a encontrar soluções de boas práticas para lidar com a fome e a sub-nutrição de modos que apoiem a agenda da CAADP. Este pilar em especial tem como alvo as pessoas que sofrem de forma crónica de insegurança alimentar e as pessoas afectadas pelas emergências e crises. O pilar busca também garantir que as políticas e as estratégias dos outros pilares apoiem os esforços para redução e/ou erradicação da fome e da desnutrição.

O.IV.5. Coordenação de Sistemas Sanitários e Fitossanitários (SPS) em África

675. Foi criado, durante o período considerado, um sistema eficaz para monitorizar a segurança alimentar em África. Foram também criadas ligações com vários parceiros de desenvolvimento para a Capacitação de Sistemas Sanitários e Fitossanitários em África. Tal permitiu a alguns países terem acesso e partilharem informação crítica sobre pragas. O programa da África Oriental recebeu apoio de USAID-APHIS para projectos no Quénia, no Uganda e na Tanzânia, bem como na Zâmbia, sendo que todos os países receberam servidores. A necessidade de expandir o seu trabalho a todos os países da COMESA e da ASARECA (Associação de Investigadores na África Oriental e na África Central), incluindo o Ruanda e o Burundi, está a ser explorada. Tal como na Região da África Oriental, e com o objectivo de avançar com um sistema de Segurança Biológica das Plantas para a África Ocidental, foi organizado um seminário de listagem de pestes de quarentena e Novembro de 2007 em Bamako, no Mali.

O.IV.6. Sistemas de Segurança Alimentar em África

676. Em África, são poucos os países que têm suficientes bases de dados suficientes sobre pragas. Através da colaboração com a União Europeia e a USAID, alguns países africanos tiveram uma facilitação no acesso e na partilha de informação crítica sobre pragas.

O.IV.7. Cimeira de Abuja sobre o Plano de Acção de Segurança Alimentar

677. A Cimeira de Abuja sobre Segurança Alimentar adoptou várias resoluções e solicitou à Comissão e NEPAD que desenvolvam um plano de acção para a sua implementação. A Comissão e a NEPAD, em colaboração com o Comité Técnico Internacional (ITC), que foi essencial na planificação da Cimeira, desenvolveu uma Matriz de Implementação em Maio de 2007. O ITC é composto pela CUA, NEPAD, FAO, WFP, UNECA, IFPRI e pelo Governo da Nigéria. O Comité reuniu em Outubro e Novembro de 2007 para finalizar a Matriz e o relatório para apresentação à Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura em Março de 2008.

O.IV.8. Criação de um Fórum de Agricultores Africanos (AFAFO)

678. Criar um fórum que mobilize as forças e as capacidades colectivas de agricultores de pequena ou média dimensão ou promover e reforçar a sua capacidade, incluindo a das mulheres e dos jovens e das suas organizações, é um objectivo-chave da Comissão. Isto está em conformidade com a promoção da integração regional em África através do desenvolvimento de uma plataforma de trabalho em rede de organizações de agricultores que permita aos agricultores em toda a Àfrica interagirem através de reuniões, de seminários, de boletins, dos meios de comunicação social e outros meios de modo a construir um entendimento comum dos seus problemas e resolvê-los de modo a reduzir a fome e a pobreza em África. Uma das actividades para criar o fórum é realizar um inventário e uma avaliação do estatuto das organizações e cooperativas de agricultores nacionais e

regionais e das suas redes. Foi feito um anúncio para contratar consultores a fim de realizarem esta incumbência. Foi recebido um total de vinte (20) candidaturas, que foram colocadas em lista de chamada. Serão redigidas cartas de nomeação para a Comissão a seu devido tempo.

O.V. IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO PARALELO DA CAADP

O.V.1. Acordos de Acesso aos Recursos Haliêuticos

679. Criou-se um TCP a fim de reforçar a capacidade institucional para um melhoramento qualitativo dos acordos de acesso aos recursos haliêuticos assinados entre os Estados-Membros da UA e o seus parceiros estrangeiros. Os objectivos da assistência são: Realizar uma revisão dos actuais acordos de acesso aos recursos haliêuticos entre os países africanos e entre países africanos e países/instituições estrangeiros, especialmente no que diz respeito aos acordos de acesso e de parceria; Realizar uma análise destes acordos acesso aos recursos haliêuticos e salientar os desafios enfretandos por países africanos na negociação de acordos que irão reflectir os seus direitos e interesses; e Desenvolver uma estratégia/plano de acção para melhorar as capacidades/competências de negociação de países africanos de modo a lidar melhor com os acordos de acesso aos recursos haliêuticos relacionados com a operação de frotas pescadoras em águas distantes estrangeiras.

680. Foi contratado um consultor para realizar consultas com vários Estados-Membros e Orgãos Regionais de Pescas na África Ocidental, na África Austral e na África Oriental a fim de obter as suas perspectivas e preocupações relativamente a Acordos de Acesso aos Recursos Haliêuticos. O consultor elaborou um relatório sobre Acordos de acesso aos recursos haliêuticos e um Plano de Acção que a Comissão poderá implementar. Assim sendo, foi realizado um Seminário Regional sobre Acordos de acesso aos recursos haliêuticos, organizado pela Comissão em colaboração com a FAO e realizado em Adis Abeba, na Etiópia, em Julho de 2007, para validar o relatório e o plano de acção. O Seminário contou com a participação

de 32 pessoas, oriundas do Gabão, do Gana, da Guiné-Bissau, Moçambique, Namíbia, Quénia, Senegal, Seicheles, Tanzânia, CUA, FAO, Comissão Sub-Regional das Pescarias (SRFC) da África Ocidental, da União Económica e Monetária da África Ocidental (WAEMU) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Uma das recomendações imediatas para a Comissão implementar foi o desenvolvimento de um padrão para Acordos de acesso aos recursos haliêuticos que possa ser usado pelos Estados-Membros.

O.V.2. Parceria Estratégica para um Fundo de Investimento de Pesca Sustentável nos Grandes Ecossistemas Marinhos (LME) de África

681. A Parceria Estratégica é uma nova iniciativa para que financiamento adicional da GEF e de outros parceiros fique disponível para países costeiros em África a fim de apoiar pescarias sustentáveis. A iniciativa inclui: (i) o Fundo de Financiamento de Pescas Sustentável, um mecanismo de financiamento que disponibilizará US$60 milhões de subsídios GEF ao longo dos próximos dez anos para co-financiar projectos a nível nacional com vista a uma pesca sustentável, e (ii) a Parceria Estratégica na forma de um Comité Consultivo Regional (RAC) de partes interessadas, doadores, organizações regionais, Programas de Grandes Sistemas Marinhos (LME), etc., liderados pela União Africana para aconselhar o Fundo de Investimento e ajudar a trocar lições aprendidas e a promover assuntos de pesca sustentável no seio da região. A Parceira Estratégica foi lançada em 2006, com negociações em curso até recentemente. Em Julho de 2007 foi anunciado o posto de Coordenador do RAC. Em Setembro de 2007, a CUA e o Banco Mundial assinaram um Acordo de Subsídio de USD 650,000 para o funcionamento do Secretariado do RAC.

O.VI. IMPLEMENTAÇÃO DA CAADP: PILAR 4: Investigação Agrícola, Divulgação e Adopção de Tecnologia

O.VI.1. Melhorar a Produtividade Agrícola e os Rendimentos Rurais por meio do Controlo Biológico de Insectos

682. Durante o período considerado, o SAFGRAD desenvolveu um projecto de Documento sobre como poderia assistir o Burkina Faso no estabelecimento de uma instalação de insectário equipada com divisões frias e um laboratório destinado a eliminar parasitas; providenciar serviço de aconselhamento aos produtores de modo a reforçar e a facilitar o seu acesso a melhores tecnologias, a reforçar a cadeia de valor por meio do apoio a agentes que desempenhem um papel de interface entre aqueles que promovem uma produção aumentada e os mercados; e promover a harmonização regional. Foi assinado um Memorando de Entendimento com os parceiros do projecto no Burkina Faso. Foram também identificados parceiros institucionais-chave da sub-região e pessoas de recurso.

O.VI.2. O Programa Africano de Investigação e de Controlo de Estriga para Reforço da Segurança Alimentar por meio do Controlo de Ervas Parasíticas na Produção de Colheitas em África

683. Durante o período considerado, o SAFGRAD continuou a aprofundar o seu impacto em países participantes na África Ocidental e Central, assim como a expandir actividades de programas nas regiões da África Austral e Oriental. O SAFGRAD facilitou oportunidades de aprendizagem mútuas e experienciais entre cientistas de vários países que trabalham na gestão e controlo da Estriga ao providenciar um fórum regular para troca de pontos de vista, perspectivas, experiências, aspirações e desafios.

684. Consistente com o seu papel de reforço de capacidades, o SAFGRAD desenvolveu um Módulo de Formação para uma Gestão Participatória da Estriga em África. Foi também realizada uma avaliação do estado da Investigação e

Controlo da Estriga em África, abrangendo as iniciativas regionais e sub-regionais existentes de controlo e gestão de Estriga, cobertura geográfica, redes institucionais, abordagens utilizadas e resultados e mecanismos de cooperação.

685. Foi iniciado um Consórcio de Agentes sobre o Controlo e Gestão de Estriga e foi organizado um seminário consultivo com instituições potenciais parceiras na gestão e controlo de Estriga. A reunião consultiva recomendou que o SAFGRAD e a Fundação Tecnológica Agrícola Africana (AATF) desempenhem uma papel de liderança no mapeamento de áreas de infestação com Estriga em África, que definam uma investigação prioritária em áreas críticas e que empreguem tecnologias comprovadas para controlo. O SAFGRAD e a AATF encontram-se a trabalhar sobre esta recomendação.

O.VI.3. Reforçar a Utilização Eficaz de Água da Chuva e de Nutrientes para uma Melhor Produçã de Colheitas, de Rendimentos Agrícolas e de Subsistências Rurais;

686. O SAFGRAD continuou a colaborar com os seus parceiros e partes interessadas na documentação e análise do progresso da primeira fase do projecto piloto na Bacia do Volta que engloba o Burkina Faso e o Gana, com vista a formular conjuntamente mecanismos eficazes de divulgação e abordagens para aumento e redução para além de zonas semi-áridas na Bacia do Volta. O SAFGRAD também contribuiu para o reforço da capacidade de agentes-chave (Sistemas Nacionais de Investigação Agrícola (NARS), agricultores, Organizações da Sociedade Civil (CSO)) por meion da organização de vários seminários de formação para uma aprendizagem experiencial e eficácia. O SAFGRAD deu início ao processo de desenvolver um documento de programa que fará um inventário de iniciativas sub-regionais e regionais existentes, de características salientes, distribuições geográficas, abordagens usadas, instituições envolvidas, resultados alcançados; analisar pontos fortes e fracos; e identificar e desenvolver áreas estratégicas a serem abordadas, assim como delinear opções e mecanismos para eficácia na abordagem de questões estratégicas.

O.VII. PROGRAMAS ESPECIALIZADOS

O.VII.1. PATTEC (Campanha Panafricana de Erradicação de Tsétsé e da Tripanossomíase)

687. A Comissão continou, durante o período considerado, a convocar acções e a garantir que as actividades necessárias para a eliminação de tsétsé e da tripanossomíase sejam iniciadas e mantidas. Isto inclui o desenvolvimento de projectos de erradicação de tsétsé e da tripanossomíase, assim como formação para gerar as capacidades técnicas necessárias para executar actividades de erradicação da tripanossomíase. A Comissão esteve também envolvida em esforços com vista a criar uma maior consciencialização a respeito do propósito da iniciativa PATTEC e para mobilizar recursos em apoio da guerra de África contra a tripanossomíase.

688. Desde a adopção da decisão da Cimeira de iniciar uma Campanha Panafricana de Erradicação de Tsétsé & Tripanossomíase (PATTEC) em Julho de 2000, foram registados vários feitos no sentido da implementação da decisão: foi desenvolvido e adoptado pelos países afectados um Plano de Acção continental para implementar os objectivos da PATTEC. Um Gabinete de Coordenação PATTEC foi incorporado na estrutura da Comissão da UA. Reconhecendo o âmbito crescente das actividades do papel e mandato da Comissão na implementação da PATTEC, a Cimeira em Cartum adoptou uma decisão autorizando a Comissão a efectuar as alterações necessárias na estrutura do Gabinete de Coordenação a fim de este poder dar resposta às suas crescentes responsabilidades.

689. A Comissão mobilizou USD70 milhões (em pequenos subsídios e bolsas) do Banco Africano do Desenvolvimento para apoiar as actividades da PATTEC em 6 países. Foram garantidos outros USD360 milhões em promessas e compromissos declarados numa conferência especial de dadores sobre a PATTEC, organizada conjuntamente pela Comissão e pelo BAD em Adis Abeba em Fevereiro de 200.

Todos os recursos foram virtualmente consagrados pelos países afectados, o que indica que muitos países compreendem agora a gravidade da tripanossomíase enquanto constrangimento de saúde, de desenvolvimento e de produtividade e que estão determinados a erradicá-la.

690. O Banco Africano de Desenvolvimento prometeu US$75 milhões para apoiar um segundo grupo de países na próxima fase do programa da PATTEC apoiado pelo BAD. A Organização Mundial da Saúde (OMS) contribuiu com um total de USD90,000 para apoiar o trabalho da Comissão no desenvolvimento e divulgação de publicidade e de materiais de informação pública. O Gabinete de Coordenação da PATTEC tem estado envolvido, em nome dos Estados-Membros afectadso, nos esforços de mobilização de recursos para apoio da implementação da PATTEC e encetou um diálogo com a BADEA, com a Fundação Bill and Melinda Gates, com a Organização Mundial da Saúde, com a Agência Internacional da Energia Atómica e com o Banco Islâmico de Desenvolvimento, sendo que todos manifestaram vontade de apoiar a PATTEC e a Comissão foi convidada para novas discussões.

691. O Botsuana e a Namíbia alcançaram com sucesso a erradicação de tsétsé e da tripanossomíase e estão agora livres de tsétsé e da tripanossomíase. Países na região CEMAC desenvolveram um plano abrangente para a erradicação de tsétsé e da tripanossomíase. A Comissão foi mediadora de discussões entre vários grupos de países para desenvolvimento de modalidades de cooperação na erradicação conjunta de tsétsé e da tripanossomíase em áreas comuns de infestação de tsétsé, incluindo o Sudão e a Etiópia; Angola, Botsuana, Namíbia e Zâmbia; Burundi, Ruanda e Tanzânia; Camarões, República Centroafricana, Chade e Nigéria; Benim, Burkina Faso, Níger, Nigéria e Togo; Moçambique e África do Sul; Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué.

692. A Comissão levou a cabo várias funções de apoio, incluindo a organização de cursos de formação; desenvolvimento de propostas de projectos para áreas identificadas de projectos; preparação e divulgação de publicidade e de materiais de informação pública; consultas com países afectados e parceiros para lhes relembrar

as suas obrigações individuais e colectivas para com a implementação da PATTEC; e mobilizar acção; e monitorização e avaliação do progresso na execução dos projectos da PATTEC. Foram encetadas discussões com Comunidades Económica Regionais (CEDEAO, COMESA, SADC, CEMAC e EAC) sobre o desenvolvimento de um quadro duradouro através do qual se pode concretizar a cooperação entre a Comissão e as CER na promoção, apoio e coordenação das actividades PATTEC.

O.VII.2. AU-IBAR (Gabinete Inter-Africano para Recursos Animais)

693. Enquanto órgão técnico especializado da UniÃo Africana, o portfolio do AU-IBAR abarca todos os aspectos do desenvolvimento de Recursos Animais no continente. De acordo com a visão da Comissão e em harmonia com o mandato do Departamento da Economia Rural e da Agricultura, o AU-IBAR leva a cabo o seu trabalho através das Comunidades Económicas Regionais (CER) e de outras instituições relevantes em Estados-Membros. O objectivo final é o alívio da pobreza e o melhoramento da segurança alimentar, especialmente entre os rurais pobres. As actividades-chave empreendidas durante o período considerado foram as seguintes:

O.VII.3. Projecto Ambiental de Vida Selvagem e de Gado em terreno árido (DLWEIP)

694. Este projecto assistiu comunidades no desenvolvimento de Planos de Gestão de Recursos Naturais com delimitação de áreas dedicadas à conservação, estabelecimento e pastagem no seus sítios-piloto (Burkina Faso e Quénia) e nova sementeira de terras degradadas. Pessoas de comunidades pastorícias receberam também formação sobre a prevenção de conflitos relacionados com o uso de recursos naturais, sobre redes de trabalho e sobre *lobbying*. O projecto facilitou a consciencialização entre proprietários nómadas de gado e animais para consumo relativamente à legislação aos níveis nacional e sub-regional levels em relação a movimentos transfronteiriços de animais para consumo. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aprovou, no âmbito do Fundo Fiduciário

Perez-Guerrero (PGTF), um projecto sobre "*Desenvolvimento e reforço de mecanismos para resolução de conflitos de recursos naturais partilhados nos ecossistemas Karamajong na África Oriental*" a ser implementado pelo AU-IBAR.

O.VII.4. Programa de Desenvolvimento do Pastorício do Nordeste (NEPDP)

695. Este projecto facilitou agentes do sector privado e público em áreas pastorais ao providenciar-lhes serviços essenciais para abrir mercados para gado e animais para consumo e produtos oriundos desses animais. Este acesso melhorado aos mercados providenciou oportunidades para aumento de rendimentos domésticos e de segurança alimentar. Tal foi alcançado através de apoio institucional, advocacia de políticas, provisão de serviços financeiros e não-financeiros e provisão de vigilância de doenças e de serviços de saúde animal. O projecto fez progressos significativos com ganos visíveis nas capacidades das instituições-alvo e ganhos concomitantes nos rendimentos domésticos. O projecto gerou também lições que poderão ser adaptadas a outras áreas pastoris na região.

O.VII.5. Participação de Nações Africanas em Organizações Estipuladoras de Padrões Sanitários e Fitossanitários (PAN-SPSO)

696. Foi acordado um projecto de €3.86 millhões com a Comissão da UE, aguardando assinatura antes de Dezembro de 2007. Com o apoio das CER, o Secretariado dos ACP autorizou o AU IBAR a implementar este projecto em parceria com o AU-IAPSC (Yaoundé) que visa reduzir a pobreza e reforçar a segurança alimentar em África por meio de um melhor acesso ao comércio e mercados internacionais. O projecto irá também facilitar a participação efectiva de Estados-Membros para cumprir as exigências de organizações estipuladoras de padrões e melhorar a capacitação na implementação de padrões e medidas de segurança alimentar. Neste sentido, o projecto abarca também aspectos do pilar 3 da CAADP.

O.VII.6. Programa de Certificação de Gado e Animais para consumo na Somália (SOLICEP)

697. O AU-IBAR foi contactado pela Comissão Europeia em Junho de 2007 para assistir uma Somália devastada na criação de um sistema credível de certificação de Gado e Animais para consumo que irá contribuir significativamente para a subsistência de proprietários somali de gado e de animais para consumo por meio do reforço das exportações animais. O IBAR completou com sucesso a proposta de projecto de €2.8 milhões, que foi aceite para financiamento pela CE.

O.VII.7. Programa de Apoio para Planos de Acção Integrados Nacionais (SPINAP)

698. Um grande esforço foi envidado durante o período considerado para controlar a Gripe Aviária Altamente Patogénica (HPAI) no continente. O projecto de €22.5 milhões SPINAP foi assinado entre o AU- IBAR e a UE a 30 de Abril de 2007 por um período de três anos e abarca 47 países do ACP. O projecto aborda lacunas financeiras e as necessidades de Planos de Acção Nacionais de países individuais relativamente ao controlo da HPAI. O projecto pretende contribuir para a redução do impacto sócio-económico da gripe aviária e humana (AHI) e a potencial perda de vidas humanas. O projecto irá também reforçar as capacidades nacionais de prevenção e controlo da AHI.

699. Actualmente muito avançado na sua fase de iniciação, o projecto recebeu grande apoio de países participantes. Foi realizada a divulgação de informação a pessoal do nível da política e da implementação em todos os 47 paíse, incluindo um padrão normalizado de pedido par ser usado para aquisição de fundos. Foi também criada uma atribuição de financiamento de modo a que cada país tenha um guia simples para saber quais os fundos que lhes podem ser atribuídos. Tudo o que é mencionado acima foi adoptado e sancionado pela Primeira Reunião do Comité de Direcção, presidida pelo Director da Economia Rural e da Agricultura, realizada com todos os membros e partes interessadas na Sede da UA em Adis Abeba em

Setembro de 2007. O spaíses começaram já a candidatar-se aos fundos, que estão actualmente no AU-IBAR, e está em curso o recrutamento de pessoal para o projecto.

O.VII.8. Unidade de Coordenação da Erradicação da Peste Bovina do Ecossistema Somali (SERECU)

700. Este projecto diz respeito à erradicação final da temida Peste Bovina em África. O período considerado faz parte da fase de transição entre a SERECU I (terminada em Fevereiro de 2007) e a SERECU II – a ter início em 2008. As actividades limitadas realizadas durante esta fase foram financiadas pela FAO através de uma Carta de Acordo (LoA) e incluem: um seminário de partes interessadas para análise do progresso feito na verificação da eliminação da doença, incluindo a preparação do proposta de projecto da SERECU II; uma reunião consultiva do Programa de Erradicação Global de Peste Bovina (GREP), durante a qual foi delineado um caminho para garantir que todos os países Africanos alcançam a eliminação da Peste Bovina até 2010; e investigações de acompanhamento em locais seropositivos na Somália para averiguar o estado da Peste Bovina nestas áreas.

O.VII.9. Conselho Científico Internacional para Tripanossomíase e Controlo (ISCTRC)

701. O Conselho realizou a sua 32ª Reunião do Comité Executivo em Setembro e a 29ª Conferência Estatutária Bienal em Outubro de 2007 em Luanda e Angola respectivamente. O Comité, composto por representantes de países da Região Africana, da FAO, IAEA,OMS, PAAT, ILRI, CIRDES, ICIPE, PAAT e PATTEC, aperfeiçoou e sancionou o programa da Conferência, analisou o progresso ao longo dos últimos dois anos e apresentou recomendações para reforço de instituições, incluindo TIC na Gâmbia. A Conferência contou com a participação de 200 cientistas de 34 países (26 oriundos de África) e de 14 organizações internacionais.

O.VII.10. Colaboração Multi-institucional

702. Em colaboração com o ILRI, CDC, FAO, OVI e Laboratórios de Referência FAO/OIE, o AU-IBAR organizou cursos de formação avançada em laboratório sobre diagnóstico da Gripe Aviária Altamente Patogénica (HPAI). O objectivo é ter uma rede de laboratórios em África capazes de confirmar diagnósticos de HPAI como um dos pilares cruciais de implementação dos planos de acção integrados nacionais para a prevenção e controlo da HPAI. Foram também estabelecidos arranjos de colaboração com a USAID e o ILRI para empreendimento de Vigilância Participatória Epidemiológica e de Vigilância Participatória de Doenças relativamente à HPAI em África. Uma equipa da FAO foi integrada no AU-IBAR em parceria na criação do Gabinete Regional de Saúde Animal da África Oriental.

O.VII.11. A Parceria ALIVE

703. Instituições internacionais como a FAO, a OIE, o ILRI e outras associaram-se ao IBAR desde 2005 por meio de um acordo de Parceria no âmbito da Plataforma ALIVE. A transferência da Presidência do Comité Executivo para o AU/IBAR foi concluída em Setembro de 2007 durante a 10ª Sessão do Comité Executivo e da 3ª Assembleia Geral da Parceria ALIVE. Esta transferência foi a segunda fase no processo planeado para que a UA assuma a posse da Governação ALIVE, um processo que teve início em Junho de 2005 quando a Presidência da Assembleia Geral, o órgão de criação de políticas da Parceria, foi transferida para o Comissário da UA de Economia Rural e Agricultura.

O.VII.12. Boletim de Saúde & Produção Animal

704. Durante o período considerado, foi publicada uma edição especial do "Boletim da Saúde e Produção Animal em África" dedicada à Gripe Aviária.

O.VII.13. Iniciativa de Política Pastorícia: Um Quadro de Políticas sobre o Pastorício em África

705. A Comissão está ciente da luta e do potencial dos povos pastorícios em África. A fim de abordar os problemas de comunidades pastorícias, foi lançada uma Iniciativa de Política Pastorícia para desenvolver um Quadro de Políticas sobre o Pastorício em África que irá assegurar e proteger as vidas, a subsistência e os direitos do povo pastoris e das suas comunidades. O Quadro providenciará a base para um compromisso continental para com o desenvolvimento politico, social e económico de comunidades pastoris. Em parceria com a UN OCHA-PCI, foi organizado um seminário de iniciação em Julho de 2007 em Isiolo, no Quénia. O seminário reuniu participantes de diferentes origens pastoris Africanas: membros de governos africanos, líderes de comunidades pastoris, funcionários de Comunidades Económicas Regionais, institutos de investigação, organizações bilaterais e organizações não-governamentais. Foi formado um grupo de trabalho e as avaliações e consultas regionais são os próximos passos. O quadro de políticas será então apresentado para maior consideração e adopção por parte dos órgãos apropriados da UA.

O.VII.14. Alterações Climáticas face ao Gado e Animais para consumo em Àfrica

706. O AU-IBAR tem estado envolvido na preparação de uma conferência internacional sobre as implicações das alterações climáticas nos sistemas de produção agrícola nos países ACP, a ser organizada no próximo ano pelo Acordo de Cooperação Técnica (CTA). Uma proposta conjunta com o ILRI sobre “Apoiar os vulneráveis: Aumentar a capacidade de adaptação de comunidades agro-pastoris às alterações climáticas na África Ocidental e Austral utilizando uma abordagem de investigação transdisciplinar” foi preparada e apresentada ao BMZ para um projecto de 3 anos de 2008 a 2010.

O.VII.15.UA-IAPSC (Conselho Fitossanitário Inter-Africano)

707. O Conselho Fitossanitário Inter-Africano é mandato pelos Estados-Membros da UA para garantir a coordenação na prevenção, preparação para emergências e controlo de doenças e pragas de plantas e de produtos vegetais. Em colaboração com Organizações Nacionais de Protecção das Plantas (NPPO), o IAPSC assiste os Estados-Membros na adopção de Padrões Internacionais de Medidas Fitossanitárias; no reforço de capacidades de recursos humanos em medidas fitossanitárias; no desenvolvimento de areas de legislação fitossanitária, capacidades de diagnóstico de pragas, análise de risco de pragas, vigilância, áreas livres de pragas, locais e sítios de produção, relatórios e erradicação de pragas, sistemas de inspecção em pontos de entrada e de saída e certificação de exportação; e na promoção de acesso aos mercados através da adopção de padrões internacionais de medidas fitossanitárias.

708. O maior desafio do gabinete do IAPSC durante o período considerado foi a progressiva implementação da Estratégia Africana Comum de Protecção de Plantas, destinada a garantir uma produção de alimentos e de forragens sustentável, um melhor acesso aos mercados e uma protecção duradoura do ambiente e do recursos naturais; e o desenvolvimento de capacidade para garantir o cumprimento das medidas da Organização Mundial do Comércio-SPS e ISPM. As actividades planeadas e implementadas pelo IAPSC durante o período considerado foram as seguintes:

(a) <u>Reforço das Capacidades de Quarentena de Plantas no Estados-Membros da UA</u>

709. No seguimento da implementação bem sucedida de três seminários de formação em Comunidades Económicas Regionais (SADC, COMESA e ECCAS), foram envidados esforços no sentido de organizar seminários de igual capacidade de desenvolvimento nas regiões da CEDEAO e da UMA para assistir os

comerciantes e produtores locais na obtenção de certificação de exportação e facilitar produções para exportação de acordo com as exigências OMC. Estes seminários ajudaram a reforçar a saúde das plantas nas diferentes sub-regiões do continente relativamente à intercepção e recolha rotineira de espécimes de plantas e de produtos vegetais. O IAPSC também estabeleceu e consolidou as suas relações com pontos principais da NPPO de todo o continente.

(b) Controlo de Pragas Transfronteiriças em África: O Caso de Aves Granívoras (Quelea spp)

710. Foi concebido um programa destinado a promover técnicas e métodos mais acessíveis de controlo de aves granívoras no âmbito da consolidação dos órgãos de protecção das plantas nos Estados-Membros da UA. A fase preliminar (identificação de países afectados por aves *quelea*) foi também concluída. Os países identificados como zonas de alto risco de infestação *Quelea* incluem a Mauritânia, o Mali, o Níger, a Gâmbia, o Senegal, o Chade, os Camarões, a Nigéria, a República Democrática do Congo, a Zâmbia, a Namíbia, o Botsuana, a Tanzânia, Moçambique, o Zimbabué, a África do Sul, Etiópia, Quénia e o Sudão.

(c) Assistência de Emergência para Controlo do Gafanhoto nómada (Gafanhoto Vermelho)

711. Em Agosto de 2007 e a pedido da Organização Internacional de Controlo do Gafanhoto nómada (Gafanhoto Vermelho) na África Central e Austral (IRLCO-CSA), o IAPSC providenciou apoio logístico à operação especial de controlo do Gafanhoto nómada (Gafanhoto Vermelho). Recorrendo à aplicação estratégica de bio-pesticidas na Bacia do Malagarasi, as Planícies Iku-Katavi e em Rukwa Sul, o IAPSC foi capaz de providenciar alívio significativo face à invasão de gafanhotos.

(d) Criação de Parcerias e Colaboração Internacional

712. O IAPSC deu passos significativos para o reforço de relações com parceiros nacionais e internacionais. Foram iniciados acordos de parceria entre o IAPSC e a Crop Life Camarões e HYDRAC (Hidrocarbonetos, Análises e Controlos). Estão em curso preparativos de materiais de informação e divulgação conjuntos enquanto ferramenta de reforço da consciencialização pública relativamente às tarefas do IAPSC e da Crop Life Camarões, assim como uma organização conjunta de seminários de formação. As discussões com a HYDRAC estão numa fase avançada para a criação de dois laboratórios de referência para análises de resíduos e formulação de pesticidas.

(e) Harmonização do Controlo do Gafanhoto do Deserto na Região Ocidental

713. No âmbito do contexto de um controlo global de gafanhotos na África Ocidental, foi enviado um memorando aos Ministros responsáveis pela Protecção de Plantas nos países em questão e nos países em risco, memorando esse que propunha a criação de uma **Organização Inter-Estatal de Controlo do Gafanhoto do Deserto para a Região Ocidental (IDLCO-WR)**. Os Estados-Membros na África Ocidental foram encorajados e apoiar a iniciativa para controlo da invasão do Gafanhoto do Deserto.

(f) Participação da Nações Africanas em Organizações Estipuladoras de Padrões Sanitários e Fitossanitários (PAN-SPSO)

714. O objectivo do projecto da PAN-SPSO é contribuir para a redução da pobreza e para uma segurança alimentar reforçada em África por meio de um maior acesso de produtos agrícolas de países Africanos a mercados internacionais. Enquanto projecto-conjunto que envolve o AU-IBAR, o IAPSC deu início à implementação dos aspectos da saúde das plantas deste projecto.

O.VII.16.PANVAC (Centro Panafricano de Vacinação Veterinária)

715. O PANVAC prosseguiu com a sua missão de promoção da disponibilidade de vacinas seguras, eficazes e financeiramente comportáveis, de facilitação do desenvolvimento e da introdução de vacinas melhores ou novas e do reforço da capacidade de África para desenvolviment, produção e garantia de qualidade de vacinas veterinárias. O trabalho centrou-se no controlo de qualidade independente internacional da Pleuropneumonia Bovina Contagiosa (CBPP) nos Camarões, Etiópia, Mali, Níger e Botsuana; a Peste dos Pequenos Ruminantes (PPR) no Níger e no Botsuana e na Doença de Newcastle no Mali. O processo de adjudicação para equipar o laboratório de produção de reagents foi concluído e foi seleccionado um empreiteiro para o trabalho identificado. O PANVAC também padronizou e harmonizou técnicas de controlo de qualidade em África, manteve o repositório de produtos biológicos e submeteu linhagens celulares e vacinas a laboratórios veterinários nacionais do Mali, Camarões, Senegal, Nigéria e Quénia. Realizou-se um curso de formação sobre a harmonização de técnicas de controlo de qualidade em Debre Zeit, na Etiópia, de 19 a 30 de Novembro de 2007. Chegou-se a um acordo entre o PANVAC e a Unidade Empresarial de Vacinação em França para facilitar a produção do primeiro lote experimental de vacina contra a Gripe Aviária Altamente Patogénica no Egipto e para organizar conjuntamente, em 2008, um seminário sobre o uso de novos adjuvantes para a produção de vacinas inactivas.

716. Para capacitação, o PANVAC organizou três cursos de formação sobre (i) Implementação da Garantia de Qualidade em Laboratórios produtores de Vacinas Veterinárias (22 a 26 de Outubro de 2007) em Nairobi (Quénia) para directores de laboratórios produtores de vacinas nos Camarões, Níger, Mali, Etiópia, Botsuana, Quénia, Moçambique, Zâmbia, Nigéria, Egipto e o Chade; (ii) Harmonização do Controlo de Qualidade de Vacinas Veterinárias (CBPP e PPR) de 19 a 30 de Novembro de 2007, em Debre Zeit (Etiópia) para funcionários responsáveis por laboratórios produtores de vacinas nos Camarões, Níger, Mali, Etiópia, Botsuana, Quénia, Moçambique, Zâmbia, Nigéria, Chade e Zimbabué; e (iii) Manutenção e calibração do equipamento laboratorial de 17 a 21 de Dezembro de 2007, em Debre

Zeit (Etiópia) para diretores de laboratórios produtores de vacinas nos Camarões, Níger, Mali, Etiópia, Botsuana, Quénia, Moçambique, Zâmbia, Nigéria, Egipto e Chade. O PANVAC providenciou ainda aconselhamento técnico ao Departamento de Gado e Animais para consumo da União Económica e Monetária da África Ocidental e ao laboratório veterinário de Kabul (Afeganistão).

717. Em Julho de 2007, o PANVAC organizou a Quarta Reunião Panafricana de Directores de Laboratórios Nacionais de Vacinas Veterinárias em Pretória (África do Sul) que contou com a participação de Directores e Representantes de 13 laboratórios de vacinas veterinárias (Botsuana, Camarões, Chade, Egipto, Etiópia, Quénia, Mali, Moçambique, Níger, Nigéria, Senegal, África do Sul e Zâmbia), assim como de representantes de organizações internacionais. Foi organizado um seminário conjunto do PANVAC, FAO e AU-IBAR sobre a erradicação final de Peste Bovina em África em Adis Abeba (Etiópia) de 10 a 12 de Dezembro de 2007. O seminário contou com a participação de Directores dos Serviços Veterinários dos Camarões, República Centroafricana, Chade, Djibouti, Etiópia, Gambia, Quénia, Níger, Nigéria e Somália.

718. O PANVAC trabalhou no sentido de reforçar relações com organizações técnicas internacionais como a Agência Internacional de Energia Atómica (IAEA), a FAO, a Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE), o Instituto Internacional de Investigação de Gado e Animais para consumo (ILRI), os laboratórios de referência da OIE em França e no Reino Unido e o Laboratório Internacional de Biologia Molecular (USA) e o recentemente aberto Centro Regional de Saúde Animal (RAHC).

P. ASSUNTOS ECONÓMICOS

719. A Comissão, ao longo do período considerado, empreendeu várias actividades que consistiram na realização de estudos, na organização de reuniões, na participação em reuniões de organismos parceiros e na formação em matéria de integração.

P.I. A SEGUNDA CONFERÊNCIA DE MINISTROS AFRICANOS DA INTEGRAÇÃO

720. Os Ministros africanos da integração realizaram a sua Segunda Conferência em Kigali, no Ruanda, nos dias 26 e 27 de Julho de 2007. A Conferência foi precedida, nos dias 24 e 25 de Julho de 2007, por uma reunião de peritos que examinou essencialmente um estudo sobre a racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CER) preparado e apresentado pela Comissão.

721. O estudo foi realizado com base em dados disponíveis e consultas com os Estados-Membros e as CER. Uma vez que nem todos os Estados-Membros tinham conseguido responder ao questionário que lhes tinha sido enviado pela Comissão no âmbito do estudo, e a fim de permitir que as CER o enriquecessem eventualmente, foi recomendado o envio do estudo aos Estados-Membros, os quais, após consultas do seu sector privado, da sua sociedade civil e de outras partes envolvidas, os países enviariam comentários à Comissão. Dado que não foi ainda registada nenhuma reacção da parte das CER, a Comissão aguarda da parte dos Estados-Membros comentários a explorar para aperfeiçoamento do estudo.

722. A Reunião Ministerial debruçou-se igualmente sobre as três questões temáticas que se seguem:

P.I.1. Poderá África vencer o desafio da sua integração económica e política ? Será o exemplo europeu um modelo?

723. A Reunião, reconhecendo que o exemplo europeu constitui uma fonte de inspiração graças aos seus sucessos, é da opinião que África deverá elaborar o seu próprio modelo de integração no quadro da União Africana, dado que os desafios que o continente enfrenta são diferentes dos da Europa ; e é da opinião que, para este efeito, será necessário apoiar as actividades das CER na elaboração de políticas comuns.

P.I.2. Criação de um Mercado Comum em África: resultados obtidos, desafios a vencer e perspectivas futuras (o caso da COMESA)

724. A Reunião deu destaque ao desenvolvimento das infra-estruturas, à criação de mecanismos de financiamento de projectos apropriados, à diversificação da produção a fim de servir o mercado resultante da integração, ao reforço das capacidades dos órgãos regionais e continentais de integração, à livre circulação de bens, assim como à coordenação e harmonização dos programas e actividades das CER.

P.I.3. Mobilidade de factores de produção entre os Estados : um elemento catalisador ou um obstáculo ao processo de integração regional?

725. A Reunião recomendou que a Comissão, em colaboração com a UNECA e o BAD, trabalhe com os Estados-Membros no sentido da harmonização das leis comerciais e financeiras com vista a promover a livre circulação dos capitais, que tome as medidas necessárias para acelerar o processo de criação de bolsas de valores panafricanas para reforçar a mobilização de recursos financeiros no continente- Por outro lado, a Reunião solicitou aos Estados-Membros a criação de um ambiente propício à mobilidade dos factores de produção e a criação de mecanismos de luta contra as actividades criminosas e solicitou às CER a

harmonização, em colaboração com os Estados-Membros, de leis regentes da imigração com vista a promover a livre circulação de pessoas.

P.II. SEGUNDA EDIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO NO DOMÍNIO DA INTEGRAÇÃO

726. No quadro do reforço das capacidades humanas das CER e dos Estados-Membros, a Comissão organizou a Segunda Edição de Formação no Domínio da Integração Regional, em colaboração com o Instituto Africano de Desenvolvimento Económico e de Planificação (IDEP) e do Banco Árabe para o Desenvolvimento em África (BADEA), que financiou a formação. As sessões anglófona e francófona da formação tiveram lugar respectivamente de 13 de Agosto a 7 de Setembro de 2007 e de 22 de Outubro a 16 de Novembro de 2007, na Sede do IDEP, em Dacar, no Senegal. Os principais módulos da formação são os seguintes :

- Integração económica : questões conceptuais e teóricas e integração panafricana;
- Programa multinacional no quadro da integração regional;
- O regionalismo no quadro da economia mundial;
- Os problemas comuns ao regionalismo africano ;
- Cooperação monetária e integração económica africana ;
- Reforço das capacidades para a integração económica africana;
- Políticas e estratégias individuais no quadro de uma integração regional ;
- Rumo a uma Comunidade Económica Africana/ União africana.

727. Os estagiários da Comissão, das diferentes CER, dos Estados-Membros e também do sector privado expressaram a sua satisfação quanto a conteúdo dos cursos, à excelente organização da formação e ao profissionalismo com que os professores conduziram os seus cursos.

P.III. A DÉCIMA TERCEIRA CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL (CEEAC)

728. A convite do presidente em exercício da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), o Presidente Denis SASSOU-N'GUESSO, da República do Congo, a Comissão tomou parte, de 22 a 30 de Outubro de 2007, em Brazzaville, na República do Congo, na reunião da Comissão Consultiva, no Conselho de Ministros, assim como na Décima Terceira Sessão Ordinária da Conferência de Chefes de Estados e de Governo desta Comunidade.

729. As seguintes questões essenciais chamaram a atenção da Conferência :

P.III.1. O Projecto de Visão Estratégica da CEEAC

730. O Secretariado Geral da CEEAC apresentou um Projecto de Visão Estratégica para a integração da região, com actividades programadas para dezoito anos e portanto realizáveis até 2025. Estas actividades estruturadas em torno de quinze eixos estratégicos são repartidas em actividades de curto, médio e longo prazo e dizem respeito a todos os projectos e programas de segurança e integradores da região da África Central. Tendo em conta os desafios da região e a capacidade financeira e humana do Secretariado Geral, a Conferência manteve os seguintes três eixos de actividades prioritários a realizar até 2015 :

(a) <u>A Paz, a Segurança e a Estabilidade:</u>

731. Á semelhança do Conselho de Paz e Segurança da UA, a CEEAC é dotada de um órgão denominado : « Conselho de Paz e Segurança da África Central » (COPAX) que repousa sobre dois pilares essenciais, a Força Multinacional da África Central (FOMAC) e o Mecanismo de Alerta Rápido da África Central (MARAC). A FOMAC, dotada de um Estado-Maior geral, assegura igualmente o papel de Brigada Regional em Alerta (BRA), unidade regional da Força Africana em Alerta

(FAA) preconizada pela UA. Quanto ao MARAC, este tem como objectivo fornecer às instâncias de decisão da CEEAC informações e análise necessárias para gestão de crises e para a prevenção de conflitos.

(b) As grandes infra-estruturas, nomeadamente os transportes :

732. Para a livre circulação de pessoas, de bens, de serviços e de capitais, um parâmetro essencial da integração, afigura-se como sendo primordial acelerar a colocação em prática do Plano Directivo Consensual de Transportes na África Central (PDCT-AC) por meio da harmonização das regulamentações nacionais, da mobilização de recursos necessários para a realização de estudos de exequibilidade e de projectos susceptíveis de ligar as capitais dos Estados-Membros em termos de estradas asfaltadas e de pontes como a ponte (estrada e caminho-de-ferro) prevista entre Brazzaville e Kinshasa.

(c) A Energia, a Água e o Ambiente:

733. A política energética da CEEAC é colocada em prática pelo Fundo Energético da África Central (PEAC), criado em Abril de 2003 e que repousa sobre os dois seguintes pilares principais : os Projectos integrados prioritários (PIP) e o Programa-Piloto de Electrificação Fronteiriça (PPET). Enquanto o PIP visa o desenvolvimento ou a reabilitação de locais ou de barragens eléctricas, assim como a interconexão eléctrica intra-regional e até mesmo extra-regional, o PPET visa a electrificação de localidades fronteiriças a partir de instalações eléctricas dos país fronteiriços mais próximos. Em matéria de recursos de água, a Conferência decidiu « promover a gestão integrada de recursos de água e criar no seio do Secretariado-Geral da CEEAC um quadro apropriado de coordenação e de harmonização das actividades nessa matéria».

P.III.2. A transformação do Secretariado-Geral da CEEAC em Comissão

734. A transformação permitirá ao Secretariado-Geral da CEEAC exercer prerrogativas de coerção sobre os Estados-Membros em caso de não-aplicação das decisões, directivas ou regulamentos da Comunidade, nos domínios em que os Estados lhe concedido uma certa soberania. A ideia da transformação do Secretariado-Geral em Comissão foi mantida pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo, sob reserva de um estudo de clara especificação dos contornos. A Conferência decidiu ainda reconduzir o General Louis Sylvain Goma nas suas funções de Secretário-Geral da CEEAC por um novo mandato de 4 anos.

P.III.3. A assinatura dos Acordos de Parceria Económica (APE)

735. A África Central e a União Europeia (UE) assinaram, a 16 de Julho de 2004, um Roteiro das negociações dos APE segundo o qual as duas partes deverão conduzir as negociações em três fases em torno das seguintes questões:

- O aprofundamento da integração regional na África Central ;
- O reforço das capacidades e a nivelação das economias dos Estados, assim como a elaboração da estrutura e dos conceitos-chave dos Acordos ;e
- A liberalização comercial, o acesso aos mercados, a determinação do período de transição e a cobertura dos produtos.

736. Após várias negociações e concertações que resultaram numa reunião do Comité Ministerial Comercial conjunto alargado aos Gestores Orçamentais nacionais do FED com os ministros europeus do Comércio e do Desenvolvimento, a 6 de Fevereiro de 2007, em Bruxelas, as duas partes reuniram-se para assinar os APE em Dezembro de 2007, tendo em conta, por um lado, as disposições da antiga Convenção de Lomé e, por outro lado, os prazos legais de conclusão dos APE previstos pelo Acordo de Cotonou e pelo Roteiro.

P.III.4. O Governo da União e o rumo para os Estados Unidos de África

737. Os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a: (i) « trabalhar para a adesão dos Estados-Membros da CEEAC à ideia da criação dos Estados Unidos de África como um objectivo comum e desejável» ;(ii) « velar por uma harmonização das actividades das CER com as da União Africana » ; et (iii) «contribuir para a aceleração do processo de integração em Àfrica». Os Chefes exortaram igualmente os Estados-Membros e o Secretário-Geral da CEEAC a contribuir em plenamente para a reflexão sobre o Governo da União e a envolverem-se activamente nos esforços de racionalização das CER .

P.III.5. Racionalização das CER

738. A CEEAC, na linha das recomendações da Primeira Conferência dos Ministros Africanos da Integração, recomenda uma racionalização por meio da harmonização e da coordenação das suas políticas, dos seus programas e instrumentos com os da CEMAC com vista à criação « a prazo de uma única CER na região da África Central ». Para o fazer, é solicitado às duas organizações que criem um **Comité de Direcção** composto pela UA, pela CEA e pelo BAD, devendo para tal ser elaborado um roteiro.

P.IV. PARTICIPAÇÃO NA DÉCIMA SEGUNDA DO COMITÉ DA COMESA DE GOVERNADORES DE BANCOS CENTRAIS

739. A Comissão participou na Décima Segunda Reunião do Comité da COMESA de Governadores de Bancos Centrais, realizada em Tripoli, na Líbia, de 8 a 9 de Novembro de 2007. Foram discutidos grandes assuntos durante a reunião, incluindo os seguintes: relatório de progresso sobre a concretização da convergência macroeconómica em 2006; um estudo sobre a harmonização de conceitos, metodologias e um quadro estatístico para a convergência macroeconómica; relatório sobre a Primeira Reunião de Chefes Executivos da Bolsa de Valores na

região COMESA; e um estudo sobre a análise custos/lucros de um Instituto Monetário COMESA autónomo versus a actual estrutura COMESA.

P.IV.1. Um estudo sobre a harmonização de conceitos, metodologias e um quadro estatístico para convergência macroeconómica

740. A reunião avaliou o progresso feito na região COMESA no ano de 2006, centrando-se nas seguintes areas, entre outras: taxas de juro, Produto Interno Bruto (PIB) e dívida percentual do PIB. A região COMESA alcançou uma taxa de inflação ponderada de 30 por cento em 2006, o que representou um aumento de 8 por cento em comparação com a taxa de inflação ponderada alcançada em 2005. A região registou uma taxa de crescimento média de 7 por cento em 2006, o que foi ligeiramente inferior do que os 7.6 por cento alcançados em 2005. Mais ainda, nove países COMESA conseguiram atingir uma taxa de inflação de um dígito.

P.IV.2. Um estudo sobre a harmonização de conceitos, metodologias e um quadro estatístico para convergência macroeconómica

741. A reunião discutiu um relatório de estudo sobre a harmonização de conceitos, metodologias e um quadro estatístico para convergência macroeconómica, que se centrou sobretudo nas actuais práticas dos Estados-Membros da COMESA na compilação de contas nacionais, índices de preços do consumidor, finanças governamentais e balança de pagamentos. O resultado do estudo revelou que várias instituições governamentais que lidam com estatísticas estão a enfrentar restreições financeiras, o que agravou o problema de estatísticas fracas e pouco fiáveis em África. Apesar desta situação, o relatório recomenda veementemente que os países africanos, em especial os gabinetes que lidam com estatísticas em África, implementem plenamente as directrizes internacionais das estatísticas. A Comissão aproveitou esta oportunidade para informar a reunião a respeito da Carta Africana sobre as Estatísticas que foi desenvolvida em estreita colaboração com a Comissão Económica para África (ECA) e com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

P.IV.3. Relatório sobre a Primeira Reunião de Chefes Executivos de Bolsa de Valores na Região COMESA

742. Este relatório centrou-se sobretudo nas expecativas e restrições de integração de mercado de capitais na região COMESA. Durante esta reunião, os Governadores aprovaram um Plano de Acção para o avanço da integração de mercado de capitais na região COMESA. Ainda no mesmo item da agenda, a Comissão informou a reunião a respeito do estudo a realizar sobre a criação de uma Bolsa de Valores Panafricana, conforme decidido pelos Chefes de Estado e de Governo durante a Cimeira de Janeiro de 2006 em Cartum. A reunião acordou as seguintes acções, entre outras :

- Promoção do desenvolvimento de Bolsas de Valores em países membros da COMESA onde tal não exista;
- Identificação lacunas que não estejam a ser abordadas pelas outras regiões;
- Criação de um Comité de Desenvolvimento de Mercado de Valores;
- Harmonização de regras e procedimentos comerciais; e
- Cumprimento dos padrões de relatórios financeiros internacionais.

P.IV.4. Um estudo sobre a análise de custos/lucros de um Instituto Monetário COMESA autónomo versus a actual Estrutura COMESA

743. Durante a reunião, foi também apresentado aos Governadores um estudo sobre a análise de custos/lucros de um Instituto Monetário COMESA autónomo versus a actual Estrutura COMESA. Espera-se que o trabalho deste Instituto, uma vez criado, leve à criação da União Monetária COMESA com vista à concretização de uma moeda única COMESA. Os Governadores concordaram em princípio com a proposta de criação de um tal instituto. Contudo, foram feitos os seguintes comentários :

- Ao criar-se este Instituto, os Governadores solicitaram a possibilidade de reforçar a Unidade Monetária COMESA existente; e
- As contribuições para o Instituto Monetário deverão basear-se na fórmula de contribuições da COMESA por oposição à contribuição igual anual de cada membro da COMESA.

P.V. 9ª REUNIÃO MINISTERIAL DA TROICA ÁFRICA-UE, ACCRA, GANA

744. A 9ª Reunião Ministerial da Troica África-UE realizou-se em Accra, no Gana, a 31 de Outubro de 2007. A reunião foi precedida de reuniões do Comité de Redacção, de Peritos e de Funcionários Superiores. A reunião analisou assuntos respeitantes ao reforço do diálogo África-UE, Paz e Segurança, boa governação, integração regional e comércio e questões-chave de desenvolvimento. Foi adoptado um comunicado no final da reunião.

745. Os assuntos que foram discutidos e considerados pela Troica de Ministros foram os seguintes:

i) **Reforçar o diálogo entre África e a UE:** os Ministros congratularam-se e sancionaram a Estratégia Conjunta África-UE conforme elaborada pela Troica de Peritos África-UE e recomendado pela Troica de Funcionários Superiores. Os Ministros salientaram a necessidade de garantir a sua implementação, uma vez adoptada pela Cimeira África-UE em Lisboa. Os Ministros congratularam-se e sancionaram o Primeiro Plano de Acção resultante da Estratégia Conjunta, que identificou prioridades críticas que deverão ser implementadas nos próximos 2 ou 3 anos para benefício dos povos de África e da Europa.

ii) **Paz e Segurança:** os Ministros discutiram o progresso feito na construção da Arquitectura de Paz e Segurança (APSA) e salientaram a importância de garantir a plena operacionalização da APSA. Os

Ministros congratularam-se com os esforços que estão a ser envidados pelas diferentes partes para trazer paz e estabilidade a países em conflito.

iii) **Governação e Direitos Humanos:** os Ministros concordaram em desenvolver uma plataform para diálogo sobre todas as questões de governação de interesse mútuo de modo a reforçar o diálogo sobre questões de governação. Os Ministros congratularam-se ainda com o relatório da reunião de Peritos de Direitos Humanos UE-África de 19 de Setembro de 2007, bem como com o relatório da Reunião de Peritos sobre a Questão de Bens Culturais realizada em Lisboa, Portugal, entre 4 e 5 de Outubro de 2007.

iv) **Integração Regional e Comércio**: Os Ministros congratularam-se com o novo impulso que a parte africana está a dar à questão da racionalização das CER. Ambos os lados concordaram em continuar a trabalhar em conjunto de modo a avançar com a Agenda de Desenvolvimento de Doha no âmbito do Quadro da OMC. No que diz respeito às negociações dos APE, os Ministros salientaram que o prazo-limite de Dezembro de 2007 não poderia ser cumprido em todas as regiões e, por isso, apelaram às partes negociadoras dos APE para chegarem a soluções compatíveis com a OMC até 31 de Dezembro de 2007 a fim de precaver a interrupção de comércio entre as duas partes. A respeito do desenvolvimento do sector privado, os Ministros congratularam-se com o resultado das Recomendações do Segundo Fórum Empresarial UE-África e apelou à sua implementação por todas as partes interessadas.

v) **Questões-chave de Dsenvolvimento:** os Ministros congratularam-se com o relatório sobre o progresso feito na area da migração e reafirmaram o seu empenho em implementar medidas acordadas na Declaração final de Tripoli. Os Ministros também enfatizaram que as

alterações climáticas representam um desafio sério e a longo prazo para o desenvolvimento sustentável, bem como para a redução da pobreza e, por isso, apelaram para que sejam tomadas medidas urgentes de adaptação e mitigação dos efeitos negativos das laterações climáticas e concordaram ainda em que as duas partes encetarão um diálogo sobre acções concretas para dar resposta às alterações climáticas. Para além do referido acima, os Ministros congratularam-se com o plano de lançamento da Parceria para a Agricultura, concordaram em trabalhar em conjunto para desenvolver uma visão partilhada e políticas e respostas comuns para estimular acções específicas que lidem com os desafios energéticos do século 21 e concordaram em recomendar que a Parceria Energética África-UE seja lançada na Cimeira de Lisboa. Os Ministros congratularam-se ainda com o lançamento, em Julho de 2007, do Fundo Panafricano de Desenvolvimento de Infra-Estruturas, bem como com o lançamento, em Outubro de 2007, da Parceria de Infra-Estrutura e do Fundo Fiduciário e do **Comité de Direcção** da UE-África para apoiar o Plano de Acção de Curto Prazo de Infra-Estruturas UA/NEPAD.

P.VI. CIMEIRA DE LISBOA, PORTUGAL, 8-9 DEZEMBRO, 2007

746. A Cimeira UE-África de Chefes de Estado e de Governo teve lugar em Lisboa, Portugal, a 8 e 9 de Dezembro de 2007. A reunião representou a culminação de um diálogo politico reforçado no âmbito do quadro no qual foram desenvolvidos uma Estratégia Conjunta e um Plano de Acção. Estes documentos foram apresentados e adoptados na Cimeira, que contou com a participação de 53 países, do lado africano, e de 26 países, do lado europeu. A Estratégia Conjunta reflecte a nova relação entre os dois continentes, enfatizando uma parceria de iguai, aborda desafios tanto bilaterais como globais, reconhece uma África una e integrada e abrange uma parceria ampla e centrada nas pessoas. A parceria estratégica engloba quatro grandes núcleos, nomeadamente a Paz e a Segurança,

a Governação e os Direitos Humanos, o Comércio e a Integração Regional e questões-chave de desenvolvimento.

747. A Cimeira de Lisboa criou uma oportunidade para os líderes dos dois continentes partilharem pontos de vista sobre todos os assuntos abrangidos pela Estratégia Conjunta. Foram abordados especificamente cinco grandes temas em pormenor, nomeadamente a Governação e os Direitos Humanos, a Paz e a Segurança, Migração, Energia e Alterações Climáticas e Comércio, Infra-Estruturas e Desenvolvimento. Cinco Chefes de Estado e de Governo de cada lado fizeram apresentações sobre estes temas.

748. No debate que se seguiu, os líderes expressaram os seus pontos de vista sobre os vários temas. De entre os principais assuntos a pedir contenção destacam-se os Acordos de Parceria Económica e a situação no Zimbabué.

749. Sobre os APE, o ponto de vista do lado africano foi o de que era preciso mais tempo para concluir acordos justos. Assim, houve necessidade de prolongar o prazo-limite de 31 de Dezembro de 2007 para as negociações. Para além disso, foi salientado que é inapropriada a divisão de África em núcleos de um modo que satisfaz a Europa sem que seja tomada em conta a configuração regional dos esforços de integração regioanl de África. Os APE deverão por isso apoiar a agenda de integração de África, dado que a integração regional é essencial para o desenvolvimento de África e sua integração no economia global. A dimensão do desenvolvimento deverá ser minuciosamente considerada, incluindo a necessidade abordar questões tais como melhores termos de comércio, capacidade, limtações do lado da oferta e diversificação de economias.

750. Sobre o Zimbabué, os líderes salientaram com preocupação as actuais questões de Direitos Humanos e apelaram ao diálogo para se resolver o problema.

751. A Grande Jamahiriya Líbia Socialista do Povo Árabe ofereceu-se como anfitriã da próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de África e da UE em 2010.

P.VII. SEGUNDO FÓRUM EMPRESARIAL UE-ÁFRICA

752. O Segundo Fórum Empresarial UE-África, organizado em conjunto pela Comissão da UA e pela Comissão Europeia enquanto parte das actividades do sector privado Pré-Cimeira, teve lugar em Accra, no Gana, de 21 a 22 de Junho de 2007. O Fórum contou com participação de cerca de 130 pessoas em representaçãode empresas e organizações regionais em África e na Europa, assim como de organizações internacionais.

753. Os objectivos do Fórum apresentavam-se em três vertentes, nomeadamente *Influenciar os melhoramentos no ambiente empresarial e de investimento em África* através de uma governação reforçada, da capacitação e da coerência das políticas de modo a tornar os negócios e o investimento em África mais fáceis e mais atractivos; *Dar voz ao sector privado* através da oportunidade de dialogar directamente com a Comissão da União Africana e com a Comissão Europeia e indirectamente com os Governos Africanos e as organizações regionais com as quais as duas Comissões mantêm um diálogo permanente; e *Tornar África mais atractiva para o sector privado Europeu* ao providenciar uma imagem mais exacta e positiva do continente enquanto sítio de negócios e investimento.

754. Durante o Fórum foram discutidos quatro tópicos, a saber: Empreendedorismo, Interconectividade (TIC), Interconectividade (Infra-Estrutura) e Assuntos Comerciais. (a) No que diz respeito ao comércio, o objectivo geral era encorajar a integração regional de mercados africanos (comércio intra- e inter-regional); (b) No que diz respeito à Interconectividade TIC, os objectivos principais eram mercados abertos e competititvos para as TIC; Ultrapassar a divisão digital – as TIC enquanto motor do crescimento sócio-económico e da competitividade; Foco em projectos locais, implementáveis, holísticos com concepção para escala

regional; e Aumentar a velocidade e a flexibilidade para as TIC e para o desenvolvimento; (c) No que diz respeito a Interconectividade Infra-Estruturas, os objecticos gerais eram a atribuição de estatuto prioritário de projectos e avaliação de estruturas apropriadas de financiamento; parcerias de infra-estruturas entre o sector privado Europeu e Africano; Sustenabilidade do Projecto ao longo do ciclo de vida do projecto (O&M); Criar ligações entre o Fórum Empresarial e os órgãos existentes (e.g. UA, NEPAD, ICA, etc); e (4) Sobre o Empreendedorismo, o objectivo geral era a criação de programas eficazes que apoiem o empreendedorismo, o que é vital para o desenvolvimento tanto de África como da UE.

755. O principal resultado do Fórum foi uma Declaração do sector privado com um conjunto de recomendações para cada um dos tópicos discutidos. A cada um destes, foram atribuídas responsabilidades claras tanto do sector público como do sector privado.

P.VIII. FÓRUM DE PARCERIA DE ÁFRICA (APF)

756. A Comissão participou no 9º Fórum de Parceria de África (APF), que teve lugar em Argel, na Argélia, de 12 a 13 de Novembro de 2007. Os Co-Presidentes do lado africano foram o Gana, enquanto Presidente da União Africana, e a Etiópia enquanto Presidente do Comité de Chefes de Estado e de Governo de Implementação da NEPAD (HSGIC), sendo que os Co-Presidentes pelo lado da Europa foram a Alemanha, enquanto detentora da Presidência do G8, e a Dinamarca. O Fórum centrou-se sobretudo na governação no desenvolvimento e na parceria para o desenvolvimento.

P.VIII.1. Governação no Desenvolvimento

757. Na governação no desenvolvimento, o Fórum considerou o seguinte: (i) Mecanismo Africano de Revisão por Pares (APRM); (ii) Paz e Segurança; e (iii) Governação Económica.

i. **O Mecanismo Africano de Revisão por Pares (MARP):** O Fórum louvou os feitos dos países africanos no âmbito do MARP e apelou aos países africanos que ainda não se associaram ao MARP que o façam. Para além disso, o Fórum reconheceu o papel desempenhado pelos parceiros de desenvolvimento e solicitou-lhes que continuem a prestar assistência aos países africanos, em especial na área da capacitação.

ii. **Paz e Segurança:** O Fórum destacou com satisfação o progresso feito pelos países africanos na área da Paz e da Segurança, em especial com a criação do Conselho de Paz e Segurança da União Africana. Reconhecendo o papel da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais (CER) na abordagem de situações de conflito em África, o Fórum enfatizou a necessidade de reforçar a capacidade destas instituições.

iii. Governação Económica: O Fórum apontou vários desenvolvimentos na área da governação económica alcançados por muitos países africanos, incluindo a estabilidade macroeconómica; gestão financeira pública; responsabilização; e ambiente de investimento. De modo a promover mais além a governação económica, os países africanos que não tenham ainda ratificado a Convenção da União Africana para Prevenção e Combate da Corrupção e da Convenção da ONU contra a Corrupção são instados a fazê-lo.

P.VIII.2. Parceria para o Desenvolvimento

758. O Fórum louvou o significativo crescimento alcançado por muitos países africanos, sendo que para isso contribuíram grandemente boas reformas domésticas. Neste item da agenda, o Fórum centrou-se no seguinte: (i) assistência oficial ao desenvolvimento; (ii) comércio; (iii) infra-estrutura; (iv) agricultura; e (v) alterações climáticas.

i. **Assistência Oficial ao Desenvolvimento:** no âmbito da assistência oficial ao desenvolvimento, a discussão centrou-se na necessidade de mobilizar recursos domésticos para além da assistência de parceiros de desenvolvimento. Para este efeito, os países africanos foram instados a reforçar a gestão financeira pública e a responsabilização em conformidade com o Compromisso de Abuja para a Acção. Mais ainda, os parceiros de desenvolvimento foram instados a cumprir o seu compromisso feito em Gleneagles de aumentar a AOD a África para US $25 mil milhões até 2010.

ii. **Comércio:** O Fórum discutiu e apreciou o tremendo progresso feito na área do comércio em África desde 2001, isto apesar de África se deparar constantemente com numerosos desafios. Foi salientado que os maiores volumes de comércio em África vêm sobretudo do petróleo e de minerais. Entre outras questões, o Fórum discutiu as seguintes: (i) a necessidade de acelerar o trabalho de racionalização das Comunidades Económicas Regionais; e ii) a necessidade de os membros da OMC implementarem os seus compromissos feitos durante a Conferência da OMC de 2005.

iii. **Infra-Estrutura:** O Fórum enfatizou a necessidade de se disponibilizar os recursos para o desenvolvimento de infra-estruturas, em especial nas seguintes areas-chave: preparação de projectos; capacitação; investimento no projecto; e desenvolvimento do sector privado.

iv. Alterações Climáticas: o Fórum reconheceu que as alterações climáticas continuam a representar um grande desafio tanto para África como para a comunidade internacional. Para este efeito, o Fórum recomendou que a questão das alterações climáticas seja integrada no planeamento e gestão económicos tanto a nível nacional como regional.

P.IX. PARTICIPAÇÃO NO 2º FÓRUM DA FUNDAÇÃO PANAFRICANA DE CAPACITAÇÃO (ACBF)

759. A Comissão participou no 2º Fórum de Capacitação, que teve lugar em Maputo, Moçambique, de 1 a 3 de Agosto de 2007. O Fórum foi organizado pela Fundação Africana de Capacitação (ACBF). O Fórum analisou questões, incluindo estratégias, experiências e lições na capacitação do Continente Africano com vista a providenciar à Fundação Panafricanas de Capacitação bases de orientação para o desenvolvimento de intervenções de resposta no âmbito do Plano Estratégico de Médio Prazo da Fundação, 2007-2011 (SMTP II). Abaixo estão alguns dos grandes itens que foram discutidos durante a Reunião:

P.IX.1. África: Desempenho de Capacidade, de Crescimento e de Governação – Perspectivas de Alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015

760. O Fórum analisou os desempenhos de capacidade, de crescimento e de governação em África e avaliou as perspectivas do Continente de atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. De modo a lidar com as questões mencionadas acima, a Reunião recomendou que a capacitação seja orientada para as pessoas e que as organizações da sociedade civil sejam adequadamente capacitadas e integradas no projecto. Para além disso, a Reunião enfatizou ane necessidade de reforçar os esforços tanto a nível nacional como regional para o desenvolvimento de soluções domésticas para os problemas de desenvolvimento de África por oposição a soluções importadas, as quais muitas vezes não correspondem às exigências locais.

P.IX.2. Utilização, Retenção de Capacidade, e a utilização das Comunidades da Diáspora Africana como Agentes de Desenvolvimento – Desafios e Oportunidades

761. Neste item da agenda, o Fórum salientou o crescente consenso em torno da questão de que a capacidade adequada é crucial para um crescimento sustentável e para a redução da pobreza. Contudo, foi destacado que a fuga de cérebros é um dos maiores desafios de capacitação para o Continenet Africano. Para este efeito, o Fórum fez as seguintes recomendações: (i) as comunidades da Diáspora deverão ser encorajadas a participar em incumbencies importantes nacionais e regionais; e (ii) a capacitação deverá ser orientada para as pessoas, com especial envolvimento da sociedade civil.

P.IX.3. Capacitação no Contexto da Pandemia de VIH/SIDA – As Questões, os Desafios, as Lições e as Redes de Segurança

762. O Fórum levantou questões relativamente ao não-cumprimento de compromissos para com o Fundo Global. Para além disso, foi salientado que seja colocado em prática um mecanismo para garantir a responsabilização efectiva. Como rumo a seguir, o Fórum enfatizou a necessidade de parcerias-alianças entre agentes estatais e não-estatais para uma frente comum na luta contra a pandemia.

P.IX.4. Capacitação em Países Africanos em Pós-Conflito- Estratégias, Lições e Guias de Intervenções

763. O Fórum analisou as causas basilares de conflitos históricos e de tensões sócio-políticas em África e fez as seguintes recomendações, entre outras:

- Os governos nacionais têm de desenvolver meios ou estruturas para lidar com os conflitos de uma maneira não-violenta;

- A capacitação em países pós-conflito deverá centrar-se (i) na gestão de recursos económicos, (ii) na boa governação; e (iii) planificação, criação de estratégias, orçamentação; e
- Haverá que dar maior atenção à prevenção de conflitos por oposição à gestão de conflitos.

P.IX.5. Experiências Recentes de Desenvolvimento da China, Índia, Malásia e Coreia do Sul – Algumas Lições para a Capacitação em África

764. O Fórum destacou vários feitos económicos realizados pelos países mencionados acima e instou os países africanos a aprenderem com as suas experiências. Para este efeito, as conclusões e recomendações do Fórum foram, entre outras, as seguintes:

- O papel da acumulação do capital humano foi um motor decisivo para o desempenho dos países mencionados acima;
- O papel da Diáspora no desenvolvimento económico deverá ser encorajado, em especial através do investimento;
- Os países africanos têm de trabalhar no cultivo do interface entre a comunidade e os órgãos decisórios; e
- Os países africanos têm de melhorar a sua gestão e as suas instituições económicas, em especial os factores de produção, o sector financeiro, os direitos de propriedade e os mercados, entre outros aspectos.

P.IX.6. Reforma da Assistência Técnica e Reforço da Coordenação de Doadores na Capacitação Autóctone Duradoura em África

765. O Fórum discutiu e esboçou a história da assistência técnica e identificou algumas das armadilhas. A este respeito, o Fórum apelou tanto a países africanos como aos parceiros doadores que coordenem a assistência financeira de modo

eficaz, em especial na área da capacitação; da assistência técnica; e da formulação de políticas tais como a utilização de Indicadores de Desempenho.

P.IX.7. Igualdade de Géneros e Reforço das Mulheres no Desenvolvimento de África – Estratégias e Programas de Capacitação

766. Por fim, o Fórum analisou estratégias e programas de capacitação para a igualdade de géneros e o reforço das mulheres no desenvolvimento de África. Foi salientado que os movimentos de mulheres em África têm realizado alguns ganhos significativos. Mais ainda, o Fórum solicitou que o género seja integrado em todos os níveis.

P.X. HARMONIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS EM ÁFRICA

P.X.1. Reunião de Coordenação das Actividades Estatísticas em África

767. De 23 a 25 de Setembro de 2007 em Tunes (Tunísia), realizou-se a Segunda Reunião da Coordenação das Actividades Estatísticas em África, na qual a Comissão tomou parte com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) e a Fundação Africana para a Capacitação (ACBF), bem como com o Instituto Nacional da Estatística da África do Sul e o Gabinete Nacional de Estatística da Nigéria, para trocar pontos de vista sobre a coordenação dos programas de capacitação e de desenvolvimento da Estatística no continente.

768. Após os debates, a reunião :

- Felicitou a Comissão por ter conduzido o processo de elaboração da Carta Africana da Estatística e convidou-a a reforçar a função estatística no seu seio por meio da criação de uma estrutura estatística capaz de

desempenhar um papel de liderança na coordenação estatística e na colocação em prática da Carta ;

- Apelou a que as quatro instituições (UA, ACBF, CEA e BAD) organizem em conjunto, de dois em dois anos, um Fórum de reunião dos profissionais da Estatística e de outros peritos envolvidos na análise da dinâmica das sociedades africanas ;
- Lamentou a fraqueza da função estatística em determinadas Comunidades Económicas Regionais (CER) e recomendou que sejam empreendidas acções específicas. Assim, a UA, o BAD e a CEA deverão empreender missõs de avaliação nas CER, começando com o Secretariado da SADC ; e
- Propôs que seja criado um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de publicações comuns e de bases de dados harmonizadas a nível continental a fim de evitar a duplicação de esforços e a publicação de dados contraditórios sobre os países africanos.

P.X.2. Estudo sobre o Mecanismo de Colocação em Prática da Carta Africana da Estatística e sobre a Criação de um Fundo da UA para o Desenvolvimento da Estatística

769. África vive sérias dificuldades no que diz respeito a produzir estatísticas comparáveis e fiáveis de modo contínuo em todos os países e nas regiões. As razões para esta situação são várias e sobejamente conhecidas, podendo destacar-se principalmente o financiamento da actividade estatística, a falta de um quadro jurídico coerente e credível à escala continental e a fraqueza na coordenação para a recolha, tratamento e divulgação dos dados estatísticos. O funcionamento do sistema estatístico africano, na sua concepção actual, não permite a produção de dados estatísticos harmonizados e de qualidade que permitam comduzir e esclarecer as tomadas de decisões a nível continental.

770. Para remediar esta insuficiência, a Comissão, em colaboração com os seus parceiros, elaborou uma Carta Africana da Estatística cujo objectivo é servir como

instrumento e como ferramenta de defesa para o desenvolvimento da Estatística no continente e contribuir para o melhoramento da produção de dados estatísticos comparáveis, de qualidade e indispensáveis para o acompanhamento do processo de integração. O ante-projecto da Carta foi validado por uma reunião dos Membros do Sistema Estatístico Africano em Junho de 2007, no Ruanda. Esta reunião recomendou igualmente a criação de um Fundo da UA para o desenvolvimento da Estatística em Àfrica.

771. A fim de identificar os problemas ou os eventuais obstáculos que poderão travar o funcionamento eficaz do processo de coordenação da colocação em prática da Carta e da criação do Fundo UA, a Comissão lançou um estudo para analisar profundamente o ambiente actual de desenvolvimento da Estatística no continente a fim de propor pistas e mecanismos para garantir de modo permanente o desenvolvimento e o reforço das capacidades estatísticas no continente.

P.XI. CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DA BOLSA DE VALORES PANAFRICANA

772. No quadro da criação das instituições financeiras africanas estipuladas no Artigo 19 do Acto Constitutivo da União Africana, foi criado um Comité Conjunto entre a Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) e a Comissão da União Africana aquando da Assembleia Geral da ABCA de Agosto de 2007 e na qual participou a Comissão. Este Comité Conjunto está encarregue de elaborar, antes de Junho de 2008, uma estratégia comum para a criação do Banco Central Africano (BCA) e de um Roteiro de colocação em prática desta estratégia.

773. Os Termos de Referência deste estudo, a ser financiado pela Comissão e a confiar a um consultor, foram definidos em 15 de Dezembro de 2007 pelos peritos do Comité Conjunto. Com base nas experiências africanas e estrangeiras em curso, este estudo deverá permitir analisar as questões institucionais e operacionais, entre outras, de criação de um Banco Central Comum e de uma moeda única e as

ligações entre o BCA e as outras duas instituições financeiras, a saber : o Banco Africano de Investimento e o Fundo Monetário Africano.

774. Prosseguem também as discussões com os países anfitriões das Sedes das Instituições Financeiras Africanas , respectivamente com os Camarões para o Fundo Monetário Africano, com a Líbia para o Banco Africano de Investimento e com a Nigéria para o Banco Central Africano, para a assinatura dos protocolos de acordo que estabelecem nestes países os Comités Directivos de criação de cada uma destas instituições.

775. Por outro lado, em aplicação da Decisão Decision Assembly/AU/Dec.109(VI) tomada em Cartum em 2006, a Comissão realizou um estudo de exequibilidade de uma Bolsa de Valores Panafricana. Foram enviados questionários a todos os Estados-Membros da UA e missões visitaram as Sedes de oito (8) Comunidades Económicas Regionais (CER) reconhecidas pela Decisão da UA de Banjul, bem como as Bolsas de Valores que se encontram nesses países. O BAD e as duas bolsas regionais existentes, respectivamente a Bolsa Regional de Valores Imobiliários da UEMOA (BRVM) e a Bolsa de Valores Imobiliários da África Central da CEMAC (BVMAC), foram igualmente visitados. O estudo deverá ser apresentado aos peritos desde agora até ao final de Abril de 2008 antes de as suas conclusões serem apresentadas à Cimeira da União Africana em Julho de 2008.

P.XII. LANÇAMENTO DO FÓRUM « AS SEXTAS-FEIRAS DA COMSSÃO »

776. ‘‘As Sextas-Feiras da Comissão’’ é um Fórum de discussão que dá ao pessoal da Comissão, aos diplomatas africanos reunidos no âmbito do Comité de Representantes Permanentes, ao pessoal das instituições internacionais, aos universitários e estudantes em Adis Abeba, uma oportunidade de encontro para troca de pontos de vista sobre as variadas problemáticas relativas ao desenvolvimento sócio-económico, político e cultural de África. O Fórum inaugural realizou-se a 5 de Outubro de 2007 e teve com tema « Processo de integração em África : abordagem por cima/abordagem por baixo ?». A Comissão prevê a

organização deste Fórum uma vez cada três meses e a publicação de um boletim sobre cada tema de discussão. O Boletim do Fórum inaugural será em breve colocado à disposição do público.

P.XIII. PUBLICAÇÃO DA « REVISTA AFRICANA DA INTEGRAÇÃO »

777. O terceiro número da *« Revista Africana da Integração »* surgirá em Janeiro de 2008. Há que relembrar que a revista é uma publicação bilingue (francês e inglês) que é publicada duas vees por ano. É uma tribuna pluridisciplinar internacional centrada na problemática da integração económcia e política de África. Está aberta a todas as orientações teóricas e estratégicas e publica investigações respeitantes às regiões e aos países africanos. Como todas as revistas científicas, os artigos recebidos são submetidos a um comité científico, para avaliação, antes da sua publicação.

P.XIV. COOPERAÇÃO ENTRE O BANCO MUNDIAL E A COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

778. O Vice-Presidente do Banco Mundial para África visitou a Comissão da União Africana a 4 de Outubro de 2007. O propósito da sua visita foi o de explorar modos e meios de criação de um quadro operacional e de cooperação entre as duas instituições.

779. Entre outros aspectos, a reunião identificou quatro áreas de cooperação, nomeadamente: integração regional; governação; reconstrução pós-conflito; e o papel da Diáspora no processo de desenvolvimento. A reunião concordou que estas áreas sejam integradas numa estratégia comum que servirá como base para o desenvolvimento da cooperação entre as duas instituições. Durante a reunião, os dois lados enfatizaram a necessidade de se colocar em prática um Memorando de Entendimento (MoU) antes de as duas instituições poderem envolver-se em qualquer cooperação séria. Para este efeito, o MoU está actualmente em preparação e espera-se que seja assinado em Janeiro de 2008.

780. No seguimento da visita do Vice-Presidente da Comissão, as duas instituições começaram já a trabalhar em conjunto. Por exemplo, o "Seminário sobre Boa Governação e Gestão Sustentável de Petróleo e de Recursos Minerais" foi organizado em conjunto pelo Banco Mundial, pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pela Comissão da União Africana, em Lusaka, Zâmbia, de 9 a 10 de Dezembro de 2007. A reunião discutiu os seguintes itens da agenda: (i) conseguir o melhor contrato; (ii) garantir a transparência; (iii) governação; e (iv) partilhar a herança de minerais em África.

i) **Conseguir o melhor contrato:** a reunião salientou que, na maior parte dos casos, os acordos feitos entre os países anfitriões e as empresas exploradoras dos minerais têm falhas. Aspectos como lucros, preços de minerais, entre outros, não estão claramente definidos.

ii) **Garantir a transparência:** a reunião salientou que a transparência era deficiente no processo da indústria de extracção de minérios. A reunião debruçou-se mais sobre o papel da Inciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (EITI). Foi relatado que vários países africanos integraram os padrões da EITI nos seus programas nacionais. Mais ainda, a reunião recebeu a informação que o Banco Africano de Desenvolvimento, em colaboração com o Secretariado da NEPAD, está a trabalhar nas modalidades de integração da EITI nos seus programas.

iii) **Governação:** a questão da governação foi discutida no contexto da herança dos recursos minerais. Foi salientado que vários governos, que estão na indústria extractive, gastaram os seus rendimentos em planos ou programas de curto prazo, o que, na maior parte dos casos, resultou em desestabilização económica.

iv) **Partilhar a herança de minerais em África:** a reunião centrou-se na responsabilidade empresarial e social e no aumento do impacto na responsabilização. A reunião enfatizou então a necessidade de as empresas multinacionais contribuirem mais para as questões sociais e económicas, em especial nas comunidades onde os recursos estão a ser extraídos.

781. Como rumo a seguir, foi recomendado o seguinte:

- A União Africana deverá considerar colocar em prática um mecanismo de booa governaçãoe de gestão sustentável de recursos minerais;
- Instituições como o Banco Mundial, o BAD, deverão ajudar países com produção de recursos mineriais, providenciando para isso dados abrangentes e informação sobre recursos minerais;
- A União Africana, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento deverão praticar a advocacia da boa governação e a gestão sustentável do petróleo e dos recursos minerais; e
- Há a necessidade de capacitação de recursos humanos em países produtores de recursos minerais.

Q. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

782. Durante o periodo considerado, a Comissão empreendeu a implementação do seu programa de trabalho, bem como das Decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.364(XI) sobre as negociações da OMC e EX.CL/Dec.367(X!) sobre Acordos de Parceria Económica.

Q.I. COMÉRCIO INTRA-AFRICANO

Q.I.1. Harmonização dos Procedimentos Alfandegários

783. Em conformidade com a Decisão EX.CL/278(IX) que insta as "*CER a coordenarem e harmonizarem as suas políticas entre si e com a Comissão com vista a acelerar o processo de integração de África"*, a Comissão prossegue com o seu processo de harmonização dos Procedimentos Alfandegários. Durante o período considerado, a Comissão realizou um seminário sobre a harmonização dos procedimentos de trânsito.

784. Este seminário, o primeiro de uma série a ser organizada nesta área, concluiu, entre outros aspectos, que a UA deverá coordenar projectos regionais por meio da organização, em conjunto com o BAD e o PNUD, de uma Mesa Redonda de Doadores com vista a mobilizar recursos para tais projectos no âmbito da Iniciativa de Apoio ao Comércio. O Comité de Coordenação das Alfândegas CUA/CER recomendado pela 3ª Reunião do Sub-Comité da UA de Directores-Gerais de Alfândegas deverá ser colocado em prática com prioridade de modo a desenvolver um Roteiro e um Plano de Acção para a harmonização dos sistemas de gestão de trânsito. Outras recomendações são: deverá ser desenvolvido pela CUA um quadro modelo continental de trânsito que incorpore as melhores práticas internacionais e das CER. O Grupo de Trabalho Técnico sobre Cpacitação deveria desenvolver programas de formação sobre facilitação de comércio para funcionários e agentes empresariais e as CER deveriam acelerar a implementação dos seus actuais programas de trânsito. Os Estados-Membros são ainda instados a honrar os seus compromissos no âmbito de tais programas.

Q.II. PRODUTOS DE BASE

785. No quadro da colocação em prática da Declaração e do Plano de Acção de Arusha de Novembro de 2005 e da Decisão do Conselho Executivo de Cartum de Janeiro de 2006 (Decisão EX. CL/De 259 (VII) sobre os produtos de base

africanos), foi organizada uma reunião nos dias 16 e 17 de Novembro de 2007 para analisar as condições de criação de um grupo de reflexão que se debruçará sobre a problemática dos produtos de base em África. Este grupo será composto essencialmente por peritos africanos e fará apelo, em caso de necessidade, a peritos não africanos.

786. A reunião permitiu a elaboração dos termos de referência para a criação deste grupo de trabalho (Task Force), o qual assegurará a colocação em prática das recomendações com vista a promover a diversificação e o melhoramento da competitividade dos produtos de base e a sua contribuição para o desenvolvimento, a participação efectiva dos produtores africanos ao nível da cadeia de oferta internacional, o alargamento dos mercados de produtos de base, a criação de bolsas de produtos de base e a mobilização de fundos para o desenvolvimento do sector de produtos de base.

787. As questões ligadas à criação de bolsas de produtos de base em África, assim como a capacitação de produtores e exportadores, foram abordadas a fim de oferecer condições organizacionais mais adequadas que favoreçam a transparência do mercado. Isto permitiria aos produtos africanos serem propostos a um leque mais amplo de clientes, abrangendo todas as bolsas internacionais e alinhando-se com os preços internacionais. O refoçro dos aspectos institucionais e das infra-estruturas seria indispensável.

788. A primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre os produtos de base, prevista para 2008, abordará a colocação em prática das outras acções essenciais deste Plano de Acção, neste caso a promoção das bolsas africanas dos produtos de base, a exequibilidade da criação de um fundo de diversificação e a natureza e o volume da assistência técnica a dar às associações de produtores e exportadores africanos.

Q.III. NORMALIZAÇÃO

789. No quadro das disposições da Resolução da Primeira Sessão Extraordinária da Conferência de Ministros da Indústria da União Africana EXT/MIN/CAMI/RES (I) de Setembro de 2007, de apoio à colocação em prática do Plano de Acção adoptado, foi desencadeado um processo de dinamização da padronização através de várias acções. Este plano visa a nivelação das capacidades produtivas e de comércio, da promoção do investimento e do reforço da facilitação das trocas e da governação económica, a criação de empregos produtivos, decentes e duradouros para os jovens, a promoção da segurança energética e do crescimento da potência industrial, assim como o desenvolvimento de sistemas regionais de inovação industrial.

790. Com vista a melhorar o acesso de produtos africanos ao mercado, beneficiando de tratamento preferencial no quadro da OMC, mas tendo dificuldades na exportação para mercados terceiros, foi criado um Comité Consultivo, presidido pela Comissão, em Julho de 2007 para a identificação dos instrumentos competitivos e que visa o domínio e a harmonização dos padrões e das normas. Em Novembro de 2007, a Organização Regional Africana de Padronização (ARSO) realizou a sua 16ª Assembleia Geral em Cartum (Sudão) com a participação da Comissão, dos Estados-Membros, de organizações internacionais (OMC) e de parceiros alemães e suecos. É necessário que os países africanos que ainda não são membros que adiram à ARSO a fim de contribuirem para as acções de harmonização e de nivelação neste domínio.

791. O objectivo é dar a conhecer o Modelo Africano de Padronização (ASHAM), dominar as normas internacionais, elaborar uma base científica com as normas africanas existentes e reforçar as capacidades institucionais e organizacionais, bem como as infra-estruturas e aferentes nos domínios conexos de normalização, acreditação, certificação (e mais tarde de etiquetagem), de metrologia e de controlo de qualidade e tudo isto no conjunto dos países africanos.

792. O Sudão propôs acolher um Centro de Informação à escala africana que apelará aos melhores peritos africanos para garantir as sessões de curta e média duração. Também deverá ser realizado um estudo no final do exercício com vista a definir os contornos da estratégia da ARSO e as acções a realizar em 2008 no domínio da normalização. A Comissão apoia o processo de normalização, dado que visa uma harmonização das normas africanas, através do reforço das capacidades africanas existentes, do domínio das normas internacionais e a concessão de uma base científica às normas africanas, a sua aceitação por todas as instâncias africanas envolvidas e pelas instituições internacionais especializadas (ISO, FAO, OMS…).

Q.IV. INDÚSTRIA

793. A Conferência de Ministros Africanos da Indústria (CAMI) continua a ser o mais alto órgão de líderes africanos onde são discutidas questões de desenvolvimento industrial. Foi instituída em 1971 e realize as suas reuniões de dois em dois anos sob a égide da UNIDO. Com o advento da União Africana e das suas novas responsabilidades, foi assinado um Memorando de Entendimento entre a Comissão da União Africana e a UNIDO, durante a CAMI-17 no Cairo em 2006. Este documento definiu as actividades críticas que seriam empreendidas conjuntamente em apoio dos esforços de desenvolvimento industrial de África e atribuiu à Comissão da UA o papel de liderança na organização das reuniões da CAMI.

794. Em preparação para a Cimeira da UA de Janeiro de 2008, cjuo tema central será “O Desenvolvimento Industrial de África”, a Comissão organizou, em colaboração com a UNIDO, ua série de actividades no primeiro semestre de 2007, cujos resultados facilitaram as deliberações da Primeira Reunião Extraordinária da CAMI e que eventualmente se reflectiram no Plano de Acção para a Industrialização de África.

795. O principal objectivo da Primeira Sessão Extraordinária da Conferência de Ministros Africanos da Indústria (CAMI), realizada em Midrand, na África do Sul, de 24 a 27 de Setembro de 2007, foi articular uma estratégia industrial e de um Plano de Acção para África. A Conferência contou com a presença de representantes de quarenta e oito Estados-Membros e de treze delegações de instituições regionais e de Organizações das Nações Unidas.

796. A Reunião de Funcionários Superiores considerou o relatório da Reunião do Grupo de Peritos; as Conclusões e Recomendações da Grande Mesa de 2007 sobre Recursos Naturais ; Produção e Diversificação de Recursos Naturais para Produtos Manufacturados; Dar Poder ao Crescimento Industrial: o Desafio da Segurança Energética para África; Inovação, Ciência e Tecnologia para a Industrialização; e Desenvolvimento de uma Estratégia Industrial Abrangente e Consideração do Porjecto de Plano de Acção. Esta Reunião observou que a vantagem comparativa do potencial de África de curto a médio prazo repousa nos seus enormes dotes de recursos naturais, noemadamente a agricultura, os minérios, a energia, as florestas, as pescas e a aquacultura. Estes recursos providenciam oportunidade de exploração imediata, assim como uma plataforma para África desenvolver uma vantagem comparativa a prazo mais longo através do processamento de recursos (valor mínimo reduzido) e do desenvolvimento de indústrias de contributos de recursos (valor mínimo aumentado). A Reunião apoiou a formulação de uma estratégia coerente, baseada nos recursos e virada para o futuro rumo à industrialização de África.

797. Por fim, a Conferência encorajou a complementaridade entre países e regiões e considerou uma estratégia industrial desenvolvida com base nos recursos e e o seu plano de acção como uma pedra basilar na criação de uma estrutura comum para as indústrias em África.

Q.IV.1. Núcleo de Indústria, Comércio e Acesso a Mercados (ITMA)

798. A Comissão é membro do Núcleo sobe a Indústria, o Comércio e o Acesso a Mercados (ITMA), lançado a 3 de Maio de 2007 em Viena em apoio da União Africana e da sua visão da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD). O Convocador do Núcleo é a UNIDO, ao passo que a Conferência da ONU sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) funciona como Vice-Convocadora. A formação deste Núcleo é uma tradução clara do firme compromisso por parte de todo o sistema das Nações Unidas para aumentar o seu apoio à União Africana e à sua NEPAD. Pretende-se que seja um núcleo dinâmico e orientado para a acção e actividades conjuntas e acção conjunta em resposta a desafios emergentes na área da indústria e do comércio. O programa geral é da coordenação da ECA, que organizou, a 4 de Novembro de 2007, a 8ª Reunião Consultiva Regional do programa da UA/NEPAD no qual a Comissão participou activamente com vista a criar uma maior sinergia nos programas e actividades industriais, comerciais e de acesso aos mercados do sistema da ONU e com as partes interessadas em Àfrica. A reunião representou uma oportunidade para se dar resposta a algumas concepções erróneas em torno dos feitos da NEPAD. Foi ainda observado que um dos pontos fracos da NEPAD é a falta de publicidade e de consciência pública dos seus feitos e assim é imperativa uma maior sensibilização e maiores esforços de consciencialização.

Q.IV.2. AGOA

799. Em resposta às directivas dos órgãos de decisão da UA que solicitavam à Comissão que apoiasse tecnicamente os países africanos no quadro da AGOA, a Comissão participou activamente na Segunda Reunião do Grupo Consultivo Ministerial Africano sobre a AGOA, assim como no 6º Fórum da AGOA, que se realizaram de 16 a 19 de Julho de 2007 em Accra, no Gana.

(i) 2ª Reunião do Grupo Consultivo Ministerial africano

800. O Grupo Africano de Washington e os peritos dos Estados-Membros passaram em revista as limitações, os desafios, a estratégia de resposta e o plano de colocação em prática da AGOA ao nível dos países e das regiões. Os Ministros analisaram o relatório dos peritos debruçando-se em especial sobre os problemas de colocação em prática das actividades ligadas à AGOA e sobre a busca de soluções para as limitações. Em seguida, os Ministros identificaram acções que deverão ser empreendidas em conjunto pelas partes integrantes da AGOA, nomeadamente África, os Estados Unidos e o Governo dos Estados Unidos e dos países eligíveis da África subsariana a fim de permitir que África beneficie plenamente da AGOA.

801. Os Ministros recomendaram a criação de quadro de diálogo permamente com os Estados Unidos que poderia permitir delinear todos os contornos das relações com os Estados Unidos da América nomeadamente no plano comercial. Os Ministros desejaram a negociação de um acordo comercial entre África e os E.U.A. Os Ministros solicitaram também que a Iniciativa Apoio ao Comércio seja eficaz o mais depressa possível e que sirva sobretudo para financiar o desenvolvimento da infra-estrutura a fim de contribuir para a eliminação das limitações.

802. A Comissão destacou que o crescimento das exportações africanas sob o regime AGOA para os Estados Unidos se deveu essencialmente às exportações e petróleo bruto e solicitou aos Estados Unidos da América a construção da refinarias e indústrias petro-químicas em pelo menos três regiões africanas a fim de transformar o petróleo bruto no continente em produtos semi-processados e processados a fim de cobrir as suas próprias necessidades. A Comissão exortou ainda a os Estados Unidos a investirem massivamente em Àfrica nos projectos produtivos a fim de lhe transferir tecnologias, como o fizeram já os parceiros tradicionais, não obstante as barreiras da língua e da cultura.

803. Aquando de uma troca de pontos de vista à porta fechada, os Ministros reiteraram o facto de que a AGOA se articulava essencilamente em torno dos interesses petrolíferos e que a acção voluntária dos Estados Unidos de manter a taxa do dólar baixa afectava os ganhos dos países africanos. Os Ministros propuseram a colocação em prática de um diálogo permanente es estruturado com os Estados Unidos à semelhança do TICAD, dos APE e do diálogo com a China. Os Ministros expressaram ainda o desejo de conhecer a intenção concreta dos Estados Uidos face ao Apoio ao Comércio. Os Ministros propuseram ainda uma série de reuniões de peritos sobre o investimento com vista a colocar em competição os diferentes parceiros para investir em Àfrica, sobretudo no domínio da produção. A orientação dos debates deverá alterar o aspceto acesso aos mercados para uma facilitação das trocas e o desenvolvimento do empreendimento.

(ii) 6º Fórum da AGOA

804. O 6º Fórum da AGOA foi oficialmente aberto pelo Presidente da União, J.A. Kufuor do Gana, com o tema : « À medida que o Comércio cresce, África propspera : Aumentar as Oportunidades sob a AGOA ». A Libéria foi acolhida como novo membro e a Mauritânia foi reinserida como membro eligível na AGOA, o que eleva o número para 38 dos 48 países subsarianos. Este Fórum era particular no sentido em que agrupava pela primeira vez os representantes dos governos, do sector privado e da sociedade civil, incluindo a Diáspora.

805. Os operadores do sector privado americano foram convidados a aumentarem os seus investimentos em África para lá das indústrias extractivas do petróleo e das pedras preciosas. A agricultura, a transformação, o fabrico e o turismo foram identificados onde aqueles poderiam investir garantindo assim a transferência da tecnologia e a capacitação de África. Os investidores deveriam também pensar na deslocalização das indústrias ou dar contratos sobretudo da área das TIC no continente africano.

806. A parte africana enviou à parte americana as conclusões dos trabalhos do Grupo Consultivo africano sobre a AGOA a fim de os analisar profundamente mais tarde. A data do encerramento dos trabalhos, o Quénia havia expressado o desejo de acolher o próximo Fórum.

807. O que ressalta deste Fórum é que África deverá redobrar os seus esforços, sobretudo ao nível das CER, a fim de tirar o máximo proveito das iniciativas temporárias de regime preferencial, como a AGOA, para consolidar a sua própria capacidade de produção. Antes de tudo, África deverá virar-se para si mesma e acelerar o seu processo de integração. África é cortejada grças ao seu petróleo, que, infelizmente, é um bem pereível e quanto mais cedo África se organizar para melhor controlar as suas matérias-primas com o fim de reinvestir na consolidação da sua indústria de base, mais hipóteses terá de sobreviver à era pós-petróleo.

808. O Gana dirigiu até aqui este Grupo Consultivo Ministerial sobre a AGOA. Agora que o mecanismo está operacional e que a sua utilidade foi aceite pelos Ministros do Comércio, seria bom que a Comissão desempenhasse o seu papel de coordenadora e que facilitasse os contactos, o acompanhamento e as trocas deste Comité em consulta com o país, garantindo a Presidência da Conferência dos Ministros do Comércio.

Q.V. NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MULTILATERAIS

Q.V.1. Negociações OMC

809. A Ronda de Doha de Negociações OMC, que teve início em Novembro de 2001, intensificou-se após a redacção de Projectos de Documentos sobre as Modalidades de Agricultura e de Acesso aos Mercados não-Agrícolas (NAMA). Na Conferência Ministerial de Doha, foi acordado que a Agricultura e o NAMA constituem as duas maiores componentes da Ronda de Doha Round nas quais é essencial um resultado e desenvolvimento para o sucesso geral da Ronda. Apesar

de as negociações em ambas as áreas serem intensivas, há ainda várias questões sobre as quais os Membros da OMC ainda têm de chegar a acordo.

810. As questões de preocupação para os países africanos que ainda estão por abordar de forma plena e satisfatória nas negociações sobre a Agricultura incluem as questões relativas aos Produtos Especiais, a Mecanismos Especiais de Salvaguarda, Algodão, Bens Essenciais, Aumento de Tarifas e Preferências Permamentes e Erosão de Preferência. No NAMA, mantêm-se as preocupações sobre as questões de uma reciprocidade inferior à reciprocidade plena e de flexibilidades adequadas para países em desenvolvimento e Economias Pequenas e Vulneráveis (SVE). Os ambiciosos cortes nas tarifas que foram propostos nas modalidades não só criariam problemas de ajustamento em termos de perdas de rendimentos, mas também limitariam o espaço de políticas para países em desenvolvimento a fim de promover as suas indústrias domésticas. Também o princípio acordado de uma reciprocidade inferior à reciprocidade plena na redução dos compromissos não tem recebido a atenção adequada.

811. Orientado pelas Posições Comuns Africanas sobre a DDA e as Declarações da Cimeira da UA sobre as negociações da OMC, o Grupo Africano, em aliança com outros grupos de países em desenvolvimento na OMC, tem continuado a insistir na transparência e na inclusão no processo de negociação e no desenvolvimento como cerne das negociações conforme acordado na Declaração Ministerial de Doha. Ainda que concorde que o progresso nas negociações da Agricultura e do NAMA é *sine qua non* para a conclusão bem sucedida da Ronda de Doha, o Grupo tem reiterado a necessidade de se abordar preocupações de desenvolvimento em outras áreas: Questões de Tratamento Especial e Diferenciado e de Implementação; Serviços, incluindo a efectiva implementação de disposições GAT sobre melhoramento do acesso aos mercados nos Modos 4 e 1 e sectores e modos de interesse de exportação para países africanos; Facilitação do Comércio; e Regras, incluindo a provisão de flexibilidades para países em desenvolvimento, tais como compromissos não-recíprocos, aquando da conclusão de arranjos comerciais regionais com países desenvolvidos (e.g. os APE com a UE).

812. Há um sentimento generalizado no seio da OMC de que garantir o acordo sobre as modalidades para a Agricultura e o NAMA até ao início de 2008 é crítico para a conclusão da Ronda de Doha até ao fim do ano. Por conseguinte, as negociações testemunharam um maior nível de intensidade nas últimas semanas. Ao passo que a conclusão da Ronda até à data-alvo é um objectivo que vale a pena buscar, a posição do Grupo Africano é a de que o teor e a extensão de quaisquer que sejam os resultados das negociações que reflictam a dimensão do desenvolvimento do mandato de Doha é um melhor determinante de progresso do que qualquer calendário ou prazo-limite arbitrários. A Comissão continuará a coordenar os esforços dos negociadores africanos nas negociações da OMC e a monitorizar o progresso das negociações de acordo com o mandato que lhe foi atribuído pela Cimeira da UA.

Q.V.2. Acordos de Parceria Económica (APE)

813. As negociações sobre os Acordos de Parceria Económica (APE) entre os quatro grupos/regiões Africanos (CEMAC, CEDEAO, ESA e SADC) e a UE intensificaram-se durante o último trimestre do ano de 2007. A Comissão acompanhou de muito perto as negociações. Enquanto parte dos seus esforços para coordenar os grupos negociadores Africanos e garantir que elas falam a uma só voz sobre as grandes questões nas negociações, a Comissão organizou um Retiro para o Grupo de Embaixadores Africanos aos ACP e à UE e para os Conselheiros Técnicos Superiores em Oostende, Bruxelas, de 25 a 26 de Agosto de 2007. A Comissão organizou ainda reuniões especiais para Funcionários Superiores e Ministros do Comércio Africano, à margem da Conferência dos Ministros do Comércio dos ACP que se realizou em Bruxelas em Novembro de 2007. Em várias reuniões relevantes em África e fora de África que contaram com a participação dos seus funcionários, a Comissão aproveitou a oportunidade para apresentar a Posição Comum de África sobre as negociações dos APE.

814. Há que relembrar que, devido à continuação da divergência de posições entre a UE e os grupos/regiões dos ACP, em especial no que diz respeito à dimensão de desenvolvimento dos APE, a Assembleia recomendou, na Cimeira de Janeiro de 2007, o prolongamento do prazo-limite e a garantia de uma derrogação da OMC para o actual regime comercial. A Comissão Europeia manifestou a sua indisponibilidade para buscar uma renovação da derrogação da OMC.

815. Como rumo a seguir, a Comissão Europeia elaborou um documento de políticas a 23 de Outubro de 2007 que propuha uma abordagem de duas fases dos APE. A primeira fase, que tem como objectivo evitar a interrupção do comércio após a expiração da actual derrogação da OMC, implica a conclusão de um APE interino que abrangeria o comércio de bens. Do acordo interino espera-se que sirva como pedra basilar para a segunda fase de um APE pleno e abrangente. A CE concordou em assinar o APE interino com as regiões, sub-regiões e países ACP que estejam dispostos a aceitar a opção. Para os países não-LDC que sejam incapazes de concluir um APE interino, a CE propôs o Sistema Generalizado de Preferências (GSP) e para os LCD (países de baixo desnvolvimento), o acesso aos mercados TUDO MENOS ARMAS (EBA). Estes regimes comerciais, contudo, não são tão favoráveis como aqueles sob o Acordo de Parceria de Cotonou em termos de regras de origem e dos seus efeitos na competitividade de países não-LDC.

816. Em reuniões organizadas em Bruxelas pela Comissão, os Ministros Africanos do Comércio e funcionários superiores consideraram as várias opções, mas foram incapazes de chegar a uma abordagem comum quanto ao rumo a seguir. No entanto, conseguiram chegar a acordo que, qualquer que seja a opção escolhida por qualquer grupo negociador africano, nenhum país africano deverá sofrer uma interrupção do seu comércio com a UE ou ficar em piores condições após Dezembro de 2007 e resultado da não-conclusão de APE.

817. A actual posição no que diz respeito aos APE é a seguinte: os grupos da CEMAC e da CEDEAO rejeitaram a opção de um APE interino com a justificação de que não aborda adequadamente a questão de compromissos vinculativos sobre as

dimensões de desenvolvimento dos APE. Os grupos optaram pela continuação das actuais negociações com vista a uma eventual conclusão de AE abrangentes. A sua posição exige o prolongamento da actual derrogação da OMC. Os agrupamentos da ESA e da SADC acordaram quanto APE interinos, sendo que aquela última acordou com a CE a conclusão das negociações de um APE abrangente até ao fim de Dezembro de 2008. Ao passo que os países da ESA têm negociado os APE enquanto grupo, aqueles optaram por assinar o APE interino enquanto sub-grupos ou países individuais. A Comunidade de África Oriental assinou já um APE interino com a UE, ao passo que a IOC indicou a sua disponibilidade para encetar negociações com a UE com vista a concluir um APE interino separado para a sua sub-região. No grupo SADC, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Moçambique concluiram APE interinos com a UE. Os outros países no agrupamento estão ainda a decidir sobre a sua participação em APE interinos. Com base nos relatórios que chegaram à Comissão, poderia deduzir-se que estão a ser exercidas pressões sobre países/regiões Africanos para a assinatura de APE iniciais interinos, caso contrário há o risco de perder o acesso favorecido dos seus produtos ao mercado de UE após 31 de Dezembro de 2007.

818. As negociações APE representam um grande desafio não apenas para o alcance de um desenvolvimento sustentável em África, mas também para as aspirações do continente de unidade e integração conforme consagradas no Acto Constitutivo da União Africana e do Tratado instituindo a Comunidade Económica Africana. Assim, os Ministros Africanos do Comércio , nas ua reunião em Bruxelas, apelaram ao compromisso de líderes europeus ao mais alto nível político possível. O objectivo é assegurar a sua vontade política e apoio e garantir que, para África, os APE funcionam como instrumentos eficazes para o alcance do desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a integração gradual na economia global e o reforço das iniciativas de integração regional. O Acordo de Parceria de Cotonou representa um compromisso legal da UE para que esta não deixe num país ACP em piores condições após a expiração das preferências de Cotonou de modos que sejam compatíveis com as regras da OMC. Tendo excluído a opção de prolongamento da actual derrogação da OMC, a UE precisa de tomar as medidas

necessárias para cumprir a sua obrigação legal e garantir que num país Africano ficará em piores condições após Dezembro de 2007.

Q.V.3. Apoio ao Comércio

819. Há que relembrar que a Iniciativa de Apoio ao Comércio foi um dos resultados importantes de orientação para o desenvolvimento da actual Ronda de Doha das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Grupo Africano, sob a coordenação da Comissão e em aliança estratégica com outros grupos de países em desenvolvimento, desempenhou um papel-chave na adopção da iniciativa por parte da 6ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em Hong Kong, China, em Dezembro de 2005. O Apoio ao Comércio tem como objectivo ajudar a desenvolver os países, em especial os países de baixo desenvolvimento, para que construam a capacidade do lado da oferta e a infra-estrutura comercial de que necessitam para implementar e beneficiar dos Acordos da OMC e para expandirem mais amplamente o seu comércio.

820. Enquanto parte do processo de revisão global do Apoio ao Comércio, realizou-se em Dar es Salaam, na Tanzânia, de 1 a 2 de Outubro de 2007 uma reunião regional africana do Apoio ao Comércio, organizada pela OMC, pela Comissão Económica da ONU para África e pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). A Comissão, as Comunidades Económicas Regionais (CER), os Ministros Africanos do Comércio e das Finanças, grandes doadores, agências internacionais e representantes do sector privado participaram na reunião. O principal objectivo da reunião de revisão regional de África era reflectir sobre como mobilizar os recursos necessários para a capacitação comercial do continente. Outras reuniões semelhantes do Apoio ao Comércio foram organizadas pela América Latina e pela região das Caraíbas entre 12 e 13 de Setembro de 2007 em Lima, Peru, e para a região da Ásia e do Pacífico entre 20 e 21 de Outubro de 2007 em Manila, nas Filipinas. Os resultados destas reuniões regionais foram transmitidos para a reunião de Revisão Global da OMC do Apoio ao Comércio, que se realizou em Genebra entre 20 e 21 de Novembro de 2007.

821. Na Reunião de Revisão de África em Dar es Salaam, foi dada especial atenção às dimensões regional e transfronteiriça da capacitação comercial. Seis das CER (COMESA, EAC, ECCAS, CEDEAO, SADC e UMA) fizeram apresentações destacando as limitações comerciais do lado da oferta e as restrições de capacidade com que se deparam as suas regiões. As CER indicaram as prioridades-chave nas áreas de políticas e de capacitação institucional, bem como o desenvolvimento de infra-estruturas necessárias para eliminar as limitações do lado da oferta e abordar desafios da capacidade comercial. Para uma operacionalização eficaz do Apoio ao Comércio em África, a reunião de revisão concordou sobre a necessidade de uma liderança forte e eficaz aos níveis nacional e regional para fazer do comércio e da competitividade uma prioridade, para que os programas e projectos regionais sejam o foco central com vista a reforçar a interconectividade, reduzir os custos comerciais e consolidar os mercados regionais. A mobilização do sector privado, a captação de parcerias dos sectores público e privado, em especial para o desenvolvimento de infra-estruturas e a reunião dos recursos de bancos de desenvolvimento para uma capacitação regional e desenvolvimento de infra-estruturas foram também identificadas como questões-chave no Apoio ao Comércio/Aid for Trade.

822. O âmbito da iniciativa da OMC Apoio ao Comércio/Aid for Trade foi definida como englobando apoio às políticas e regulamentações comerciais, desenvolvimento do comércio, infra-estruturas relacionadas com o comércio, construção de capacidade produtiva e ajustamento relacionado com o comércio; se identificadas como prioridades de desenvolvimento relacionadas com o comércio nas estratégias nacionais de desenvolvimento dos países parceiros. O desafio enfrentado pelas regiões e pelos países africanos é o de utilizar o apoio ao comércio como um catalisador para o crescimento e desenvolvimento por meio da inclusão do comércio nas suas estratégias de desenvolvimento, estabelecendo objectivos e prioridades e mobilizando todas as partes interessadas para o cumprimento dos objectivos e das prioridades. Dar resposta a este desafio exige a criação, conforme recomendado na Proposta da CUA sobre Apoio a Comércio, de Comités nacionais e regionais de Apoio ao Comércio, comités esses que deveriam

incluir todas as partes interessadas relevantes, a fim de definir as prioridades de capacitação relacionadas com o comércio e desenvolver planos de acção para a sua realização efectiva.

823. O facto de o Apoio ao Comércio ser agora um item importante na agenda internacional de desenvolvimento deveu-se sobretudo aos esforços dos Estados Africanos sob a coordenação da Comissão da UA. A Comissão continuará a monitorizar a operacionalização da iniciativa Apoio ao Comércio de modo a garantir que funciona como um instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável em África e a fim de garantir que a comunidade internacional e os parceiros de desenvolvimento de África cumprem os seus compromissos de ajuda feitos em várias ocasiões, como em Monterrey, Gleneagles, Hong Kong, Beijing, etc.

Q.VI. PREPARAÇÃO DE REUNIÕES INTERNACIONAIS IMPORTANTES

Q.VI.1. TICAD IV

824. A Comissão está profundamente envolvida nos preparativos para a TICAD IV, que se realizará em Yokohama, no Japão, em Maio de 2008, precedendo a Cimeira dos G-8, também a realizar no Japão em Julho de 2008. A Conferência da TICAD abordará assuntos das seguintes áreas prioritárias de desenvolvimento Africano, nomeadamente a aceleração do crescimento económico; a garantia da segurança humana, incluindo os feitos no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM); a consolidação da paz e da democratização; e a abordagem das alterações climáticas e ambientais.

825. Em preparação para a Conferência, o Japão e os co-organizadores convocaram reuniões preparatórias em Lusaka, na Zâmbia, entre 30 e 31 de Outubro de 2007 para a África Oriental e Austral, e em Tunes, na Tunísia, entre 21 e 22 de Novembro de 2007 para a África Ocidental, do Norte e África Central. A Comissão participou activamente nas duas reuniões preparatórias e salientou o

facto de que o Governo japonês tem de tomar em consideração tanto a abordagem multilateral como a bilateral. O propósito das reuniões preparatórias foi o de trocar ideias com os participantes regionais sobre assuntos concretos, incluindo os seus desafios e preocupações, bem como sobre as suas próprias acções, relacionadas com as prioridades e áreas de cooperação da TICAD IV (acelerar o crescimento económico, garantir a segurança humana, incluindo alcançar os ODM, consolidação da paz e da democratização, abordar questões ambientais e as alterações climáticas) e que são de particular relevância para os seus países e/ou regiões. Representou também uma oportunidade para discutir o estado dos preparativos para a TICAD IV, incluindo o calendário, o projecto de agenda, as questões logísticas e outro aspectos práticos, e para ouvir de várias organizações internacionais as iniciativas que estão igualmente a considerar para África.

826. Os participantes nas reuniões recomendaram acções concretas a serem empreendidas nas áreas de prioridade TICAD IV, nomeadamente a aceleração do crescimento económico, o cumprimento dos ODM, a consolidação da paz e da democratização e abordagem de questões ambientais e das alterações climáticas.

Q.VI.2. UNCTAD XII

827. A Comissão está envolvida na preparação da próxima Conferência Ministerial quadrienal da UNCTAD XII, a qual se realizará em Accra, no Gana, de 20 a 25 de Abril de 2008. Em parceria com o Governo do Gana, o Secretariado da UNCTAD está a preparar a **Iniciativa da África Criativa** a ser lançada na UNCTAD XII. Este evento pretende ser um mostruário da cultura e criatividade de Africa e promover indústrias criativas Africanas através de eventos culturais da Conferência.

Q.VI.3. Exposição Universal 2010 em Xangai, China

828. A Comissão prossegue com os preparativos para a Exposição Mundial em Xangai, na República Popular da China em 2010. Neste sentido, a Comissão realizou uma reunião preparatória com uma delegação da China em Setembro de

2007 na Sede da UA, seguindo-se uma reunião em Xangai em Novembro de 2007. O objective das duas reuniões foi o de chegar a acordo quanto ao desenvolvimento de um Pavilhão Africano e aos princípios de concepção do seu *layout*, bem como o contributo da Comissão da UA para a Expo 2010. Até à data, 158 países, de entre os quais 48 de África, e 21 organizações internacionais registaram a sua participação. Foi lançado um guia de participação (versão de 2007). A construção de instalações de apoio tais como a Aldeia Expo, o Parque Expo, o Boulevard Elevado Expo e outros complexos subterrâneos foi já iniciada. Uma área comum Africana será organizada no Pavilhão Africano com a assistência dos Estados-Membros e das CERs.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Report of the chairperson of the commission for the period july to December 2007

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/3242

Downloaded from African Union Common Repository